

LUKAS GABRIEL GRZYBOWSKI

A PROPOSTA DE UM IMPÉRIO IDEAL: O PENSAMENTO POLÍTICO NA *GESTA  
FRIDERICI I. IMPERATORIS* DE OTTO DE FREISING

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima Regina Fernandes

CURITIBA

2009

Ao meu amor, que me permite sonhar;

À Clarisse, que não me permite dormir.

## **Agradecimentos:**

Agradeço em primeiro lugar a Deus que me deu capacidade para desenvolver pesquisas históricas.

Agradeço à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima Regina Fernandes, pela disposição em sempre e novamente me orientar.

Agradeço à minha amada, pela paciência quando escrevia a dissertação.

Agradeço aos meus pais por me incentivarem a continuar buscando meus sonhos.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por ter financiado a minha pesquisa.

Agradeço aos amigos que ouviram minhas histórias e revisaram meu texto.

Agradeço ao Prof. Dr. Hans-Werner Goetz pela ajuda bibliográfica enviada de Hamburg.

Agradeço ao Clóvis e à Adriane por me cederem um cantinho quando fazia pesquisas na USP.

Agradeço aos professores que me acompanharam durante estes dois anos, em especial ao Prof. Dr. Renan Frighetto e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcella Lopes Guimarães, que muito acrescentaram com seus conselhos e críticas na ocasião de minha banca de qualificação, e aos professores Rodrigo e Guilherme, que me auxiliaram com as dúvidas quanto ao latim.

Seja qual for o julgamento da história futura sobre o nosso tempo, nós, que o vivemos, não hesitaremos sobre o sentido profundo de seus esforços, de suas misérias e de tantas convulsões de que somos causas ou vítimas.

(Etienne Gilson)

## **Sumário**

Dedicatória .....	ii
Agradecimentos:.....	iii
Epígrafe .....	iv
Resumo:.....	vii
Abstract .....	viii
Introdução:.....	1
1 O Império na Idade Média: .....	21
1.1 Algumas considerações preliminares: .....	21
1.2 A Universalidade do Império: .....	26
1.3 A tutela germânica sobre o Império Romano: .....	32
2 A Crise das Investiduras e as novas perspectivas sobre o Império:.....	39
2.1 O Império em crise – o século XII: .....	42
2.2 O Império no contexto narrado na <i>Gesta Friderici</i> :.....	44
2.3 Otto de Freising:.....	71
3 A Gesta Friderici I. Imperatoris. ....	75
3.1 Cisma:.....	80
3.2 Unidade: .....	119
3.2.1 A Guerra: .....	120
3.2.2 O Conselho: .....	146
3.3 Vícios e Virtudes:.....	163

Conclusão: .....	195
Referências: .....	203
Fontes: .....	203
Bibliografia:.....	204
Apêndices .....	212
Lista dos imperadores germânicos a partir da casa Sállica até o interregno: ..	213
Lista dos papas (séc. XI e XII):.....	214
Lista dos Duques da Suábia: .....	216
Duques da Baviera: .....	217
Árvore Genealógica de Frederico I Barbarossa: .....	218
Árvore Genealógica dos Hohenstaufen .....	219
Árvore Genealógica dos Babenberger.....	220
Relação entre as Árvores Welf e Waiblingen .....	221
Relação entre as Árvores Waiblingen e Babenberger .....	222
Relação entre as Árvores Welf e Süpplingenburg.....	224
Relação entre as Árvores Welf e Süpplingenburg.....	224

## **Resumo:**

A presente dissertação trata do pensamento político medieval surgido em meados do século XII no Império Romano, através da pena de Otto de Freising. Este foi bispo na diocese bávara e monge e abade cisterciense em Morimond, na atual França. Ativamente envolvido nos ideais propostos por sua ordem monástica e influenciado pelo ambiente escolar de S. Victor, onde se deu sua formação superior, Otto busca em sua *Gesta Friderici I. imperatoris* refletir sobre os caminhos políticos percorridos pelo Império de seu tempo. A obra, de caráter historiográfico, aborda os fatos mais recentes da trajetória do poder imperial, se estendendo do reinado de Henrique IV até Frederico I, Barbarossa. Este último, comitente da obra, é sobrinho do historiador, que formula sua narrativa em torno da esperança que deposita em seu sobrinho enquanto agente de profundas mudanças no cenário político imperial, indivíduo capaz não somente de recuperar a glória imperial romana, mas também de ultrapassá-la, elevando-a a um novo patamar. De acordo com o bispo estas mudanças giram em torno principalmente do tema da unidade que o imperador deve restabelecer no Ocidente Medieval. A unidade a que o bispo se refere não se detém, contudo, nos limites territoriais do Império, mas se estende sobre a *Christianitas*, interpretada *quasi* como um corpo místico, que conecta cada membro da cristandade ocidental. Esta unidade alcançada através de dois elementos fundamentais na obra do bispo. Por um lado a guerra, que a despeito de seu tradicional caráter de cisão, na *Gesta* assume o caráter unificador quando entendida como guerra justa, aquela promovida com o intuito de destruir a dissensão, o cisma e a heresia no seio da cristandade. Por outro lado o conselho da sociedade política, que atua como um estandarte da busca pelo bem comum pelo governo imperial, em detrimento a uma postura mesquinha do imperador que busca favorecer somente os seus íntimos. Tal proposta de unidade, bastante arrojada, traz consigo a necessidade do estabelecimento de uma conduta imperial ideal, identificada com a postura do homem virtuoso. A virtude na *Gesta* assume o papel de meio através do qual o imperador pode realizar o ideal proposto pelo bispo, figurando como ‘termômetro’ dos sucessos e fracassos dos personagens sobre os quais se detém a narrativa histórica. O sucesso de Frederico I na ação política orientada pelos preceitos de Otto de Freising fazem o historiador apontar para a formação de um *Imperium Christianum*, recriado segundo expectativas místicas e escatológicas.

Palavras-chave: Otto de Freising; *Gesta Friderici*; Pensamento Político Medieval; Frederico I Barbarossa; Império Medieval; Idade Média.

## **Abstract**

To present dissertation treats of the medieval political that appeared in the middle of the 12<sup>th</sup> century in the Roman Empire, through the writings of Otto of Freising. This was bishop in the Bavarian diocese and Cistercian monk and abbot in Morimond, currently in France. Actively involved with the ideals proposed by his monastic order and influenced by S. Victor school atmosphere, where he had his superior formation, Otto looks for to ponder in his *Gesta Friderici I. imperatoris* on the political ways taken by the Empire of his time. The work, of historiographical character, approaches the most recent facts of the imperial power, extending from Henry IV's reign to Frederick I Barbarossa's. This last one, client of the work, is the historian's nephew, that formulates his narrative around the hope that he deposits in his nephew while an agent of deep changes in the imperial political scenery, an individual capable not only of recovering the Roman imperial glory, but also of crossing her, elevating her to a new level. According to the bishop these changes deal mainly with the theme of the unity that the emperor should reestablish in the Medieval Occident. The unity to which the bishop refers it doesn't stop, however, in the territorial limits of the Empire, but extends itself on *Christianitas*, interpreted as a *quasi* mystic body, that connects each member of the western Christianity. This unit is reached through two fundamental elements in the bishop's work. On one side the war, that in spite of his traditional scission character, in the *Gesta* it assumes unifier character when understood as a just war, which was promoted with the intention of destroying the disagreement, the schism and the heresy in the midst of the Christianity. On the other hand the Counsel of the political society, that acts as a bastion of the search for the commonweal for the imperial government, in detriment to a mean posture of the emperor that looks for to favor only his fellows. Such unity proposal, quite bold, brings with her the need of the establishment of an ideal imperial conduct, identified with the virtuous man's posture. The virtue in the *Gesta* assumes the paper through which the emperor can accomplish the ideal proposed by the bishop, representing as 'thermometer' of the *Gesta*'s characters successes and failures. Frederick I's success in the political action guided by the precepts of Otto of Freising make the historian to point for the formation of an *Imperium Christianum*, recreated according to mystic and eschatological expectations.

Keywords: Otto of Freising, *Gesta Friderici*; Mediaeval Political Thought; Frederick I Barbarossa; Medieval Empire; Middle Ages.



## **Introdução:**

A História do pensamento político medieval não é uma área muito recente dentro do universo das pesquisas acadêmicas. Segundo J. H. Burns, desde meados do século XIX o tema já é discutido pela historiografia, embora com outras denominações.<sup>1</sup> Entretanto, é a partir da segunda metade do século XX e principalmente a partir dos anos noventa, frente ao colapso da URSS, que questões como “quais as raízes deste Estado em que vivemos?”, “onde está a origem do pensamento que fundamenta a organização dos Estados no Ocidente?”, vieram dar novo fôlego às pesquisas ligadas ao pensamento político, e dentro dessa temática, o pensamento político medieval. Falar em pensamento político medieval é, contudo, um problema em si. Burns trata de algumas dessas dificuldades de aproximação do tema, como a própria inexistência de um ‘pensamento político medieval’ enquanto entidade ou assunto, embora concorde que a despeito dessas dificuldades, a academia continua a produzir seus estudos a respeito do pensamento político medieval. Entretanto, o que atualmente se define por pensamento político certamente não será encontrado na Idade Média. “Os pensadores medievais criam que a análise, tanto conceitual quanto institucional, da ‘política’ em seu senso original grego era irrelevante e impossível”.<sup>2</sup>

Apesar dessa posição singular, da Antigüidade permanece o conceito de ‘político’ de Aristóteles, e de Platão, lidos e interpretados, entretanto, sob a luz de uma filosofia cristã.<sup>3</sup> O principal autor referido pelos medievais durante os quase dez primeiros séculos subsequentes a Agostinho, será Platão, e em relação à política, sua obra *A República*, interpretada à luz do chamado neoplatonismo agostiniano. Mais tardia será a proeminência de Aristóteles e sua *Política*, que embora não se tenha

---

<sup>1</sup> Uma das obras mais importantes para este século XIX no que se refere à preocupação com as teorias políticas é do historiador e jurista alemão Otto von Gierke, que foi talvez o primeiro a apresentar um trabalho neste sentido preocupado com o medievo, em seu *Political Theories of the Middle Age*, traduzido e publicado em inglês no ano de 1900, pela Cambridge University Press.

<sup>2</sup> “For most medieval thinkers the analysis, whether conceptual or institutional, of ‘politics’ in its original Greek sense was neither relevant nor possible”. BURNS, J. H. *The Cambridge history of medieval political thought c. 350 – c. 1450*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005. p. 1. Tradução livre.

<sup>3</sup> Os estudos de Platão seguem com o chamado neoplatonismo, diretamente de uma vertente latina e cristã, como em Agostinho, mas também Boécio, *inter alia*. O caminho percorrido pela influência aristotélica é mais diverso, passando para o universo muçulmano antes de retornar com força a influenciar o Ocidente, somente a partir do século XII e principalmente XIII em diante.

deixado de ser referida, só ganhou maior destaque a partir das traduções e interpretações de sua filosofia no âmbito universitário do século XIII, constituindo-se também em uma análise cristã, neo-aristotélica. Contudo, embora estivessem presentes as influências destes autores nos escritos dos pensadores medievais, o estrito conceito de ‘político’ no seu sentido grego não se aplicava à realidade política medieval, organizada em reinos, ducados, e condados, regidos por uma lógica feudal<sup>4</sup>, bastante distinta da realidade grega antiga, fundamentada na *polis*, da qual não se encontrava semelhante no Ocidente medieval, exceto talvez por algumas repúblicas italianas. Desse modo observa-se que a apropriação de conceitos antigos para a interpretação do pensamento político medieval constitui-se num equívoco, mesmo que os autores antigos tenham sido referências no desenvolvimento desse pensamento medieval.

Por outro lado, pensar o medievo como sendo constituído por Estados, na sua concepção moderna, é também um problema para o desenvolvimento das pesquisas no campo do pensamento político medieval. O pensamento político medieval não pode ser associado ao desenvolvimento de teorias de Estado, como será a partir da modernidade. Se no pensamento político medieval se encontram as raízes que fundamentam a formação dos Estados Modernos, essas teorias políticas não se prestaram a tal serviço em seu próprio tempo, sendo apropriadas e adaptadas pelas novas realidades que surgiram a partir da centralização monárquica.<sup>5</sup> Durante o auge da Idade Média elas constituíram-se senão aspirações para uma realização ideal. Esse fator não desmerece, entretanto, o trabalho desses pensadores. Walter Ullmann aponta para mais um dado importante. A Idade Média, e conseqüentemente seus pensadores, não concebem a distinção de uma matéria política, separada dos demais temas possíveis na constituição de uma sociedade, como moral, religião etc. A perspectiva medieval era totalizante, havia uma única constituição social que se pretendia universal, a *Christianitas*, ou cristandade. Dentro desse pressuposto, moral, político, religioso e ético estavam intrinsecamente ligados e faziam parte de um todo indivisível. O próprio termo político

---

<sup>4</sup> Sobre a noção que seguimos de *feudalismo* ver GANSHOF, François Louis. *Que é o feudalismo?* Lisboa: Europa-América. 1974.

<sup>5</sup>Ver VILANI, Maria Cristina Seixas. *Origens Medievais da Democracia Moderna*. Belo Horizonte: Inédita. 2000; e SOUZA, José Antônio de C. R. de e BARBOSA, João Morais. *O Reino de Deus e o Reino dos Homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort)*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1997.

não é utilizado nas fontes medievais até o século XIII onde prevalece, no sentido em que hoje entenderíamos como político, termos como *gubernatio*, *gubernaculum*, *gubernator*.<sup>6</sup>

Entretanto, embora as fontes não se refiram ao ‘político’ não significa que o pensamento político não possa ser identificado nelas. É preciso então também saber onde encontrar tal pensamento. Não há no medievo grandes tratados de teoria política da forma como nós os concebemos hoje, ou como na Antigüidade. Como os pensadores não distinguiam uma matéria política também não produziam obras tratando exclusivamente de política, pelo menos até o século XIII. As teorias políticas que são formuladas na Idade Média podem, contudo, ser captadas nas instituições, procedimentos, rituais, cerimônias, além de se encontrarem diluídas nas mais diversas obras escritas no medievo.

Obras teológicas, históricas, romanescas, poéticas apresentavam em seu conteúdo aspectos do universo político na qual surgiram. Este mundo político aparecia na forma de críticas, *exempla*, conselhos. Isso nos leva a traçar algumas considerações acerca da fonte com a qual trabalhamos, mesmo que de maneira mais concisa por hora, para mais adiante nos determos mais no estudo da mesma. Escrita entre os anos de 1156 e 1160 a *Gesta Friderici I. Imperatoris*, de Otto de Freising – que compôs somente os dois primeiros dos quatro livros que compõe a obra, entre 1156 e 1158 – trata-se de, como o título indica, uma obra de cunho cronístico/historiográfico<sup>7</sup>. Não é, portanto, uma obra composta sob a égide de uma escola de pensamento político. Contudo,

---

<sup>6</sup> ULLMANN, Walter. *A History of Political Thought: The Middle Ages*. Middlesex: Penguin. 1970. p. 17.

<sup>7</sup> A tradição historiográfica ibérica costuma se referir de maneira geral às obras antigas e medievais que lidavam com os temas do passado como crônicas – mesmo que esta definição que agora apresento simplifique bastante o que é uma crônica – como vemos em GALAN SANCHEZ, Pedro Juan. *El género historiográfico de la Chronica: las crónicas hispanas de época visigoda*. Cáceres: Universidad de Extremadura. 1994. Já dentro da tradição germânica a tendência é observar estes mesmo trabalhos como historiografia produzida durante o medievo, dentro das concepções de História que àquela época eram vigentes, como fica evidente em GOETZ, Hans-Werner. Von der res gesta zur narratio rerum gestarum. Anmerkungen zu Methoden und Hilfswissenschaften des mittelalterlichen Geschichtsschreibers. In: *Revue Belge de Philologie et D'Histoire*. n. 67. 1989. pp. 695-713; GOETZ, Hans-Werner. Die “Geschichte” im Wissenschaftssystem des Mittelalters. In: SCHMALE, Franz-Josef, Funktion und Formen mittelalterlicher Geschichtsschreibung. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft. 1985. pp. 165-213; GOETZ, Hans-Werner. Wahrnehmungs- und Deutungsmuster als methodisches Problem der Geschichtswissenschaft. In: BLEUMER, Hartmut e PATZOLD, Steffen. Wahrnehmungs- und Deutungsmuster im europäischen Mittelalter. [s.l.]. 2003. pp. 23-33.

embora seja uma *Gesta*, uma história dos feitos do imperador Frederico I, ela traz consigo uma nova proposta teórico-política, uma proposta de uma nova política imperial baseada no conceito de *christianitas*, e portanto, um conceito universalista. Esta aspiração de universalidade esteve presente durante toda a Idade Média segundo José Manuel Nieto Soria, que aponta para este carácter como um dos componentes essenciais do processo de mitificação desse Império.<sup>8</sup>

Por fim, não é possível esquecer que se trata do pensamento político medieval e este carácter medieval traz consigo as especificidades da sociedade que o gerou em termos de mito e realidade política. É preciso ter em mente os pressupostos e os paradigmas da sociedade medieval que gerou aquele pensamento para evitar que se incorra no erro de pensar a Idade Média a partir dos paradigmas contemporâneos, levando juízos de valor para dentro da análise histórica. E dentro dessa perspectiva compreender que a Idade Média não é uma, mas sim múltiplas, se torna fundamental. A Idade Média é vasta espacial e temporalmente. A aparente letargia que comanda a sociedade medieval não passa, segundo Nieto Soria, de uma estratégia da própria Idade Média que tenta passar uma idéia de estabilidade e segurança, em meio às constantes mudanças internas pelas quais passa.<sup>9</sup>

A sociedade que emerge na Idade Média Ocidental é fruto do choque de culturas distintas. As migrações germânicas ocorridas durante os primeiros séculos da era cristã geriram em seu decorrer esta sociedade, que não possuía uma forte tradição ou experiência nos assuntos políticos, faltando-lhes um modelo no qual se espelhar em termos de governo e política. Quando as incursões chamadas bárbaras, cessaram e estes povos se estabeleceram ao longo do Ocidente europeu surgiu o problema de como manter a ordem e a paz dentro do grupo, como organizar a vida pública<sup>10</sup>. Para responder a estas questões é que surge o pensamento político medieval, e, embora beba das fontes clássicas, o pensamento político medieval tinha que ser original, para suprir

---

<sup>8</sup> NIETO SORIA, José Manuel. El Imperio medieval como poder público: problemas de aproximación a un mito político. In: *Anales de la XXIII Semana de Estudios Medievales de Estella*. [s.l./s.d.] pp. 403 – 440. Separata.

<sup>9</sup> NIETO SORIA, José Manuel. Op. Cit. [s.d.].

<sup>10</sup> ULLMANN, W. Op. Cit. 1970; e FOLZ, Robert. *The concept of empire in western Europe: from the fifth to the fourteenth century*. Londres: Edward Arnold. Trad. Sheila Ann Ogilvie. 1969.

as necessidades desse novo modelo de relações sociais.

Esse pensamento político surge na pena de pensadores políticos e portanto, segundo Burns, estudar o pensamento político medieval é em grande parte estudar estes pensadores.

Nos inícios da Idade Média, o pensamento político precisa ser extraído de pronunciamentos oficiais dos respectivos governos, bem como do processo histórico em si. Este é o motivo pelo qual a parte mais antiga da história das idéias políticas está intrinsecamente ligada à própria história do tempo.<sup>11</sup>

Isto nos introduz ao segundo elemento-chave, que é justamente o conceito de Império que surge na Idade Média, trazendo todas as suas especificidades. Este Império medieval se pretende descendente direto do Império Romano antigo, porém, ao observarmos de perto suas especificidades, veremos que pouco mais que o nome o Império do Ocidente medieval herdará dos antigos romanos. Em primeiro lugar pelo fato do Império Romano persistir durante os cerca de mil anos após a queda de Roma diante dos bárbaros em 476 A.D., em seu novo centro, Constantinopla: é o chamado Império Bizantino.

A contrapartida ocidental será tardia, só no século VIII é que se verá uma recuperação do Império no oeste europeu, e esta, fruto principalmente de uma conjuntura muito específica. Há, no ressurgimento do Império do Ocidente, a união de interesses de grupos distintos, ambos ameaçados em seus contextos políticos. De um lado a aristocracia romana e a ‘Curia’ pontifícia, relegados a um segundo plano no âmbito político imperial desde a queda de Roma, e ameaçados pelos lombardos; de outro lado o monarca franco, em busca da legitimação de sua posição na direção do reino em um momento crítico, de mudança dinástica e de expansão territorial. Esse ressurgimento do Império sob a tutela dos reis francos será bastante curto, sendo que em meados do século IX esse Império Carolíngio já se vê completamente desestruturado. E a partir de então, somente no século X é que uma nova tentativa de recuperação do

---

<sup>11</sup> ULLMANN, Walter. Op. Cit. 1970. p. 15. “In the earlier Middle Ages political thought has to be extracted from the official pronouncements of the respective governments as well as from the historical process itself. That is the reason why the earlier part of the history of political ideas is intrinsically bound up with the actual history of the time.” Tradução livre.

Império no Ocidente se fará possível, dessa vez sob a tutela dos reis germânicos, radicados da *pars orientalis* do antigo Império Carolíngio, atual Europa Central.

Embora a experiência imperial iniciada por Otto I tenha sido mais duradoura que a dos antecessores Carolíngios, não o foi por conta de uma suposta estabilidade e coesão interna, o que pode ser facilmente contestado diante das diversas crises pelas quais o Império passou desde então, mas pela capacidade do Império de se reinventar, criar novas fórmulas políticas para solucionar seus problemas e superar a falta de coesão e as crises que surgiam no âmbito imperial. Desses momentos o que mais nos interessa é a crise do século XII.

A referida crise é fruto direto das mudanças ocorridas no âmbito das relações entre Papado e Império no final do século XI. Diversos fatores tiveram parte naquele contexto de modo que a disputa entre Papa e imperador tomasse tão grandes proporções. O papel assumido pela teoria política a partir dessa disputa torna-se fundamental para a compreensão da obra de Otto de Freising, fonte com a qual trabalhamos. As disputas teóricas do século XI giravam essencialmente em torno, a partir do episódio de Canossa, da questão da autoridade pontifícia e imperial numa tentativa de se determinar qual seria a mais importante dentro da cristandade ocidental. Tal questão surge a partir do momento em que o modelo monolítico de interpretação das relações entre Papado e Império, no qual um poder absorvia os demais, eliminando teoricamente as tensões advindas da multiplicidade de poderes, perde sua força argumentativa. Em oposição a esta proposta, começa-se a valorizar cada vez mais o modelo dualista, em que há dois poderes de naturezas distintas, e estabelecidos hierarquicamente entre si. É a famosa tese do Papa Gelásio do ano de 494 d. C. Reinterpretada à luz das propostas políticas do século XI. O saldo de tal disputa colocou, em termos teóricos, o imperador em uma condição de submissão ao Papa, que passou a ser entendido a partir de então como a maior autoridade do Ocidente medieval.<sup>12</sup>

Teoricamente o que sucedeu foi um esvaziamento da dignidade do *Christus*

---

<sup>12</sup> NIETO SORIA, José Manuel. Op. Cit. [s.d.]

*Domini* – o “ungido do Senhor, imagem do Deus único”<sup>13</sup> –, que segundo Horst Fuhrmann, diferentemente do que muitos referem, estava ligada à figura do imperador e não à dos bispos. O imperador, *Christus Domini*, pode ser compreendido dentro da lógica medieval do *rex et sacerdos*, o ungido de Deus, o escolhido que deve humildemente conduzir a sociedade cristã em direção a Cristo. É a idealização do rei cristão, que muitas vezes aparecia transformado também em clérigo. O rei era, portanto, sacerdote, quase sagrado, e era um pecado, mais que um crime, opor-se e levantar armas contra ele.<sup>14</sup> Após o episódio envolvendo a disputa entre Henrique IV e Gregório VII ao invés de *Christus Domini*, o imperador será referido como o anticristo. Embora de ordem teórica, a proposição de que não cabe mais ao imperador conduzir a cristandade à salvação, mas unicamente ao Papa, como chefe da instituição eclesiástica, trouxe consequências bastante graves para a instituição imperial.<sup>15</sup>

Em termos práticos essa proposição teórica abalou profundamente a posição do imperador dentro de seus domínios reais, o Sacro Império Romano, pois submetia a dignidade imperial ao favor pontifício. Diferentemente do que acontecera nos séculos anteriores, os imperadores não mais impunham sua coroação ao Papa através da *expeditio romana*, mas negociavam em termos políticos, numa condição de inferioridade teórica, o recebimento das insígnias imperiais. Não eram mais os imperadores que escolhiam os Papas, mas os Papas escolhiam os imperadores.<sup>16</sup>

No século XII esta nova ordem toma proporções práticas ainda mais complexas. Com a morte do imperador Henrique V sem deixar herdeiros diretos, a intervenção pontifícia mostra-se mais presente que nunca, através da eleição de Lotário III, e com a morte deste, novamente sem herdeiros, com a eleição de Conrado III. Ambas as eleições foram influenciadas pelos representantes do Papado e causaram o enfraquecimento do Império diante das disputas e da fragmentação interna que geraram neste. No reinado de Lotário a guerra civil que durou quase dez anos, com a eleição

---

<sup>13</sup> DUBY, Georges. *Sociedade Medievais: “lição inaugural” proferida no Collège de France, em 4 de dezembro de 1970*. Lisboa: Terramar. 1999. p. 27.

<sup>14</sup> FUHRMANN, Horst. *Germany in the high middle ages: c. 1050-1200*. Cambridge University Press. 2001. p. 51.

<sup>15</sup> FUHRMANN, Horst. Op. Cit. p. 51.

<sup>16</sup> BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70. 1982. p. 430-431.

inclusive de um anti-imperador, e no governo de Conrado III que sequer conseguiu se fazer coroar imperador, em caso único desde então dentre os reis germânicos, devido às tensões entre os duques germânicos e a constante ameaça à sua posição.

Com a eleição de Frederico I, entretanto, vemos o quadro se alterar drasticamente. Primeiramente já durante a eleição, na qual Frederico foi eleito quase unanimemente, e sem, ao que tudo indica, a intervenção de prelados emissários da Santa Sé. Em seguida a capacidade aglutinadora das forças políticas do Império que este imperador apresentou, o que não se via pelo menos desde Henrique III. Sua postura diante do Papado também foi diferente daquela apresentada por seus antecessores, pois Frederico em momento algum se apresenta de maneira submissa ao Papa. Do contrário, Frederico se impõe enquanto maior autoridade do Ocidente medieval, num retorno ao modelo dos imperadores carolíngios. Em meio a este contexto surge ainda uma obra de cunho histórico, a *Gesta Friderici I. imperatoris*, composta por Otto de Freising, o mais expressivo historiador daquele século, e quiçá de toda a Alta Idade Média, e que sob encomenda do imperador propõe o surgimento de uma nova realidade imperial, o *Imperium Christianum*, sob o qual toda a cristandade estaria submetida ao imperador e este conduziria esta comunidade cristã através de um período de paz até o fim dos tempos. É uma proposta de cunho escatológico profundamente enraizada na proposição agostiniana das duas cidades, lida através de uma ótica renovada pelos sucessos do imperador no restauro da *dignitas* imperial em meados do século XII, e que crê ser possível a realização da *Civitas Dei* na Terra.

O nosso objeto, o pensamento político medieval, e a fonte com a qual trabalhamos e na qual pretendemos encontrar este pensamento político medieval já foram apresentados. Resta-nos agora apresentar a problemática que orientou o trabalho realizado, encontrando o objeto na fonte e dando-lhe a devida abordagem teórico metodológica. A problemática que orienta esta pesquisa é a construção de uma teoria política de *Imperium Christianum* na *Gesta Friderici I. imperatoris*, através da figura do imperador Frederico I, Barbarossa. Essa problemática levanta alguns questionamentos, os quais pretendemos ter sido capazes de responder ao final da pesquisa. Quais os móveis de poder que propiciaram o surgimento de tal teoria? Por que é Frederico I o



imperador ideal? Qual o papel da *Gesta* na construção deste ideal imperial?

Apresentado o tema, faz-se necessário neste momento traçar alguns comentários a respeito das principais obras bibliográficas que utilizamos no seu desenvolvimento. Estas obras poderiam ser divididas em dois grandes grupos: as obras conceituais, que nos fornecem o arcabouço teórico-metodológico e conceitual das questões que envolvem a pesquisa; e as obras contextuais, que nos fornecem os dados necessários para construirmos o panorama do século XII e em especial até a ascensão de Frederico I. Entretanto é preciso destacar aqui que esta distinção se dá somente para efeitos didáticos, pois as obras conceituais não apresentam conceitos descolados de seu contexto, assim como as obras contextuais trazem também certa profundidade teórica e precisão conceitual.

Primeiramente cremos que seja interessante apontar a obra clássica de Otto Von Gierke, intitulada *Political Theories of the Middle Age*. Trata-se de uma obra pioneira no estudo do pensamento político e das teorias de poder medieval. Sua abordagem centrada principalmente nos aspectos jurídicos e institucionais, entretanto, mostra-se ainda bastante atual, e a leitura de tal obra foi fundamental enquanto introdução ao tema do pensamento político, para que pudéssemos compreender as heranças metodológicas e historiográficas presentes nos trabalhos mais recentes. Desta obra nos interessou mais a parte inicial, em que Otto Von Gierke trabalha com a idéia de uma evolução da teoria política durante a Idade Média, e com algumas concepções fundamentais para o estudo do pensamento político medieval, tais como a idéia de universalidade e particularidade, de unidade entre estado e igreja, a idéia de organização política e de monarquia.<sup>17</sup>

Robert Folz, *The Concept of Empire in Western Europe: from the Fifth to the Fourteenth Century*, na qual o autor trata justamente pontos relativos ao aspecto multiforme do Império durante a Idade Média. Em sua obra, Folz busca os fundamentos do embasamento teórico e das práticas imperiais e as influências romanas e cristãs nesse

---

<sup>17</sup> Não podemos aqui nos esquecer que se trata de uma obra clássica, composta no século XIX, e, portanto, traz algumas deficiências, especialmente no que se refere à algumas terminologias, como nós mesmos indicamos, a idéia de estado, transportada para o medievo, entre outros. Ainda assim são marcas do período historiográfico ao qual a obra faz parte, não diminuindo, por isso, seu valor.

processo. O autor passa também pelas mudanças da concepção de Império que vão ocorrendo na Idade Média devido às especificidades sociopolíticas e históricas de cada momento. O livro traz discussões acerca do pensamento universalista, da prática política, a natureza mítica do Império, a relação entre religião e política na Idade Média, as questões messiânicas e escatológicas desse Império, as questões jurídicas que o afetam entre outros tópicos. Vemos então uma aproximação às obras de José Manuel Nieto Soria e de Walter Ullmann, não sem alguns choques teóricos entre os autores.

Dentro de tão magnífica obra, que cobre um lapso temporal bastante vasto, interessa-nos sobremaneira o primeiro e o terceiro livros, cada qual por sua particularidade. No primeiro a presença da discussão em torno de assuntos como a universalismo e prática política, herança romana e influência cristã são os pontos principais a serem trabalhados. Tendo um livro dedicado somente a esta discussão, nota-se uma maior profundidade na abordagem de tais tópicos em relação ao trabalho de Nieto Soria e Walter Ullmann, que trabalharam tais temas em artigos, mais concisos. Do livro terceiro nos interessam os capítulos derradeiros, oitavo e nono, que tratam um do conceito de Império enquanto instituição romana, e outro que trata da doutrina mística do Império sob o governo dos Hohenstaufen, dinastia da qual Frederico I faz parte.

O artigo de José Manuel Nieto Soria, *El Imperio medieval como poder público: problemas de aproximación a un mito político*, traz à tona algumas discussões bastante interessantes e fundamentais para o desenvolvimento do estudo do Império medieval. Deste artigo nos interessam a abordagem que o autor faz do Império enquanto realidade multiforme e enquanto mito. Otto de Freising compõe sua obra dentro dos moldes da criação de um mito imperial, portanto vislumbrar uma aproximação do tema imperial enquanto mito faz-se extremamente necessária. As três primeiras partes do artigo de Nieto Soria são as que mais serão úteis para nós.

Igualmente o artigo de Walter Ullmann, *Reflexiones sobre el Império medieval*, presente na coletânea *Escritos sobre teoria política medieval*, nos apresenta diversos elementos teóricos que dizem respeito ao estudo do Império medieval. Em especial vale destacar a ênfase que Ullmann dá à construção teórico-política que se dá na formação

do Sacro Império Romano. Questões como a proposta de universalidade imperial, a relação com a existência de um Império Romano do Oriente, e mesmo, mais diretamente ligado ao nosso tema, as propostas e práticas políticas dos imperadores Hohenstaufen Frederico I e Henrique VI sob a influência da proposta de Otto de Freising do *Imperium Christianum*.

Walter Ullmann provê ainda dois livros a respeito do pensamento político medieval. Em *A History of Political Thought: The Middle Ages* observamos uma obra que pretende discutir aspectos como os fundamentos do pensamento político medieval, numa dupla perspectiva, cristã e romana, pensamentos políticos hierocráticos, teocráticos, a monarquia feudal, o aristotelismo medieval e a questão da soberania, temas todos centrados numa perspectiva teórico-jurídica. Em *Principios de gobierno y política em la Edad Media*, Ullmann trabalha três grandes conceitos, de Papa, de rei e de povo na Idade Média. Para nosso trabalho interessa especialmente sua discussão em torno da figura real, com a qual poderemos comparar a construção ideal do imperador de Otto de Freising.

Como complemento e em certa medida contraponto às obras de Walter Ullmann, a coleção da universidade de Cambridge, organizada pelo professor J. H. Burns, intitulada *Medieval Political Thought c. 350 – c. 1450* é uma obra fundamental. Apesar do recorte temporal demasiado extenso, ela traz uma boa perspectiva a respeito de temas como a relação entre Papado e Império, as distinções entre reino e Império, a questão das instituições, leis e governo, entre outros temas que acabam tocando nosso objeto e problemática. Dos artigos presentes nessa obra interessam-nos em especial a introdução da obra, que apresenta em termos gerais o que afinal é este pensamento político medieval, dentro de uma perspectiva historiográfica; a primeira parte, intitulada *Foundations*, que constitui um grupo de artigos que discutem a relação entre pensamento político grego, doutrina cristã e lei romana, trazendo à tona alguns dos elementos que influenciarão a construção do bispo frisigense; a quarta parte, intitulada *Formation: c. 750 – c.1150*, que apresenta artigos discutindo a formação de um pensamento político medieval essencialmente ocidental, ligado às discussões de reino e império, igreja e Papado, concluindo com uma referência ao renascimento do século

XII; e os dois primeiros artigos da quinta parte, intitulados *Introduction: politics, institutions and ideas*, de J. P. Canning, e *Spiritual and temporal powers*, de J. A. Watt.

José Antônio de C. R. de Souza e João Morais Barbosa nos forneceram a rica obra intitulada *O reino de Deus e o reino dos homens*. Neste livro encontramos uma linha que percorre o pensamento político medieval centrando sua perspectiva nas relações de poder entre as instituições eclesiásticas e laicas – reinos e o Império – desde meados do medievo até seus momentos derradeiros nos séculos XIV e XV. Com esta obra tomou visibilidade uma linha que conecta e encontra as continuidades em meio às transformações do pensamento medieval, o que nos foi muito caro na compreensão da própria *Gesta Friderici*. Daniel Valle Ribeiro e seu livro *Igreja e Estado na Idade Média*, acrescenta-nos ainda mais dados referentes principalmente à relação entre o pensamento político e o contexto no qual surge. Conectado de certa forma ao trabalho de José Antônio de Souza e João Barbosa está o livro de Jürgen Miethke, *Las ideas políticas de la Edad Media*. A obra também lida com os escritos políticos de diversos autores medievais, apresentando-nos, entretanto, uma visão um pouco distinta daquelas de Walter Ullmann e José Antônio de Souza. Sua contribuição mais significativa foi em relação à abordagem de obras de educação – mas também laudação – de governantes – os chamados espelhos de príncipe – como a *Gesta* o é em relação a Frederico I.

Em relação à teoria política medieval, algumas obras se fazem necessárias para a compreensão da dimensão conceitual do pensamento político medieval. As obras sobre o assunto serão fundamentais para a apreensão dos modelos e conceitos com os quais os pensadores medievais lidavam. Para estudar o pensamento de uma época é preciso conhecer seus sistemas de valores morais, éticos, científicos e filosóficos, a fim de não incorrer no erro da teleologia e da anacronia. No caso de nosso objeto, é preciso então compreender o sistema universitário medieval, do qual Otto de Freising fez parte, bem como os referenciais teóricos correntes na época aos quais o bispo teve acesso e que influenciaram sua visão de mundo e, por conseguinte, sua proposta teórico-política.

Jacques Le Goff possui uma obra pioneira, já transformada em clássico, a respeito do papel do intelectual na Idade Média, o sistema universitário medieval e as influências teóricas que dominaram aquele cenário. É extremamente válida,

principalmente se a considerarmos uma obra introdutória ao estudo da ‘intelectualidade’ medieval, pois traça um panorama geral do mundo universitário especialmente da França, onde Otto de Freising estudou. A preocupação de Le Goff em nos apresentar um panorama geral do estabelecimento dos estudos superiores no medievo cobriu uma lacuna significativa até então presente na historiografia, e sua obra permaneceu praticamente isolada por quase duas décadas quando então novos estudos a respeito dos sistemas de conhecimento superior surgiram. Dentre os novos autores preocupados com a ‘intelectualidade’ medieval destaca-se Jacques Verger, cujo livro *Homens e Saber na Idade Média* nós também utilizamos. Este livro já apresenta uma abordagem mais vocacionada para os estudos superiores realizados na fase final do medievo, entre os séculos XIII e XV. Para nós, entretanto, sua abordagem a respeito das relações entre saber e poder, e do saber a serviço da Igreja e das monarquias é especialmente significativa, pois se aproxima do papel desempenhado por Otto de Freising em relação ao Império Romano de Frederico I.

Entretanto, para uma compreensão mais aprofundada a respeito do autor da *Gesta* com a qual estaremos trabalhando, faz-se necessário o uso de obras mais específicas, voltadas para o estudo do conjunto da obra de Otto de Freising e do universo intelectual e historiográfico germânico no medievo. Dentro dessa perspectiva nós trabalhamos com os artigos do professor alemão Hans-Werner Goetz "*Gespaltene Gesellschaft" und Einheitsideal. Bemerkungen zum Gegenwartsbild Ottos von Freising*<sup>18</sup>; *Geschichte als Argument; Historische Beweisführung und Geschichtsbewußtsein in den Streitschriften des Investiturstreits*<sup>19</sup>; e *Von der res gesta zur narratio rerum gestarum. Anmerkungen zu Methode und Hilfswissenschaften des mittelalterlichen Geschichtsschreibers*<sup>20</sup>, todos tratando especificamente de problemas diretamente relacionados ao pensamento ou ao *métier* de Otto de Freising, suas concepções de unidade, tempo e história. O professor Sverre Bagge contribuiu ainda com seu artigo intitulado *Ideas and narrative in Otto of Freising's Gesta Friderici*, que

---

<sup>18</sup> “‘Sociedade dividida’ e ideal de unidade. Observações sobre o Contexto de Otto de Freising”. Tradução livre.

<sup>19</sup> “História como argumento; Argumentação histórica e Consciência história nos escritos de controvérsia da Crise das Investiduras”. Tradução livre.

<sup>20</sup> “Da *res gestae* à *narratio rerum gestarum*. Apontamentos sobre o método e as ciências auxiliares do historiador medieval”. Tradução livre.

trata das questões da narrativa de Otto e da exposição de idéias que o bispo faz durante suas digressões filosófica no texto.

Como modelo de abordagem da relação entre a influência intelectual de certos indivíduos dentro de um contexto histórico mais extenso valemo-nos do livro de Philippe Wolff intitulado *O despertar da Europa*. Nesta obra o autor trabalha três contextos distintos nos quais a influência de determinados indivíduos dentro do universo da intelectualidade favoreceu a realização de mudanças políticas e sociais no medievo europeu. Dentre as personagens trabalhadas por Wolff a que mais nos interessa é a de Pedro Abelardo, justamente por se tratar do mesmo contexto histórico no qual atua Otto de Freising. Dentro dessa mesma perspectiva buscamos o texto de Friedrich Heer, intitulado *Aufgang Europas: eine Studie zu den zusammenhängen zwischen politischer Religiosität, Frömmigkeitsstil und dem werden Europas im 12. Jahrhundert*. Tal obra centra-se especificamente no contexto do século XII e nas transformações que este século passou sob a influência de personagens marcantes, como Bernardo de Clairvaux, Pedro Abelardo, João de Salisbury, Anselmo de Canterbury e o Papa Alexandre III. Destes o que mais nos interessou foi a parte dedicada a Bernardo de Clairvaux, líder cisterciense que, nos parece, influenciou deveras o pensamento de Otto de Freising.

A natureza de nossa fonte também exige que trabalhem com algumas obras que tratem da especificidade do gênero historiográfico/cronístico no medievo. A respeito dessa questão trabalhamos primeiramente com a obra de Pedro Juan Galán Sanchez intitulada *El Género Historiográfico de La Chronica: las crónicas hispanas de época visigoda*. Tal obra nos apresentou os primeiros fundamentos para o trabalho com o gênero cronístico, apresentando aspectos comuns presentes nas obras que se fundamentam na tradição cronística eusebiana e agostiniana. Entretanto o distanciamento entre nossa fonte e o período a respeito do qual Galán Sanchez escreve nos impôs a busca de textos ligados mais diretamente ao nosso período. Chegamos assim aos artigos do Prof. Hans-Werner Goetz, *Geschichtsbewusstsein und Frühscholastik in der spätsalischen und frühstaufischen Weltchronistik*<sup>21</sup>; Die

---

<sup>21</sup> “Consciência histórica e pré-escolástica nas crônicas universais do período tardo-sálico e início do

*Geschichte im Wissenschaftssystem des Mittelalters*<sup>22</sup>; *Wahrnehmungs- und Deutungsmuster als methodisches Problem der Geschichtswissenschaft*<sup>23</sup> e *Der hochmittelalterliche Geschichtsschreiber und seine Quellen*<sup>24</sup>. Ainda para cobrir as questões que pudessem surgir a respeito da natureza narrativa de nossa fonte buscamos o artigo de Calos Clamote Carreto intitulado *A verdade dos simulacros: a (re)criação do mundo na narrativa medieval*.

Ainda uma necessidade teórica a ser trabalhada refere-se à figura do imperador medieval. Questões como os seus deveres, seus gestos, suas posturas, bem como quem deve obedecê-lo e a quem ele deve obedecer, sobre que territórios ele domina, as distinções entre a pessoa e o posto que ele exerce, entre outras são tratadas no livro do historiador inglês Benjamin Arnold intitulado *Princes and territories in medieval Germany*, de grande interesse nosso, pois a problemática que estamos propondo liga-se exatamente à figura do imperador. É preciso, pois, compreender o que é esse imperador para entender como Frederico I veio a se tornar um imperador ideal dentro da proposta de Otto de Freising. Complementa esta perspectiva o trabalho de Jean Favier *Carlos Magno*.

As não menos importantes obras historiográficas nos serão úteis na construção do contexto no qual o objeto está inserido. Para tanto contamos com uma vasta coleção de obras em sua maioria da historiografia alemã e inglesa, pois são as academias cujas obras, sobre o medievo germânico, tivemos maior acesso. Um grande manual de, publicado em dois volumes, é o *The New Cambridge Medieval History*, quarto tomo que abarca o período de 1024 a 1198. Constitui-se de um manual de história medieval organizado por David Luscombe e Jonathan Riley-Smith e possui capítulos escritos por diversos autores, especialistas em cada assunto presente no livro, incluindo não somente a história do medievo clássico, mas também das áreas marginalizadas por muito tempo na academia medieval tradicional, ligada ao eixo França/Alemanha/Reino-Unido, como a península ibérica, o leste europeu eslavo, a Escandinávia, e regiões externas à Europa,

---

período staufer”. Tradução livre

<sup>22</sup> “A História no sistema de conhecimento da Idade Média”. Tradução livre

<sup>23</sup> “Método interpretativo e método assimilativo como problemas metodológicos da ciência histórica”. Tradução livre.

<sup>24</sup> “O historiador da Alta Idade Média e suas fontes”. Tradução livre.

como o norte de África, Oriente Médio e Ásia. Com uma gama tão vasta de informações é possível traçar com maior precisão um contexto bastante amplo do que estava ocorrendo dentro e fora do Império.

Em caráter mais específico da realidade Imperial, as obras de Horst Fuhrmann, *Germany in High Middle Ages: c. 1050 – 1200*, que traz uma abordagem alinhada à Nova História Política, com ênfase nas relações de poder entre os grupos políticos dominantes, como a relação entre nobreza, Império e Papado. De Malcolm Barber a obra *The Two Cities: Medieval Europe 1050 – 1320*, no qual o autor procura implementar uma metodologia que parte da filosofia da história de Otto de Freising, o que é particularmente interessante. O autor analisa a história europeia a partir das relações sociais e políticas de uma sociedade que não vê separação entre religioso, político, moral e ético. Benjamin Arnold oferece-nos duas obras de uma análise deveras mais profunda da sociedade medieval germânica, que nos auxiliarão na compreensão da formação e estrutura da nobreza germânica, em *German Knighthood 1050 – 1300*, e da sociedade e economia, dos modos de produção e reprodução dessa sociedade, as resistências e as alterações que ela promove, embora fugindo de uma análise de cunho marxista, em *Power and Property in Medieval Germany*.

Em Hans Erich Stier e Robert-Hermann Tenbrock encontramos duas obras de História da Alemanha, ambas com capítulos dedicados exclusivamente ao reinado de Frederico I, que trouxeram dados de seu governo juntamente com as obras monográficas de Marcel Pacaut e Franco Cardini sobre o imperador. Por fim, ainda a monumental obra clássica de Frederich Heer, *Das Heilige Römische Reich*, que se trata exclusivamente de uma história do Sacro Império Romano, a partir de uma perspectiva político-jurídica, bastante em voga na década de 1960, quando a obra foi composta.

Resta-nos fazer algumas considerações a respeito da estrutura do trabalho que se segue. Num primeiro capítulo optamos por realizar uma abordagem do conceito de Império com o qual estamos trabalhando. Esta abordagem conceitual divide-se em três partes. Inicialmente tratamos de questões gerais a respeito da existência de um Império Romano no medievo europeu, assim como as razões pelas quais havia uma crença na necessidade da continuidade do Império Romano da Antiguidade, e como isso se



traduziu, nos séculos que se seguiram à queda de Roma diante das incursões germânicas em 476 d. C., em formulações teóricas a respeito do Império no medievo e suas relações com os demais poderes e com as estruturas sócio-políticas surgidas naquele novo tempo.

Na segunda parte trabalhamos com os ideais universalistas propostos para o Império a partir do momento no qual este se funde com a religião cristã, igualmente de proposta universalista. Toca também esta parte do trabalho nos conflitos entre a permanência de um Império Romano com sede em Constantinopla, universalista na forma como constrói um amálgama de três propostas globalizantes, a de *orbis* romano, de *orbis* cristão e de *oikumene* helenística. Explorar este tema é de fundamental importância para a compreensão da argumentação apresentada pelo bispo de Freising, especialmente no primeiro livro da *Gesta*, quando o autor está tratando das relações entre Conrado III e a casa dos Comnenos de Constantinopla. Como veremos mais adiante, há uma tentativa do cronista de associar o momento de crise vivido no Império do Ocidente europeu no século XII, com o interlúdio ocorrido entre o século V e o século VIII. Dessa forma a tentativa do bispo é de aproximar a figura de Frederico I à de Carlos Magno, ambos como fundadores de grandes momentos no Império Romano. A terceira parte aborda a tutela do Império pelos germânicos, a partir de Otto I. Também tem importância este trecho para a análise da argumentação do bispo Otto, pois para ele a relação de consangüinidade entre a casa Sálica e a casa Staufen era elemento legitimador fundamental na ascensão de Frederico I ao trono, e a possibilidade de encontrar uma linhagem que recuava até Otto I sem dúvida provia o jovem imperador de um trunfo contra quaisquer acusações de usurpação. Além disso, há a necessidade de se compreender as especificidades do exercício imperial sob os germânicos, as instituições por eles criadas, e os ritos que confirmavam e legitimavam o império dos reis germânicos sobre o Ocidente medieval.

No segundo capítulo tratamos do contexto narrado na *Gesta Friderici*, que se estende desde meados do século XI, com a ascensão de Henrique IV ao trono imperial, até meados do século XII, quando o cronista morre. Este segundo capítulo encontra-se dividido também em quatro subitens, para que seja mais fácil a compreensão do texto.

As primeiras duas partes encontram-se ainda em conexão com o tema tratado no capítulo anterior, do conceito de Império, mas já aplicadas ao contexto histórico da Crise das Investiduras e da crise do século XII. Na terceira parte exploramos dados contextuais mais gerais para aproximar o leitor dos eventos que serviram de pano de fundo durante a elaboração da *Gesta Friderici*, e que estão presentes no relato do frisigense. Este contexto se estende desde a ascensão de Henrique IV até o final dos eventos narrados pelo bispo em 1158, cobrindo cerca de um século. Embora seja um recorte bastante extenso, tentamos ser bastante concisos e nos ater aos dados mais significativos para a compreensão da nossa fonte. Conclui este segundo capítulo um trecho dedicado à apresentação dos dados referentes ao autor da *Gesta*, Otto de Freising.

O terceiro capítulo é a análise que propomos para a fonte escolhida. Também se subdivide em partes. Inicialmente tratamos de questões gerais ligadas à fonte, como a sua originalidade, algumas considerações sobre seu conteúdo e como esta obra está para o restante da historiografia. Em seguida a análise da fonte se divide em três grandes temas que encontramos durante sua leitura: o tema do cisma, da unidade e dos vícios e virtudes. O tema do cisma domina em grande parte o livro I da *Gesta*, que trata dos acontecimentos anteriores à ascensão de Frederico I – mas ainda algumas referências ao cisma aparecem durante seu reinado, como no caso da disputa dos dois Henriques sobre o ducado da Baviera. Em seguida apresentamos o tema da unidade, que se opõe naturalmente ao cisma. Acreditamos ser a proposta central de Otto de Freising. Se o cronista vislumbra a criação de um *Imperium Christianum*, isso se torna possível dentro de uma perspectiva de unidade. Dentro dessa proposta cremos que Otto segue dois caminhos principais, e daí advém os dois subitens deste trecho. Primeiramente a guerra, como elemento aglutinador dos anseios de expansão da cristandade e pelo estabelecimento da ordem e da subsequente paz. Em seguida o papel do conselho na orientação dos rumos do Império, atuando como o ‘pescoço’ na alegoria da sociedade como um corpo, em que o imperador é a cabeça. Por fim, no último trecho tratamos dos vícios e virtudes, que por toda a *Gesta* aparecem como marcas da degeneração imperial ou de sua proposta de *renovatio*.

Adiantamos logo na introdução alguns dados também de ordem técnica. Ao

referirmo-nos ao bispo Otto de Freising como frisigense durante a obra, por ser este o aportuguesamento do termo latino utilizado para designar o bispo da diocese de Freising (*frisigensis*). Chamamo-lo também de cronista, em virtude de sua obra magna, a *Chronica sive historia de duabus civitatibus*, e historiador, por se tratar a *Gesta* uma *historia* dentro de sua concepção medieval, como tratamos no capítulo 3. O termo ‘monge cisterciense’ também pode aparecer referindo-se a Otto, embora tenhamos preferido no geral reportarmos-nos a ele por seu cargo último, de bispo. Entretanto quando cremos estar Otto falando a partir da perspectiva monástica cisterciense o título de monge melhor o caracterizava. A profusão de homônimos no século XII dentro dos círculos da nobreza germânica é enorme. Os Fredericos e Henriques são diversos, forçando-nos a fazer uso de seus epítetos em diversas ocasiões. Desse modo ‘o Leão’ e ‘o Soberbo’ são ambos Henrique, porém personagens distintos. Quanto a Frederico a distinção mais patente é o fato do personagem principal da *Gesta* ser o imperador, enquanto os demais são bispos e duques. Quanto a Frederico, o Barbarossa, ousamos chamá-lo imperador, por estes motivos supracitados, mesmo antes de este ter recebido as insígnias em Roma. Chamamo-lo às vezes também de rei dos germânicos, em especial durante a sua campanha na Itália, onde a distinção entre rei e imperador se fazia mais necessária. Os nomes consagrados em português foram mantidos, como Henrique IV ou Eugênio III; já os nomes que possuem escrita não consagrada em território brasileiro foram, na medida do possível, mantidos na forma germânica consagrada, ou traduzidos para a forma mais próxima no português. Optamos por também utilizar, sempre que possível, o nome das localidades em seu dialeto original, logo não traduzimos Mainz por Mogúncia ou Trier por Tréveris. A exceção talvez seja com alguns nomes consagrados, como Colônia, ou Reno e Alpes. Otto de Freising nos apresenta também o desafio lingüístico dos *principes*. O termo latino é utilizado pelo bispo tanto para referir-se à alta nobreza germânica, os duques, quanto para falar do imperador. Tentamos ao máximo evitar transpor a ambigüidade – que se acentua no panorama dos homônimos – para nosso trabalho, referindo-nos preferencialmente à alta nobreza como *magnates*, seguindo as observações feitas por Benjamin Arnold.<sup>25</sup> Ao

---

<sup>25</sup> ARNOLD, Benjamin. *Princes and Territories in medieval Germany*. Cambridge: University Press. 2003; ARNOLD, Benjamin. *Power and property in medieval Germany: Economic and Social Change c. 900-1300*. Oxford: University Press. 2004; ARNOLD, Benjamin. *German Knighthood: 1050-1300*. Oxford: Clarendon Press. 1985.

final da dissertação poderão ser encontrados apêndices.

# **1 O Império na Idade Média:**

... não é possível assenhorar-se dos fatos da vida histórica, complexos e carregados de individualidade, mediante alguns poucos conceitos genéricos e unilaterais (Otto Hintze)

## **1.1 Algumas considerações preliminares:**

A sentença que dá título a este trecho do trabalho não poderia exprimir de maneira mais clara aquela que foi talvez a questão inicial que nos levou a desenvolver esta pesquisa. Afinal, o que de fato é o Império na Idade Média, mais precisamente aquele da alta Idade Média, controlado pelos reis germânicos desde seu ressurgimento no século X? Somente a partir de uma noção clara do que é esta instituição medieval será possível compreender as construções teóricas que a envolviam e legitimavam, objeto de nossa pesquisa. Longe de ser uma tarefa fácil, entretanto, compreender o que o homem medieval entendia por Império significaria perseguir em grande medida os conceitos que nos diferentes momentos se criaram para defini-lo, promover o diálogo dessas múltiplas realidades e tentar encontrar em meio a um universo bastante vasto, uma linha que conectasse todas as manifestações teóricas de Império, desde a Antigüidade Tardia até ao menos o início da Expansão Ultramarina, extraindo dessa linha geral uma espécie de conceito geral de Império presente na Idade Média, o que esta dissertação que agora apresentamos mostra ser uma tarefa sobre-humana, se não ilusória. Não foi esta, entretanto, a nossa ambição. Tratamos nesta dissertação apenas uma de suas facetas, apresentada na obra de Otto de Freising, a do *Imperium Christianum*<sup>26</sup>. Para torná-lo inteligível ao leitor – e ao próprio pesquisador – faz-se necessário definir este Império nas suas atribuições teóricas e políticas, presente no alto-medieval centro-europeu, a que se preza este capítulo inicial, conceitual.

---

<sup>26</sup> Durante esta dissertação diversas vezes aparecerá este termo ou sua variante *Imperium Christianissimus*, referindo-se a uma proposta ideal que surge no século XII como resposta a aspirações dos intelectuais medievais que viam uma necessidade de reconciliação entre os potentados temporais e espirituais, em crise desde o final do século XI, como veremos mais adiante. A respeito da utilização de termos latinos, cremos ser de suma importância em um trabalho acadêmico a precisão conceitual, e partindo desse princípio usamos a terminologia latina por acreditar que ela reflete melhor a expressão intelectual e é mais singular, logo mais específica, do universo europeu do século XII.

O Império medieval modelou em grande medida diversas regiões européias, em especial na região da atual Europa central e ocidental, e em menor medida, na Europa oriental. Essa influência sobre os modernos centros europeus trouxe consigo um fascínio em torno do tema do Império Medieval. Essa influência se deu principalmente sobre os historiadores alemães, que pela natureza germânica que constituía o núcleo do Império na Idade Média, tentaram desde cedo vislumbrar um projeto de continuidade entre o que se acreditava constituir as origens do Estado Alemão no medievo e aquilo que se pretendia fosse o Estado Alemão desde o século XIX.<sup>27</sup> Os exercícios de análise histórica buscavam mais que compreender os diversos aspectos da instituição imperial no medievo, encontrar uma relação com a Alemanha moderna.

O resultado disso é uma série de trabalhos historiográficos que marcaram os cem anos entre 1850 e 1950 buscando nos documentos medievais as origens de um Império Alemão, enquanto instituição sob a qual se aglomeravam os povos germânicos do medievo. Uma clara influência dos ideais de pangermanismo orientava as pesquisas da academia alemã. Durante a década de 1920 os estudiosos foram ainda mais além, e dentro do espírito nacionalista sustentado pelos regimes totalitários, passaram a justificar a expansão imperial com base na pretensa universalidade do Império Medieval.<sup>28</sup> Após a geração que havia vivenciado a ascensão e queda do modelo totalitário na Alemanha, começaram a surgir trabalhos com uma nova preocupação, de retornar às fontes, buscando responder questões como: as apropriações políticas realizadas em relação ao Império Medieval possuíam algum respaldo na realidade política do medievo? O Império na Idade Média constituía uma continuidade do Império da Antigüidade? As pretensões a um Império Universal estavam embasadas em um domínio real do Ocidente medieval? Tais perguntas, de caráter mais geral, também estão postas na nossa proposta de trabalho, embora estejamos tratando de um recorte específico.

O Império que estamos perseguindo é datado e inserido num contexto. Não precisamos portanto vasculhar toda a Idade Média atrás das práticas imperiais a fim de compreendê-las no nosso recorte. Estamos lidando nesta pesquisa com o século XII,

---

<sup>27</sup> ULLMANN, W. *Escritos sobre teoria política medieval*. Buenos Aires: Edueba. 2003.

<sup>28</sup> ULLMANN, W. Op. Cit. 2003.

portanto, é nesta conjuntura, talvez um pouco mais alargada – uma espécie de longo século XII – que devemos centrar nossos esforços. Há um marco clássico que adotamos como ponto inicial a partir do qual observamos a gradativa implantação de um novo modelo de Império. Refiro-me à disputa ocorrida entre um Papado reformador e um Império em crise; a chamada Querela das Investiduras. Posta essa baliza inicial, é preciso colocar também uma final. A tendência mais natural seria marcar o final com o grande interregno, iniciado em 1254, entretanto, isso traria alguns problemas quanto à amplitude do recorte e à dificuldade da definição de uma prática imperial em um período tão extenso. Optamos então por marcar o fim dessa larga conjuntura com a ascensão de Henrique VI, marcando o restabelecimento de uma linha sucessória baseada na hereditariedade no ambiente imperial. Temos dessa maneira uma conjuntura que vai aproximadamente de 1070 a 1190, a derrocada da dinastia Sálica, as crises de sucessão do início do século XII e a ascensão da dinastia Hohenstaufen. É nesse ambiente que queremos encontrar o Império o qual serviu de base a partir da qual o bispo frisigense<sup>29</sup> formulou suas propostas políticas imperiais.<sup>30</sup>

Passando então de fato ao tema do Império na Idade Média, deparamo-nos com um problema. Mesmo que queiramos identificar o Império Medieval do século XII, precisamos traçar alguns apontamentos que nos remetem a períodos exteriores à nossa baliza, pois como escreveu o historiador Robert Folz

O conceito de império era um legado dos tempos antigos e tem sido um dos temas dominantes do desenvolvimento humano. Para estudar a história na Idade Média é preciso tomar consciência de sua força e ver como a sucessão de fatores contribuintes ao conceito fascinaram as mentes dos homens. Na Idade Média nada do que acontecia era tido como algo absolutamente novo: mais usualmente cada desenvolvimento ou evento era visto como uma renovação de um estado anterior das coisas.<sup>31</sup>

<sup>29</sup> Estaremos nos referindo ao bispo Otto de Freising como frisigense, pois assim indica o apontamento da forma latina consagrada através da própria obra de Otto, *frisigensis*.

<sup>30</sup> Algumas considerações a respeito do estabelecimento do Império sob a tutela dos reis germânicos a partir do século X, assim como indicações sobre as estruturas e o funcionamento da instituição imperial comandada por estes serão necessárias para localizar contextualmente o leitor.

<sup>31</sup> FOLZ, Robert. *The concept of empire in western Europe: from the fifth to the fourteenth century*. Londres: Edward Arnold. Trad. Sheila Ann Ogilvie. 1969, p. xi. “The concept of empire was a legacy

Uma questão que, tão importante quanto às outras, nos chama mais a atenção seria: por que surge um Império na Idade Média?<sup>32</sup> Percorrendo a documentação chega-se à conclusão de que de fato houve uma continuidade do Império Romano durante todo o período medieval, mas ao contrário do que aqueles historiadores alemães do século XIX queriam nos fazer crer, este Império tratava-se daquele cuja capital era Constantinopla, e que surgira quando o Império Romano se dividiu entre Ocidente e Oriente, tendo a *pars orientalis* sobrevivido enquanto a *pars occidentalis* sucumbia frente às mudanças políticas ocorridas a partir das migrações dos povos germânicos. Este ponto nos leva a mais uma questão, que é: como e por que surgiu no Ocidente outra instituição que não só se intitulava herdeira legítima do Império Romano, mas também considerava a si como o único Império verdadeiro, relegando o Império Bizantino ao nível de reino dos gregos ou no máximo Império dos gregos, mas negando-lhe o caráter romano?<sup>33</sup> De fato os bizantinos haviam absorvido em seu Império os caracteres romano, helenístico e cristão formando um amálgama político dessas três influências. A universalidade administrativa do Império Romano se encontrara ali com a universalidade teológica do Cristianismo e a universalidade cultural do helenismo, criando uma sociedade e um governo multifacetário. O basileu, o *autokrator*, era sumo governante e sacerdote, dotado de extrema autonomia, era a figura central do Império, numa clara relação com o Augusto romano, também governante e sacerdote.<sup>34</sup>

No Ocidente, entretanto, os imperadores bizantinos – e posteriormente os imperadores romanos – encontraram nos Papas de Roma figuras de resistência a essa universalidade do poder imperial. “Em virtude de sua função petrinológica, [o Papa] negou a função do vice-representante imperial de Deus na terra, cuja tarefa era

---

from ancient times and it has been one of the dominant themes of human development. To study its history in the Middle Ages is to become aware of its strength and to see how the succession of factors contributing to the concept have fascinated the minds of men. In the Middle Ages nothing that happened was ever regarded as absolutely new: more usually each development or event was seen as a renewal of a former state of things”. Tradução livre.

<sup>32</sup> ULLMANN, W. Op. Cit. 2003.

<sup>33</sup> O próprio Otto de Freising explora esse aspecto em sua *Gesta Friderici I imperatoris*, ao transcrever as cartas trocadas entre Conrado III e a chancelaria bizantina sob João II Comneno e seu sucessor Manuel I Comneno. Otto mostra nas passagens as mudanças na forma como cada imperador (o germânico e o basileu bizantino) se refere ao seu interlocutor nas missivas. Mais adiante exploraremos tais temas em meio à nossa análise da fonte. OTTO In: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. 25.

<sup>34</sup> ULLMANN, W. Op. Cit. 2003.



aprender, não ensinar”.<sup>35</sup> O primeiro grande desafio destes Papas da Antiguidade Tardia se deu ainda em meio ao século V, quando a posição avessa às interferências imperiais nos assuntos do Papado significaram um primeiro cisma entre Roma e Constantinopla, uma vez que os bispos romanos, enquanto cidadãos imperiais estavam submetidos ao poder bizantino e sua insubordinação equivalia a alta traição, uma *laesio divinae magestatis*.<sup>36</sup> Em contrapartida os Papas de Roma perderam direito a qualquer reivindicação no campo espiritual em relação às igrejas estabelecidas no Oriente, mais próximas das áreas de influência do patriarca de Constantinopla. A situação oriental desfavorável levou os Papas a transferirem seus olhares para o Ocidente germânico, região na qual conseguiram impor a visão da primazia da Sé Romana, ou seja, de si próprios. O afastamento da cidade de Roma do Império Bizantino foi talvez a mais visível e direta consequência de tal atitude dos pontífices.

A criação de um estado pontifício no século VIII, afastado da influência de Bizâncio e amparado no *Constitutum Constantini* significou o primeiro passo para a total autonomia de Roma. A defesa do ponto de vista a partir do qual o Papa Silvestre, à época do imperador Constantino, haveria se negado a usar a coroa imperial, enviando-a a Constantinopla e assim garantindo a transferência da capital do Império no século IV, fazia com que os Papas resguardassem a primazia sobre a instituição imperial, sendo os verdadeiros detentores do poder de coroar o imperador pelo seu direito legítimo de posse sobre a coroa, e os imperadores apenas seus delegados. Este será inclusive um dos temas principais que virá à tona na crise das investiduras, que será tratado mais além. A consolidação deste ponto de vista vai ocorrer na coroação de Carlos Magno em dezembro de 800 em Roma, naquilo que se pode entender como uma afronta direta ao poder pretendido pelos imperadores de Constantinopla, agora relegados a um segundo plano, ao menos dentro das concepções políticas do Ocidente europeu, dominadas pelo pensamento romano,<sup>37</sup> o de reis dos gregos. “No Ocidente havia apenas um imperador autêntico, que era o imperador ‘dos Romanos’, segundo a fórmula que, em 982, a

---

<sup>35</sup> ULLMANN, W. Op. Cit. 2003, p. 40 “En virtud de su función petrinológica, [o Papa] negó la función misma del vice-representante imperial de Dios en la tierra, cuya tarea era aprender, no enseñar”. Tradução livre.

<sup>36</sup> ULLMANN, W. Op. Cit. 2003.

<sup>37</sup> Pensamento de caráter cristão vinculado às concepções da igreja de Roma, em oposição a um vínculo à igreja bizantina.

chancelaria otoniana tinha adotado, relativamente a Bizâncio”.<sup>38</sup> Este fato vai de encontro a um segundo ponto fundamental para entender o surgimento do Império no Ocidente. Trata-se do poder criativo do Papa<sup>39</sup> [sic], sem a atuação do qual não haveria existido um Império Romano no Ocidente medieval, para o qual seu criador havia também apontado funções específicas.<sup>40</sup> A intervenção dos Papas na política imperial será uma marca constante durante toda a existência do Império na Idade Média. A própria existência de um imperador e de seu poder estava subordinada ao reconhecimento e aceitação das funções e do papel do Papa nessa estrutura, fazendo surgir um Império carente da autonomia muitas vezes ambicionada pelos imperadores. Ainda um terceiro ponto fundamental para compreendermos o Império Romano na Idade Média Ocidental, semelhante à proposta dos imperadores bizantinos, este Império se pretendia universal, e neste elemento em específico ele entrava em choque ideológico tanto com seu antagonista de Constantinopla, quanto com seu criador, o Papado. “Certamente que tudo isto eram idéias dos clérigos, pelo menos originariamente”.<sup>41</sup>

## 1.2 A Universalidade do Império:

Os ideais de Império na Idade Média subsistiram em dois universos principais e distintos: no nível das aspirações teológico-filosóficas e no nível das realidades práticas. Nossa análise segue em direção daquele primeiro, mas ao tocar este segundo na narrativa do frisigense, faz-se necessária uma breve apresentação do segundo também neste momento.<sup>42</sup> No primeiro, o sentido de toda crença imperial girava em torno de uma proposta universalista, herdeira de concepções gregas e helenísticas que colocavam o Império como *oikoumene*, a realização da unidade dos povos civilizados, criando um mundo pacífico e ordenado em oposição ao universo de barbárie, exterior e anterior à realidade imperial. Essas concepções eram reforçadas pelos ideais de

---

<sup>38</sup> BLOCH, Marc. Op. Cit. 1982, p. 429

<sup>39</sup> Este conceito de “poder criativo” do Papado foi apresentado por Walter Ullmann, numa referência ao fato do Império ocidental ter sido criado por uma manobra política dos pontífices. A mesma perspectiva, de que o surgimento do Império Medieval no Ocidente seria uma manobra política do Papado se encontra no artigo de NIETO SORIA, J. M. [s.d.]

<sup>40</sup> ULLMANN, W. Op. Cit. 2003.

<sup>41</sup> BLOCH, M. Op. Cit. 1982, p. 429

<sup>42</sup> Embora apareçam os dois âmbitos neste momento inicial, não pretendemos trabalhar ambos, ou compará-los em nossa análise. A pesquisa da presença de um ideal imperial no nível prático seria tema de todo um trabalho distinto deste que agora nos propomos.

universalidade do cristianismo, que a partir de Constantino reiterava o conceito de *orbis christianus* coincidindo com o conceito de *orbis romanus*, como afirmou o Papa Leão Magno.<sup>43</sup> O pensamento teológico cristão reforçava a existência de um *imperium* como necessidade para o cumprimento das profecias bíblicas do profeta Daniel e do Apóstolo João, para os quais o mundo veria a sucessão de quatro impérios, ao final dos quais se daria a consumação dos tempos, o apocalipse, e o retorno do Messias para a salvação final de toda a cristandade. Sobre o livro do apóstolo João “entre os clérigos, isso era afirmado habitualmente, pois que a interpretação geralmente dada ao Apocalipse obrigava a ver nele [no Império medieval] um dos quatro Impérios anteriores ao Fim do Mundo”.<sup>44</sup> Já sobre a profecia vetero-testamentária:

Neste caso se tratava do fragmento do livro de Daniel, em que este interpretava um sonho diante do rei da Babilônia, Nabucodonosor, augurando o profeta a sucessão de quatro reinos, o reino de ouro, de prata, de bronze e de ferro, que haveriam de se suceder na dominação do mundo, em um processo de corrupção progressiva, até que se tomasse lugar a chegada do reino celeste, sob cujo domínio triunfaria definitivamente a paz.<sup>45</sup>

Essa sucessão de Impérios se dava através do movimento chamado *translatio imperii*, que no período medieval acaba se reformulando como *renovatio imperii*, no sentido de uma continuidade histórica entre o Império Romano da Antigüidade e o Império medieval. Sobre a elaboração desse mito político da continuidade Nieto Soria escreve:

O mito da *translatio* é coerente com o sentido da história que se apresenta em Santo Agostinho, Orósio ou Eusébio de Cesárea e com o que é uma característica geral dos mitos políticos, o da relação entre história e divindade. O que o processo de *translatio* representa é a materialização de um plano divino no qual o mal parece triunfar sobre o bem, pelo que a história se considera como um lugar inadequado para a vitória do bem, o que

<sup>43</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969.

<sup>44</sup> BLOCH, M. Op. Cit 1982, p. 430.

<sup>45</sup> NIETO SORIA, J. M. Op. Cit. [s.d.], p. 415. “En este caso se trataba del fragmento del libro de Daniel, en el que éste interpretaba un sueño ante el rey de Babilonia, Nabucodonosor, augurando el profeta la sucesión de cuatro reinos, el reino del oro, de la plata, del bronce y del hierro, que habrían de sucederse en la dominación del mundo, en un proceso de corrupción progresiva, hasta que se produjera la llegada del reino celeste, bajo cuyo dominio triunfaría definitivamente la paz”. Tradução livre.

exige recorrer a uma salvação que tem lugar no plano do transcendente, ao que se chega mediante uma série de etapas representadas no plano político pela *translatio*. O tema mítico da *translatio* é, definitivamente, uma projeção dos mitos de origem. O desenrolar da história é uma forma de repetição, de corrupção e de degeneração. O tempo se constitui em agente de degeneração e de corrupção, não de criação. A história permanece retida, não havendo possibilidade de progresso. Nesta visão catastrofista existe uma idade de ouro perdida, a respeito da qual se estabelece a ilusão de uma recuperação, posto que, ao fim das contas, a *translatio* sempre é uma *recuperatio* ou, ao menos, uma esperança de *recuperatio*.<sup>46</sup>

A manutenção de tal mito político no Medievo se deu, pois “[...] o Império sobreviveu nas mentalidades dos homens como ambos um ideal de cultura e uma noção *quasi*-religiosa. O segundo destes [elementos] logo provou ser bem mais forte e como resultado a idéia de um *Imperium Christianum* começou a se desenvolver”.<sup>47</sup>

No nível das realidades práticas a sobrevivência dos ideais imperiais se deu de maneira distinta, mas não menos importante para o estudo que estamos desenvolvendo. A própria noção de *imperium* evocava já alguma autoridade que imbuía de uma superioridade intrínseca o seu portador, o *imperator*. Autoridade essa de forte cunho militar, já que a *aclamatio* do imperador se dava a partir das tropas comandadas por ele diante de uma campanha vitoriosa antes de se tornar o reconhecimento oficial da titulatura imperial à qual o general ascendia. Daí vem a famosa afirmativa de São Jerônimo *Exercitus facit imperatorem*.<sup>48</sup> A proliferação de imperadores nas diversas

---

<sup>46</sup> NIETO SORIA, J. M. Op. Cit. [s.d.] p. 416. “El mito de la *translatio* es coherente con el sentido de la historia que se presenta en San Agustín, Orosio o Eusebio de Cesarea y con lo que es un rasgo general de los mitos políticos, el de la relación entre historia y divinidad. El proceso de *translatio* lo que representa es la materialización de un plan divino en el que el mal parece triunfar sobre el bien, por lo que la historia se considera como lugar inadecuado para la victoria del bien, lo que exige de recurrir a una salvación que tiene lugar en el plano de lo trascendente, al que se llega mediante una, serie de etapas representadas en el plano político por la *translatio*. El tema mítico de la *translatio* es, en definitiva, una proyección de los mitos de los orígenes. El desarrollo histórico es una forma de repetición, de corrupción y de degeneración. El tiempo se constituye en agente de degeneración y de corrupción, no de creación. La historia queda detenida, no habiendo posibilidad de progreso. En esta visión catastrofista existe una edad de oro perdida, con respecto a la cual se ha establecido la ilusión de la recuperación, puesto que, a fin de cuentas, la *translatio* siempre es una *recuperatio* o, al menos, una esperanza de *recuperatio*”. Tradução livre.

<sup>47</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969, p. 5 “[...] the Empire survived in men’s minds both as a cultural ideal and a quasi-religious notion. The second of these soon proved to be much the stronger and as a result, the idea of an *Imperium Christianum* began to evolve”. Tradução livre.

<sup>48</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969

províncias imperiais nos primeiros séculos colocava aos pensadores baixo-imperiais e tardo-antigos o problema da delimitação de quem era de fato o imperador romano, o *augusto*, que a despeito das eleições dos soldados, deveria ser reconhecido como único governante universal sobre o Império Romano. Nossa busca recai justamente sobre essa definição dos legítimos *augustos*. Mais que a busca pelo título de *imperator* é a busca pelos chefes do Império Romano que perseguimos aqui, e como essa noção de líder universal romano se transformou para suportar a figura do imperador medieval. Isidoro de Sevilha dá-nos uma boa definição do que é este Império Romano, liderado pelos Césares *Augustos*, frente às demais pretensões imperiais, apontando uma visão que em linhas gerais moldará as concepções medievais de *Imperium*. Nas suas etimologias Isidoro escreve:

Entre os romanos, entretanto, trazer o nome de imperador era algo tão elevado, que primeiramente consistia no mais alto grau no que se refere aos militares, e por esta razão eram chamados imperadores, por imperarem sobre o exército: mas enquanto os imperadores exercessem de longa data os títulos imperiais, o senado julgou que este nome tão elevado fosse o de Augusto César, e que assim se distinguisse dos reis de outras nações; e que os Césares subseqüentes usurparam até o presente.<sup>49</sup>

Chegamos assim a um elemento chave para entendermos o Império na Idade Média Ocidental. Dele é feita uma distinção em relação aos demais reinos que estão surgindo no Ocidente Medieval. Inicialmente a noção de Império não permitia a coexistência de reinos dentro de sua proposta de unidade. Como aponta Walter Ullmann, “O monoteísmo cristão contribuiu poderosamente para o fortalecimento e elaboração da idéia de que, assim como havia um Deus no céu, também havia somente um monarca sobre a terra”.<sup>50</sup> Esta concepção de Império como sendo um reflexo terrestre do governo da divindade, monoteísta nos preceitos da religião cristã, ganhou

<sup>49</sup> ISIDORUS. *Etymologiarum*, IX, 3, 14. “Imperatorum autem nomen apud Romanos eorum tantum prius fuit apud quos summa rei militaris consisteret, et ideo imperatores dicti ab imperando exercitui: sed dum diu duces titulis imperatoriis fungerentur, senatus censuit ut Augusti Caesaris hoc tantum nomen esset, eoque is distingueretur a ceteris gentium regibus; quod et sequentes Caesares hactenus usurpaverunt”. Tradução livre.

<sup>50</sup> ULLMANN, W. *Op. Cit.* 1970, p. 32. “Christian monotheism powerfully contributed to the strengthening and elaboration of the idea that, just as there was one God in heaven, so there was only one monarch on earth”. Tradução livre.

especial destaque com a formulação de uma ideologia imperial cristã no século IV através da pena de Eusébio de Cesárea e seus escritos sobre o governo de Constantino. Entretanto, como afirma Folz: “Pouco a pouco [...] esta aguda distinção [entre Império e reinos] tornou-se confusa e o sentido dos dois termos se aproximou”.<sup>51</sup> Diversos fatores influenciaram essa aproximação e alteração dos sentidos dos termos. O mais importante que poderíamos destacar foi justamente o advento das migrações dos povos germanos para o interior dos territórios controlados pelo Império Romano, no qual tais povos se assentaram, estabelecendo seus domínios sobre as províncias romanas, transformando-as em reinos. Esses reinos reconhecerão a autoridade imperial, embora em geral apenas no tocante às relações externas entre o *Imperium* e esses *regna*.

Este processo alterou o conceito de Império em direção da noção que o imperador tinha supremacia sobre os reinos [...], entretanto, isto parece claro que possuísse alguma similaridade com uma das noções fundamentais do principado clássico, o de *auctoritas*, isto é, superioridade moral, inerente tanto na pessoa quanto na instituição à qual todos estavam sujeitos e que era bem diferente da *potestas* da autoridade pública, a qual era exercida por meio do maquinário jurídico.<sup>52</sup>

Essa imagem de um Imperador sendo superior em autoridade aos demais reinos da terra se firmou cada vez mais nas mentalidades medievais, tanto no Ocidente europeu, quanto no Oriente bizantino. “[...] ele [o título imperial] parecia exprimir uma superioridade sobre o comum dos reis: os ‘roitelets’ (*reguli*) (reizinhos) como se dizia, por brincadeira, no ambiente do senhor, no século XII”.<sup>53</sup> “Esta afirmação de universalidade é o ponto principal que distingue o imperador de qualquer outro rei medieval”.<sup>54</sup> Daí a necessidade de uma união específica para o imperador ascender a tal cargo, além do recebimento das insígnias propriamente imperiais, ambos os ritos

<sup>51</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969, p. 6. “Little by little [...] this sharp distinction [entre Império e reinos] became blurred and the two terms drew closer in meaning”. Tradução livre.

<sup>52</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969, p. 6-7. “This process steered the concept of empire towards the notion that the Emperor had supremacy over the kingdoms [...] however, it does seem clear that it had some similarity to one of the fundamental notions of the classical principate, that of *auctoritas*, i. e. moral superiority, inherent in either the person or the institution to which everyone was subject and that it was very different from the *potestas* of public authority which was exercised through the machinery of the law”. Tradução livre.

<sup>53</sup> BLOCH, M. Op. Cit 1982, p. 428.

<sup>54</sup> ULLMANN, W. Op. Cit. 2003., p. 45. “Esta afirmación de universalidad es el rasgo que distigue al emperador de cualquier otro rey medieval”. Tradução livre

realizados em Roma, pelo Papa.<sup>55</sup> Estabelece-se uma hierarquia dos diferentes tipos de governantes, que se refletirá no feudalismo e nas ordens sociais medievais.<sup>56</sup> Esse modelo hierárquico de níveis de submissão a uma autoridade possui uma forte influência dos escritos neoplatônicos do Pseudo-Dionísio Areopagita e seus escritos a respeito das hierarquias celestes e as ligações entre os seus diversos níveis.<sup>57</sup> O neoplatonismo do Areopagita, juntamente com o de Agostinho e Paulo Orósio servirão em grande medida inclusive como fontes de toda uma cosmovisão medieval que imperará até o ressurgimento dos estudos aristotélicos no âmbito da Universidade de Paris, a partir do século XIII.<sup>58</sup> Isidoro de Sevilha corrobora ainda essa imagem do Império Romano como superior aos demais reinos ao escrever

Entre todos os reinos da terra, entretanto, dois reinos são tidos como mais gloriosos que os demais: em primeiro o dos Assírios, depois o dos Romanos, dado que no tempo, são ordenados entre si, embora distintos no espaço. Pois da mesma forma como aquele por primeiro e este depois, desse mesmo modo aquele no Oriente, este no Ocidente nasceu: e finalmente, no fim daquele o início deste foi imediato. Existem demais reinos e demais reis como se fossem apêndices deles.<sup>59</sup>

e mais tarde, em meados do século VIII, na corte Merovíngia ainda aparece em meio às fórmulas de chancelaria na afirmação “O imperador é quem é preeminente em todo o mundo; os reis de outros reinos sujeitam-se a ele”.<sup>60</sup> Essa passagem indica ainda um tema característico desse Império medieval, oriundo da crise pela qual Roma passa durante a Antigüidade Tardia, de que o *Imperium* seria exercido por aquele líder capaz de estender sua hegemonia sobre os demais reinos do Ocidente Europeu.

<sup>55</sup> BLOCH, M. Op. Cit. 1982.

<sup>56</sup> DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa. 1982.

<sup>57</sup> Dyonisius the Areopagite, *Works*. Londres: James Parker & Co. (trad. John Parker). 1897.

<sup>58</sup> Voltaremos aos temas referentes a Agostinho, Orósio e a cosmovisão medieval quando tratarmos das concepções às quais o autor da Gesta, Otto de Freising, se filia em termos intelectuais. Também sentimos a necessidade de colocar alguns comentários ao neoplatonismo e o neoaristotelismo quando falarmos da Universidade de Paris, a qual Otto frequentou.

<sup>59</sup> ISIDORUS. *Etymologiarum*: IX, 3, 2. “Inter omnia autem regna terrarum duo regna ceteris gloriosa traduntur: Assyriorum primum, deinde Romanorum, ut temporibus, et locis inter se ordinata atque distincta. [3] Nam sicut illud prius et hoc posterius, ita illud in Oriente, hoc in occidente exortum est: denique in illius fine huius initium confestim fuit. Regna cetera ceterique reges velut adpendices istorum habentur”. Tradução livre.

<sup>60</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969, p. 7. “The Emperor is he who is pre-eminent in the whole world; the kings of other kingdoms come under him”. Tradução livre

Ultrapassando a idéia de que somente os romanos seriam capazes de fornecer imperadores e abrindo a possibilidade para que os líderes dos reinos bárbaros pudessem reclamar para si o controle do Império romano, essa passagem recupera o conceito grego de *Hegemon* enquanto pré-requisito para a ascensão a um poder universal.

Temos então por fim um conceito mais bem definido a respeito do Império e suas implicações no pensamento político medieval. A transformação do sentido do *Imperium* em contato com as novas realidades oriundas do contexto de invasões germânicas e estabelecimento dos reinos desses grupamentos sociais dentro dos limites da hegemonia imperial romana, aliada à valorização e gradual expansão dos preceitos do cristianismo, criaram um novo conceito de Império nas mentalidades ocidentais; conceito este que perdurará durante toda a Idade Média, até ao menos o século XIV, quando intelectuais vinculados à casa imperial germânica, como Marsílio de Pádua, Guilherme de Ockham e Dante Alighieri apresentam uma perspectiva nova, ligada ao florescimento dos estudos aristotélico-tomistas da Universidade de Paris no século XIII.<sup>61</sup>

### 1.3 A tutela germânica sobre o Império Romano:

O Império medieval fundado por Otto I, o Grande no décimo século da era cristã, após uma série de campanhas militares de sucesso, constituía-se de um enorme conglomerado de províncias, cada qual com suas características próprias, figurando como algo bastante distinto do que havia sido o Império Romano da Antigüidade e sem paralelos dentro também da era dos Estados Nação modernos. Acreditava-se, entretanto, tratar-se do próprio Império Romano, uma continuidade daquela instituição antiga, que havia convenientemente sido transferida para os francos no ano de 800 e, em 962, aos reis germânicos, na figura de Otto I, herdeiro da *Pars Orientalis* do antigo Império de Carlos Magno. “O desmoronamento do Estado carolíngio tivera como consequência entregar às facções locais as duas dignidades pancristãs: o Papado, aos clãs da aristocracia romana; o Império, aos partidos que se formavam e se desfaziam sem

---

<sup>61</sup> FERNANDES, Fátima Regina. O Conceito de Império no pensamento político tardo-medieval. In: DORÉ, LIMA e SILVA (orgs.). *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild. 2008.



cessar, no baronato italiano”.<sup>62</sup> De fato, o Império sob Otto – e a partir dele também sob seus sucessores – era uma grande confusão de senhorios laicos germânicos e italianos, e de imunidades [senhorios] eclesiásticos que tinham uma origem muito anterior à ascensão de Otto I e mesmo de seu pai, o rei saxão Henrique I. Isso era resultado especialmente das campanhas expansionistas de Carlos Magno, que, após a conquista do reino lombardo em 774 e das áreas além-Reno em 804, havia favorecido o estabelecimento de um modelo de dominação baseado em grandes senhores laicos, francos ou autóctones, e por influentes prelados da igreja. Quando o Império Carolíngio se desintegrou estas estruturas de posse da terra se mantiveram, e foram sustentadas pelos herdeiros das famílias aristocráticas que por este processo se formaram, até períodos bastante recentes da história.<sup>63</sup>

Primeiramente estes senhores usufruíram das vantagens e do prestígio das funções militares que exerceram como condes, duques e margraves<sup>64</sup>, as quais haviam sido conferidas no período carolíngio, assim como também do prestígio das mais altas funções eclesiásticas, de bispos e abades. Em segundo lugar, estes senhores possuíam um vasto patrimônio formado por terras, camponeses, vilas, cidades, fortalezas e todas as jurisdições, imunidades jurídicas, e direitos, serviços e rendas senhoriais que dessas posses advinham. Em terceiro lugar estes *magnates*<sup>65</sup> possuíam também seus próprios séqüitos de homens armados a fim de garantir a defesa de seus patrimônios e a ordem interna em seus domínios.<sup>66</sup> Os próprios monarcas saxões eram originariamente *magnates* oriundos dessa estrutura pós-carolíngia, e mesmo após a eleição de Henrique I para o trono da *Francia Orientalis*, em 919, mantiveram seus conflitos com seus tradicionais rivais.

---

<sup>62</sup> BLOCH, M. Op. Cit 1982, p. 427

<sup>63</sup> ARNOLD, Benjamin. *German Knighthood 1050-1300*. Nova Iorque: Oxford University Press. 1985.

<sup>64</sup> A nomenclatura encontra-se em inglês pelo fato da tradução ao português, marquês, trazer consigo outra concepção de poder e funções dentro do quadro da nobreza. A opção pela manutenção de margrave buscou levar em conta também o contexto de produção da dissertação, que teve como base trabalhos da historiografia de língua inglesa e alemã, que utilizam tal termo. A difusão de trabalhos sobre o medievo germânico e anglo-saxão tem introduzido o termo também à academia brasileira. No caso de citações textuais, é possível que apareça a nomenclatura germânica “Markgraf”.

<sup>65</sup> O termo *magnates*, bastante difundido na historiografia medieval germânica, refere-se ao conjunto dos senhores germânicos, nobres e clérigos. O termo latino traduz-se por “grandes homens” e está no plural. A forma singular adotada é a variação *magnas*.

<sup>66</sup> ARNOLD, B. Op. Cit 1985.

Os *magnates* sem dúvida deviam a homenagem de vassalagem ao rei, pela qual ficavam obrigados a render uma variedade de serviços militares, políticos e na forma de rendas, e um dos maiores sucessos do primeiro imperador germânico foi realizar ordenações no campo administrativo que lhe conferiam a proeminência na indicação dos sucessores não somente dos patrimônios eclesiásticos, por definição sem herdeiros, já que pertenciam aos santos padres aos quais se haviam consagrado, mas também dos ducados, que por tradição eram patrimônios familiares. Entretanto, nem os reis da dinastia saxônica, nem das dinastias que a sucederam nos séculos XI e XII, pretenderam com este poder eliminar a autonomia dos potentados locais ou modificar as estruturas sociopolíticas que sustentavam aquele ambiente. A ausência de tentativas no sentido de uma centralização se explica pela impossibilidade de se criar um Estado, em seu sentido moderno, que pudesse sobrepor aquela estrutura. Em segundo lugar os próprios imperadores eram oriundos dessa estrutura, mudanças de tom tão drástico colocariam em risco a própria existência do imperador. “O novo império era uma hegemonia militar frouxa, criada pelas vitórias de Otto, o Grande, sobre os Eslavos, os Magiares, os Italianos e seus rivais franco-ocidentais”.<sup>67</sup> As conquistas militares, o título imperial, a própria monarquia de fundamentação teocrática, apoiada como era por um complexo sistema de rendas, pelas homenagens dos *magnates* e pelos serviços da igreja não eram capazes de fornecer, contudo, por si próprias, as ferramentas necessárias à criação de um Império centralizado sobreposto à ordem social e ao sistema político-administrativo vigente no medievo germânico.

Este modelo de autonomia dos poderes locais no Império Medieval gerou durante toda a existência desta instituição “[...] conflitos perigosos e duradouros entre imperadores individuais e seus vassalos agressivos [...]”,<sup>68</sup> os quais encontravam força para enfrentar o Império justamente no seu poder local e na autonomia de reunir séqüitos dentro de seus domínios e também junto a outros senhores descontentes com a política do imperador. Estes *magnates* lutando associados contra o rei germânico muitas vezes colocaram em risco as estruturas imperiais germânicas, sendo uma constante

---

<sup>67</sup> ARNOLD, B. Op. Cit 1985, p. 2. “The new empire was a loose military hegemony created by Otto the Great’s victories over the Slavs, the Magyars, the Italians, and his own East Frankish rivals”. Tradução livre.

<sup>68</sup> ARNOLD, B. Op. Cit 1985, p. 3. “[...] dangerous and long-lasting conflicts between individual emperors and their aggressive vassals [...]”. Tradução livre.

ameaça à paz e a estabilidade do reino. Os contextos em que tais afirmações se verificam com maior acentuação na história imperial são os reinados de Henrique IV, Filipe da Suábia e Conrado IV, todos momentos em que se deram grandes mudanças políticas internas ao Império. A própria estrutura do Império, entretanto, não permitia ações mais efetivas para acabar com a autonomia dos poderes senhoriais locais, pois estes estavam muito arraigados na tradição política germânica e um pensamento de mudança radical dessa estrutura só pode ser tomado como um anacronismo dos estudos históricos atuais, uma vez que, partindo do pensamento medieval o historiador pode observar que o imperador corrobora com esta estrutura, sendo ele mesmo parte dela, um *magnas*, produto de um conceito bastante restrito de senhorio, que respeitava os potentados locais e não incluía uma perspectiva centralizadora.

A confrontação dos poderes mais arraigados dos *magnates* não estava incluída nas funções que se esperava que o imperador desempenhasse. A elevação do reino germânico, sob Otto I desde 936, à condição de Império, em 962, significava o coroar de uma política de expansão militar e diplomacia interna e externa ao reino germânico. A coroa imperial era a marca apical das conquistas otônias, atestava o direito do imperador de ditar sobre a igreja dentro dos seus territórios, além do legado diplomático, militar e missionário para além das fronteiras dos domínios imperiais. Os esforços extra-fronteiras do reino germânico eram, inclusive, a principal tarefa do imperador, que por suas campanhas militares, seus projetos colonizadores e suas ações de fomento missionário visavam implantar um poder de extensão universal sobre o Ocidente medieval “às reminiscências da universalidade romana [...]”.<sup>69</sup> “A função do imperador como *dominus mundi* [senhor do mundo] derivava do fato de que ele era coroado pelo Papa: a universalidade de domínio do Papa se refletia na do imperador”.<sup>70</sup> Os imperadores medievais germânicos eram conscientes que eles estavam localizados dentro da organização dos poderes locais, e não acima desta, pois eles mesmos faziam parte destas estruturas como grandes senhores feudais. As dinastias imperiais, como se pode observar, tiveram sua origem sempre vinculada aos ducados e condados, centros

---

<sup>69</sup> BLOCH, M. Op. Cit 1982, p. 429

<sup>70</sup> ULLMANN, W. Op. Cit. 2003., p. 44-45. “La función del emperador como *dominus mundi* [señor del mundo] derivaba del hecho de que él era coronado por el Papa: la universalidad de dominio del Papa se reflejaba en la del emperador”. Tradução livre.

de poder e autoridade. “Em virtude da adição de seus patrimônios pessoais ao fisco imperial, as próprias dinastias régias tornaram-se os elementos mais significantes na anatomia regional de autoridades”.<sup>71</sup> Aproveitando-se dessa posição de destaque, os imperadores buscaram, com êxito, reduzir o poder de seus opositores e ampliar seus domínios sobre as regiões vizinhas valendo-se de sua posição superior dentro da hierarquia feudal. Mas mesmo se os imperadores tinham a capacidade de interferir nas estruturas locais de poder, eles não podiam destruí-las. Por maiores que fossem os sucessos de alguns imperadores ao lidar com a questão do poder regional, eles não conseguiam substituir de fato pela autoridade imperial os poderes locais dos *magnates*.

Uma questão bastante pertinente a ser abordada ainda quando estamos tratando do que afinal era esse Império Medieval seria apontar com que recursos essa instituição se mantinha funcionando durante a Idade Média. Vimos já como não havia um processo centralizador do poder régio na Germânia do medievo, e a partir daí podemos logo de partida depreender que o Império Medieval não foi capaz, durante toda a sua existência, de criar uma administração jurídica e fiscal autônoma e burocratizada, em primeiro lugar pela ausência do controle efetivo das terras que compunham o Império, mas também pela ausência de pessoal, técnicas, ou de uma tradição ou motivação em torno do tema de uma administração centralizada e burocratizada, como surge mais tarde nos Estados Modernos. Os imperadores no medievo germânico possuíam suas receitas senhoriais, pois como já vimos, eles faziam parte da estrutura senhorialista que predominava naquele ambiente, eles controlavam as minas de prata, recebiam tributos dos povos eslavos, serviços da Igreja e o *fodrum* dos povos da Península Itálica.<sup>72</sup> Juridicamente o Império estava estruturado de forma que cada *magnas* era o responsável jurídico pela população que vivia dentro de seus domínios, ou seja, dentro de sua jurisdição. Os *magnates* desempenhavam papel jurídico sobre seus séqüitos militares, seus vassalos e sobre os homens livres vivendo dentro de suas propriedades. A corte imperial funcionava, entretanto como um tribunal superior de apelações, no qual tanto senhores, vassalos, como homens livres poderiam solicitar o julgamento do

---

<sup>71</sup> ARNOLD, B. Op. Cit 1985, p. 4. “By virtue of adding their own patrimonies to the imperial fisc, the royal dynasties themselves became the most significant elements in the regional anatomy of authority”. Tradução livre.

<sup>72</sup> ARNOLD, B. *Power and Property in Medieval Germany*. Nova Iorque: Oxford University Press. 2004.

imperador sobre algum litígio não resolvido.<sup>73</sup> Portanto o imperador não carecia de poder jurídico, fiscal ou de recursos próprios para manter a instituição imperial em funcionamento. Faltava-lhe, sem dúvida uma estrutura burocrática e institucional mais organizada e centralizada que pudesse sustentar um processo de centralização política, como se observa em formação nos reinos da França, Inglaterra e Sicília, neste período, para citar apenas alguns exemplos.<sup>74</sup>

Entretanto, se o Império medieval não apresentava um governo centralizado, que pudesse por em xeque o poder local dos *magnates*, não significa que os imperadores eram governantes fracos, mas somente que seus objetivos seguiam em outra direção, que não a centralização política.<sup>75</sup> “Os recursos da coroa, o relacionamento da corte com a igreja e o processo ininterrupto do *iter* também sustentavam uma das tarefas mais dispendiosas do governante, a de fazer a guerra”.<sup>76</sup> Este caráter de chefes militares já se encontrava no início do Império sob Otto I e mesmo antes desse, a habilidade militar dos reis germânicos sempre serviu como termômetro de sua credibilidade perante os *magnates* do reino. Este caráter militar remetia também ao processo de expansão e conquista levado a cabo pelo imperador Carlos Magno, o qual figurava como mito fundador do Império sob o controle dos povos germânicos dentro da perspectiva da *translatio imperii*.<sup>77</sup> Muito mais que um comandante de suas próprias tropas, o imperador contava com seu poder de convocar os líderes políticos e militares de cada região a fim de compor as hostes imperiais para a realização de campanhas expansionistas ou para conter *magnates* insubordinados. O título imperial, que conferia ao imperador, entre outras coisas, o domínio teórico sobre a *Christianitas*, em associação com o Papa, favorecia a condição daquele de convocar a sociedade em armas para a conquista dos eslavos pagãos, das cidades italianas ou dos seus opositores políticos internos, sempre utilizando uma justificativa fundamentada no cristianismo,

---

<sup>73</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004, parte 2, p. 397

<sup>74</sup> ARNOLD, B. Op. Cit 1985.

<sup>75</sup> ARNOLD, B. Op. Cit 1985.

<sup>76</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004, parte 2, p. 406. “The Resources of the crown, the court’s relationship with the church and the ceaseless process of the *iter* also sustained one of the ruler’s most demanding tasks, that of making war”. Tradução livre.

<sup>77</sup> BLOCH, M. Op. Cit. 1982

seja missionária, ou da guerra justa para submeter o rebelde ou o herético.<sup>78</sup>

A coroa imperial oferecia também aos reis germânicos o controle sobre os episcopados localizados dentro dos territórios imperiais, elemento que, embora abalado com a crise das investiduras e o processo de reforma pontifícia originada a partir dela, nunca deixou de existir em certo grau durante toda a Idade Média.<sup>79</sup> Este controle fornecia a corte imperial com mentes intelectuais e treinadas nas letras, que, comprometidas com um ideal teocrático imperial, ofereciam ferramentas teóricas para a sustentação do poder do Império Medieval. Além disso, os bispos e abades desempenhavam, sob o cetro do imperador, importantes funções diplomáticas, forneciam uma grande quantidade de recursos, hostes militares, fortalezas, habilidades administrativas e influência sobre áreas sobre as quais o imperador dificilmente controlaria por seus próprios esforços. Os prelados geravam um aumento do poder imperial principalmente nas regiões fronteiriças, mas ainda mais importante que isto era o apoio militar e econômico que as dioceses imperiais forneciam à corte, geralmente em uma base anual, como *servitia*. Arcebispos, bispos e abades eram, por isso, investidos em suas dioceses ou abadias pelo próprio imperador. Mas havia também certo número de clérigos que estavam diretamente ligados à corte imperial, atuando como capelães e chanceleres imperiais, desempenhando funções para as quais apenas o serviço esporádico de bispos e abades não era suficiente. “[...] os clérigos que rodeavam e aconselhavam os reis, e que por vezes haviam sido seus educadores, não deixavam de ter influência sobre os actos daqueles”.<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> ARNOLD, B. Op. Cit 1985.

<sup>79</sup> ARNOLD, B. Op. Cit 1985.

<sup>80</sup> BLOCH, M. Op. Cit 1982, p. 429.

## **2 A Crise das Investiduras e as novas perspectivas sobre o Império:**

A Crise das Investiduras, ocorrida na segunda metade do século XI, marcou um momento de profunda mudança nas perspectivas teóricas a respeito do Império medieval. A disputa originada no âmbito da Reforma Eclesiástica promovida pelo Papado adentrou pelas veredas da luta aberta pelo poder político no Ocidente cristão entre partidários da superioridade pontifícia, de um lado, e imperial doutro. “A razão fundamental e profunda do desentendimento deles [do Papado e do Império] era o fato de que as idéias e ambições compartilhadas por ambos interpenetravam cada qual a do outro”.<sup>81</sup> Tradicionalmente os imperadores reclamavam para si o poder temporal sobre a igreja e o Papado a partir de ambas as tradições imperiais, romana e carolíngia. Os Papas, entretanto, passaram a proclamar que sua *auctoritas*, delegada diretamente por Cristo, uma vez que eram os *vicarii Christi*, se estendia sobre todos os poderes terrestres, e, portanto, eles governavam não somente os assuntos espirituais da igreja, mas também os assuntos dos governos terrestres, que se encontravam apenas em estado delegado aos reis e ao imperador, e poderiam ser requeridos pelos pontífices. Esta concepção havia aparecido de forma intermitente durante todo o período medieval, mas a partir do século XI ela será preponderante até ao menos o pontificado de Bonifácio VIII, trazendo profundas conseqüências para o Império enquanto instituição política.<sup>82</sup> Henrique IV e a questão do prestígio imperial em relação ao Papado tem uma profunda ligação com a dignidade real entendida como *Christus domini*. Ao assumir a coroa é o rei quem passa a ser referido como *Christus domini*, entendido dentro do conceito de *rex et sacerdos*, presente na Idade Média. Era o rei entendido, tanto em termos bíblicos como na tradição do início da Idade Média, como o ungido de Deus. *Christus domini* como o escolhido para conduzir os cristãos em direção a Cristo e à salvação humana. Era a idealização do rei cristão, que muitas vezes era transformado também em clérigo por algumas *ordines* de coroações. O rei era, portanto, sacerdote, quase sagrado, e era um pecado, mais que um crime, opor-se e levantar armas contra ele, conquanto

---

<sup>81</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969, p. 75. “The fundamental and deep-seated reason of their disagreement was the fact that the ideas and ambitions cherished by each interpenetrated those of the other”. Tradução livre

<sup>82</sup> FERNANDES, F. R. Op. Cit. 2006.

estivesse o rei agindo de acordo com a doutrina cristã. Henrique III levou bastante a sério este caráter sagrado do Império, mas durante o reinado de seu filho, Henrique IV, vemos o Papado referir-se ao imperador não como o ungido, o *Christus domini*, mas como o anticristo, que traz morte e praga ao mundo.<sup>83</sup>

Para obter uma clara noção desse conceito de império não é fácil, porque ele era fundamentado em um momento na esfera espiritual e em outro momento na esfera temporal, e em algumas ocasiões inclusive em ambas as esferas simultaneamente. Ele necessita então ser analisado através de um exame em diversos níveis: suas características externas, a transformação interna da *auctoritas* pontifícia, e finalmente a nova interpretação dada ao próprio termo ‘império’.<sup>84</sup>

As conseqüências mais diretas da emancipação pela qual o Papado passou no âmbito da Reforma Eclesiástica e da Crise das investiduras foram a reorganização da estrutura eclesiástica, com a formação, por exemplo, da *curia* romana enquanto *corpus* eleitoral do Papa, o que levou também à centralização da hierarquia eclesiástica na figura do bispo romano, coroando todo um programa de afirmação da primazia da Sé Romana sobre o universo cristão. Além disso, no ambiente reformador o Papado passou a resguardar para si a tradição do ‘Império Romano Cristão’<sup>85</sup>, elevando o termo “Império” a um patamar espiritualizado, remetendo à concepção de Império Universal que o Papa Leão I atribuía aos sucessores de S. Pedro, por ter este herdado a igreja de cristo, universal. Tratava-se do “Império da igreja romana, cujo poder se estende até o reino dos céus”.<sup>86</sup>

A criação da Cúria romana fazia-se necessária dentro das perspectivas de formulação de um Império da universalidade cristã sob o comando do Papado. A instituição remetia à tradição de Constantino, que haveria, como alegavam os prelados,

---

<sup>83</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001, p. 51.

<sup>84</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969, p. 75. To obtain a clear grasp of this concept of empire is not easy, because it was found at one time in the spiritual, at another in the temporal sphere and sometimes even simultaneously in both. It must therefore be analyzed by examining it at several levels: its external setting, the internal transformation of the pontifical *auctoritas*, and lastly the new interpretation given to the term ‘empire’ itself. Tradução livre.

<sup>85</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969, p. 76

<sup>86</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969, p. 76. “Empire of the Roman Church whose power extends as far as the Kingdom of the Heavens”.



concedido o status senatorial ao clero de Latrão, tradição essa reavivada na pena de Pedro Damiano que comparava o papel dos prelados romanos ao dos senadores romanos da Antiguidade. Segundo o autor “os senadores espirituais da igreja universal tinham um dever a desempenhar para a submissão de toda a humanidade a Cristo, o verdadeiro imperador”.<sup>87</sup> A própria expressão ‘Cúria’ fazia menção a uma dupla tradição que orientava a organização da instituição pontifícia. Era por um lado uma menção a uma corte em seu sentido feudal, e por outro ao senado romano.

Outro elemento que surge em meio ao contexto da Crise das Investiduras será o discurso pontifício, inaugurado pelo *Dictatus Papae* de Gregório VII, que afirmava que somente o Papa tinha o direito de trazer as insígnias imperiais. A referência está posta pela Doação de Constantino, o famoso documento que assegurava o domínio dos pontífices sobre a cidade de Roma, que fora utilizado já para criar o imperador carolíngio, assegurar a autonomia romana frente às pretensões bizantinas e agora servia para impor a *auctoritas* pontifícia sobre o Império. Segundo a Doação o imperador Constantino havia oferecido ao Papa Silvestre o diadema imperial e o *phrygium*. Este último, sofrendo diversas alterações através do tempo, veio a tornar-se o símbolo do poder pontifício. A tiara, símbolo do poder temporal não podia ser utilizada durante o desempenho dos serviços religiosos do Papa, mas cada vez mais ela aparecia coroando a cabeça dos pontífices em datas comemorativas, a exemplo do que faziam os reis e o imperador. Pascoal II, terceiro Papa na sucessão de Gregório VII, foi o primeiro Papa a ser coroado no dia de sua consagração enquanto pontífice, prática que acabou se tornando comum no século XII.

Mas não foi o objeto em si que foi alterado – seu significado passou por uma profunda transformação durante o mesmo período: o que havia sido puramente um símbolo espiritual da Doação de Constantino, passava a assumir o papel simbólico da soberania. Ninguém colocou isso em palavras melhor que Inocêncio III, que afirmou que o pontífice romano trazia ambos, a mitra, em *signum pontificii* e o *regnum* em *signum imperii*.<sup>88</sup>

<sup>87</sup> Apud FOLZ, R. Op. Cit. 1969, p. 77. “the spiritual senators of the universal Church have a duty to work for the submission of all mankind to Christ, the true Emperor”. Tradução livre.

<sup>88</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969, p. 78. “But it was not the object alone which was changed – its significance

Assim como a tiara, a *cappa rubea* que alegavam também ter sido doada por Constantino a Silvestre representava o poder soberano do Papa, embora esta insígnia com mais efeito que a tiara. A túnica assumiu o símbolo da investidura e aquele que se pretendia ser reconhecido como o legítimo Papa deveria estar em poder da túnica pontifícia. No contexto da Crise das Investiduras o valor simbólico dessas insígnias foi bastante aprofundado, sendo que o Papado seguiu assimilando as insígnias imperiais até o século XIII, quando cada um dos símbolos do poder imperial encontrava-se representado nas insígnias pontifícias.<sup>89</sup>

## 2.1 O Império em crise – o século XII:

Havia, como já vimos, uma crença no propósito do Império, uma crença que passava pelos preceitos do cristianismo predominante no medievo. Por este motivo esteve sempre viva a necessidade de encontrar no Império medieval uma continuidade em relação ao Império Romano. Não é sem razão que mesmo para o período que estamos estudando a chancelaria não se refere a um Império Germânico, mas ao Império Romano.<sup>90</sup> O século XII, o qual estamos estudando, vê uma redefinição do que é este Império medieval, e a nossa busca está centrada nas propostas feitas de dentro da instituição imperial, pelo cronista Otto de Freising. É preciso, entretanto, abordar como o conceito de Império chegou neste século, em seus diversos aspectos.

Primeiramente o *Imperium* era tido como o direito pessoal do rei germânico de governar sobre os três reinos que compunham seus domínios: a Germânia, a Lombardia e a Borgonha.<sup>91</sup> Sobre esta concepção de Império reside uma concepção autocrática de poder, que no século XII está sendo reforçada pelos estudos da lei romana levados a cabo principalmente na universidade de Bolonha. Segundo essa concepção, o poder do

---

underwent a profound transformation at the same time: what had been a purely spiritual emblem of the Donation, was henceforth regarded as a symbol of sovereignty. No one has put this better than Innocent III, who remarked that the Roman pontiff wore both the mitre, in *signum pontificii* and the *regnum*, in *signum Imperii*". Tradução livre.

<sup>89</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969, p. 79

<sup>90</sup> PARISSE, in: LE GOFF e SCHMITT. LE GOFF, J. & SCHMITT, J.-C. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC. Vol I, 2006. . v. 1, p. 612

<sup>91</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004, parte 2, p. 390 e 395

*Imperium* é limitado somente pela lei divina e pela lei natural.<sup>92</sup>

Outra concepção de *Imperium* presente no século XII refere-se às espadas presentes no relato do evangelista Lucas durante a santa ceia, que na interpretação medieval figuravam muitas vezes como o poder delegado por Cristo para a defesa da Igreja. Nesse âmbito, por exemplo, Frederico I, Barbarossa, em 1170, reafirma o papel de defensor dos interesses da igreja, como forma de deslegitimar a perseguição a que estava sujeito pelo Papa Alexandre III, no famoso cisma ocorrido entre as duas autoridades.<sup>93</sup> Este discurso não era apenas retórico, entretanto, pois ainda no século XII, mesmo depois dos governos de Henrique IV e Henrique V, ambos imperadores vistos como perseguidores da igreja, o Papado dependia do apoio em armas do Império, uma vez que não possuía a *plenitudo potestatis*, que será atingida somente no século XIII.<sup>94</sup> A constante ameaça interna, como na comuna de Arnaldo de Brescia, e externa, como o reino normando da Sicília, levavam os Papas a buscar a proteção do Império. Havia, contudo, uma diferença de visão no que se refere a esta concepção de *Imperium* por parte do Papado e do Império. Os limites da ação de cada poder vão se clarificar somente a partir da Concordata de Worms, firmada entre Calisto II, Papa, e Henrique V, imperador, mesmo que em determinados momentos essa diferenciação de papéis tenha assumido um caráter meramente teórico diante das políticas assumidas pelo Papado, como por exemplo, nas eleições imperiais, e pelo Império, como no caso da intervenção das investiduras de eclesiásticos, ou na própria interferência na eleição pontifical.

Uma terceira concepção que havia no século XII era a do *Imperium* enquanto os territórios sobre os quais o imperador exercia seu poder. De certa maneira um conceito que dialogava de perto principalmente com o primeiro aqui citado, mas que refletia uma espécie de espaço de poder do Império, fato que denotava um claro enfraquecimento da proposta universalista imperial no contexto posterior à Crise das Investiduras.<sup>95</sup> Mesmo dentro deste século XII essa idéia era bastante variável. Embora o núcleo da territorialidade imperial, por assim dizer, encontrava-se nos reinos germânicos e lombardo, a atual Europa Central, houve sempre um movimento de

<sup>92</sup> ULLMANN, W. Op. Cit. 1970.

<sup>93</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004, parte 2, p. 392

<sup>94</sup> FERNANDES, F. R. Op.Cit. 2006

<sup>95</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004, parte 2, p. 392

alargamento e diminuição das áreas dominadas pelo poder imperial. Estas congregavam reinos vizinhos que por vezes se tornavam vassallos, ou perdiam sua condição de reino devido à expansão do Império. Dentro dessas alterações de fronteiras<sup>96</sup> o maior destaque seja talvez para o avanço das conquistas e colonizações saxãs nos territórios eslavos da atual Polônia.

Há, por fim, um *Imperium* escatológico, que levará ao fim dos tempos e o cumprimento da promessa divina do estabelecimento de uma nova *Civitas*, permanência dos ideais teológicos e proféticos já mencionados. Essa concepção vê o *Imperium* como uma autoridade concedida por Deus para o governo dos homens, concepção de poder descendente, a que Walter Ullmann se refere ao escrever “aqui o poder original estava localizado em um ser supremo, o qual, por causa das idéias Cristãs preponderantes, passou a ser visto como a própria divindade”.<sup>97</sup> Enquanto poder delegado por Deus, o *Imperium* assumia um caráter universalista, pretendendo-se superior a todos os demais poderes terrestres e é o domínio sobre Roma que simbolizava esse domínio universal.<sup>98</sup> Essa postura teórica de superioridade também aparecia, segundo relatos, na forma como eram referidos os governantes de outros reinos por parte dos imperiais. Os *reguli*, reizinhos, tinham que aceitar a superioridade do Império, como fica explícito nas palavras com as quais o rei da Inglaterra, Henrique II, se dirige a Frederico I, Barbarossa. Embora sejam talvez apenas expressões formais de cortesia diplomática, de fato na corte de Henrique II havia a crença de que os imperadores germânicos eram herdeiros por direito do Império de Carlos Magno, e seus continuadores legítimos.<sup>99</sup>

## 2.2 O Império no contexto narrado na *Gesta Friderici*:

Henrique III, imperador de 1039 a 1056, morreu deixando por herdeiro seu filho, Henrique IV com apenas seis anos de idade. O infante fora coroado rei dos

<sup>96</sup> Não no sentido dos Estados burocráticos modernos.

<sup>97</sup> ULLMANN, W. Op. Cit. 1970, p. 13. “here original power was located in a supreme being which, because of the prevailing Christian ideas, came to be seen as divinity itself”. Tradução livre.

<sup>98</sup> Especialmente após a perda de controle sobre Jerusalém e o afastamento do Oriente, Roma era considerada o centro do universo numa fusão de elementos da fé cristã, por ser a sede do Papado, onde S. Pedro havia construído sua igreja, e da tradição romana, por ser a capital do Império Romano da Antiguidade.

<sup>99</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op Cit. 2004, parte 2, p. 393-4

germanos já em 1053. Quando seu pai faleceu, ele foi confiado aos cuidados de Vitor II, Papa que fora bispo em Eichstatt, e este conseguiu a confirmação dos príncipes germânicos quanto à coroação de Henrique IV. Segundo a lei germânica mesmo uma criança poderia ser coroada rei conquanto estivesse sob a tutela de um adulto. No caso do jovem Henrique quem assume a sua tutela é sua mãe, Agnes, de quem é dito que preferia ter se retirado a um convento.<sup>100</sup> Estabelecido pela confirmação dos duques e assistido pelo Papa, Henrique IV não parecia que enfrentaria grandes dificuldades até atingir sua maioridade, quando estaria apto a governar autonomamente. Entretanto, prefigurava-se uma crise política interna ao Império devido à política de afastamento da nobreza saxônica do núcleo de poder. Os duques da Saxônia haviam provido o trono germânico com imperadores desde Otto I até Henrique II, cobrindo quase um século no poder. Com a ascensão da dinastia Sálica, na figura do imperador Conrado II (1024-1039), os duques da saxônia foram seguidamente afastados, em favor de outras dinastias ducais, como os Welf da Baviera. Isso associado à morte precoce de Vitor II, em 1057, Papa a quem foram entregues os cuidados do jovem Henrique, trouxe diversos problemas ao reinado do Sálico, mesmo antes da famosa Crise das Investiduras.

As sucessões pontifícias que se seguiram abalaram profundamente as relações entre Império e Papado. Elas mostram o grau de afastamento entre os ideais reformistas presentes círculo cardinalício e o Império. É preciso, portanto, compreender sumariamente essas mudanças. Após a morte de Vitor II é eleito pelos cardeais o Papa Estevão IX, que era irmão do duque da Lotaríngia. Essa eleição não contou, entretanto, com a consulta ao *patricius* de Roma, que por direito podia indicar um candidato à eleição pontifícia. Desde o período carolíngio era o imperador que detinha o título de *patricius* dos romanos e evidentemente a realização da eleição pontifícia sem a consulta imperial era um sinal de afronta. Para evitar um cisma, enviou-se de Roma uma embaixada para conseguir do imperador uma confirmação *ex post facto*. Entretanto, antes mesmo da embaixada retornar a Roma, Estevão IX faleceu e foi eleito Nicolau II para assumir a Sé Romana, novamente sem a consulta imperial. Estas sucessivas eleições devem também ser entendidas dentro do contexto conturbado do Papado, que passava por uma reforma que visava maior autonomia da igreja e a afirmação da

---

<sup>100</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001.

primazia da Sé Romana como sede do cristianismo ocidental. O Ocidente cristão, separado do Oriente formalmente desde 1054, via-se em constantes disputas internas que apontavam para a ameaça da fragmentação desse Ocidente em termos religiosos. E o ano de 1057, quando estas sucessivas eleições ocorreram é sintomático desse perigo, pois é eleito o anti-Papa Benedito X na Toscana, tornando necessária a sucessão pontifícia em Roma o mais ágil possível, para barrar pretensões do partido toscano.

Internamente ao território imperial há tempos crescia a resistência dos senhores da Saxônia a Henrique IV. Fruto da organização política interna do Império e de sua característica feudal específica, o poder dentro do território imperial estava profundamente ligado aos ducados e às famílias que os comandavam. A habilidade do imperador de lidar com as tensões internas geradas pelas disputas territoriais entre os duques era fundamental para atingir o sucesso enquanto imperador.<sup>101</sup>

Tais fatos ocorrendo simultaneamente à reforma chamada gregoriana, que tinha como um princípio básico orientador a *libertas ecclesiae*, o que em termos práticos se traduzia em uma postura de combate à simonia, à investidura laica, ao matrimônio dos clérigos, entre outros pontos, levaram as relações entre as instituições talvez mais significativas desse período a uma confrontação aberta. A simonia e a investidura laica eram, inclusive, entendidas como problemas bastante interligados e, por serem os temas de caráter mais político da reforma, foram os que causaram também maior estranhamento entre as perspectivas imperial e Papal. Os reformadores criam que essa liberdade pregada era fundamental para enquadrar a igreja nos planos de Deus para a salvação do mundo. Sobre o tema da liberdade o próprio Gregório VII viria a escrever que “[Roma era] um estado de verdadeira liberdade” [e] ‘a santa e universal Mãe Romana’ que ‘não trata os sujeitos como escravos, mas os recebe como filhos’”.<sup>102</sup>

Embora estes temas já viessem sendo traçados teoricamente há algum tempo pelos reformadores, foi no sínodo de Latrão, em 1059, que pela primeira vez eles deram o tom dos cânones. Neste sínodo foi promulgada uma nova lei a respeito da eleição

<sup>101</sup> BARBER, Malcolm. *The Two Cities: Medieval Europe 1050-1320*. Nova Iorque: Routledge. 1993; ARNOLD, B. In: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit. parte 2 2004.

<sup>102</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001, p. 53 “... ‘a state of true liberty’ [...] ‘the holy and universal Roman mother’, who ‘treats no subjects like slaves, but receives them all as sons’”. Tradução livre.

Papal e da investidura laica. A partir daquele sínodo, o Papa seria eleito exclusivamente pelos cardeais romanos. Embora não se possa ainda falar de um colégio cardinalício<sup>103</sup>, encontram-se aí os fundamentos da organização do estado pontifício. Até então os cardeais eram apenas ajudantes do Papa dentro da diocese romana. Eram os responsáveis por coordenar a liturgia nas diversas igrejas da cidade. A partir de 1059 tornam-se os eleitores legítimos do Papa e, embora não pela lei canônica, de fato, os únicos elegíveis dentro do universo da igreja católica.<sup>104</sup> Os cânones, na tentativa de prevenir uma reação imperial mais grave, mantinham ainda uma cláusula resguardando certo direito do imperador no processo eleitoral, mas reduzida a uma consulta a respeito dos candidatos apontados pelos cardeais. Com as reformas levadas a cabo pelo Papado principalmente no que tange a investidura tanto de bispos nos territórios imperiais quanto do próprio Papa inicia-se o período de disputa aberta entre o Papado e o Império. É a chamada Crise das Investiduras. Como saldo dessa disputa, travada entre Henrique IV e Gregório VII (Papa entre 1073-1085) ocorreram mutuas excomunhões, eleições de anti-Papas e anti-imperadores, e por fim um Papado fortalecido por sua proeminência, e um Império ainda mais enfraquecido e mergulhado em uma profunda crise interna.

A humilhação de Henrique IV em Canossa, no inverno de 1077, a eleição de Rudolf de Rheinfelden e posteriormente de Hermann de Salm como anti-imperadores, as campanhas do imperador na Península Itálica e as lutas contra a nobreza germânica encabeçada pelos duques saxões são os marcos do período. Eles são representativos da desintegração que o confronto entre Papado e Império gerou neste último e nas relações entre os contendores. Durante o pontificado de Gregório VII o imperador foi duas vezes excomungado e deposto (1076 e 1080). E a resposta deste se deu no mesmo tom, com a excomunhão do Papa e sua subsequente substituição pelo anti-Papa Clemente III, que logo que foi instalado em Roma por Henrique IV, revogou as excomunhões ditadas por

---

<sup>103</sup> Embora os cardeais já estivessem presentes na estrutura hierárquica da instituição eclesiástica medieval desde o século IV, ainda no século XI e inícios do XII não se pode falar propriamente de uma instituição alutinadora destes sacerdotes, como vemos tomar forma entre os séculos XII e XIII, sob o formato de um Colégio Cardinalício. Contudo, como apontamos anteriormente, havia uma espécie de círculo cardinalício, um grupo de indivíduos cuja função inicial vinculava-se aos ofícios sacros dentro do episcopado romano, e que pouco a pouco foi se organizando enquanto força política no interior das estruturas eclesiásticas de poder.

<sup>104</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

Gregório e coroou novamente o rei germânico como imperador romano. Para escapar à fúria do Sálíco, o Papa teve que fugir e exilar-se junto aos Normandos até o final de sua vida.

A longa ausência de Henrique IV, envolvido na disputa com o Papado, reacendeu a crise interna do Império. As várias derrotas no campo militar e político obrigaram Henrique a conceder maior autonomia aos *magnates* germânicos em seus territórios, em especial ao ducado da Saxônia. Isso tornou possível que em 1091, em uma manobra apoiada pelo Papa Urbano II, a condessa Matilda da Toscana iniciasse uma nova rebelião contra o Império, liderando toda a região da Lombardia e contando com apoio de nobres alemães – em especial os que possuíam seus centros de poder nas regiões mais ao sul do território germânico – descontentes com a política de Henrique IV. Dentre os mais significativos opositores estavam Welf IV, o poderoso duque da Baviera, sogro da condessa Matilda, o duque da Caríntia, os duques de Zähringen, que reclamavam direitos sobre a Suábia – que a essa altura já havia sido investida por Henrique IV aos Staufen, na figura de Frederico I – e o herdeiro do trono imperial, Conrado.<sup>105</sup> O imperador encontrava-se em grande desvantagem militar neste caso, que não pode ser resolvido antes de 1097, quando o casamento entre o filho de Welf IV, Welf, e a condessa Matilda foi anulado pelo Papa, e a morte de Conrado acabou minando a oposição dos *principes* germânicos. O fim deste conflito não significou, entretanto, o fim dos conflitos internos no Império. Em 1104 o outro filho de Henrique IV, o futuro Henrique V se rebelou contra o pai, influenciado pelos opositores de seu pai – destacando-se nesse grupo os duques da Saxônia – e ambicionando o trono imperial, o jovem aprisionou seu pai em 1105. Henrique IV conseguiu ainda escapar do cativeiro, mas veio a falecer em 1106, em Liège.<sup>106</sup>

A ascensão de Henrique V não resolveu, entretanto, os problemas internos do Império. De fato o quadro de sua ascensão era mais favorável que o de seu pai. Henrique V assume o trono já adulto, e o ducado da Saxônia, principal opositor das ações dos imperadores Sálícos, passava por uma crise sucessória, fato que Henrique V aproveitou, prontamente investindo no ducado Lotário de Süpplingenburg, numa

---

<sup>105</sup> BARBER, M. Op. Cit. 1993.

<sup>106</sup> BARBER, M. Op. Cit. 1993.



manobra estratégica a fim de colocar à frente dos saxões um *magnate* que cria ser mais favorável à sua política. Para fortalecer ainda mais sua posição perante a aristocracia germânica, formou alianças com o ducado da Suábia, comandado pelos Staufen – ou Hohenstaufen – e com os margraves da Áustria, através do casamento de sua irmã, enviuvada, com Leopoldo III<sup>107</sup>. Com estas alianças cria ser possível conter as aspirações dos duques da Baviera, os Welf, cujas terras ficavam desta maneira cercadas, a leste pela Áustria e a oeste pela Suábia. Confiante de seus apoios internos, Henrique V parte em 1111 para Roma, onde recebe a coroa imperial, e rediscute os termos da reforma Papal, aceitando a não intervenção do Império nas questões espirituais da igreja, tal como a investidura. Tal acordo se mostrou, entretanto, um discurso vazio, e logo após o imperador deixar a Península Itálica, as disputas entre Papado e Império se reacenderam.

Ao retornar para a região setentrional do Império Henrique V percebeu também que suas alianças já não se mostravam tão favoráveis à sua política. Começa assim um novo embate entre o imperador e parte da nobreza germânica, liderada pelo duque da Saxônia e Lotaríngia, Lotário de Süpplingenburg, e articulada em grande parte pelo arcebispo de Mainz, Albert I. A atuação política desse arcebispo foi uma das principais na cristalização da partidarização que marcaria a cena interna do Império pelos séculos subseqüentes, entre Welf e Waiblingen. Henrique V consegue, entretanto, vitórias importantes sobre seus opositores. Aprisiona o arcebispo de Mainz em 1113 e em 1114 forma uma aliança com o rei da Inglaterra, Henrique I. Seus sucessos são, entretanto, efêmeros, pois não solucionavam de fato os problemas internos do Império, e a prisão do arcebispo recrudesceu as disputas entre Henrique V e Lotário. Em 1115 Henrique se vê forçado a liberar o arcebispo de Mainz, que, junto com o arcebispo de Colônia, Frederico I, prontamente excomunga o imperador.

Em vistas dessa profunda crise, para a qual não consegue vislumbrar solução

---

<sup>107</sup> Agnes, filha de Henrique IV, que fora casada em primeiras núpcias com o duque da Suábia, Frederico I Hohenstaufen. Daí o parentesco entre o cronista Otto de Freising, filho de Leopoldo III e Agnes, com os imperadores Conrado III, meio-irmão do cronista, filho de Agnes e Frederico I da Suábia, e Frederico I Barbarossa, neto de Agnes. Segundo FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001; CARDINI, Franco. *Barbarroja: vida trínfos e ilusiones de un emperador medieval*. Barcelona: Península. 1987.; BARBER, M. Op. Cit. 1993; HEER, Friedrich. *Das Heilige Römische Reich: von Otto dem Großen bis zur Habsburgischen Monarchie*. Munique: Wilhelm Heyne. 1977.

vantajosa para si, o imperador parte para nova expedição a Roma, a fim de receber nova confirmação do Papa, e para tomar posse das terras da condessa Matilda, seu direito por herança, uma vez que a condessa morrera em 1115. Em Roma, entretanto, o Papa não o quis coroar, fugindo para o sul da península quando da aproximação do imperador. Henrique V acabou sendo re-coroadado imperador pelo arcebispo de Braga em 1117<sup>108</sup>, razão pela qual o prelado viria a ser excomungado mais tarde. A solução encontrada por Henrique V para ver seu prestígio minimamente recuperado e tentar refrear a crise interna do Império foi a submissão ao Papa Calisto II, na concordata de Worms, 1122.

Embora com essa atitude o imperador voltasse a ser reconhecido pela igreja como legítimo, seu poder frente à aristocracia germânica não foi recuperado. Após o retorno de Henrique V de sua segunda campanha italiana, o duque Lotário continuamente desafiava o poder do imperador, usurpando-lhe direitos, como da indicação de nobres para cargos na Saxônia e Lotaríngia, e ausentando-se de suas obrigações quando convocado pelo imperador para prestar contas sobre suas ações. Em 1125 Henrique V morreu sem deixar herdeiros, o que reabriu disputas internas entre os *magnates* germânicos, no processo de escolha de um sucessor para o trono imperial.

Como resultado político mais evidente do processo de disputa entre o Papado e o Império vemos a recuperação do modelo de ascensão imperial através da eleição dos *principes* germânicos. Durante os dois séculos que antecederam o governo de Henrique IV, a sucessão imperial baseada na hereditariedade vinha se tornando cada vez mais sólida, sendo que o candidato ao trono tinha que possuir vínculos de parentesco os mais próximos possíveis daquele imperador seu antecessor. Mesmo o anti-imperador Rudolf de Rheinfelden estava ligado à família imperial, pois fora casado com a irmã de Henrique IV. Entretanto com os problemas surgidos no contexto da Crise das Investiduras e a eleição dos anti-imperadores a proposta de um rei sendo escolhido por um processo eletivo reaparece como possibilidade no caso de sucessão ao trono

---

<sup>108</sup> O arcebispo primaz de Braga Maurício Burdino, que era legado Papal em 1117, mas que acabou abraçando a causa imperial, o que lhe valeu a excomunhão por Pascoal II. Quando este Papa faleceu, em 1118, Maurício foi apoiado pelos partidários imperiais, vindo a ser eleito anti-Papa Gregório VIII, cargo que exerceu até 1121, quando foi entregue pela população de Sutri – onde estava refugiado – às tropas de Calixto II, Papa que no ano seguinte firmaria acordo com Henrique V, na famosa Concordata de Worms (1122). Segundo pesquisa de Salvador Miranda publicada online em <http://www.fiu.edu/~mirandas/cardinals.htm>, último acesso em 05/08/2008.

imperial. Embora as eleições de Rudolf de Rheinfelden e Hermann de Salm não tenham logrado êxito contra o império hereditário de Henrique IV, tal elemento passou a ser abertamente apoiado pela Sé pontifícia, que via aí uma forma de conter o poder dos imperadores.<sup>109</sup> A idéia de eleição tornava-se também menos estranha ao Papado, uma vez que no âmbito da reforma pontifícia do século XI, a própria instituição eclesiástica passa a adotar a eleição como principal modelo de sucessão dos Papas, em detrimento da indicação imperial.<sup>110</sup> O controle pretendido da parte do pontificado sobre o Império já se pode notar na própria eleição de Rudolf de Rheinfelden e sua elevação ao trono imperial, como antagonista de Henrique IV, quando se lê que o duque suábio estava recebendo o título imperial das mãos do Papa na condição de vassalo deste e que ele assumia perante todos os príncipes presentes a renúncia a qualquer pretensão de estabelecer uma dinastia para sua família a partir de seu reinado.<sup>111</sup> Mais tarde, num tom de ameaça ao recém coroado Henrique V, o arcebispo de Mainz tenta novamente reafirmar a autoridade pontifícia declarando que, como seu pai, Henrique estava sujeito a sanções Papais caso se voltasse contra os desígnios da Sé Romana.

Após a morte de Henrique V duas vezes os príncipes germânicos exerceram seu poder eletivo na escolha de Lotário III em 1125 e Conrado III em 1138, antes que a eleição de Frederico I trouxesse o elemento dinástico novamente à cena. Não se tratava, entretanto, apenas de escolher entre um modelo hereditário ou eletivo, mas sim de saber que um rei escolhido por meio eletivo pelos príncipes do reino significava que este rei deveria estar ciente que sua eleição dependia da capacidade que os príncipes viam que ele possuía de fazer concessões, de exercer seu papel político dentro do universo das relações feudo-vassálicas.<sup>112</sup> E os príncipes pretendiam fazer uso desse poder, que possuíam, no intuito de legitimar posses e bens usurpados e que careciam de uma confirmação imperial, principalmente dentro do processo de patrimonialização de feudos dos quais não se tinha como verificar sob que acordos e circunstâncias haviam sido cedidos ao usurpador. As eleições consecutivas de 1125 e 1138 permitiram a muitas casas nobiliárquicas exercer e expandir um poder de barganha junto aos

---

<sup>109</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969.; ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit. 2004.

<sup>110</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>111</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>112</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit. 2004.

imperadores eleitos, e essa situação levou à legitimação de uma nova ordem social e jurídica que emergira no reino germânico desde a Crise das Investiduras, quando as estruturas da sociedade política do Império se alteraram sensivelmente. Os senhores germânicos, nobres e clérigos, pretendiam, com o auxílio do Papado, diminuir a importância – se não eliminar – da sucessão imperial pela via hereditária, fixando essa sucessão somente no processo eletivo. Eles previam que cada fraqueza do imperador, cada quebra na continuidade sucessória trazia novas possibilidades para aumentar seu poder, influência e direitos.<sup>113</sup>

O problema principal que afligirá a instituição imperial surge a partir deste momento. Desde a disputa das investiduras, o Papado abriu a possibilidade dos duques germânicos se oporem ao imperador, e, em vistas disso, a política interna do império passava por um momento de grande instabilidade, principalmente no que se refere à resistência dos duques da Saxônia a submeterem-se ao poder imperial. Quando, em 1125, Henrique V morre, deixando o trono sem herdeiros, estarão os embates surgidos dessa realidade a orientar a política imperial pelos cerca de trinta anos seguintes.

Os reinados de Lotário III (1125-1137) e Conrado III (1138-1152) podem ser interpretados como um grande interlúdio entre dois grandes períodos dinásticos, o da era Sálica e o da era Staufen, que só vem se estabelecer definitivamente com a ascensão de Frederico I. Henrique V, que morreu aos trinta e nove anos de idade, foi sucedido por Lotário de Süpplingenburg, duque da Saxônia, que naquela data já contava com mais de cinquenta anos. Este Lotário não fundou dinastia imperial no reino germânico. O fato de não ter nenhum herdeiro do sexo masculino, inclusive, foi-lhe favorável durante o processo de eleição pelo qual ascendeu ao trono imperial. Outro fator de suma importância no desenrolar do processo eleitoral foi o fato de Lotário não ser em nenhum aspecto relacionado em termos de parentesco com a dinastia Sálica, nem com a família Staufen, que naquele momento reclamava para si a posição de herdeira dos Henriquinos. O imperador Henrique V havia indicado Frederico II, duque da Suábia, seu sobrinho, como seu sucessor no trono e havia-o também tornado seu herdeiro particular, das possessões privadas da família Sálica. Havia também outros candidatos

---

<sup>113</sup> HEER, F. Op. Cit. 1977.

que eram tão próximos a Henrique quanto os irmãos de Hohenstaufen, Frederico e Conrado. Em segundas núpcias Agnes, mãe dos supracitados irmãos, casou-se com o Margrave Leopoldo III da Áustria, união da qual nasceram muitas crianças.<sup>114</sup> O falecido imperador possuía, então, outros sobrinhos, nascidos da mesma irmã, e, portanto, candidatos possíveis ao trono imperial. Os Babenberger, família de Leopoldo, não levavam em tanta consideração a sua ligação com os Sálícos, fazendo com que a associação mais corrente, e inclusive planejada com mais clareza, era a dos Staufen em relação aos Henriquinos. O cronista Otto de Freising, ele mesmo um Babenberger, sobrinho de Henrique V, enfatizou que os Hohenstaufen eram os “Henriques de Waiblingen”<sup>115</sup>, numa referência ao fato dos Staufen, senhores do castelo de Waiblingen, serem continuadores da dinastia Sálíca.

O arcebispo de Mainz foi o principal agente no processo sucessório advogando a favor do direito dos príncipes elegerem o novo imperador em contraposição aos planos dos Staufen de estabelecer uma sucessão com base na linhagem e consangüinidade. Albert I, o arcebispo, vinha se opondo sistematicamente à política imperial desde que havia entrado em conflito com Henrique V, em 1112. Na eleição de 1125, sua postura era claramente oposta a qualquer candidato que pudesse representar algum tipo de continuidade em relação ao falecido imperador. Albert cuidou para que as insígnias imperiais nunca chegassem às mãos de Frederico II da Suábia, como pretendia Henrique, mas, persuadindo a imperatriz, assumiu o controle das mesmas, forçando a realização da Dieta dentro dos territórios de sua diocese e sob sua tutela. Sua clara postura vinculada aos projetos pontifícios o levou a defender uma eleição em que não somente os candidatos não necessitassem ter vínculos com o imperador falecido, como preferencialmente não apresentassem qualquer chance de reclamar uma herança ou continuidade dinástica. Há um relato bastante detalhado dos procedimentos eletivos que se sucederam em 1125, vindos da pena de um monge da Baixa-Áustria, vinculado aos Welf bávaros. À eleição compareceu um legado Papal, nos mesmos moldes do que ocorrera na eleição de Rudolf de Rheinfelden e Henrique V enquanto anti-imperadores.

<sup>114</sup> Dentre as quais Otto de Freising, Leopoldo IV da Áustria e Baviera e Henrique Jasomirgott, que desempenharão papéis de destaque nos anos subseqüentes, durante os reinados de Conrado III e Frederico I, Barbarossa. FUHRMANN, H. OP. CIT. 2001, H. 2001; BARBER, M. Op. Cit. 1993; CARDINI, F. Op. Cit. 1987.

<sup>115</sup> Apud FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001, p. 117.

Havia também a presença de um observador francês, na figura do abade Suger de Saint-Denis. O relato dá contas especialmente das mudanças políticas a que o Império havia passado nos últimos anos. Cada vez observa-se uma maior redução na participação das camadas sociais neste processo eletivo, demonstrando um claro encolhimento, ou especificação, da sociedade política imperial. A redução gradativa do *corpus* dos eleitores imperiais irá culminar no século XIV com o estabelecimento de um colégio eleitoral fixo, de sete príncipes eleitores, pela Bula de Ouro, de 1356.<sup>116</sup> Em Mainz em 1125, o número de eleitores já estava reduzido a quarenta, escolhidos dentre os *magnates* presentes, sendo dez representantes de cada uma das quatro grandes tribos formadoras do reino germânico: saxões, bávaros, suábos e francônios e lotaríngios representando juntos uma tribo. Cada tribo trazia ao colégio um candidato ao trono, sendo que nessa eleição somente três candidatos apresentaram alguma condição de disputa. Frederico II da Suábia foi apresentado pelos suábos, Leopoldo III, Margrave da Áustria pelos bávaros e Lotário de Süpplingenburg pelos saxões. Como procedimento eletivo, cada candidato deveria responder a uma questão crítica colocada pelo arcebispo de Mainz, e o candidato que apresentasse a melhor resposta deveria ser escolhido para assumir o trono imperial. Tendo o controle do processo eleitoral, Albert de Mainz manipulou a eleição de modo a descartar Frederico e eleger Lotário. Segundo os relatos, ao ser indagado o duque da Suábia solicitou que lhe fosse dado um tempo para deliberar com seus pares a respeito de que resposta dar. Entrementes o arcebispo, liderando a assembléia, anunciou a vitória de Lotário, sem aguardar uma resposta de Frederico.<sup>117</sup> Inicialmente tanto suábos quanto bávaros se demonstraram contrários à decisão do arcebispo, mas a promessa de casamento entre a filha de Lotário e o herdeiro bávaro fez com que estes últimos logo passassem a apoiar a decisão tomada em Mainz, deixando os suábos numa oposição solitária.<sup>118</sup> Lotário acabou sendo coroado rei germânico em Aachen, capital de Carlos Magno segundo a tradição, pelo arcebispo de Colônia, Frederico. Após o evento de Mainz Lotário III enviou emissários a Roma a fim de conseguir do Papa Honório II a *confirmatio* para sua eleição. A soma da atuação dos prelados germânicos e pontifícios no processo de eleição e coroação de Lotário III, juntamente com o fato de ter se submetido a uma confirmação Papal fizeram com que

<sup>116</sup> PARISSE, in: LE GOFF, J. & SCHMITT, J.-C. *Op. Cit.* 2006. p. 617.

<sup>117</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. *Op. Cit* 2004

<sup>118</sup> FUHRMANN, H. *Op. Cit.* 2001.

Lotário ficasse conhecido na historiografia como *Pfaffenkönig* (rei dos prelados).<sup>119</sup>

Na eleição pesava também a aceitação do candidato quanto às suas políticas nos ducados, ou outros locais em que exercia seu poder. No caso da eleição de Lotário III a política de ameaça às possessões das dioceses de Mainz e Colônia na Saxônia e Westfália pôs em risco a eleição, pois o arcebispo de Colônia, Frederico I indicou como candidato ao trono o conde Carlos, o Bom, de Flandres, e o Arcebispo de Mainz teve de arriscar o poder da própria diocese de Mainz a fim de afastar Frederico II do trono imperial. Ao final da eleição, vencida por Lotário III, não sem os protestos dos partidários de Frederico II, que acusavam o Arcebispo de Mainz de ter conduzido a mesma de maneira não neutra, as fontes apontavam não para a ação política que havia ocorrido na dieta, mas atribuíam à vontade de Deus a escolha de Lotário III.<sup>120</sup>

A escolha mostrou-se infeliz, entretanto, em dois sentidos. Em primeiro lugar, a escolha de Lotário III suscitou grandes disputas internas no Império. No momento da morte de Henrique V, o duque mais poderoso do Império era justamente o sucessor indicado, Frederico II. Por isso vemos desde a eleição de Lotário III a formação de dois partidos antagônicos no corpo político do Império. De um lado o grupo aglomerado em torno da família Welf, com suas bases na região da Baviera e Saxônia; de outro a nobreza ligada aos Staufen, chamados Waiblingen, cujos principais centros de apoio estavam na Suábia, Lotaríngia e, mais tarde, Áustria.<sup>121</sup> Essa divisão causou profundos problemas internos ao Império nos reinados de Lotário III e Conrado III.

Quando em 1125 Lotário III é eleito, vencendo a candidatura de Frederico II da Suábia, Conrado [III] está no Oriente participando da cruzada veneziana dos anos 1120. Frente à derrota, Frederico II acaba submetendo-se ao rei eleito, esperando que, embora não tivesse sucedido seu padrinho, seus direitos às possessões Henriquinas fossem confirmados pelo novo rei, uma vez que ele havia sido escolhido como herdeiro do imperador moribundo. Entretanto o rei Lotário III, no intuito de favorecer seus pares,

---

<sup>119</sup> FUHRMANN, H.. Op. Cit. 2001.

<sup>120</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004.

<sup>121</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004.

ditou na Dieta de Regensburg<sup>122</sup> que as propriedades deveriam passar para o controle do novo imperador, pois eram mais uma posse da instituição imperial – pois haviam passado pelas mãos de todos os imperadores desde o início da dinastia Sállica – do que uma possessão pessoal de Henrique V, que pudesse ser alienada e transferida como herança àquele que por ele fosse indicado. Diante dessas decisões, Frederico II assumiu uma posição de oposição a Lotário III. O ponto principal dessa resistência dizia respeito às possessões que haviam sido deixadas a Frederico II como herança de cunho pessoal. Dentre essas possessões estavam tanto terras familiares, alodiais, quanto territórios reais, as quais depois de um século em que essas posses eram transmitidas hereditariamente dentro da dinastia Sállica, tornaram-se muito difíceis de distinguir quais pertenciam à instituição imperial e quais eram patrimônio familiar.<sup>123</sup> Frederico II acabou sendo proscrito do Império no mesmo ano de 1125, o que abriu espaço a uma luta aberta dentro do reino germânico, envolvendo os dois grandes grupos políticos formados durante a eleição de Mainz.

Na Germânia as sedes episcopais de Mainz e Würzburg conseguiram resistir aos assaltos dos irmãos Staufen, mas as fortalezas de Speyer e Nuremberg passaram para o controle Waiblingen. Lotário III buscou então construir alianças na região sul da Germânia a fim de conter os avanços de Conrado e Frederico. Casou em 1127 sua filha com o duque da Baviera, Henrique, o Soberbo, que tinha posses substanciais dentro da Suábia e Saxônia, além da própria Baviera, e era cunhado de Frederico II, o que talvez Lotário III tenha contado como uma possibilidade de aproximação ao Staufen.<sup>124</sup> Na tentativa de cercar seu rival, concedeu a Conrado de Zähringen, membro da família que desde os tempos de Henrique IV rivalizava com os Staufen pelo controle do ducado da Suábia, o condado da Alta Borgonha, que cercava Frederico a Oeste, enquanto o genro do imperador controlava as terras a leste, na Baviera, e seus irmãos ao sul, na região Welf de Ravensburg. Com essa aliança entre Lotário III e Henrique, o Soberbo, de fato os Waiblingen acabaram cercados nas suas principais posições na Germânia. A campanha militar organizada no ano de 1127 a fim de aniquilar a resistência Waiblingen

---

<sup>122</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004; FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001; HEER, F. Op. Cit. 1977.

<sup>123</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>124</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004



sofreu, entretanto, um duro golpe durante o cerco de Nuremberg.<sup>125</sup>

Quando em 1127 Conrado retornou de sua expedição ao Oriente, foi eleito anti-imperador por uma Dieta de nobres ligados aos Waiblingen em Nuremberg. Os motivos de não ser Frederico II o eleito não são claros, mas o fato de ter perdido a eleição de 1125, ter se submetido a Lotário III na mesma ocasião, e posteriormente ter sido excomungado o tornavam uma figura menos indicada a uma busca por legitimidade frente ao imperador, junto à nobreza germânica e o Papado. Além disso, relatos apontam para o fato de Frederico II ter perdido um olho – de fato seu epíteto passa a ser em algum momento ‘o caolho’.<sup>126</sup> Se ocorrido entre 1126 e 1127 pode ter-lhe desfavorecido numa possível candidatura ao cargo, pois pela imperfeição do corpo, deixava de ser aceitável para assumir a posição de *rex et sacerdos*, à imagem de Cristo, no comando do Império.<sup>127</sup>

O quadro complicado que se desenhava dentro dos territórios germânicos levou o jovem Staufen a buscar os apoios para sua causa na Península Itálica, onde pretendia também reclamar os direitos de sua família sobre as terras Matildinas, que teriam sido herdadas junto com os bens de Henrique V. Conrado foi coroado rei da Lombardia em Monza pelo arcebispo de Milão, tomando posse da coroa de ferro, uma das três que conferiam o caráter de candidato ao trono imperial<sup>128</sup>, fato que lhe valeu a excomunhão pelas mãos do Papa Honório II.<sup>129</sup> Seus planos na península foram, entretanto, frustrados justamente por sua associação aos milaneses.<sup>130</sup> Conrado logo foi forçado a deixar a Península, e os irmãos Staufen só não encontraram o fim de sua resistência, tendo que se submeter ao imperador, pois novamente Lotário III teria que lidar com outros problemas relacionados ao Império.

No ano de 1130 ocorreu um cisma no Papado romano. Após a morte de

---

<sup>125</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>126</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001; CARDINI, F. Op. Cit. 1987.

<sup>127</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004

<sup>128</sup> BARBER, M. Op. Cit. 1993., ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004; ARNOLD, B. *German Knighthood 1050-1300*. Nova York: Oxford University Press. 2001; ARNOLD, B. *Princes and Territories in Medieval Germany*. Nova York: Cambridge University Press. 2003; e FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>129</sup> BARBER, M. Op. Cit. 1993.

<sup>130</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004.

Honório II dois Papas foram eleitos. Já na eleição de 1124 houvera uma forte divisão partidária entre os cardeais eleitores – expresso nas disputas entre duas famílias da aristocracia romana, os Frangipiani e os Pierleone – que só não se transformou em um cisma graças à ação do cardeal de Santa Maria Nova, Heimerich, amigo de Bernardo de Clairvaux, que, por sua ação política, fez eleger Honório II, o candidato da família Frangipiani.<sup>131</sup> Cada uma dessas famílias representava um projeto político distinto. Os Frangipiani estavam mais ligados aos cardeais mais novos e ao projeto teológico-político reformador dos cistercienses e premonstratenses. Já os Pierleone defendiam os ideais reformadores gregorianos e cluniacenses, e por isso tinham maior adesão junto aos cardeais mais antigos. Em 1130, quando novamente os cardeais se reuniram para eleger um sucessor de S. Pedro, após a morte de Honório II, os eleitores logo se decidiram por Petrus Pierleone, que assumiu o nome de Anacleto II. Entretanto o cardeal Heimerich novamente tentava impor seu candidato, um Frangipiani, que viria a ser eleito por uma minoria, criando dessa forma o cisma. O candidato do cardeal de Santa Maria Nova assumiu o nome de Inocêncio II. Este Papa não pôde se sustentar em Roma, onde havia uma maioria apoiadora de Anacleto, mas em seu exílio, logrou conseguir o apoio de Bernardo de Clairvaux e Norbert de Xanten, personagens de grande trânsito dentro dos mais altos círculos nobiliárquicos e teológicos do Ocidente Medieval, o que garantiu o reconhecimento da causa de Inocêncio II pelos principais reinos europeus, relegando a Anacleto II o status de anti-Papa.<sup>132</sup> O apoio de Anacleto II vinha principalmente da própria Roma, mas também dos normandos no sul da Península Itálica, aos quais este Papa havia concedido a Apúlia e a Calábria, e também havia reconhecido seu rei, Roger II, como legítimo, transformando dessa forma os normandos em vassalos do pontificado.<sup>133</sup>

Especial importância tem a reação de Lotário III diante deste cisma do Papado. De imediato, ambos os Papas enviaram suas cartas ao imperador informando-o cada

---

<sup>131</sup> ZIMMERMANN FERNANDES, Tathyana. *O ideal de papa proposto por Bernardo de Claraval no tratado Das Considerações (século XII)*. Curitiba, 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

<sup>132</sup> Segundo Fuhrmann o próprio Vaticano passou a aceitar Anacleto II como Papa legítimo tendo exercido seu pontificado concomitantemente com Inocêncio, em uma condição única na história da instituição eclesiástica. FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001, p. 119. Contudo não pudemos confirmar tal informação em outras publicações.

<sup>133</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

qual de sua eleição. O S  pplingenburg, influenciado por Norbert de Xanten, arcebispo de Magdeburg naquele momento, logo reconheceu a elei  o de Inocêncio II, e durante o encontro entre Papa e imperador em Li  ge, onde também estava presente o abade de Clairvaux, Lotário não somente declarou seu apoio    causa do Papa exilado, mas também demonstrou sua submissão a ele, desempenhando o papel simbólico de escudeiro, do Papa, ao conduzir o cavalo deste por um curto trecho. Tal fato, embora para o imperador simbolizasse apenas um gesto de reverência diante da autoridade pontifícia, viria mais tarde a ser utilizado como símbolo da sujei  o vass  lica do imperador ao Papa.<sup>134</sup> Lotário III não pretendia, entretanto, realizar um gesto de submissão ao Papa, e a confirma  o deste fato pode ser observada nos termos que o imperador levava a Li  ge naquela data. Em troca do apoio imperial, e da organiza  o de uma campanha contra a cidade de Roma, o S  pplingenburg esperava que o Papa lhe desse novamente plenos poderes de investidura nas dioceses dentro dos territórios imperiais, o que significaria um retorno ao modelo anterior    Concordata de Worms e    própria Crise das Investiduras. O imperador são foi dissuadido com a interven  o de Bernardo de Clairvaux, que o convenceu de que a própria coroa  o na Basílica de São Pedro já seria um retorno    altura de seus esforços.<sup>135</sup>

Em 1132 a oposi  o dos Waiblingen já não    uma ameaça ao Império, e Lotário pode enfim desenvolver sua campanha na Península Itálica, rumo a Roma, onde pretende receber a coroa  o imperial. A campanha tinha vários objetivos. Lotário III pretendia impor seu domínio sobre a Lombardia, derrotar definitivamente Conrado III e assegurar o retorno de Inocêncio II a Roma, que estava sob o poder do anti-Papa Anacleto II.<sup>136</sup> Lotário III realizou sua *expeditio romana* contando com um exército de apenas 1500 cavaleiros, um número bastante restrito, que reflete a divisão interna do Império e a falta de apoio militar que isso causava ao imperador. Com a aproxima  o das tropas imperiais da cidade romana, Anacleto II organizou sua resistência dentro da cidade leonina, criada em torno da basílica de São Pedro. Por este motivo Lotário e sua esposa Richenza foram coroados imperador e imperatriz na basílica de Latrão, em junho de 1133. Nesta ocasião novamente tomaram lugar as discussões a respeito das

---

<sup>134</sup> BARBER, M. Op. Cit. 1993.

<sup>135</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>136</sup> BARBER, M. Op. Cit. 1993.

investiduras e das terras matildinas. Com relação à primeira, Lotário conseguiu uma relativa vitória, recebendo do Papa a confirmação de que, embora a investidura episcopal continuasse exclusividade do pontificado, a investidura dos *regalia* – o patrimônio laico – do episcopado eram investidos somente pelo imperador. Com relação às possessões da Condessa Matilde da Toscana o acordo foi mais favorável ao pontificado. O imperador podia dispor das terras em usufruto, porém elas se tornavam naquele momento possessões legais do pontificado, e o imperador ficava obrigado a oferecer um pagamento de mil libras de prata por elas. Lotário logo investiu seu genro, Henrique, o Soberbo, com as terras, e o duque bávaro foi obrigado a prestar homenagem ao Papa por elas, o que reforçava a idéia de vassalidade na relação entre Império e Papado.<sup>137</sup>

Assim que as tropas imperiais se retiraram novamente para o norte, Inocêncio II foi expulso de Roma por Roger II da Sicília, vassalo de Anacleto II. Bernardo de Clairvaux prontamente lembrou ao imperador de seus votos e as obrigações que tinha, por seu cargo, de defender a Sé pontifícia. Lotário III, entretanto, só pode retornar com uma nova *expeditio romana* à Península Itálica após ter acertado as pazes com os irmãos Staufen o que teve lugar no ano de 1135.<sup>138</sup>

Lotário III preocupou-se, entretanto, muito mais com as regiões setentrionais do Império, que constituíam seu local de origem e suas principais bases políticas. Lotário III adotou uma política expansionista seguindo modelos de Otto I, direcionadas ao norte e nordeste do Império, rumo aos territórios eslavos e dinamarqueses. A política expansionista trouxe para os círculos de influência imperial os reinos dos polanos, sob Boleslaw III, e dos dinamarqueses, sob Eric.<sup>139</sup> Esta proposta expansionista do Sùpplingenburg explica em parte inclusive sua postura cooperativa para com a igreja e o Papado. As guerras de expansão possuíam um caráter cruzadístico de luta contra o pagão, infiel, direcionando-se, sobretudo, contra os eslavos ainda não cristianizados. Dentro das propostas de reforma monástica que tomam força no século XII na cristandade ocidental, envolvendo principalmente as ordens monásticas mais jovens,

---

<sup>137</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>138</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001, BARBER, M. Op. Cit. 1993. e ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004

<sup>139</sup> HEER, F. Op. Cit. 1977

como cistercienses e premonstratenses, a expansão das fronteiras da “civilização” significava a expansão das fronteiras do cristianismo. Sendo assim, as campanhas de expansão e colonização dos territórios eslavos eram sustentadas por uma política de instalação de mosteiros e da cristianização dos pagãos através de programas missionários comandados, no caso da fronteira nordeste, pelas dioceses e mosteiros imperiais. Para receber aprovação e apoio da parte da igreja – episcopados e ordens monásticas – Lotário III se via obrigado a abrir mão de uma maior resistência aos programas políticos de reforma do pontificado.<sup>140</sup> Em um período no qual a figura imperial estava desgastada e seu poder e interesse em relação a um programa expansionista eram quase nulos, os senhores laicos, como duques e condes, é que sustentavam as campanhas militares contra os povos não-cristianizados. Dessa forma é que o duque saxão de Süpplingenburg pode desempenhar um papel chave no alargamento das fronteiras imperiais. Sua atuação ia para muito além, inclusive, de seus direitos enquanto senhor da Saxônia. As novas terras conquistadas, que eram por direito do Império, enquanto instituição, passavam por um processo de patrimonialização e eram colonizadas através de impulsos particulares, dos quais as diversas cartas conclamando lotaríngios e holandeses a colonizarem as terras conquistadas aos eslavos são exemplos.<sup>141</sup> Em um período no qual as colonizações internas dos vazios demográficos imperiais haviam cessado, estas convocatórias para a ocupação de novas áreas fronteiriças, imbuídas duplamente de um sentido cruzadístico e sócio-econômico, atraíam um grande contingente populacional. E mais que uma expansão territorial do Império, o alargamento das fronteiras no nordeste significava uma ampliação das possessões ducais da Saxônia. Foi nesse processo também que Lotário III aproximou-se de figuras importantes dentro do universo eclesiástico do século XII, como Norbert de Xanten, em quem investiu o arqui-episcopado de Magdeburg, e o bispo de Bamberg, Otto, que conduziu as programas missionários na Pomerânia, que levaram a batismos em massa dos pomeranos, até aquele momento um povo ainda hostil ao cristianismo e ao Império.<sup>142</sup>

---

<sup>140</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>141</sup> ARNOLD, Benjamin. *Power and Property in Medieval Germany*. Nova York: Oxford University Press. 2004.

<sup>142</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

No ano de 1136 teve lugar a segunda *expeditio* de Lotário a Roma, contando dessa vez com um apoio bem maior dos senhores germânicos, e inclusive com a presença de Conrado de Hohenstaufen, que havia sido alçado à condição de portador do estandarte imperial após sua submissão ao imperador.<sup>143</sup> O resultado da campanha não foi, entretanto, o esperado. O desacordo entre Papa e imperador a respeito da investidura de Rainulf de Alife no ducado da Apúlia acabou gerando uma grave tensão entre os imperiais e o pontificado, e tal tensão se transportou para dentro das tropas do imperador, que começavam a questionar a própria campanha. Sem ter como seguir com a campanha contra Roger II, Lotário III começou a viagem de retorno ao reino germânico em 1137. O imperador, entretanto, viria a morrer ainda em trânsito, na região do Tirol.<sup>144</sup> Em seu leito de morte ele conferiu as insígnias imperiais a seu genro, Henrique, o Soberbo. Após sua morte, quase todas as conquistas que teve no campo político foram anuladas.<sup>145</sup> Roger II esboçou nova reação a Inocêncio II, mas Anacleto falecia pouco tempo depois do imperador, em 1138, acabando dessa forma o cisma, do qual Inocêncio saía fortalecido a ponto de em 1139 convocar o Concílio de Latrão, aceito como um dos concílios gerais da igreja, onde Roger II foi excomungado. Uma campanha da parte do pontificado foi organizada contra o rei normando, mas as tropas pontifícias foram derrotadas pelos sicilianos e o Papa capturado, cativo do qual só viria a sair após reconhecer Roger II como rei da Sicília e conceder-lhe a região como feudo, assim como Anacleto II havia feito anos antes.

Em uma repetição do que ocorrera em 1125, Lotário III deixava o trono imperial vacante por não possuir descendência. O indicado para sua sucessão era o líder da família Welf, Henrique, o Soberbo – duque da Baviera, conde da Toscana e, com a morte de seu sogro, também duque da Saxônia – a quem Lotário confiara as insígnias imperiais em seu leito de morte, mas o candidato que reforçava a idéia do estabelecimento de uma sucessão hereditária ao trono imperial foi preterido. O epíteto do Soberbo não se deve menos ao seu gênio que às suas posses.<sup>146</sup> Segundo o cronista

<sup>143</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004

<sup>144</sup> BARBER, M. Op. Cit. 1993; ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004; FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>145</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004; FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>146</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

Otto de Freising<sup>147</sup>, Henrique ostentava um território que se estendia desde a Dinamarca até a Sicília, e havia planos próprios, contrários aos do pontificado, para a Itália Normanda.<sup>148</sup> A soma desses fatores levou eclesiásticos e príncipes laicos a buscar uma forma de restringir o poder de Henrique, através da eleição de outro candidato ao trono imperial. Segundo Siegebert Von Gembloux isso se deu porque os príncipes não pretendiam eleger um imperador que não fosse ligado a nenhuma família imperial,<sup>149</sup> o que toma um tom pouco confiável, tendo em vista que o próprio Lotário III não pertencia a nenhuma linhagem imperial. O *Chronicon* do abade Berthold de Zwiefalten aponta em outra direção, de que os príncipes rejeitaram a candidatura de Henrique justamente pela característica que dá nome a seu epíteto, a sua soberba, seu orgulho,<sup>150</sup> o que parece uma justificativa mais plausível, desconsiderando, naturalmente, todo o jogo político que envolvia a eleição imperial, como vimos anteriormente.

A proposta de uma regência dos Hohenstaufen sobre o Império era algo ainda bastante vivo naquele momento. Conrado III havia resistido como anti-imperador até 1135, dois anos antes da morte de Lotário III e havia ainda aqueles que considerassem justa a transferência do reino dos germânicos para as mãos dos duques da Suábia dentro dos preceitos de hereditariedade, uma vez que Frederico II era por direito herdeiro de Henrique V. Não foi difícil então o acordo entre aqueles príncipes contrários ao poder de Henrique, o Soberbo, e os partidários da causa Staufen, com relação à sucessão do trono imperial naquele ano de 1138.<sup>151</sup>

As condições do episcopado germânico também favoreceram uma ação rápida para o favorecimento de Conrado III. A arquidiocese de Mainz estava vacante, e a de Colônia havia recém passado pelo processo de substituição episcopal e o arcebispo ainda não havia sido consagrado.<sup>152</sup> A diocese de Trier não encontrava então concorrente dentro das dioceses renanas que pudessem se opor à sua liderança no

<sup>147</sup> Apud FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001, p. 126.

<sup>148</sup> Alguns autores apontam para este fato ressaltando o desacordo entre Henrique e o Papa Inocêncio II durante a *expeditio romana* de 1136, do imperador Lotário III. FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001; ARNOLD in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. 2004.

<sup>149</sup> ARNOLD in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. 2004, p. 415, nota 53.

<sup>150</sup> ARNOLD in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. 2004, p. 415, nota 54.

<sup>151</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>152</sup> HEER, F. Op. Cit. 1977, BARBER, M. Op. Cit. 1993., FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001; ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004

processo eleitoral. Albero, arcebispo da cidade às margens do Mosel, amigo de Bernardo de Clairvaux e ligado à *Curia* de Inocêncio II, anunciou a eleição de Conrado III em Coblenz, antes que seus oponentes políticos se juntassem à Dieta ali realizada, levando o Staufen à coroação em Aachen sem que houvesse de fato ocorrido uma eleição. Assim como Lotário III, Conrado III também passou a ser conhecido como um *Pfaffenkönig*, e não fosse a rápida manobra do arcebispo de Trier e dos legados Papais, talvez o Staufen não viesse a se tornar rei dos germanos. O novo rei germânico destacava-se por sua bravura e seu espírito guerreiro, tendo a reputação de um homem de extrema força física. Era, porém considerado *simplex* em relação à sua sapiência, sendo que muitas de suas decisões políticas e sua postura diante das crises a que viria a passar durante seu reinado eram ditadas por Wibald, abade de Stavelot e Corvey, seu conselheiro e privado.<sup>153</sup>

A despeito de sua eleição incomum e apressada, Conrado foi aceito de modo geral dentro do reino, e inclusive seu opositor, derrotado no processo de sucessão, Henrique, o Soberbo, aceitou entregar as insígnias imperiais ao Staufen. Entretanto Conrado III temia que Henrique criasse uma resistência ao seu governo, como o próprio imperador havia feito anteriormente, durante o reinado de Lotário III.<sup>154</sup> Como medida para conter o poder do duque da Baviera e Saxônia, o imperador impôs uma sentença que impedia qualquer *magnas* de possuir mais que um ducado, o que atacava diretamente Henrique.<sup>155</sup> O duque se negou a prestar homenagem ao rei, pois este demandava que o Soberbo desistisse de um de seus ducados, um dos quais o Soberbo detinha por herança familiar, a Baviera, e outro que havia recebido por herança de seu sogro, a Saxônia. Henrique recusou-se a entregar qualquer dos ducados e por essa atitude foi proscrito do Império e ambos os seus ducados foram confiscados pelo rei. A Saxônia foi investida ao Margrave de Brandenburg, Albrecht, o Urso, e a Baviera ao meio irmão de Conrado III, o Margrave Leopoldo IV da Áustria, filho de Agnes e

---

<sup>153</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001.

<sup>154</sup> De fato a idéia de uma resistência da parte de um senhor poderoso como Henrique, o Soberbo, era suficientemente forte para causar certa instabilidade no Império. Dominando quase cinquenta por cento do território imperial o duque bávaro possuía vassalos suficientes para criar um conflito de grandes proporções, podendo ser uma ameaça real muito maior do que fora a resistência dos Hohenstaufen durante o reinado de Lotário III.

<sup>155</sup> HEER, F. Op. Cit. 1977, BARBER, M. Op. Cit. 1993., FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001 e ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004.



Leopoldo III de Áustria. Essa dupla punição imposta por Conrado III sobre Henrique, o Soberbo, possuía, também, um caráter de vingança pessoal, uma vez que o duque da Baviera e Saxônia havia destruído em 1134 a cidade de Ulm, uma das residências dos Staufen.<sup>156</sup> No ápice das disputas Henrique, o Soberbo morreu<sup>157</sup>, mas os Welf mantiveram-se na luta pela posse dos dois ducados, embora a partir desse momento, divididos. Na Saxônia encabeçava a luta não aquele que se intitularia herdeiro do ducado, Henrique, filho do Soberbo, mas sua avó, a viúva de Lotário III, Richenza, uma Northeimer<sup>158</sup> de nascença que encontrava diversos partidários de sua causa. Na Baviera, Welf VI, irmão de Henrique, o Soberbo, encabeçava a luta para que sua família reouvesse seu poder sobre o ducado.

No combate aos seus opositores Conrado III optou por primeiramente enfrentar a Welf VI, opositor dos Staufen já de longa data no ducado da Suábia, onde o *magnas* possuía a maior parte de suas propriedades e alódios. Dessa campanha desenvolvida contra Welf VI é que pertence a história do surgimento dos termos Welf e Waiblingen como partidos antagônicos. Segundo o cronista Otto de Freising<sup>159</sup>, durante o cerco do castelo de Weinsberg os exércitos bradavam ‘hie Welf, hie Waiblingen’ (aqui Welf, aqui Staufen<sup>160</sup>). Sobre esse episódio há também uma famosa anedota. Ao receber os termos de rendição dos Welf, Conrado III concedeu que as mulheres pudessem sair da fortaleza trazendo consigo tudo o que pudessem carregar. Conta-se que elas saíram da cidade carregando às costas os próprios maridos, a fim de que eles escapassem às punições do rei. Os conselheiros do Staufen acusaram-nas de estarem quebrando os acordos firmados no momento da rendição do castelo, ao que o rei respondeu que elas não faziam nada de errado, que sua palavra prevaleceria sem ser manipulada pelas mãos

---

<sup>156</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004 p. 415.

<sup>157</sup> Alguns autores falam em desaparecimento de Henrique, o Soberbo, por não haver fontes que relatem claramente a sua morte. Acredita-se, entretanto que ela tenha ocorrido em decorrência dos embates entre o duque e Conrado III.

<sup>158</sup> ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004. O autor coloca que os Northeimer eram uma família de grande expressividade dentro do ducado da Saxônia entre os séculos XI e XII. A ascensão dos membros dessa família se deu ainda no século X e a extinção da linhagem masculina, em 1106, possibilitou a ascensão de Lotário, futuro imperador, por ser casado com Richenza de Notheimer.

<sup>159</sup> Apud FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001, p. 127; CARDINI, F. Op. Cit. 1987, p. 61.

<sup>160</sup> A utilização da nomenclatura Waibling para as tropas dos Staufen fazia referência ao castelo o qual era parte central das possessões dos Staufen na Suábia, o castelo de Waibling. ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004; FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001; BARBER, M. Op. Cit. 1993.

de juristas.

Apesar de suas vitórias militares e da morte de Richenza no ano de 1141, Conrado III não alcançaria a paz até o ano de 1142 quando finalmente Welf e Waiblingen entraram em acordo. Albrecht, o Urso retornaria à Nordmark e o rei investiria o agora vacante ducado da Saxônia ao herdeiro dos Welf, Henrique, de epíteto o Leão, contanto que este, de acordo com a ordenação de Conrado, renunciasse à posse do ducado da Baviera. No mesmo período Conrado III substituiu o duque bávaro, Leopoldo, falecido em 1141, por seu irmão Henrique chamado Jasomirgott, e para selar os acordos firmados neste ano de 1142, o rei Staufen arranjou o casamento entre Henrique Jasomirgott com a viúva do Soberbo, Gertrude, que simbolizava a presença de uma Welf no ducado da Baviera. A mãe do Leão morreu, entretanto, um ano mais tarde, em 1143, o que reacendeu as reivindicações dos Welf em relação à Baviera, a partir desse momento novamente sem uma presença de sua família no ducado. Os partidários da causa do duque saxão encontraram um largo apoio, inclusive entre os Staufen, dentre os quais Frederico III, duque da Suábia, que em desacordo com seu tio, o rei dos germanos, inicialmente apoiou a causa de Welf VI, que era também seu tio, por parte de mãe. As campanhas contra Conrado III contaram ainda com o apoio financeiro do rei Roger II da Sicília que temia a aliança entre os Staufen e Bizâncio, o que poria em xeque as pretensões normandas na Península Itálica.<sup>161</sup>

Conrado III nunca encontrou no Império um quadro suficientemente estável e favorável, de modo que pudesse realizar uma campanha rumo à península itálica, e, por conseguinte, nunca foi coroado imperador pelo Papa.<sup>162</sup> Entretanto, apesar de não trazer consigo a coroa imperial, o rei Staufen utilizava em sua chancelaria sempre o título de *Romanorum rex Augustus*<sup>163</sup>, o que indica que administrativamente ele assumia o título imperial (*Augustus*) a despeito de sua não coroação pelo Papa romano. Essa postura surgiu essencialmente diante da necessidade de afirmação do imperador perante seu rival histórico, o imperador bizantino, com quem Conrado buscou uma aproximação, no

---

<sup>161</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>162</sup> BARBER, M. Op. Cit. 1993., FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001 e CARDINI, F. Op. Cit. 1987

<sup>163</sup> Aparece inclusive na *Gesta Friderici* de Otto de Freising, quando o cronista transcreve a correspondência trocada entre os imperadores romano e bizantino. OTTO In: WAITZ, 1912, Lib. I, cap. 25.

intuito de formar uma aliança contra a ameaça normanda que se encontrava na Sicília. Manuel I Comneno via em Roger II da Sicília um perigo em especial, pois o rei normando possuía diversas conexões não somente na Península Itálica, mas também na região mediterrânea e inclusive nos reinos cruzados formados na Terra Santa. Conrado e Manuel firmaram acordos através do casamento do imperador grego com a cunhada do Staufen, Bertha de Sulzbach, que assumiu o nome grego de Irene, cujo significado – paz – provavelmente não era somente uma coincidência.<sup>164</sup> Tais acordos, transcritos pelo bispo Otto de Freising em sua *Gesta Friderici*, foram tratados entre 1142 e 1145, período no qual o Hohenstaufen, embora tivesse perspectiva de alcançar a coroação imperial, ainda não o havia feito.

Além dos problemas internos enfrentados por Conrado III, os problemas do próprio Papado se punham como um obstáculo à *expeditio romana* de do rei germânico. No ano de 1143 estourou em Roma uma revolta comunal, liderada pelos *plebei* e os *negotiatores*, que pretendia, pela implantação do *sacer senatus*, a diminuição, se não eliminação, do poder pontifício sobre a cidade.<sup>165</sup> A revolta se manteve durante os pontificados de Celestino II e Lucio II, o qual morreu supostamente em decorrência de uma pedra arremessada contra o Papa durante uma briga nas ruas de Roma.<sup>166</sup> Em 1145 o abade Bernardo do mosteiro de Santo Anastácio foi eleito Papa, assumindo o nome de Eugênio III. Amigo e pupilo de Bernardo de Clairvaux, o Papa recusou-se a reconhecer a comuna romana, sendo obrigado a exercer seu pontificado em exílio. Tanto o Papa quanto o abade cisterciense passaram a solicitar do rei germânico que corresse em auxílio à Sé Romana, uma das atribuições imperiais, a fim de desbaratar a revolta, que com a liderança de Arnaldo de Brescia, antigo desafeto de Bernardo de Clairvaux, passara de uma simples revolta comunal a um movimento de cunho sócio-religioso, contrário aos preceitos do Papado.<sup>167</sup> Arnaldo havia sido deposto por seu bispo de seu cargo de prior de uma casa de cânones na cidade de Brescia por realizar pregações que criticavam a hierarquia da igreja. Indo se refugiar no reino de França, estudou em Paris com Pedro Abelardo, aprendendo retórica e dialética. Quando seu mestre francês foi

---

<sup>164</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>165</sup> HEER, F. Op. Cit. 1977, CARDINI, F. Op. Cit. 1987 e FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>166</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001 e ZIMMERMANN FERNANDES, Tathyana. Op. Cit. 2008.

<sup>167</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

calado, Arnaldo foi também punido, sendo expulso também de França. Retornando a Roma, Arnaldo passou a realizar pregações contra a riqueza da Igreja, ascendendo cada vez mais em fama dentro do movimento comunal que se instalara naquela cidade até o ponto em que foi feito uma espécie de tribuno popular, apregoando que o povo era a origem da lei imperial e que a Doação de Constantino era uma farsa. Tentando contê-lo Eugênio III lançou uma excomunhão ao pregador e a todos os que o apoiassem, sem que isso tenha surtido grandes efeitos naquele momento.

A expectativa dos eclesiásticos era de que Conrado III viesse a combater a revolta, desempenhando assim seu papel de *advocatus ecclesiae*, tarefa em troca da qual receberia a unção Papal para o cargo imperial. Conrado, entretanto, não conseguiu o apoio efetivo dos *magnates* germânicos para organizar uma campanha militar contra a comuna romana e não pode acorrer aos anseios do Papado, que a partir de Eugênio III passou a ser exercido novamente no exílio<sup>168</sup> Por outro lado o monarca germânico recebeu ofertas dos próprios amotinados romanos em relação ao Império. Liderados por Alberto, os senadores ofereceram o título imperial ao Staufen em troca da confirmação da legitimidade do *senatus* enquanto instituição máxima em Roma, contrariando assim os fundamentos do poder pontifício sobre a cidade. Sem poder atender aos pedidos Papais ou às ofertas dos romanos, sem que com isso incorresse na perda de seu poder, fundamentado justamente no apoio da instituição pontifícia, Conrado III acabou terminando seus dias à frente do Império sem tornar-se de fato imperador.

A única ausência do Hohenstaufen no Império se deu durante a Cruzada de 1147, que foi atendida pela maioria do corpo nobiliárquico germânico. Esta ausência marcou um cessar nas contendas internas do Império, mas o temor de uma usurpação durante a peregrinação fez Conrado elevar ao trono germânico seu filho, Henrique, o qual recebeu a coroa em Frankfurt no mesmo ano.<sup>169</sup> Entretanto, após o retorno da cruzada, Henrique morre, em 1150, precedendo seu pai em dois anos, o que abalou

<sup>168</sup> ZIMMERMANN FERNANDES, Tathyana. Op. Cit. 2008.

<sup>169</sup> Segundo a tradição germânica, um imperador poderia alçar outra pessoa ao trono germânico, uma vez que a posse das insígnias imperiais colocavam-no em um patamar acima dos demais reinos, inclusive dos reinos constituintes do Império. Vemos atitudes semelhantes a esta com Henrique III e seu filho, Henrique IV, em 1053, e com Frederico I e seu filho Henrique VI, em 1169. ARNOLD, B. in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. Op. Cit 2004

significativamente a política de Conrado III, que se via sem um herdeiro em condições de substituí-lo no trono imperial. Ao morrer, em 1152, Conrado III indicou para seu sucessor o duque Frederico III da Suábia, seu sobrinho, que desde a cruzada vinha se destacando no serviço do imperador e perante os demais duques germânicos.<sup>170</sup>

Frederico aparecia em uma posição bastante favorável em termos políticos dentro do cenário do Sacro Império Romano. Ele estava ligado em parentesco a ambos os grandes grupos políticos imperiais. Era ao mesmo tempo Welf, por parte de mãe, e Waiblingen, por parte de pai.<sup>171</sup> A eleição imperial foi vencida por Frederico, a partir daí conhecido como Frederico I, Hohenstaufen, aparentemente por unanimidade. Esse quadro favorável garantiu que Frederico I pudesse dirigir uma expedição à Península Itálica já em 1154, chegando a Roma para a coroação imperial em 1155.<sup>172</sup>

Desde sua eleição, Frederico I apresentava uma postura bastante diferenciada daquela de seus antecessores, tanto no trato com a nobreza germânica, quanto com o Papado e o clero alemão. Já em 1152 o imperador realizou a transferência e investidura do bispo Wichmann, de Zeitz para Magdeburg, mostrando com isso sua tentativa de manter o controle sobre os episcopados imperiais. Na mesma ocasião Frederico I ainda atuou como árbitro na questão sucessória do trono dinamarquês, assegurando-o ao rei Svend em troca de seu juramento de fidelidade ao imperador, o que demonstrava a tentativa de Frederico em assegurar a dignidade imperial enquanto *maxima potestas* do Ocidente cristão, assim como a figura do imperador como superior aos demais reis.<sup>173</sup>

Na sua campanha na Península Itálica, Frederico I concentrou-se em desbaratar aquilo que o historiador Otto de Freising chamou de rebeliões,<sup>174</sup> das cidades-estado italianas. As forças imperiais não eram, entretanto, muito grandes e Frederico I, por conta disso, só atacou cidades marginais, que não podiam oferecer grandes resistências ao avanço imperial, evitando assim o confronto com grandes forças italianas,

<sup>170</sup> CARDINI, F. Op. Cit. 1987, BARBER, M. Op. Cit. 1993. e FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>171</sup> CARDINI, F. Op. Cit. 1987, FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001 e BARBER, M. Op. Cit. 1993.

<sup>172</sup> CARDINI, F. Op. Cit. 1987, PACAUT, Marcel. *Frederick Barbarossa*. New York: Charles Scribner's Sons. 1970, e BARBER, M. Op. Cit. 1993.

<sup>173</sup> BARBER, M. Op. Cit. 1993., PACAUT, M. Op. Cit. 1969, CARDINI, F. Op. Cit. 1987 e BLOCH, M. Op. Cit. 1982.

<sup>174</sup> OTTO in: WAITZ. 1912, Lib. II, caps. 13-16.

principalmente evitando o enfrentamento com Milão, que era um centro bastante distinto entre os insurgentes, principal apoiador da resistência ao domínio imperial, e suficientemente preparado para frustrar os planos imperiais de restabelecer a ordem neste momento na península.<sup>175</sup>

O encontro entre o Papa e o imperador se deu em Sutri, pois o Papa encontrava-se exilado novamente de Roma.<sup>176</sup> Pelos acordos tratados entre imperador e Papa, Frederico I usaria suas hostes para restabelecer a ordem em Roma e afastar os insurgentes, assim como afastar a ameaça normanda ao sul da cidade, através de campanhas militares que deveriam conquistar o reino normando da Sicília. Após sua coroação em Roma, em junho de 1155, Frederico I ainda dirigiu-se mais ao sul, onde conquistou algumas cidades aos normandos, mas os assuntos transalpinos urgiam, e o imperador se viu forçado a abandonar a campanha italiana e retornar à Germânia, a fim de manter seu prestígio junto à difícil nobreza alemã. A citada urgência referia-se à disputa territorial entre os dois duques mais poderosos do Sacro Império no momento: Henrique, o Leão e Henrique Jasomirgott.

O leão era Welf e o Jasomirgott Waiblingen, e ambos estavam em litígio pela posse do ducado da Baviera. A Baviera pertencia por concessão de Conrado III a Henrique Jasomirgott, mas era um território tradicionalmente ligado à família Welf. A solução política dessa disputa era fundamental para Frederico I manter seus apoios dentro dos dois principais grupos políticos do império. A solução da contenda mostrou o imperador como capaz de resolver os graves problemas internos do Império, a questão dos duques e da Península Itálica, e também os externos. Frederico I tentava construir, com estas ações, a imagem de um imperador forte, herdeiro não somente de Conrado III, mas do próprio Carlos Magno.

Com o relato da resolução das disputas entre os dois Henriques a respeito do ducado da Baviera Otto de Freising conclui seu segundo livro na *Gesta Friderici*. Embora o reinado de Frederico tenha se estendido até 1190, o relato do frisigense cessa no ano de 1156, interrompido pela morte de seu autor, que falecia em 1158 deixando

---

<sup>175</sup> BARBER, M. Op. Cit. 1993.

<sup>176</sup> BARBER, M. Op. Cit. 1993., FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001 e CARDINI, F. Op. Cit. 1987

uma obra a ser completada por seu secretário, Raevino. Avançar mais na apresentação do contexto do reinado de Frederico I seria então desnecessário para a presente dissertação.

## 2.3 Otto de Freising:

Quando o bispo morre, em 1158, conta com cerca de 50 anos de idade. Otto nasceu em Klosterneuburg, nas proximidades de Viena, cidade onde seu pai, Margrave Leopoldo III, estabeleceu residência junto ao mosteiro homônimo por ele fundado, entre os anos de 1112 e 1113. Quinto do universo de 18 irmãos, Otto desde cedo foi direcionado para o aprendizado das letras e da teologia. A atuação de seu pai na fundação de diversos mosteiros propiciou o primeiro contato de Otto com a educação formal, como aprendiz no mosteiro de Klosterneuburg, donde mais tarde viria a se tornar preboste, mesmo que contando com apenas cerca de doze anos de idade. Ao assumir tal posto no mosteiro, Otto aprofundou-se na vocação para o desenvolvimento de uma carreira de letrado<sup>177</sup> e intelectual<sup>178</sup>, e por volta do ano de 1126, Otto foi então para Paris, na época o principal centro estudos superiores, juntamente com Bologna, do medievo, este caminhando cada vez mais em direção à especialização dos temas jurídicos, enquanto aquele para a formação de teólogos e intelectuais.

Sobre sua estada em Paris pouco se sabe. As poucas certezas que se têm é que o principal professor de Otto foi Hugo de São Victor, famoso estudioso saxão – que poderíamos considerar já um pré-escolástico –, um dos principais difusores de uma doutrina filosófica – surgida quase que essencialmente na escola de São Victor – que contestava o conhecimento como um fim em si e a dialética como forma de

---

<sup>177</sup> O conceito de homens letrados a que nos aproximamos é aquele que Jacques Verger apresenta em seu *Homens e saber na Idade Média*. O conceito formulado pelo historiador francês está ligado mais diretamente aos personagens surgidos no final da época medieval. Entretanto cremos que algumas características por ele levantadas nos permitem aproximar o conceito da figura de Otto de Freising, em especial as considerações de Verger a respeito de uma perspectiva do conhecimento voltada para o serviço, seja ao rei ou à igreja. Como vemos a seguir, Otto desenvolveu ambos os aspectos do serviço em sua atividade de letrado. (VERGER, Jacques. *Homens de saber na Idade Média*. Bauru: EDUSC. 1999).

<sup>178</sup> A categoria de intelectuais não diz respeito originariamente à Idade Média, mas o estudo pioneiro de Jacques Le Goff nos permite atualmente encontrar um grupo de indivíduos aos quais podemos identificar como intelectuais no medievo. Tal grupo tem sua origem ligada ao florescimento dos estudos superiores de Paris – segundo a obra de Le Goff. Percebendo a participação de Otto nos inícios do surgimento de tal categoria cremos que se justifica enquadrá-lo enquanto partícipe do mesmo, como o próprio historiador francês o faz. (LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio. 2006).

pensamento, mas apontava para a fé e a mística cristã como elementos reveladores da verdade. Hugo era oriundo da alta nobreza saxônica e é possível que tenha favorecido o acesso de Otto mesmo sendo o Babenberg ainda muito jovem em seu acesso aos estudos superiores na França. Com Hugo de São Victor o jovem Otto, além dos estudos das sete *artes liberales*, teve contato com a teologia tradicional dos patriarcas da cristandade, e é possível que tenha tido algum contato com os escritos de São Bernardo de Clairvaux, que mantinha vínculos com seu professor. Devido a esta formação Otto acabou assumindo também uma postura mais conservadora em relação aos estudos filosóficos e teológicos. Entretanto, em suas obras vemos alguns elementos da nova teologia pré-escolástica, da dialética e da lógica aristotélica – lida sob uma perspectiva medieval, e cujo conteúdo foi exposto de forma inovadora por Pedro Abelardo, contemporâneo de Otto –, que começava a ser resgatada pelos estudos superiores parisienses num período ainda pré-escolástico, embora ainda apareça sob uma roupagem neoplatônica influenciada por Boécio e Porfírio. Devido a estas características alguns autores sugerem que Otto tenha estudado com Pedro Abelardo ou Guibert de Poitiers, embora quanto a este último haja maiores controvérsias devido a uma incompatibilidade cronológica.<sup>179</sup>

Em 1133, antes de concluir seus estudos superiores, Otto, influenciado pelos ideais monásticos cistercienses, aderiu à ordem regular com outros quinze companheiros no mosteiro de Morimond, na região atual da França. Ali Otto desenvolveu uma espiritualidade voltada para a austeridade e a simplicidade pregadas pela ordem cisterciense. Em janeiro de 1138 Otto foi eleito abade do monastério e menos de meio ano mais tarde, foi indicado para assumir o episcopado de Freising, na Baviera, que estava sendo assumida neste mesmo ano por seu irmão, Leopoldo IV da Áustria. Nesta posição, entretanto, Otto nunca abandonou os ideais de vida cistercienses, trajando inclusive sempre seu hábito daquela ordem.<sup>180</sup>

O maior reconhecimento de Otto enquanto intelectual e cronista se deve à sua primeira obra, composta na década de 1140, sob o título de *Chronica sive Historia de duabus civitatibus*. Trata-se de um esforço nos moldes de Eusébio de Cesareia, de criar

<sup>179</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001, p. 136.

<sup>180</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001.



uma crônica universal, englobando toda a trajetória da humanidade até o presente de seu autor. As influências do pensamento de Santo Agostinho e seu discípulo, Paulo Orósio, são visíveis na obra desde seu título, que remete aos escritos do bispo de Hipona. Otto explora a história – assim como Agostinho e Orósio – como um palco dos conflitos eternos entre os princípios do bem e do mal.<sup>181</sup> Por essa obra o cronista é considerado o maior filósofo da história do século XII.<sup>182</sup> Sua *Gesta Friderici I. imperatoris* apresenta, entretanto, características distintas daquela primeira obra. Em seu segundo trabalho o frisigense abandona as estruturas que marcaram sua “Crônica Das Duas Cidades” e passa a interpretar os fatos a partir de uma perspectiva mais positiva, inaugurada com a ascensão de Frederico I ao trono imperial. Distingue-se também o fato da *Gesta* ter sido composta sob a encomenda do imperador. Alguns autores sugerem inclusive que a *Gesta* recupera alguns temas tratados no livro VII de sua Crônica, com o intuito de alterá-los e mudar-lhes o sentido. cremos, entretanto que, embora se possam verificar as alterações na visão do cronista a respeito de sua obra primeira, essas alterações se deram mais pela mudança no contexto e nas condições de formulação da segunda obra, do que por uma intenção do autor de alterar seu primeiro trabalho.<sup>183</sup>

Em ambas as obras podemos observar características da concepção de história de Otto. Ele se detém no relato dos feitos dos imperadores, e em especial na *Gesta* este relato possui o objetivo da exaltação de seu personagem principal, Frederico I, Hohenstaufen. Sendo assim “[Otto de Freising] é certamente tudo o que não é um historiador social, da forma como o imaginamos”,<sup>184</sup> sua preocupação não se direciona para a observação e interpretação da sociedade de sua época, ao menos não à sociedade de uma maneira geral – partindo do ponto de vista do historiador social moderno. Otto escreve “do pondo de vista da nobreza”.<sup>185</sup> “Sabe-se [...] que o bispo julgou de forma deveras distinta o seu próprio tempo em suas duas obras, a *Chronica* e a *Gesta*

<sup>181</sup> MIEROW, Charles Christopher. Introduction. In: OTTO OF FREISING. *The deeds of Frederick Barbarossa*. New York: Columbia University Press. 1953, p. 5.

<sup>182</sup> Cfr. GOETZ, Hans-Werner. „Gesplaltene Gesellschaft“ un Eiheitsideal: Bemerkungen zum Gegenwartsbild Ottos von Freising. *Zeitschrift für bayerische Kirchengeschichte*. N. 50, 1981, pp. 14-21; BAGGE, Sverre, Ideas and narrative in Otto of Freising's *Gesta Friderici*. *Journal os Medieval History*. Vol. 22, n. 4, pp. 345-377; FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001.

<sup>183</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001, MIEROW, C. C. Op. Cit. 1953.

<sup>184</sup> GOETZ, H-W. Op. Cit. 1981, p. 14. “[Otto de Freising] ist sicher alles andere als ein Sozialhistoriker, wie wir ihn uns vorstellen”. Tradução livre.

<sup>185</sup> GOETZ, H-W. Op. Cit. 1981, p. 14. “vom Standpunkt des Adels aus”. Tradução livre.

*Friderici*”.<sup>186</sup> Mas o cronista não negligencia totalmente a sociedade na qual está inserido, sendo que parece apenas fazer uma opção por dedicar-se a trabalhar somente com as camadas dirigentes da sociedade, considerando-as dignas de serem retratadas.<sup>187</sup> Este ponto de vista era compartilhado, no entanto por diversos autores medievais,<sup>188</sup>

o que o separa de outros historiadores não é sua apresentação cronológica, mas o modo pelo qual apresenta a história, o fato de que ele não somente descreve os acontecimentos, mas, do contrário, interpreta e persegue alvos (histórico-teológicos) com suas obras: Otto de Freising é em primeiro lugar um filósofo da história. O conjunto de sua obra fundamenta-se sobre uma base histórico-teológica, pela qual precisa se assentar cada observação sobre sua historiografia.<sup>189</sup>

A escola alemã de estudos da historiografia considera, então, o frisigense como “um autor com uma interpretação, filosófica geral e cristã da história, e com visões independentes acerca das questões contemporâneas”.<sup>190</sup> É preciso então manter esta perspectiva ao abordar o texto a fim de compreender a coesão e a coerência internas à obra de Otto de Freising.

---

<sup>186</sup> GOETZ, H-W. Op. Cit. 1981, p. 14. “Man weiß [...] daß der Bischof seine eigene Zeit in seinen beiden Werken, der Chronik um den „Gesta Frederici“, recht unterschiedlich beurteilt hat”. Tradução livre.

<sup>187</sup> Cfr. GOETZ, H-W. Op. Cit. 1981. Veremos mais adiante a questão da “dignidade histórica” dos personagens retratados nas *historiae* medievais como filtro aplicado à interpretação histórica e construção das narrativas.

<sup>188</sup> Cfr. GOETZ, Hans-Werner. „Geschichte“ im Wissenschaftssystem des Mittelalters in: SCHMALE, F-J. Op. Cit. 1985.

<sup>189</sup> GOETZ, H-W. Op. Cit. 1981, p. 14. “Was ihn Von anderen Geschichtsschreibern unterscheidet, ist nicht seine chronographische Darstellung, sondern die Art, wie er die Geschichte präsentiert, die Tatsache, daß er die Ereignisse nicht nur beschreibt, sondern deutet und mir seinen Werken bestimmte (geschichtstheologische) Ziele verfolgt: Otto von Freising ist in erster Linie als Geschichtsdarsteller von Bedeutung. Sein gesamtes Werk ist von einer geschichtstheologischen Grundlage getragen, bei der jede Untersuchung über seiner Historiographie ansetzen muß”. Tradução livre.

<sup>190</sup> BAGGE, S. Op. Cit. 2001. P. 346. “an author with a general philosophical and Christian interpretation of history and with independent views on contemporary issues”. Tradução livre.

### **3 A Gesta Friderici I. Imperatoris.**

Ao iniciar a discussão da nossa fonte, cremos que seja importante realizar algumas pequenas reflexões a respeito de sua forma e conteúdo. De início a especificidade do gênero ao qual nossa fonte faz parte. Trata-se de um texto escrito, ou seja, analisamos uma composição feita sobre uma plataforma que possuía de início o intuito de ser duradoura. Mas os textos escritos possuem também diversas modalidades distintas, e nossa fonte se enquadra em uma dessas modalidades, a da narrativa. Dessa forma deixamos claro que não se trata de legislações ou atos governativos – também documentos escritos, igualmente com uma perspectiva duradoura da parte de seus compositores. Enquanto narrativa, contudo, participa de um gênero específico de narrativa, a narrativa histórica – ou historiográfica –, que se propõe ser uma narrativa do passado, dos fatos acontecidos, da verdade; distinguindo-se desse modo das narrativas fantásticas e dos romances. Classificamos a fonte então, segundo as considerações de Hans-Werner Goetz, enquanto *historia*. Para tentar definir o que é este gênero *historia* dentro dos gêneros da narrativa medieval seguiremos os escritos do professor alemão.

Johann Huizinga em seu *Wege der Kulturgeschichte* escreve que “História é a forma mental, pela qual uma civilização presta contas de si mesma sobre o seu passado”.<sup>191</sup> Dessa forma estabelece-se que a História é um conhecimento e assim sendo é passível de sofrer alterações e manipulações. Também se chega a partir da proposta de Huizinga, ao conceito de que a História se faz a partir do presente. Tendo em mente estes conceitos sabe-se que a História distingue-se do passado, sendo entendida mais como a conexão entre passado e presente realizada por intermédio da narrativa. Esta perspectiva não é exclusiva do pensamento histórico moderno. Ele já estava presente no medievo desde, ao menos, Isidoro de Sevilha. Os historiadores medievais eram cômicos de que ao escreverem suas *historias* eles estavam compondo uma *narratio rerum gestarum* em oposição às *rei gestae*.<sup>192</sup> Durante a Idade Média sabia-se com clareza distinguir entre a *res gesta*, e a *historia*, enquanto fruto do trabalho narrativo do

<sup>191</sup> HUIZINGA, Johann. *Wege der Kulturgeschichte*. Munique: Drei Masken. 1930, p. 86.

<sup>192</sup> GOETZ, Hans-Werner. Von der *res gesta* zur *narratio rerum gestarum*: Anmerkungen zu Methoden und Hilfswissenschaften des mittelalterlichen Geschichtsschreibers. *Revue Belge de Philologie et D'Histoire*. vol. 67, n. 4, 1989.

historiador. Segundo Goetz.

*Historia* no medievo não designava, como amiúde se é tido, um gênero historiográfico específico em contraste com Anais e Crônicas, ao contrário era usado como termo geral para designar toda a escrita histórica (dos mais diversos gêneros inclusive as vidas de santos), até mesmo como *narratio rerum gestarum* – segundo a sempre retomada definição de Isidoro de Sevilha [...].<sup>193</sup>

Havia, portanto, no medievo uma clara distinção, não somente entre passado e história, mas uma distinção da própria historiografia enquanto gênero narrativo, frente às demais formas de expressão pelas letras, em especial em relação à poesia. “A escrita da história pretendia fixar em ordem cronológica (*series*) a recordação dos acontecimentos verdadeiros e dignos de memória (*res gestae memoriae tradere*)”.<sup>194</sup> Desta forma a nossa fonte se enquadra neste gênero, de *historia* dentro do sistema de conhecimento medieval. Ela traz consigo diversas características da narrativa historiográfica medieval, dentre as quais as três principais que caracterizam o gênero, ou seja, o acontecimento histórico como fato que se destaca – e por isso merece ser recordado, segundo a citação acima – pelo local, pelo tempo e pela pessoa digna de ser lembrada. Para chegar a uma narrativa que considerasse tais elementos era necessário, entretanto, definir uma hierarquia de valores dos relatos, dos testemunhos do passado, das fontes do historiador medieval. Eram em geral tidos em grande conta as narrativas de autores que presenciaram os fatos, mas como no caso de Otto de Freising, que relata diversos eventos dos quais não tomou parte, o relato de personagens presentes nos acontecimentos assume quase um estatuto de verdade. Goetz, porém, adverte para o fato de que mesmo os relatos de acontecimentos presenciados já eram notados como uma forma de narrativa, logo não eram a totalidade dos fatos, mas já uma construção – mesmo que no medievo não utilizasse estes termos para conceituar tal problema. O historiador medieval lidava conscientemente com suas fontes aplicando a elas também

<sup>193</sup> GOETZ: 1989. Op. Cit. p. 697. „*Historia* im Mittelalter bezeichnete nicht, wie häufig angenommen, eine bestimmte, von Annalen und Chroniken abgehobene historiographische Gattung, sondern wurde als übergreifender Begriff für *jede* Geschichtsschreibung (sehr verschiedener Gattungen bis hin zur Heiligenvita) verwendet, eben – in der Mittelalter oft wiederholten Definition Isidors von Sevilla – als *narratio rerum gestarum* [...]“. Tradução livre.

<sup>194</sup> GOETZ: 1989. Op. Cit. pp. 697-698. „Geschichtsschreibung wollte in chronologischer Folge (*series*) die Erinnerung an wahre, denkwürdige Taten festhalten (*res gestae memoriae tradere*). Tradução livre.

um trabalho de crítica. “A crítica medieval das fontes assentava-se então não sobre o período da escrita da fonte e a proximidade do acontecimento, mas sobre a fidedignidade do autor, a qual dependia da autoridade deste, e à fidelidade que se evidenciava a ele”.<sup>195</sup>

Dentro dessa perspectiva nos parece bastante clara a classificação da nossa fonte enquanto uma *historia* de Otto de Freising, uma reflexão historiográfica realizada pelo historiador medieval em meados do século XII, que considera determinadas especificidades e tem em vista um produto singular. Fica, no entanto, ainda a dúvida sobre as distinções existentes entre os gêneros da *Gesta* e da *Chronica*, ambos explorados, aparentemente, em obras distintas de nosso autor. O problema que se coloca, entretanto, não tem sua origem na própria composição do frisigense, mas nas publicações que foram feitas de suas obras durante o século XIX.<sup>196</sup> O título de *Gesta* dado à sua obra sobre o reinado de Frederico I é na verdade uma atribuição moderna a uma obra cujo título se tornara incerto graças às diversas variações observadas nas cópias medievais que nos chegaram. Ao que me parece, a escolha pelo título de *Gesta* deve-se mais a uma proposta dos historiadores e filólogos do século XIX que a um modelo proposto pelo próprio Otto. Além disso, o próprio frisigense se refere às suas obras apenas como *historia*, e não como *Chronica* ou *Gesta*.<sup>197</sup> Por isso optamos por tratar a obra como *historia*, o termo utilizado pelo próprio autor, seguindo dessa maneira as informações que o bispo nos deixou, além de ser, como também vimos, uma categoria mais geral, que pretende abranger todos os exercícios historiográficos compostos no medievo.<sup>198</sup> Contudo, para diferenciar as obras durante a análise que se segue usaremos os termos ‘crônica’ e ‘gesta’ para diferenciá-las, do mesmo modo que nos referimos a Otto de Freising como cronista ou historiador como sinônimos, o

<sup>195</sup> GOETZ: 1989. Op. Cit. p. 700. „Die mittelalterliche Quellenkritik setzte hier jedoch nicht bei der Frage der Abfassungszeit und der Nähe zum Ereignis, sondern bei der Glaubwürdigkeit des Autors an, die von dessen Autorität abhing, dem Vertrauen (*fides*), das man ihm entgegenbrachte“. Tradução livre.

<sup>196</sup> Sobre a distinção entre *Gesta* e *Chronica* ver GUENÉE, Bernard. Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge. *Annales ESC*. Vol. 28. N. 4. 1973. pp. 997-1016; SCHMALE, Franz-Josef. *Funktion und Formen mittelalterlicher Geschichtsschreibung*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft. 1985.

<sup>197</sup> Cfr. OTTO in: WAITZ: 1912. Lib. I, Prol. e caps. 11, 21, 24; Lib. II, cap. 43.; Ver também GOETZ, Hans-Werner. „Geschichte“ im Wissenschaftssystem des Mittelalters in: SCHMALE, F-J. Op. Cit. 1985. p. 189.

<sup>198</sup> Cfr. GOETZ, H-W. Op. Cit. 1989.

primeiro termo derivando de sua obra cronística e o segundo de seu *métier*, segundo os estudos apresentados.

Mas há distinções entre as obras de Otto de Freising, que precisam ser apresentadas, pois estão envoltas em discussões ligadas à sua composição e aos modelos seguidos pelo frisigense em cada caso. A *Gesta Friderici I. Imperatoris*, ao contrário da ‘Crônica das duas cidades’, apresenta um tom positivo com relação à história. A mudança de perspectiva se dá em vistas do contexto distinto no qual a obra foi composta.<sup>199</sup> Os eventos que se sucedem à eleição de Frederico I fazem crer ao cronista que sua aspiração do *Imperium Christianum* poderia ser realizada pelo imperador, seu sobrinho. Indubitável é o vínculo de Otto de Freising e Frederico I, que se transpõe para a *Gesta*. Esta é precedida por uma carta de encomenda enviada por Frederico I a Otto, pedindo que o bispo frisigense lhe escrevesse uma história dos fatos ocorridos desde sua coroação até aquele momento de redação da carta, sendo que o próprio imperador sugere quais seriam os principais fatos decorridos neste lapso temporal, ao esboçar um pequeno resumo na mesma carta enviada a Otto. Além disso, fica evidente a ligação próxima entre as famílias de Otto de Freising e Frederico I. Otto estava desse modo ligado a Frederico I em vários níveis. Era seu tio, seu conselheiro e escritor de sua *Gesta*, era bispo numa das principais dioceses da Baviera, era nobre, ligado às principais figuras do Império Romano.

A sua obra inicia-se com os relatos acerca do reinado de Henrique IV, enfoca as disputas deste imperador com o Papado e com a nobreza imperial e com o seu herdeiro, que viria a ser Henrique V. À morte daquele, segue-se a narração do reinado deste último, que também enfrentou problemas com a Sé pontifícia, que, embora, tenha sido um reinado relativamente tranqüilo, culminou na concordata de Worms e na diminuição do prestígio imperial diante do episcopado romano. A eleição conturbada de Lotário III e os anos de guerra civil que se seguem são relatados por Otto com um tom de advertência e condenação, que se findam com a morte do imperador sem dinastia. O anti-imperador Conrado, feito rei dos germanos após a morte de Lotário III nunca viria a receber as insígnias imperiais. Otto relata seus feitos com certo ar de desilusão, pois

---

<sup>199</sup> GOETZ, Hans-Werner. „Gesplaltene Gesellschaft“ und Einheitsideal: Bemerkungen zum Gegenwartsbild Ottos von Freising. *Zeitschrift für bayerische Kirchengeschichte*. n. 50. 1981. pp. 14-21.

embora Conrado III fosse seu meio-irmão, não seguiu a visão de Otto a respeito do *Imperium Christianum*. Durante o reinado de Conrado III é que a sua *Crônica Das Duas Cidades* é escrita, e nela transparece esse tom pessimista, desiludido de Otto.

Esse caminho trilhado pelo bispo através da história dos imperadores antecessores de Frederico I possui, contudo, um objetivo bastante claro a primeira vista. Otto cria todo um ambiente de crise e decadência da figura imperial durante o século que precede o Barbarossa, enfatizando aquilo que ousaríamos chamar de último nível de degradação da figura imperial, qual seja, a não coroação do rei germânico em Roma pelo Papa, e a ausência de imperador no Ocidente por uma geração, sendo a cristandade em sua unidade teórica conduzida somente pelo pontífice romano – adotando a teoria do Papa Gelásio – pleno da *auctoritas*, e deixando a *potestas* sem imperador.

É a construção da oposição àquilo que Frederico I representa para o autor, já desde suas primeiras aparições na *Gesta*, enquanto duque da Suábia, privado do rei Conrado III e um dos mais destacados guerreiros que tomou parte na segunda Cruzada, de 1147. Frederico I é idealizado e enaltecido sobre todos os aspectos que seus antecessores eram falhos. Otto constrói a *laudatio* do imperador cristão por excelência, o realizador do *Imperium Christianum* e, por conseguinte, imperador dos últimos tempos, escatológico.

O primeiro livro da *Gesta Friderici*, de Otto de Freising, nos apresenta conteúdos os quais poderíamos dividir em cinco partes distintas. A primeira parte é o prólogo, no qual o autor apresenta a sua concepção de História e faz um apanhado geral dos elementos que marcam sua narrativa, ou seja, o Império, as virtudes do imperador, a lógica, a erudição, as referências aos antigos e à tradição cristã. Em seguida o autor dedica quatro trechos desse primeiro livro, cada qual para tratar dos feitos dos quatro monarcas e imperadores que precederam seu sobrinho, Frederico I.

Alguns temas relacionados à proposta de construção do modelo imperial de Otto de Freising se apresentam neste primeiro livro, de modo geral como modelos de “contra-conduta” do imperador e de “Império Degenerado”. Durante a análise se torna evidente que a proposta apresentada por Otto neste primeiro livro se faz necessária

como contraposição ao modelo ideal, que o bispo relaciona a seu sobrinho. Nesse âmbito de ideais imperiais analisaremos a conduta dos imperadores e os procedimentos governativos dos mesmos, a fim de abordar tematicamente a questão do bom e do mau Império. Temática, entretanto, que não se desvincula de um contexto maior que o autor está apresentando, o qual, portanto, não podemos deixar de lado. Por sua prática histórica, inclusive, Otto de Freising confere grande importância ao encadeamento cronológico de fatos, o qual, se quisermos compreender a proposta do bispo dentro de seus próprios padrões, devemos levar em consideração ao realizar a análise a que nos propomos. O modelo cronológico de composição das histórias medievais encontra-se, segundo Pedro Juan Galan Sanchez, na Crônica de Eusébio de Cesaréia, o qual seria o inaugurador do gênero da crônica cristã.<sup>200</sup> A herança desse modelo de composição historiográfica nós encontramos também em Otto de Freising, mesmo que este autor ainda busque fundamentos entre os pagãos antigos.<sup>201</sup>

Além da cronografia como característica herdada de Eusébio, o bispo frisigense adotará em sua obra outros elementos característicos da crônica cristã, dentre os quais o providencialismo, influência de S. Agostinho e Paulo Orósio, a história plana e centrada em alguns personagens principais, que representam o curso da história em um âmbito maior, pois “A história geral dos povos se mescla com a história particular dos indivíduos; e entre estes merecem igual atenção reis, heróis, generais, sacerdotes, sábios, poetas, historiadores ou filósofos”.<sup>202</sup> Uma *historia* dos feitos dos personagens dignos de serem lembrados<sup>203</sup> uma *historia* a partir do ponto de vista das camadas dominantes da sociedade.<sup>204</sup>

### 3.1 Cisma:

A narrativa de Otto de Freising a respeito dos feitos do imperador Henrique IV

---

<sup>200</sup> GALAN SANCHEZ, P. J. Op. Cit. 1994.

<sup>201</sup> Hans-Werner Goetz também nos apresenta a importância da perspectiva cronológica nos trabalhos historiográficos medievais ao apontar o tempo (Zeit) como aspecto basal sobre a qual as discussões historiográficas medievais se sustentam. (GOETZ, H-W. Op. Cit. 1989).

<sup>202</sup> GALAN SANCHEZ, P. J. Op. Cit. 1994, p. 46. “La historia general de los pueblos se mezcla con la historia particular de los individuos; y entre éstos merecen igual atención reyes, héroes, generales, sacerdotes, sábios, poetas, historiadores o filósofos”. Tradução livre.

<sup>203</sup> GOETZ, H-W. Op. Cit. 1989.

<sup>204</sup> GOETZ, H-W. Op. Cit. 1981.



inicia-se pela reafirmação da legitimidade do imperador, colocando seu governo acima de qualquer questionamento, que naquela época ainda poderia haver, principalmente da parte do pontificado, uma vez que este havia na época apoiado vários anti-imperadores, como já vimos na parte contextual. Toda a construção reforça a idéia de Henrique IV imperador, pois como coloca o cronista, o imperador descendia de uma linhagem imperial, sendo “entre os reis o quarto, entre os imperadores o terceiro que há recebido este nome”.<sup>205</sup> A legitimação buscada pelo bispo coloca-se em meio a um panorama bastante desfavorável ao imperador, pois seus domínios se encontravam em uma grave crise política, escrevendo o autor que o Império “foi dividido”.<sup>206</sup>, ou seja, encontrava-se em estado de desintegração, havia sido desmembrado, dividido, pelas lutas que irromperam no contexto da Guerra das Investiduras.<sup>207</sup>

Essa questão da desintegração imperial logo nas primeiras linhas da obra do bispo frisigense anunciam aquilo que o autor estará tratando durante todo o primeiro livro, referente ao período anterior à ascensão de Frederico I. Otto apresenta aqui o ponto de partida para sua argumentação que visa associar a realidade imperial ao discurso cristão de legitimação do poder imperial, que se encontra nas profecias das Sagradas Escrituras. No texto bíblico o profeta Daniel e o Apóstolo João anunciam o plano divino da sucessão dos quatro impérios terrestres que antecederiam a consumação

<sup>205</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 12 “inter reges quartus, inter imperatores tercius huius nominis invenitur”. Tradução livre

<sup>206</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 13 *scissum fuisse*. Tradução livre. Do termo latino scindo/scindere vem a forma nominativa, scisma, que no português moderno transformou-se na palavra cisma. O verbo, scindo/scindere transformou-se no português cindir.

<sup>207</sup> Em nossas leituras de historiografia nos deparamos com um problema com relação à terminologia que surge em torno das disputas envolvendo Papado e Império no século XI. Propomos neste trabalho uma distinção entre dois termos que utilizaremos no que se refere ao episódio das Investiduras, envolvendo Henrique IV e Gregório VII. O termo classicamente cunhado na historiografia de língua portuguesa se refere ao episódio como Querela das Investiduras. Nós optamos, entretanto, pela utilização de uma nomenclatura mais específica. O termo “Querela das Investiduras” é bastante generalizante e não abrange as especificidades do momento. Embasados na historiografia germânica e inglesa, faremos uso de dois termos para distinguir duas facetas deste momento histórico. Por um lado usaremos o termo “Crise das Investiduras” para referirmo-nos às disputas teórico-políticas envolvendo o tema das investiduras e principalmente a disputa da preeminência dos poderes imperial e pontifício, que se desenrolam em virtude da questão primeira. Em complemento a este termo utilizaremos o conceito de “Guerra das Investiduras” numa referência mais direta aos conflitos bélicos que surgiram envolvendo principalmente o Império, em virtude justamente do momento de fragilidade política que o imperador passava, mas que não necessariamente se trata de um conflito encabeçado pela Sé Romana, equívoco a que podemos ser levados a crer pelo termo “Querela das Investiduras”. Exemplos dessa distinção encontramos em LUSCOMBE, David. *The New Cambridge Medieval History*. Edimburgo: Cambridge University Press. 2 vol. 2004; FUHRMANN, Horst. *Germany in the high middle ages: c. 1050-1200*. Cambridge University Press. 2001; GOETZ, Hans-W. *Proseminar Geschichte: Mittelalter*. Stuttgart: UTB. 2000.

dos tempos e a plena reconciliação da humanidade com Deus. Todo o sentido da profecia é de uma progressiva degeneração da humanidade, representada pela degradação da instituição imperial, culminando na vinda do redentor e, com ele, da nova Jerusalém, a Cidade Celeste. As concepções cristãs do cronista o fazem retomar o tema da desestruturação imperial como realidade bíblica e profética tornando-se realidade prática no cisma da cristandade, oriundo das disputas de poder entre o Papado e o Império, vício final rumo à total destruição da humanidade.

O tema do cisma permeia todo o livro primeiro do frisigense. E sua opção enquadra-se na proposta de exaltação de Frederico I como alternativa ao quadro de desintegração que o cronista observa no século que precede a ascensão de seu sobrinho ao trono germânico. Importante é ressaltar que dentro dessa perspectiva torna-se necessário mostrar os padrões antagônicos que marcam os dois momentos, antes e depois da ascensão do Barbarossa. Em diálogo com a obra anterior de Otto de Freising, a *Chronica sive Historia de Duabus Civitatibus*, que muitos estudiosos vêem como antítese da *Gesta Friderici* por seu tom negativo em relação à humanidade, podemos observar certa continuidade no relato em muitos aspectos, ao invés de um antagonismo. Uma continuidade sob uma perspectiva nova, diante das mudanças políticas observadas pelo cronista no tempo da composição da *Gesta*. Entretanto a temática central do primeiro livro da obra a Frederico I coincide com o tom negativo da *Chronica*. É a partir dessa perspectiva negativa que Otto pode propor uma mudança na ascensão do Barbarossa. Uma renovação que passa pelo combate à desintegração que caracteriza o Império no período narrado pelo bispo frisigense.

Otto parte de uma dupla argumentação para caracterizar a desintegração deste quarto Império, o Romano. Associado sempre à proclamação da *pax augusta*<sup>208</sup>, o

---

<sup>208</sup> Remetemos aqui à noção de *pax augusta* fundada pelo imperador Otávio na Antigüidade, e que foi seguidas vezes retomada como símbolo do poder imperial, e mais que isso, referência ao papel pacificador e universalista atribuído aos imperadores. Esta imagem retorna em diversos momentos na história imperial, vinculada sempre a grandes momentos de renovação. Assim como Otávio Augusto iniciara o período imperial romano, as pazes imperiais (ou *pax augusta*) vão marcar os períodos de *renovatio imperii*, seja com Carlos Magno e a conquista e pacificação dos lombardos, Otto I e a pacificação dos povos germânicos, ou como propõe o cronista, será Frederico I e a restauração da paz interna do Império Romano, após quase um século de guerras e instabilidade. Tal concepção de *pax Augusta* surge ainda nos escritos históricos de Paulo Orósio e vincula-se também a noção cristã da vinda do salvador concomitante com a fundação do Império de Augusto.

Império sob Henrique IV vivenciou a guerra, surgida tanto pela questão existente entre Papa e imperador, quanto pela postura deste<sup>209</sup> diante da nobreza germânica.<sup>210</sup> A eleição de anti-imperadores e a resistência e a confrontação dos *magnates*<sup>211</sup> germânicos ao seu imperador, com base no argumento de que a excomunhão do último dissolvia quaisquer laços de fidelidade jurados entre ele e os primeiros, era o reflexo de anseios do corpo nobiliárquico germânico, muito mais antigos que a própria Crise das Investiduras. As manobras políticas do Papado forneceram apenas o embasamento teórico para uma resistência que, se não era aberta, como acontecia na saxônia, era velada na Suábia, com os duques de Zähringen, e na Baviera, com os Welf. Otto enfatiza a resistência a Henrique IV ao tratar das revoltas saxônicas que o imperador teve que enfrentar durante a crise das investiduras, que se constituíram nas chamadas Guerras das Investiduras.<sup>212</sup> Segundo o cronista “Contudo o pretexto desta rebelião não tanto da instabilidade das gentes citadas, mas tivera origem a partir da lascívia do príncipe”.<sup>213</sup> Corroborando dessa maneira com a idéia de que havia dois agentes, pelo menos, atuando na desintegração do Império, e que um deles, as guerras internas da nobreza germânica, era causado não pelos problemas externos, mas pela atuação interna

---

<sup>209</sup> A presença de uma dupla argumentação, por um lado religiosa, ou espiritual, e por outro lado cívica, ou temporal, marcam toda a narrativa do frisigense. Veremos no decorrer da obra várias referências a este binômio temporal/espiritual. Esta distinção compõe o modelo ideal de Otto de Freising de um *Imperium Christianissimum*. Por um lado o *Imperium* enquanto instituição temporal, herdada – de acordo com as mentalidades medievais (BLOCH, M. Op. Cit. 1982 e NIETO SORIA, J. M. Op. Cit. [s.d.]) – diretamente dos romanos, e como a instituição romana da antiguidade, pretendia-se *res publica*, uma instituição laica, civil, voltada para a organização da sociedade e a busca do bem comum. Por outro lado a *Christianitas*, enquanto concepção universalista ligada à fé cristã e que fundia-se não com o conceito institucional de uma Igreja, mas à noção de *Ecclesia*, enquanto corpo. A metáfora da cristandade enquanto uma unidade social representada como corpo, na interpretação dos ensinamentos paulinos (BÍBLIA, 1 Coríntios: 2000, cap. 12, vers. 12-28) ganha nova força no século XII a partir da obra de Hugo de São Victor, *De sacramentis fidei*, que embora fosse um tratado de eclesiologia, foi largamente utilizada para fundamentar a plenitude *potestatis* Papal após a Concordata de Worms (SOUZA, José Antônio, *O reino de Deus e o reino dos homens*. Porto Alegre: Edipucrs. 1997, p. 64-65).

<sup>210</sup> A crítica central de Otto em relação a Henrique IV e seu trato para com a nobreza germânica está no trato do imperador para com a nobreza saxã. Como podemos observar no capítulo 4 do primeiro livro, na visão de Otto de Freising foi a arrogância de Henrique IV que levou o Império à um cisma (OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. IV e VI). Vide citação da fonte na sequência do texto.

<sup>211</sup> Do termo latino *magnas/magnatis*, que se traduz por grande homem; homem importante. O termo encontra-se na forma nominativa plural.

<sup>212</sup> Otto distingue em sua *Gesta* as Guerras oriundas da disputa com o Papado (OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. VI e VII) daquelas realizadas contra os saxões, uma distinção que possui um papel importante na construção do cronista, mas que quase não aparece nas obras historiográficas que tratam do tema. Neste trabalho estaremos então marcando esta distinção, pois uma é oriunda do cisma interno da cristandade, enquanto outra é fruto do cisma entre Império e Papado. Idem.

<sup>213</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 15. “Occasio tamen huius rebellionis non tantum ex predictae gentis instabilitate, sed ex principis lascivia ortum sumpserat”. Tradução livre.

do imperador. O tema do cisma, como o trecho acima mostra, não se restringe ao cisma entre Império e Papado, mas também aos cismas internos entre os diversos agentes do corpo político imperial, que geravam disputas e conflitos, que levavam à instabilidade e à desintegração do Império Romano enquanto força política coesa, liderança laica da cristandade.

Se este primeiro argumento do bispo apresenta um caráter bastante laico, de uma confrontação entre poderes nobiliárquicos e Império, o segundo argumento parte de uma visão eclesiástica da crise. A excomunhão de Henrique IV na segunda metade do século XI pelo Papa Gregório VII era algo bastante novo e até então impensado na sociedade cristã. Como já vimos, o Império Romano havia se estabelecido no Ocidente sob o controle dos francos justamente através de uma manobra pontifícia. Agora, cerca de três séculos mais tarde, a mesma instituição Papal buscava eliminar, se não o Império, do qual dependia para sua própria legitimação discursiva e defesa bélica, o imperador, enquanto figura de prestígio à frente da instituição romana. Este ato de Gregório VII atacava um dos elementos que embasavam o poder dos imperadores, que era a crença de que a coroação imperial simbolizava “a derivação divina dos poderes e a escolha do próprio imperador pela divindade”.<sup>214</sup> A idéia do Papa era de que, diferentemente do que se acreditava, o fato do imperador ter sido coroado pelo Papa, este havia concedido-lhe os poderes que exercia, contestando a visão de que o Papa apenas cumpria um papel simbólico e que o poder exercido pelo imperador advinha de fato de Deus<sup>215</sup>. Essa visão, que logo buscou se impor, trazia consigo um esvaziamento do poder simbólico do imperador e do Império medieval, o que, como transparece na obra de Otto de Freising, era sinal da degeneração imperial presente na profecia bíblica. O Papa provoca o cisma, e, por conseguinte, a guerra e a desestruturação da *pax* do próprio Império. Otto enfatiza ao escrever que “Gregório sétimo, o qual naquele tempo

---

<sup>214</sup> ULLMANN, W. Op. Cit. 1970, p. 37. “the divine derivation of powers and the appointment of the emperor himself by divinity”.

<sup>215</sup> A recorrência das disputas em torno do tema do poder imperial sendo uma investidura pontifícia ou um poder delegado diretamente por Deus vai ser recorrente a partir do século XI até a Baixa Idade Média, onde vemos autores como Marsílio de Pádua, Egídio Romano, Guilherme de Ockham e Dante Alighieri, para citar apenas alguns, ainda discutindo o tema. Sobre tais questões ver SOUZA, José Antonio. *O Reindo de Deus e o Reino dos Homens*. Porto Alegre: Edipucrs. 1997; FERNANDES, Fátima Regina. *O conceito de Império no pensamento político terdo-medieval*. Separata; NIETO SORIA, José Manuel. *El imperio medieval como poder público: problemas de aproximación a un mito político*. [s.d.] Separata.

detinha o pontificado da cidade de Roma, ele mesmo decretou que o imperador assim como os seus deveriam ser feridos com o gládio da excomunhão e destituídos”.<sup>216</sup>

A reação de Henrique IV e da sociedade política imperial como um todo à excomunhão do imperador, segundo Otto de Freising, demonstram uma espécie de contaminação do espírito cismático dentro do Império. Não somente o imperador teria apresentado suas queixas, no Conselho reunido em Brixen, contra o Papa, principalmente no que tange às prerrogativas imperiais na indicação de um sucessor ao trono pontifício e às perseguições que vinha sofrendo por parte do sumo pontífice, mas também os clérigos aparecem no relato, queixando-se a respeito da obrigatoriedade do celibato, reforçada pelo programa reformador de Gregório VII. Otto certamente aponta para tais fatos com um olhar reprovador. Ao invés de buscar a reconciliação, e organizar uma dieta com o intuito de encontrar uma solução pacífica para as disputas da Crise das Investiduras, o imperador se detém nos planos de destituição do Papa e, poderíamos assim afirmar, destruição do projeto reformador gregoriano. Embora tal projeto tenha se desvirtuado de seu objetivo primeiro – o cronista não corrobora com a reforma eclesiástica justamente por esse desvio do plano original – o cronista reprova as ações tomadas pelos *magnates* germânicos para deter tal plano. Tanto senhores laicos como eclesiásticos, que apoiavam o Império, entraram em acordo de que a eleição do Papa deveria ser anulada, e um novo Papa deveria assumir a Sé Romana, indicado pelo imperador, segundo a tradição na qual estes *magnates* se baseavam. Esta medida extrema é encarada pelo frisigense como um golpe fatal a qualquer tentativa de reconciliação entre Papa e imperador, e, por conseguinte, apaziguamento do Império em suas guerras internas. Dessa reunião ocorrida em meio aos Alpes surge o anti-Papa Clemente III, o qual foi eleito com o consentimento do imperador, e é promulgada a deposição de Gregório VII, chamado “falso monge até mesmo necromante”.<sup>217</sup> O ponto crucial da narrativa de Otto a respeito da eleição do anti-Papa está no fato de chamá-lo de “Clemente, ou melhor, demente”,<sup>218</sup> o que ressalta o desacordo do bispo com a atitude imperial naquele momento.

<sup>216</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 13 “Gregorius septimus, qui tunc urbis Romae pontificatum tenebat, eundem imperatorem tamquam a suis destitutum anathematis gladio feriendum decrevit”. Tradução livre.

<sup>217</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 13. “pseudomonachus vel nicromanticus”. Tradução livre.

<sup>218</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 13. “Clemens vel potius Demens”. Tradução livre

cremos que dois elementos principais se relacionam à opção de Otto por chamar Clemente III de “*Demens*”. Em primeiro lugar temos que compreender o contexto da cristandade de meados do século XII, na qual o cronista vive e de cuja estrutura institucional ele participa enquanto bispo de Freising e monge cisterciense. O movimento monástico reformista de Cister surgiu em meio às preocupações em torno da salvação da humanidade na transição do século XI ao século XII. A estrita observância da Regra de S. Bento pretendia aproximar a relação entre os homens e o divino através das práticas ascéticas de negação do mundo, enclausuramento e devoção. Otto, enquanto monge, mantinha para si essa perspectiva de uma vida segundo os preceitos monásticos de abstinência, e enquanto cisterciense, corroborava com o ideário reformista proposto pela igreja, de que os assuntos eclesiásticos deveriam ser tratados com autonomia pelo clero, sem a interferência de interesses laicos. Otto aderira, ao entrar na ordem de Cister, ao voto de celibato, o qual dentro da fé cristã assume o papel simbólico de devoção completa à igreja e a Cristo. Quando no relato o bispo ressalta o fato de que as principais queixas provinham de senhores laicos e clérigos não celibatários ele está ressaltando a ilegitimidade do ato de Henrique IV, apontando para o fato de que as queixas contra Gregório VII, exceto a queixa acerca da excomunhão do imperador, eram ilegítimas. Os queixosos eram senhores laicos afetados diretamente pela busca de autonomia política do Papado – o combate à simonia –, e clérigos principalmente de baixa extração, que se viram impedidos de casar-se e constituir família, ou ‘dinastias’ clericais através de suas descendências – o combate ao nicolaísmo –, o que constituía os fundamentos da Reforma Eclesiástica sob o Papa Gregório VII. A postura dos senhores germânicos diante desse programa reformador trazem um reforço ao clima de cisma que permeia toda a Crise. Otto centra sua análise em tais episódios para pontuar alguns aspectos sintomáticos da degeneração do Império Romano, a fim de que o leitor da *Gesta* consiga identificar como a resistência ao Papado levada a cabo por aqueles senhores e principalmente sob aquela argumentação, era fator determinante no aprofundamento e não solução da Crise. Para o frisigense a Reforma Eclesiástica foi apenas o primeiro choque com o Império, e uma postura conciliadora e pacificadora da parte do imperador poderia ter levado a uma conclusão distinta de tais eventos. Entretanto a postura arrogante de Henrique IV diante do enfrentamento com Gregório VII – postura essa que mais adiante veremos, se repetirá

em Henrique IV diante de seus inimigos, os Saxões – faz com que um grande Cisma se forme no seio da cristandade ocidental. Uma das razões pelas quais cremos que Otto se refere a Clemente III como “*Demens*” está no fato de um clérigo, uma pessoa que na lógica do cronista deveria servir como conselheiro, admoestador de Henrique IV em seus erros, aceita tomar parte nesta disputa, levando, dessa maneira, a um aprofundamento da Crise das Investiduras, envolvendo na referida crise não somente os aspectos legais e teológicos da Investidura, mas todo o universo político imperial e pontifício, pelo cisma da instituição eclesiástica e pelo favorecimento de uma postura cismática da parte do imperador Henrique IV. Chegamos assim ao segundo ponto da posição de Otto de Freising diante dos fatos narrados.

O bispo critica a ação do imperador em Brixen apontando para o fato da desintegração da cristandade que tal ação trouxe consigo, o cisma do Papado, e principalmente a guerra. Novamente aqui é ressaltado o elemento da guerra, e da conseqüente quebra da *pax*, dessa vez promovida pelo imperador. Se anteriormente havia Gregório VII sido responsabilizado pela quebra da *pax* da cristandade pela excomunhão de Henrique VII, agora é o próprio imperador o agente desse momento de instabilidade, através das campanhas que fará na Península Itálica a fim de estabelecer o anti-Papa Clemente III no trono romano. Ressalto aqui o fato dessa guerra promovida por Henrique IV aparecer como injustificada na pena do cronista. Aqui se apresenta a primeira perspectiva de um conceito de guerra que o cronista utiliza largamente em seus escritos. Duas são as possibilidades de quebra do estado de paz do Império Romano. São modelos antagônicos formulados pelo bispo na *Gesta*, mas que em certa medida encontram-se quase como padrão nas narrativas medievais. Trata-se do binômio guerra justa/guerra injusta, que é bastante explorado no relato do frisigense. Quando a guerra promovida pelo imperador visa restabelecer a paz, ameaçada por algum fator interno ou externo, como as supramencionadas revoltas dos *magnates*, há um tom de justificativa por parte do bispo, que irá inclusive textualmente referir-se ao conflito como uma guerra justa, principalmente quando, mais adiante, o relato centra-se na figura de Frederico I Barbarossa. Por outro lado, aparecem também os conflitos que o próprio imperador iniciará, sendo ele mesmo o causador do fim do estado de paz imperial, como no caso das guerras contra Gregório VII. Ao invés de assumir um papel conciliador, que

seria esperado do imperador ideal para Otto de Freising, Henrique IV toma uma atitude de confrontação. Falta-lhe a virtude da moderação e da temperança, como o frisigense ressalta e que exploraremos mais adiante. A impetuosidade de Henrique IV, que chama Hildebrando de falso monge e necromante, marca seus defeitos, os quais não podem estar presentes no imperador ideal. Por assumir o trono pontifício nestas circunstâncias adversas ao ideal é também que Clemente III acaba sendo chamado “*Demens*” pelo cronista. Ele é, na pena de Otto de Freising, um cismático e por isso merece ser difamado.

É dentro dessa mesma perspectiva, de crítica ao cisma que se instalou em meio ao Império e que figura como principal obstáculo à paz e ao cumprimento das profecias bíblicas – de acordo com o bispo frisigense – que o descrédito aos opositores do imperador Henrique IV, saxões, bávaros e os suábos de Zähringen, se justifica, e, por conseguinte as mudanças sociopolíticas podem ser legitimadas. O principal sintoma dessa perspectiva na obra de Otto de Freising aparece na substituição dos duques, primeiramente no ducado da Suábia, onde os duques de Zähringen perdem seus domínios, sendo chamados usurpadores, e mais adiante na substituição dos Welf pelos Babenberger no ducado da Baviera, que ocorre sob o governo de Conrado III. A constante instabilidade política que se observa internamente nestes ducados também está atribuída ao fato dos *magnates* que os governam serem favoráveis a uma postura cismática. É o que marcará também o ducado da Saxônia, tradicional opositor da casa imperial dos Sálcos e dos Staufen. A incapacidade de estabelecer uma linhagem ducal de sucessão após o início dos conflitos com os imperadores corrobora esta imagem que o frisigense constrói em torno dos *principes* que apóiam a divisão do Império e lutam contra a sua unidade. É o que acontece com Rudolf de Rheinfelden<sup>219</sup>, por exemplo, que assumiu o trono enquanto anti-imperador em meio à Crise das Investiduras, e acabou

---

<sup>219</sup> Rudolf de Rheinfelden era duque da Suábia e foi eleito imperador pelos príncipes germânicos partidários de Gregório VII na questão da Crise das Investiduras. Em meio às guerras que esta crise desencadeou o anti-imperador acaba morto em 1080, sem que sua descendência desse prosseguimento a uma dinastia imperial. Coincide com essa época a ascensão dos Staufen no ducado da Suábia, como uma manobra de Henrique IV para garantir apoios políticos dentro do ducado. Entretanto os herdeiros de Rudolf, senhores de Zähringen, desconsideraram a decisão imperial, reclamando para si os direitos sobre o ducado da Suábia. Essa disputa irá prolongar-se por toda a primeira metade do século XII, atingindo até o governo de Frederico Barbarossa. CARDINI, F. Op. Cit. 1987; BARBER, M. Op. Cit. 1993; FUHRMANN, H. op. Cit. 2001; HEER, F. Op. Cit. 1977.



morto, em 1080, e seus descendentes foram privados do título ducal sobre o qual reclamavam direitos. Da mesma forma acontece com o imperador Lotário III, como veremos mais adiante, que termina seus dias sem herdeiro para assumir o trono imperial ou o ducado da Saxônia.

Abre-se nessa perspectiva também a possibilidade de uma alteração que vem para resgatar a unidade e afastar o problema do cisma que algumas linhagens de *magnates* representam para o Império. Justifica-se assim a introdução da família dos Staufen na narrativa exatamente neste ponto. A forma como o cronista apresenta, a partir do capítulo VIII de seu livro primeiro, a justificativa do poder dos Staufen sobre a Suábia é bastante interessante. Vemos uma dupla justificativa para a escolha de Otto de Freising em localizar a ascensão dos Hohenstaufen ao ducado da Suábia como marco inicial da sua narrativa a respeito dos antepassados de Frederico Barbarossa. Há uma vertente cronológica – já explorada para o caso da crônica medieval em Galan Sanchez (1994) – que orienta a construção do frisigense. O bispo, herdeiro da tradição do cronista de Constantino, aplica também em sua narrativa a mesma fórmula para atestar a legitimidade dos Staufen.<sup>220</sup> cremos que essa opção esteja vinculada justamente a esta característica cronológica, de busca de uma legitimação pela antiguidade das raízes do objeto legitimado. Põe-se a nós, entretanto, a questão dos motivos da escolha de Otto de Freising por este período para marcar o início da sua narrativa e não um momento posterior, no qual os Staufen já estariam bem estabelecidos enquanto senhores sobre a Suábia. E a resposta que pensamos ser mais adequada para este questionamento é justamente o fato da ascensão dos Staufen se localizar em meio a um período de Crise e reconfiguração política do Império, no qual os antepassados do Barbarossa já figuravam enquanto alternativa ao modelo da nobreza cismática que o frisigense acabara de apresentar.

Embora o cronista sugira que a família de Frederico possua uma linhagem bastante antiga de importantes condes na região suábia, é pouco provável que se assim fosse Otto teria deixado de mencionar, mesmo que rapidamente, um ancestral poderoso

---

<sup>220</sup> Trata-se da perspectiva de antiguidade enquanto legitimadora de alguma realidade posterior. Eusébio aplica essa idéia em relação ao cristianismo enquanto religião. GALAN SANCHEZ, P. J. Op. Cit. 1994. Otto vale-se do mesmo artifício para legitimar o poder dos Hohenstaufen à frente da Suábia e mais além do Império Romano.

anterior à ascensão dos Hohenstaufen ao ducado da Suábia, se estamos considerando que seu objetivo era o de legitimar o poder de tal família e que a antiguidade é um dos principais elementos legitimadores no Ocidente medieval. De fato o bispo tenta recuar o máximo possível para encontrar as origens legitimadoras dos Staufen, mas como a ascensão destes é bastante recente, o bispo apenas aponta para o fato de que eles possuíam grande destaque na Suábia mesmo antes da ascensão à condição de duques, o que ocorre durante o reinado de Henrique IV.<sup>221</sup> Otto escreve que “Naquele tempo um conde de nome Frederico – descendente de nobilíssimos condes de origem suába – assentou uma colônia no castelo chamado Staufen”.<sup>222</sup> Neste trecho fica evidente que o cronista pretende indicar uma tradição anterior àquela que está narrando, num esforço para garantir a legitimidade dos Staufen baseada na antiguidade da família, mas deixa transparecer também que não havia registros anteriores a respeito da família de Frederico I. O fato aponta para a rápida ascensão da dos Staufen em meio à Crise das Investiduras, momento em que ocorreram grandes mudanças no ambiente nobiliárquico germânico. Poderíamos afirmar então que Otto de Freising tenta construir um elemento de distinção entre os Hohenstaufen e as demais famílias que ascenderam socialmente em decorrência da citada crise, tentando encontrar um elemento de ancestralidade na linhagem de Frederico I, além de se apresentarem como alternativa ao modelo já instaurado.

A proposta é mostrar cronologicamente o processo pelo qual ocorre a *translatio imperii* das mãos dos Sálícos, de Henrique IV e Henrique V, aos Staufen, de Frederico I. A narrativa centrada na figura dos imperadores apela para o fato de que os Staufen se tornaram imperadores legítimos pela aproximação ao poder imperial, através do serviço ao imperador, e pela associação aos monarcas germânicos, fugindo, na narrativa de Otto de Freising, a qualquer estereótipo de usurpador, o que fica evidente nos relatos das duas eleições imperiais ocorridas no século XII, anteriores à eleição de

---

<sup>221</sup> Alguns autores apontam para uma ascensão rápida no caso dos Hohenstaufen estar ligada à noção de serviço ao imperador, que em tempos de crise se vê forçado, em sua política, a favorecer seus fiéis, tornando-os parte damais elevada nobreza para ocuparem os postos dos opositores depostos. Neste sentido há quem sugira inclusive que os Hohenstaufen fossem oriundos do corpo dos *ministeriales* imperiais, fato, contudo, que não fica muito claro nas fontes ou mesmo a historiografia. BARBER, M. Op. Cit. 1993., FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001

<sup>222</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 23. “Ea tempestate comes quidam Fridericus nomine, ex nobilissimus Sueviae comitibus originem trahens, in castro Stophe dicto coloniam posuerat”. Tradução livre.

Frederico I. Essa associação ao poder imperial aparece na narrativa do frisigense logo na primeira apresentação de Frederico I, duque da Suábia. A respeito deste mesmo Frederico, avô do Barbarossa, teria o imperador Henrique IV dito, segundo o cronista “Ó melhor dos homens, quem eu presenciei ser dentre todos na paz fidelíssimo e na guerra fortíssimo [...]”.<sup>223</sup>

Estas, entre outras afirmações feitas no trecho acima, apontam para o panorama negativo que o cronista de Freising está construindo a respeito do período anterior à ascensão de Frederico Barbarossa. Tal modelo retórico adotado pelo bispo relaciona-se diretamente com a necessidade legitimadora do imperador Hohenstaufen, que precisa ver sua ascensão como consequência e alternativa ao contexto que vinha se desenrolando anteriormente. Em oposição ao modelo nobiliárquico que vigorava naquele momento, modelo de degeneração, oposição ao imperador e cisma interno do Império surge um *optime*, um *princeps* germânico que em oposição ao modelo cismático é *fidelissimum*. É um forte indicativo do modelo ideal de Otto de Freising, que é um modelo de unidade, que pode ser alcançado através da fidelidade, tanto no seu sentido religioso, a fé em Cristo – daí o caráter cristão da proposta do frisigense –, quanto em seu sentido sociopolítico, das relações feudo-vassálicas – cuja presença neste século XII se torna bastante presente no ambiente imperial.

Uma consequência, pois está ligada de alguma forma com o passado. O poder de Frederico I é herdeiro dos Sálcos e dos imperadores sem dinastia do século XII. Essa ligação visa suprimir quaisquer possibilidades de acusação contra o Barbarossa, de que este imperador houvesse usurpado seu poder, fazendo-se eleger contrariamente a outro possível herdeiro legítimo do trono germânico. Há também o interesse de ligar o reinado do Barbarossa à noção de Império Romano tradicional, que teria passado, através da *translatio imperii*, para as mãos dos reis germânicos. Frederico era, portanto, legitimamente um imperador, e não somente um rei dos germanos, ou mesmo um usurpador de um título imperial que não lhe cabia. Esse discurso em torno de uma continuidade do poder imperial, embora apontando para uma renovação sob novos preceitos morais e políticos, conduzem a uma imagem de unidade entre passado e

<sup>223</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 24. “Virorum optime, quem inter omnes in pace fidelissimum et in bello fortissimum expertus sum [...]”. Tradução livre.

presente que fortalecem a proposta de legitimação do governo de Frederico Barbarossa. Herdeiro, mas transformador, pois a unidade que mantém com seus antecessores está vinculada a uma perspectiva cronológica de sucessão imperial, enquanto que a ausência de vínculos diretos – uma sucessão por hereditariedade – com os imperadores que lhe antecedem garante a possibilidade de uma mudança, mudança que se afasta do modelo de cisma e segue em direção à unidade imperial e unidade da *Christianitas*.

Uma alternativa, pois se propunha uma *renovatio imperii*, uma recuperação da grandiosidade imperial romana, viva em forma de mito nas mentalidades durante o período medieval.<sup>224</sup> Otto buscava qualificar aquilo que acreditava ser a *renovatio imperii* sob o comando da dinastia Hohenstaufen mostrando que os períodos anteriores à ascensão destes viveram uma profunda crise, e que Frederico I figurava como a alternativa ao contexto de crise. Em contraponto à degradação da classe política e dos grupos nobiliárquicos que, segundo o bispo frisigense, Henrique IV observava em seu período, Frederico Barbarossa é o imperador de uma família marcada pela presença de nobres virtuosos, como o podemos identificar no discurso de Henrique em relação ao primeiro duque Frederico da Suábia. A figura de linguagem aqui utilizada é bastante forte, marcando aquilo que Otto quer identificar como a missão dos Staufen para o Império, qual seja, a de recuperar o Império e eliminar os seus inimigos.<sup>225</sup> Observamos também, tanto nesta quanto nas passagens anteriores, a apresentação de alguns fundamentos básicos da proposta política do bispo frisigense sendo expostos juntamente com o que poderíamos supor, seja, para o cronista, a fundação da casa de Hohenstaufen enquanto membro do universo político-nobiliárquico mais elevado do reino germânico. Assim reforça-se a idéia da supressão de referências a um passado anterior à ascensão dos Staufen à condição de duques da Suábia pela sua inexpressividade diante da proposta de Otto de Freising, que é associar a família de Frederico I a um novo modelo imperial. Fica evidente na narrativa de Otto, que este novo modelo é aquele que o primeiro Frederico da Suábia assume ao ser investido no ducado. Tal postura é reafirmada com o casamento entre Frederico da Suábia e Agnes, filha de Henrique IV,

---

<sup>224</sup> NIETO SORIA, J. M. Op. Cit. [s.d].

<sup>225</sup> Os inimigos do Império, não inimigos pessoais do imperador. Esta distinção se faz necessária, pois mais adiante o cronista utilizará o modelo oposto, do combate dos inimigos do imperador, como modelo equivocado de conduta do imperador, que não conduz ao bem comum.

numa clara proposta de aproximação dos Staufen da casa imperial germânica.<sup>226</sup>

A proposta do bispo não se restringe, entretanto, a uma mera recuperação de aspectos institucionais e públicos que o cronista encontra no mito do Império Romano. Ela vai além e propõe uma nova interpretação para tal mito, aproximando-o do ideal da *Civitas Dei* de Santo Agostinho, ao identificá-lo com um ideal cristão. E isso podemos observar pela importância que o autor emprega sobre o tema da lei divina neste trecho. Não somente quando Otto afirma que a crise provém de uma afronta à lei divina, que é a quebra dos juramentos públicos realizados – diretamente ligados à *iustitia*, mas quando afirma que as afrontas feitas contra o imperador – por meio dos pactos e juramentos feitos sob a influência do demônio – são uma afronta direta à *ordinationi Dei*, ou seja, uma insubmissão aos desígnios divinos.<sup>227</sup> Essa visão remonta à cosmovisão do Pseudo-Dionísio Areopagita, bastante difundida no momento em que o cronista escreve devido à sua utilização no contexto da Crise das Investiduras como argumento para justificar a primazia pontifícia sobre o Império. O frisigense, entretanto faz uma leitura diferenciada da questão das hierarquias de poder, defendendo que a *potestas* advém diretamente de Deus, colocando o poder do imperador num patamar de autonomia frente às pretensões do Papado romano. A retomada do modelo de poder descendente que a Carta de Paulo aos Romanos apresenta, citada pelo bispo Otto de Freising, aponta para o fato de que o bispo corrobora com a idéia de uma instituição imperial em que o poder é delegado diretamente de Deus, e que, portanto, seu sucesso é dependente de uma conduta cristã virtuosa por parte do imperador.

O tema do cisma não se restringe, entretanto, na obra do frisigense somente às passagens que envolvem o governo de Henrique IV, que é classicamente abordado como período de cisma do Papado e do Império, mas segue além desse tempo,

---

<sup>226</sup> Agnes se casa em primeiras núpcias com Frederico I da Suábia. Dessa união nascem os protagonistas dos trechos seguintes do livro primeiro da *Gesta*, Frederico II, da Suábia e Conrado III, rei germânico. Em segundas núpcias, após a morte de Frederico I, Agnes casa-se com o margrave Leopoldo III da Áustria, união da qual nascem Leopoldo IV da Áustria, Henrique Jasomirgott da Baviera e o próprio Otto de Freising, tornando-se por esse vínculo tio do imperador Barbarossa. CARDINI, Franco. *Barbarroja: vida trínfos e ilusiones de un emperador medieval*. Barcelona: Península. 1987; BARBER, Malcolm. *The Two Cities: Medieval Europe 1050-1320*. Nova Iorque: Routledge. 1993; FUHRMANN, Horst. *Germany in the high middle ages: c. 1050-1200*. Cambridge University Press. 2001; HEER, Friedrich. *Das Heilige Römische Reich: von Otto dem Großen bis zur Habsburgischen Monarchie*. Munique: Wilhelm Heyne. 1977.

<sup>227</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 24.

permeando também o relato sobre os feitos de Henrique V. O herdeiro de Henrique IV ao assumir o trono precisa realizar campanhas militares a fim de submeter os senhores germânicos ao seu comando. Isso fica evidente quando o cronista escreve

E a ele no reino sucedeu seu filho, Henrique, na ordem dos imperadores o quarto, entre os reis de fato o quinto. Este subjugou rapidamente à sua autoridade, por meio de suas poderosas guerras, todo o Império [...] Quantas e quão grandes coisas tanto em Roma quanto na Itália fortemente viria a governar.<sup>228</sup>

O trecho mostra que o quinto Henrique se via às voltas com a insubordinação dos *principes* do reino germânico, tendo que fazer constantes campanhas militares a fim de manter seu poder sobre os ducados e evitar que viesse a sofrer com os mesmos problemas que seu pai. Seu esforço, entretanto não leva aos resultados desejados, como fica evidente no episódio do cerco a Mouzon, do qual Henrique sai perdedor.<sup>229</sup>

Ponto importante de se notar é que o bispo de Freising narra neste episódio o papel desempenhado pelos nobres enquanto conselheiros do imperador. Segundo o cronista, foi dando ouvidos aos pedidos dos nobres que Henrique V foi dissuadido de seu intento de matar o conde Rainald. Dois elementos do pensamento político do frisigense também podemos observar aqui. Novamente um caráter público do poder, e outro cristão.

Iniciando pelo argumento cristão a que o bispo está se referindo, ao destacar o fato do conjunto de nobres oferecer um conselho sábio ao governo do Império, ele remete à passagem bíblica dos Provérbios de Salomão<sup>230</sup> na qual está escrito que na

<sup>228</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 26. “Eique in regnum successit filius suus Heinricus, in ordine imperatorum quartus, regnum vero quintus. Hic armis strennuissimus totum imperium ita in brevi suae subiecit ditioni [...] Quot ergo quanta tam Romae quam in Italia fortia gesserit...”. Tradução Livre.

<sup>229</sup> Tal trecho é abordado com mais profundidade adiante, quando tratarmos do papel dos vícios e virtudes na narrativa do frisigense.

<sup>230</sup> “Não havendo sábia direção, cai o povo, mas na multidão de conselheiros há segurança” (BIBLIA, V. T. Provérbios. Português. *A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento*. Trad. de: João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 1996. Cap. 11, vers. 14.); “Sem diretrizes a nação cai; o que a salva é ter muitos conselheiros” (BIBLIA, V. T. Provérbios. Português. *A Bíblia sagrada: Nova versão internacional*. Trad. pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Vida, 2000. Cap. 11, vers. 14);

multidão dos conselhos há segurança<sup>231</sup>. A idéia aqui apresentada é que o imperador cristão não governa por sua própria vontade pessoal, mas tem seu poder delegado por Deus para governar a *Christianitas*, levando em conta os conselhos da sociedade política imperial, também instituída por Deus, se considerarmos, como já foi apontado, que Otto de Freising corrobora o pensamento paulino de que todo o poder é delegado por Deus. O imperador deve buscar em seu governo atingir o bem comum para seus subordinados, o que o coloca numa posição análoga àquela que o apóstolo Paulo atribui a Cristo, que “sendo Deus [...] esvaziou-se a si mesmo, vindo a ser servo”.<sup>232</sup> É a proposta de recuperação da figura do *Christus Domini*, o representante de Cristo na terra, não associado à figura do Papa ou dos bispos, como vai acontecer a partir da Reforma Eclesiástica, mas à figura do imperador, como o era nos tempos de Carlos Magno.<sup>233</sup> O aspecto político público da passagem aponta na direção de um governo no qual o imperador governa de acordo com os interesses gerais da sociedade política que encabeça. O rei germânico deve buscar o conselho de seus nobres para o bom governo do Império, recaindo novamente na questão do governo direcionado para o bem comum. A figura de um conselho de nobres que orienta o imperador na sua busca pelo bem comum é bastante forte neste trecho em que sozinho, Henrique V teria cometido um crime, um pecado, ao assassinar o conde Rainald, atuando contra a *pax* e, conseqüentemente, contra o bem comum do Império. A atitude de Henrique V, que segue em direção ao cisma – e isso fica mais evidente com o decorrer da narrativa – é reprovável, pois gera a instabilidade política. O coroar desse processo de degeneração que ocorre durante seu governo será justamente a sua morte sem que tenha herdeiro legítimo para assumir o trono germânico, lançando o Império à sorte de uma eleição sob o comando do arcebispo Albert de Mainz. Otto enfatiza isso ao escrever

Não muito depois disso na cidade de Mainz na Gália, enquanto celebrava

---

<sup>231</sup> Segurança aqui refere-se à estabilidade política e social de um povo, como fica evidente na passagem bíblica.

<sup>232</sup> BIBLIA, N. T. Carta aos Filipenses: 2000. Cap. 2, vers. 6-7.

<sup>233</sup> Sobre a questão do *Christus Domini* nos carolíngios ver BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70. 1982. Sobre a transferência do sentido às dignidades eclesiásticas durante a Crise das Investiduras ver FUHRMANN, Horst. *Germany in the high middle ages: c. 1050-1200*. Cambridge University Press. 2001. O destaque fica para o capítulo 3 do livro de Horst Fuhrmann, onde o autor trabalha a oposição entre as figuras de Henrique III, patrício de Roma e dos pontífices, e Henrique IV, que, como sugere o título do capítulo converteu-se para o Papado “From *Christus Domini* to Antichrist” FUHRMANN: 2001, p. 51.

magnificamente suas núpcias com o consentimento de muitos príncipes, o Império, como noutra lugar foi por nós dito mais largamente, foi cindido. Cisão que naquele tempo foi tão grave [...] que quase nenhum dos príncipes não se rebelou contra seu imperador.<sup>234</sup>

O mais profundo cisma imperial se dá no momento em que Henrique V se casa com Matilda da Inglaterra, como um prenúncio que a infertilidade dessa união traria de fato, anos mais tarde, o cisma para o Império, representado pelo processo eleitoral cujo resultado, manipulado pelo arcebispo mogunciano, levou o reino germânico a uma guerra civil.

Albert de Mainz protagonizará diversos episódios ligados ao modelo de degeneração que Otto combate. Para o frisigense, o mogunciano representa o cisma, por ser partidário dos reformistas gregorianos, e as suas ações na *Gesta* apontam no sentido da guerra e da instabilidade política, da divisão interna do Império. A sua figura dentro da obra se liga, entretanto, mais ao modelo de vícios, então trataremos mais sumariamente de seu papel como símbolo do cisma imperial. O arcebispo da principal diocese germânica era partidário dos reformistas gregorianos, e contrário ao poder imperial. Otto, monge cisterciense, abade de Morimond, certamente foi influenciado por São Bernardo de Clairvaux e pelo Papa Eugênio III<sup>235</sup> – ambos morreram pouco antes do início da composição da *Gesta Friderici*, em 1153 e 1154 respectivamente – que propunham um repensar da instituição pontifícia após os anos de reforma, criticando o caráter institucional e político da nascente monarquia pontifícia, sustentada quase que exclusivamente no direito, que o Papado assumira no século XII.<sup>236</sup> A figura de Albert de Mainz, juntamente com Frederico II da Suábia, que irão dominar o momento de transição entre o governo de Henrique V e Lotário III, protagonizando algumas passagens também neste. Otto segue em sua crítica a Albert de Mainz, no mesmo tom que já aparecera anteriormente. A novidade nesta passagem é que o frisigense faz uma

<sup>234</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 27. “Non multo post ipso in civitate Galliae Maguntia nuptias cum multorum principum astipulatione magnifice celebrante, imperium, ut alibi a nobis profusius dictum est, scinditur. Quae scissura illo tempore tam gravis fuit [...] vix aliqui ex principibus fuerint, qui principi suo non rebellarent”. Tradução livre.

<sup>235</sup> O próprio cronista aponta para tal fato ao citar obras de Bernardo e cartas de Eugênio em sua *Gesta Friderici*.

<sup>236</sup> Sobre a crítica ao Papado reformado feita por São Bernardo, encabeçando o movimento cisterciense, ler ZIMMERMANN FERNANDES, Tathyana. Op. Cit. 2008.



crítica ao arcebispo e à eleição liderada por este, mas sem que esta crítica mine a legitimidade do processo de eleição imperial, uma vez que o próprio Frederico I havia ascendido ao trono por meio da eleição, em 1152. Otto de Freising realizará esta tarefa centrando suas críticas em um tom pessoal ao arcebispo, colocando em seus defeitos morais a contestabilidade da eleição imperial e a subsequente crise que acometeu o Império. Ao iniciar o relato da eleição de Lotário III apontando para o fato de que Albert usurpou as *regalia* imperiais, que após a morte de Henrique V estavam sob o poder da imperatriz enviuvada Matilda, já é um indicativo de que o procedimento eleitoral estava logo de partida comprometido por um homem que “[...] por meio de promessas falsas induziu que as *regalia* fossem entregues a si”.<sup>237</sup> O cronista escreve isso ainda antes de narrar a convocação dos príncipes do reino para a eleição em Mainz. Certamente o frisigense quer mostrar que Albert pretendia manipular toda a situação em seu favor, fazendo uso, para isso, de meios moralmente reprováveis, como a usurpação das *regalia* imperiais. Toda a construção que se segue tem como cerne o cisma que ocorre no âmbito do Império, atribuindo o cronista a responsabilidade por tal cisma ao arcebispo Albert.

Não se trata, entretanto, de uma contestação do direito do arcebispo de Mainz de conduzir a eleição do monarca germânico, o que fica evidente mais adiante, quando Otto escreve que “Por conseguinte Albert – pois isto é do direito do arcebispo de Mainz, entregue pelos antigos, enquanto o reino está em vacância – convoca os *principes* do reino àquela cidade de Mainz no tempo do outono”.<sup>238</sup> O frisigense reforça desta maneira a legitimidade do arcebispo mogunciano, sem, entretanto, corroborar com a postura de Albert, a qual o cronista vê como moralmente reprovável, como anti-exemplo de conduta de um arcebispo, um membro do clero, por estar ele demasiado envolvido, como já apontamos anteriormente, com as questões políticas terrenas – com o mundo – e não com as questões espirituais. É, segundo a pena de Otto, o rancor guardado pelo arcebispo contra o duque Frederico II da Suábia, algoz dos planos de Albert contra Henrique V, como já apresentamos, que faz o mogunciano manipular a

<sup>237</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 30. “[...] falsique promissionibus ad sibi tradenda regalia induxit” Tradução livre.

<sup>238</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 30-31. “Igitur Albertus – nam id iuris, dum regnum vacat, Maguntini archiepiscopi ab antiquioribus esse traditur – principes regni in ipsa civitate Maguntina tempore autumpnali convocat”. Tradução livre

eleição em favor de Lotário III. O cronista escreve “e não se esquecendo dos males infligidos a si pelo duque Frederico, embora o mencionado duque fosse requisitado por muitos ao reino [...] persuadiu a todos os príncipes que eram presentes a eleger para o reino [...] Lotário, duque dos saxões”.<sup>239</sup> Fica evidente no trecho citado que o arcebispo manipulou o processo eleitoral de forma que os príncipes, antes favoráveis a Frederico II, votassem em Lotário de Süpplingenburg. A forma como ocorria este processo eleitoral e como o arcebispo Albert conseguiu manipular o resultado deste o cronista não deixa muito claro, embora houvesse fontes, relatos contemporâneos, nos quais pudesse se basear para compor a sua narrativa<sup>240</sup>. cremos que esta tenha sido, entretanto, uma opção consciente do frisigense, que não pretendia centrar seu relato nos procedimentos eleitorais, ou na forma como o arcebispo mogunciano atuou, mas apenas apontar para a manipulação deste durante o processo, e como tal manipulação trouxe instabilidade e a guerra para dentro do Império. Fazemos tal afirmação baseados na estrutura em que a obra está composta. Otto está tratando do reinado de Lotário III, que como vimos na parte contextual, foi marcado pelo cisma imperial entre o imperador eleito e Frederico II e os partidários do candidato derrotado na eleição de 1125.

Toda a construção da narrativa do frisigense neste trecho aponta para o cisma que marcou o Império entre 1125 e 1137<sup>241</sup>, e na pena do cronista um dos principais agentes desse cisma foi o arcebispo de Mainz. Por mais incerta que fosse a eleição imperial, por mais que manipulações estivessem presentes, o bispo de Freising reafirma uma imagem que já havia apresentado ao fazer o relato dos feitos de Henrique V, de que há sabedoria no conselho de muitos, sendo assim, a ação de Albert pode desviar os *principes* do ideal, mas não usurpar-lhes a sabedoria por completo, o que justifica a eleição de Lotário, que como veremos, também apresenta algumas virtudes necessárias

---

<sup>239</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 31. “[...] malorumque a duce Friderico sibi illatorum haut inmemor, cum predictus dux ad regnum a multis exposceretur [...] Lotharium ducem Saxorum [...] in regem a cunctis qui aderant principibus eligi persuasit”. Tradução livre.

<sup>240</sup> Como vimos na parte contextual, a esta eleição compareceram inclusive observadores do reino franco e da Sé pontifícia, os quais deixaram relatos bastante minuciosos dos procedimentos adotados durante a eleição. É desta eleição o episódio em que o arcebispo – Albert – faz coroar o imperador – Lotário III – enquanto seu adversário – Frederico II – pede uma pausa para ponderar sobre a pergunta que lhe foi dirigida pelo mesmo arcebispo. ARNOLD in: LUSCOMBE: 2004, vol. 2.

<sup>241</sup> Mais adiante veremos, como já apontamos também na parte contextual, que o cisma perdurará para além do reinado de Lotário. Aqui, entretanto, nos interessa a disputa entre o Süpplingenburg e o duque da Suábia.

ao bom governante. Isso também explica por que Otto não pode qualificar o imperador saxão de usurpador ou tirano. Voltamos à origem da crítica do cronista, que está no cisma, na falta da unidade no Império. A eleição de Lotário III não foi unânime, e pior, foi manipulada, mais em desfavor de Frederico II que em favor de Lotário III. O surgimento, a partir do resultado dessa eleição, de dois partidos, ou grupos político-nobiliárquicos no reino germânico, visualização prática do cisma, da falta da unidade ideal que o cronista propõe – tal fato fica evidente na seqüência da narrativa, que passa a centrar-se nas disputas entre os Welf e os Waiblingen – é que mais preocupa, e orienta, a construção que Otto de Freising faz a respeito do período em que Lotário III foi imperador romano.

Fica a pergunta, entretanto, se Lotário III não era um mal candidato *a priori*, por que logo em seguida à sua eleição o Império passou a enfrentar uma grave crise, que lembra em muito àquela que Otto de Freising enfaticamente questionou ao narrar os feitos de Henrique IV? Por que motivo vemos novamente o Império se dividir em dois partidos e cada um deles reivindicar o poder, criando novamente uma situação na qual figuram dois reis eleitos, um legítimo e um usurpador? A resposta a tal questão o próprio frisigense nos apresenta. Novamente o problema se localiza na ação do arcebispo Albert de Mainz. Segundo o cronista apesar da eleição ter sido legítima, o arcebispo a maculara:

A qual [a eleição], embora coisa louvável, fez-se fonte novamente de gravíssima cisão. Pois o mencionado príncipe pôs-se a perseguir o duque Frederico e seu irmão Conrado sob o conselho do próprio Albert, bispo de Mainz, que ainda não tinha sido saciado em seu ódio aos herdeiros do imperador Henrique, como se diz:

A sanguessuga não deixa a pele a não a não ser quando cheia de sangue.<sup>242</sup>

É evidente nesta passagem novamente a associação entre a figura de Albert I de Mainz e da degeneração do Império. Soma-se aos argumentos já analisados a

<sup>242</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 31. “Quae res laudabiliter facta gravissimae tamen scissurae seminarium denuo fuit. Nam predictus princeps consilio eiusdem Alberti Maguntini episcopi, iuxta quod dicitur: *Non missura cutem nisi plena cruoris hirudo*, nondum odio in heredes imperatoris Henrici saciati, Fridericum ducem fratremque suum Conradum persequitur”. Tradução livre.

respeito do arcebispo a idéia de que este era representante de um modelo de governo prejudicial ao Império. Como já apontamos aqui, a maneira como o bispo de Freising apresenta Albert está vinculada a concepções políticas e religiosas díspares entre o narrador e a personagem narrada. O arcebispo mogunciano representa para Otto de Freising o ideal político gregoriano, que leva à destruição do Império, como já apontamos. O trecho supracitado põe sua ênfase nessa crítica ao modelo gregoriano, da supremacia pontifícia sobre o poder imperial, ao associar o novo cisma à mesma proposta política que havia gerado a guerra civil nos tempos de Henrique IV.

Podemos supor também uma crítica à nobreza saxônica, que mais uma vez associa-se ao projeto político gregoriano, contrário ao projeto que Otto de Freising defende, este associado aos Hohenstaufen da Suábia. O cisma ocorre, segundo o frisigense, não porque Lotário III seja um governante ruim *a priori*, mas por sua associação ao modelo político de degeneração. Modelo político que “[...] conquanto isso era, mais em favor próprio, que considerando o benefício comum [...]”,<sup>243</sup> que era voltado apenas ao bem de alguns, em detrimento do bem comum para o Império, representado na eleição pela candidatura de Frederico II da Suábia. Vale lembrar que a primeira dinastia imperial germânica, a dos otônidas, era oriunda justamente da Saxônia. Tendo isso em mente podemos supor que a proposta saxã é a materialização da ânsia dos saxões pelo retorno ao trono imperial, e por isso busca apoios no grupo que se opõe ao modelo Sállico – dos Henriques – e ao modelo de Otto de Freising, dos Hohenstaufen. Contudo, não podemos negligenciar que no momento em que Lotário III assume o trono não há uma perspectiva de um “modelo Hohenstaufen” de Império, e o combate a Frederico II se dá justamente pelo fato do duque suábio reivindicar um direito quase hereditário sobre o trono, por ser sobrinho de Henrique V e ter recebido do falecido imperador o patrimônio pessoal dos Henriquinos, associando-se dessa maneira ao projeto Sállico, que vinha sendo combatido pelo Papado romano desde o reinado de Henrique IV. A guerra que se segue à eleição é o efeito, para Otto de Freising, da tentativa da implantação do modelo político gregoriano pela eliminação dos opositores suábos, herdeiros dos imperadores Henriquinos. Lotário III, aconselhado por Albert de

---

<sup>243</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 31. “[...] plus familiaris rei, quantum ipso erat, quam communi commodo consulens [...]”. Tradução livre.

Mainz, se lança em uma campanha para destruir seus opositores e o modelo político que representavam.<sup>244</sup> A citação de Horácio que Otto faz em sua narrativa neste trecho não poderia definir melhor aquilo que o bispo de Freising via como a tentativa de destruir por completo o que um dia fora o Império Romano, pelo fim da *pax augusta*.<sup>245</sup>

Os silêncios do cronista para o período são também de grande valor para a nossa análise. Como observamos nos trabalhos historiográficos modernos, os irmãos Staufen encamparam uma campanha contra Lotário III, a qual manteve o Império em guerra pelos dez anos iniciais do governo deste. Conrado, irmão de Frederico II sendo inclusive eleito anti-imperador e realizando campanhas na península itálica, onde viria a conseguir a coroa de ferro do reino dos lombardos.<sup>246</sup> Otto de Freising omite propositalmente tais fatos, pois eles demonstram que mesmo os Hohenstaufen assumiram um papel de confronto ao imperador e por sua insubmissão provocaram a guerra, que o cronista tanto reprovava. Dar voz a tais fatos em sua narrativa comprometia a imagem que o frisigense vinha construindo a respeito dos antepassados de Frederico I Barbarossa. Otto prefere ignorar, deixar de lado os fatos que comprometiam seu ideal, mostrando com isso que sua *Gesta* é mais que um relato do passado, dos feitos de Frederico e seus antecessores, mas assume o caráter de uma obra profundamente comprometida com a divulgação de um ideal, uma proposta política, bastante clara para o seu autor, o bispo de Freising. Ele busca construir sua narrativa centrada nesta proposta e por isso não considera um erro, ou uma falta, omitir os dados que contradizem a imagem que vem criando dos Staufen, ou dos outros personagens de sua

---

<sup>244</sup> A abordagem da guerra levada a cabo a partir de uma proposta pessoal do imperador, no intuito de subjugar opositores pela violência é algo que está sendo contestado abertamente desde o início da narrativa. Esta postura dos imperadores levará a um estado constante de conflitos, como Otto aponta mais adiante. Lotário III incorre no mesmo erro que Henrique IV e seu filho incorreram ao combater os saxões. Motivados por desejos pessoais e não pelo bem comum, a guerra que estes imperadores realizaram traduziram-se na divisão do Império.

<sup>245</sup> “Non missura cutem nisi plena cruoris hirudo” (OTTO in: WAITZ: 1912, p. 31). Otto de Freising identifica a perseguição aos irmãos Hohenstaufen como uma continuidade da perseguição ao modelo de governo dos imperadores henriquinos, o que àquela altura os irmãos de fato representavam no campo político imperial. Otto critica, entretanto, essa perseguição por acreditar que os Hohenstaufen são representantes de um novo modelo político, especialmente o duque Frederico II, como mais tarde a narrativa do frisigense deixa claro ao tratar do governo de Conrado III.

<sup>246</sup> CARDINI, Franco. 1987; BARBER, Malcolm. 1993; FUHRMANN, Horst. 2001; HEER, Friedrich. 1977. Conrado é eleito em 1127 em uma dieta em Frankfurt. Será significativo que anos mais tarde enquanto imperador este mesmo Conrado irá fazer coroar seu filho em Frankfurt e não em Aachen ou Mainz, cidades que estavam tradicionalmente ligadas à ascensão de novos monarcas germânicos.

*Gesta*.<sup>247</sup>

De acordo com o que tratamos na breve introdução à análise da *Gesta*, o tom da narrativa do frisigense muda ao iniciar o relato do reinado de Conrado III, em especial no que se refere a um alargamento dos temas abordados pelo cronista. Além dos capítulos que resumem os feitos do rei germânico, há uma preocupação em relatar questões externas à instituição imperial, mas que fazem parte do universo do cristianismo ocidental europeu. Vemos claramente uma proposta em Otto de mostrar a partir de que momento um novo esforço pela unidade desse Ocidente aparece e como esse esforço se traduz na conformação daquilo que identificamos como a *Christianitas* defendida como espaço de atuação do poder imperial, proposta pelo cronista. Dentro dessa proposta é que se encaixam os relatos dos conflitos externos ao reino germânico e ao âmbito temporal.

Longe, entretanto, de se serem julgados relatos supérfluos em meio à *Gesta Friderici*, os eventos e conflitos narrados por Otto nestes capítulos trazem à tona já alguns sinais de mudança na sociedade desse Ocidente medieval do século XII, que fazem com que o frisigense veja nestes eventos um ponto de ruptura com um passado em degeneração, ruptura que abre uma possibilidade, um caminho para o ressurgimento de um *Imperium Romanum* ideal. Parte da historiografia atual vê nesses relatos uma revisão de Otto de Freising em relação à sua obra anterior, classicamente interpretada como apresentando um olhar pessimista do frisigense sobre a história. A sugestão mais corrente é de que em vistas das mudanças políticas ocorridas durante os primeiros anos do reinado de Frederico Barbarossa o bispo estivesse propondo uma revisão ou complementação de seu trabalho anterior.<sup>248</sup> Não pretendemos, entretanto, entrar nesta discussão, optando, então, a dar prosseguimento à análise da fonte enquanto composição de um momento específico que, a despeito de sua inclusão no universo da

<sup>247</sup> É dentro dessa proposta que vemos muitas vezes o frisigense fazer menção à sua primeira obra, a *Chronica sive historia de duabus civitatibus*, quando, por exemplo, o cronista não menciona a famosa Concordata de Worms, que reafirma a hierarquia entre Papado e Império no que se refere à investidura dos bispos, e da mesma forma, como veremos mais adiante, com relação aos fracassos da Cruzada de 1147, da qual Otto foi líder. Estas passagens importantes em seu sentido histórico mais amplo não trazem nenhuma contribuição à proposta do frisigense e, portanto, são deixadas de lado.

<sup>248</sup> FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001, p. 137: “Otto’s pessimism was evidently dispelled by Frederick’s accession in 1152”.

produção intelectual de Otto de Freising, merece ser analisada em separado pela importância que representou no momento em que foi redigida, dez anos após a *Historia de duabus civitabus*.<sup>249</sup>

Devido ao agrupamento temático que se pode fazer dos capítulos referentes ao reinado de Conrado III – como já apontamos anteriormente –, procuraremos analisá-los nesta forma, o que pode escapar um pouco à formatação da Gesta de Otto de Freising, com alguns avanços e retrocessos na narrativa. Iniciaremos então com os trechos que tratam especificamente do reinado de Conrado III, e já colocamos de antemão que como o imperador tomou parte na segunda cruzada, de 1147, é possível que algumas referências toquem também neste tema, mesmo que ele só venha a ser abordado de maneira mais profunda mais adiante.

Otto parte em sua narrativa prestando algumas informações a respeito da morte de Lotário III. “Morto o imperador Lotário e enterrado no monastério de Lutre, o qual em sua própria terra está situado”.<sup>250</sup> A narrativa, ao contrário das menções às mortes de Henrique V e Henrique IV, e mesmo de Conrado III, que veremos mais adiante, não traz nada de distintivo daquilo que seria o enterramento de outro qualquer *magnate* no reino germânico do século XII. Ambos os Henriques haviam sido enterrados em Speyer ao lado de seus antepassados, os imperadores dos tempos antigos<sup>251</sup>, “cultu regio”, ou seja, com as devidas honras com que se procede ao enterramento de um rei. Conrado III é enterrado em Bamberg, em um mosteiro fundado pelo imperador Henrique II, que veio a ser canonizado, igualmente “cultu regio”. Lotário III, entretanto é enterrado em um monastério dentro de seu patrimônio particular, e, segundo o cronista, sem nenhuma menção às honrarias imperiais que seus antecessores receberam. Dessa forma o frisigense coroa a imagem que criou do imperador Lotário III, mostrando que, embora tenha governado o Império legitimamente, não era digno do título frente ao *optime* Frederico II da Suábia, figurando como somente ‘mais um’ *magnate* do reino

<sup>249</sup> GOETZ, Hans-Werner. „Gespaltene Gesellschaft und Einheitsideal“: Bemerkungen zum Gegenwartsbild Ottos von Freising. In: Zeitschrift für bayerische Kirchengeschichte. N.50. 1981 – Separata.

<sup>250</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 36. “Defuncto imperatore Lothario ac in monasterio Lutre, quod in eius proprio fundo situm est, humato [...]”. Tradução livre.

<sup>251</sup> A referência é à própria Gesta Friderici, Lib. I, X.

germânico, e mesmo possuidor de virtudes, não aquelas que fazem um imperador ideal. Justifica-se dessa maneira que o reino de Lotário III se identifique com um período de crise e cisma, provocado não pelos Hohenstaufen, como já indicamos anteriormente, mas pelo arcebispo de Mainz e seu projeto político gregoriano, e pela associação de Lotário III a este projeto político degenerativo.

À morte de Lotário III segue uma nova eleição no reino germânico, entretanto, Otto de Freising omite os motivos do novo pleito, não fazendo menção ao fato daquele não possuir descendência varonil – nós o sabemos pelos estudos historiográficos e por outras fontes. A reunião ocorre em Coblenz, cidade sufragânea da diocese de Trier, por motivo da morte do bispo Albert de Mainz – arquidiocese, como já vimos, que tradicionalmente era responsável pela convocação das eleições – e também pelo fato do arcebispo de Colônia – diocese que pela ordem de importância no reino germânico deveria substituir Mainz em casos como este – havia recentemente assumido o cargo e ainda não passara pelo rito de consagração. O cronista, entretanto, resume-se em apontar a morte de Albert de Mainz, sem, inclusive, apontar a ligação entre esta e a eleição ter ocorrido em Coblenz. Como já exploramos na parte contextual, esta eleição esteve sob o controle do arcebispo de Trier que, partidário dos Staufen, favoreceu Conrado na eleição. Os silêncios do frisigense neste episódio são marcantes. Segundo ele, todos os príncipes presentes na dieta de Coblenz votaram a favor de Conrado para a sucessão no trono germânico. Entretanto, o cronista não nos informa que à eleição não compareceram os partidários do principal rival dos Hohenstaufen após a morte de Lotário III, Henrique, o Soberbo. A explicação que Otto nos dá para essa nova mudança política é bastante distinta daquela que a historiografia contemporânea aponta. Ele escreve “Isso pode ser feito mais facilmente por ele, porque o ódio ao imperador Henrique na mente de muitos já se havia acalmado e o arcebispo Albert de Mainz já recentemente havia deixado de viver”.<sup>252</sup> Para Otto tal mudança se localiza na morte dos cismáticos. Em primeiro lugar a morte de Lotário III e de seu conselheiro, o arcebispo de Mainz, Albert. A morte física desses personagens leva consigo à morte o ódio a Henrique V. É interessante notar neste trecho a retomada de argumentos

---

<sup>252</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 36. “Quod eo facillius fieri potuit, quod imperatoris Heinrici odium in mentibus plurium iam deferbuerat Albertusque Maguntinus archiepiscopus iam recenter vivendi finem fecerat”. Tradução livre.



presentes também no relato da eleição de Lotário III. Àquela ocasião, o ódio a Henrique V havia também desempenhado um papel fundamental contra os Hohenstaufen.<sup>253</sup> Agora tal memória já apagada favorece os suábos.

O cronista logo deixa de tratar da eleição, controversa, de Conrado III e passa a trabalhar na construção da legitimação da figura deste monarca germânico. Sua preocupação está ligada com o momento em que escreve a *Gesta Friderici*. O Barbarossa havia praticamente sido associado ao trono por Conrado III em 1152, ano da morte deste, e a contestação da legitimidade do tio poderia trazer problemas para o sobrinho justificar sua ascensão ao trono. Otto procura então afastar sua narrativa do complicado jogo político interno ao reino, tentando afastar a figura de Conrado III de uma associação ao seu antecessor, Lotário, que havia governado em meio às guerras internas do reino. A estratégia do cronista é explorar os contatos e acordos firmados entre o rei germânico e o imperador bizantino João II Comneno. O frisigense narra a vinda de delegados do Oriente para a corte do Hohenstaufen a fim de firmar acordos contra a ameaça comum a ambos os impérios – romano e bizantino – que era a presença normanda no sul da Península Itálica. A morte de João II em meio às negociações não impede a concretização dos acordos – firmados com o casamento da cunhada de Conrado III com o herdeiro do trono bizantino, que viria a se tornar o imperador Manuel I Comneno – mas provoca uma mudança no tom diplomático entre as cortes, o que se verifica logo na seqüência, através das cartas que o cronista transcreve resumidamente em sua *Gesta*. Trata-se de uma mudança de forte caráter político e principalmente do que poderíamos chamar de mito político, em concordância com Nieto Soria e Walter Ullmann.<sup>254</sup>

A despeito do conteúdo das cartas trocadas entre os dois governantes, o que mais chama a atenção na seleção feita por Otto de Freising está na forma como cada

<sup>253</sup> Cfr. OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. XVII. O trecho já analisado aponta para o fato de que Albert de Mainz persuadiu os *principes* germânicos a votarem em Lotário por ter ainda em memória aos danos que Frederico II da Suábia havia, a serviço de Henrique V, causado aos planos do mogunciano.

<sup>254</sup> NIETO SORIA, J. M. Op. Cit. [s.d.]; ULLMANN, W. Op. Cit 2003. Ullmann inaugura a proposta de que a constituição do Império na Idade Média, através do discurso episcopal romano passa pela manutenção de um mito que é ao mesmo tempo político-romano e religioso-cristão. Partindo dessa perspectiva Nieto Soria propõe uma interpretação para a permanência do ideal imperial durante a Idade Média, em especial nas suas reinterpretações baixo-medievais. Ainda tratam do tema FOLZ, R. Op. Cit.. 1969 e BLOCH, M. Op. Cit. 1982.

monarca trata o outro. A partir dessas missivas observamos como o frisigense propõe uma nova *translatio imperii* para o período que está relatando. O binômio cisma/unidade, que vem marcando a narrativa até o momento, reflete-se nas cartas, na perspectiva que Otto pretende dar à *translatio*, mostrando como a unidade se faz necessária para a existência do *Imperium Romanorum*, e como o cisma afasta desse ideal. Na primeira carta, enviada por Conrado III para João Comneno, está escrito “Conrado imperador romano pela graça de Deus a João pela mesma graça imperador bizantino, saudação e amor fraternal”.<sup>255</sup> Vemos aqui que Conrado III já se apossa do título imperial, mesmo que, em 1142, ainda não tivesse realizado a famosa *expeditio italica*<sup>256</sup> para ser coroado imperador em Roma – o que, sabemos, não viria a fazer antes de sua morte, tornando-se o primeiro rei germânico em dois séculos a não coroar-se imperador em Roma – e também se refere ao governante bizantino enquanto imperador. Ora, como vimos, o conceito de *Imperium* neste período era um conceito universalista. Pretendia ser uma autoridade, uma instância, com poder sobre todo o universo cristão e quicá além deste. Há um problema então na carta de Conrado ao afirmar a existência de dois imperadores. Embora o germânico tente justificar tal fato com a alegoria das cidades mãe e filha de Roma e Constantinopla, numa tentativa de colocar sua autoridade como superior em honra à do João Comneno, na teoria imperial existente na época não há espaço para dois imperadores. Mesmo que, como o Hohenstaufen argumenta, os diversos reinos europeus se submetessem à autoridade dos reis germânicos, isso não o tornaria automaticamente um Império.<sup>257</sup> Figura claramente nesta carta a fragilidade política de Conrado III diante do reino germânico, que Otto enfatiza, selecionando justamente esta carta que aponta para tal.<sup>258</sup>

---

<sup>255</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 37. “Conradus Dei gratia Romanorum imperator augustus Iohanni eadem gratia Constantinopolitano imperatori salutem et fraternam dilectioni”. Tradção livre

<sup>256</sup> O termo *expeditio italica* é sinônimo de *expeditio romana*, ambas as formas tendo sido utilizadas no período que estudamos.

<sup>257</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. 25. Figura nessa passagem a dimensão territorial do mito imperial, já presente no medievo. Como pudemos observar no início da dissertação, havia várias concepções de Império que se sobrepunham àquela original romana. Dentre estas a concepção da sujeição de outros povos e extensão dos domínios territoriais tinha seu papel, mesmo que somente mais tarde, na modernidade e contemporaneidade é que tal conceito assumiu um papel preponderante na afirmação de – neste momento – Estados enquanto Impérios.

<sup>258</sup> Tendo em mente o reinado de Conrado III podemos observar que Otto de Freising traça sua crítica ao governo de seu meio-irmão neste trecho, utilizando-se para isso da documentação diplomática entre Conrado III e os imperadores bizantinos. O Hohenstaufen enfrentava forte resistência em seu governo da

A resposta do Comneno não poderia ser mais interessante. Este, com plena consciência de seu papel enquanto governante bizantino responde ao rei germânico nos seguintes termos: “João fiel a Deus em Cristo, rei porfirogênito, sublime, forte, augusto, Comneno e imperador dos romanos ao nobilíssimo irmão e amigo do meu império. Nobilíssimo e amigo dileto do meu império, ó rei”.<sup>259</sup> João II Comneno, diferentemente de Conrado III, afirma a existência de somente um imperador, o bizantino, chamando seu enunciatário de *rex*, rei dos germânicos. Este ponto é extremamente importante na narrativa de Otto de Freising, pois indica o ponto máximo da desintegração do Império sob a tutela dos reis germânicos. Isso se dá quando o seu governante já não é mais reconhecido enquanto imperador, relegado a uma posição subalterna, de *rex*, mero rei, numa quase equiparação ao status que os imperadores atribuíam aos demais governantes europeus, os *reguli*, reizinhos.<sup>260</sup> Os esforços apresentados na carta de Conrado a João II não surtem os efeitos desejados, pois não encontram eco no pensamento político bizantino. Aos Comnenos pouco interessa se os demais reis europeus se submeteram ao Hohenstaufen. Para eles a questão central é a de que Império e imperador, o augusto, há somente um, e a despeito da tentativa germânica de se colocar nesta função, de *imperator Romanorum*, aplicando aos seus concorrentes o título de *imperator Grecorum* [ou *Constantinopolitano*], os bizantinos atribuem a si o título de *Romanorum*, levantando um problema de legitimação para os germânicos. Esta questão o Comneno volta a ressaltar ao final de sua carta ao escrever “Salve, nobilíssimo amigo de meu império, ó rei”.<sup>261</sup> João II é extremamente direto ao referir-se a Conrado como rei, tu ó

---

parte dos Welf, primeiramente com Henrique, o Soberbo, e mais tarde com Henrique, o Leão e sua avó materna, aliada à nobreza saxônica. As manobras políticas de Conrado III para suprimir as posses dos Welf no ducado da Baviera e Saxônia elevou a luta a um novo patamar, dividindo o reino em semelhança ao que ocorrera nos reinados de Henrique IV e Lotário III. O historiador acaba sem poder criticar abertamente nem uma nem outra família – e no caso notamos que Otto tem uma crítica a Conrado III – pois Frederico Barbarossa, comitente da obra, descende de ambas. Sendo assim, a crítica do frisigense aparece diluída através da escolha dos documentos que utiliza em sua obra. Nas cartas nota-se um claro desfavorecimento de Conrado III frente ao seu interlocutor, o imperador bizantino, que pode ser entendido como uma estratégia do cronista para diminuir a importância do Hohenstaufen. CARDINI, F. Op. Cit. 1987; BARBER, M. Op. Cit. 1993; FUHRMANN, H. Op. Cit. 2001; HEER, F. Op. Cit. 1977.

<sup>259</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 40. “Iohannes in Christo Deo fidelis rex porphirogenitus, sublimis fortis, augustus, Cominos et imperator Romanorum, ad nobilissimum fratrem et amicum imperii mei. Nobilissime et dilecte amice imperii mei, rex”. Tradução livre.

<sup>260</sup> BLOCH, Marc: 1982. O historiador francês apresenta-nos essa concepção de que dentro dos Império, os demais governantes eram tidos como de uma estração inferior em relação ao imperador. Por isso o termo *reguli* para designá-los. O termo é retomado também em ARNOLD in: LUSCOMBE: 2004, vol. 2 e NIETO SORIA, J. M. Op. Cit. [s.d.]

<sup>261</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 40). “Vale, nobilissime amice imperii mei, rex”. Tradução livre

rei, você, rei, amigo de meu Império.

Uma terceira carta conclui as trocas de correspondências entre os impérios. Neste último caso, entretanto, Conrado escreve a Manuel I Comneno, sucessor de João II, como já mencionamos. A Manuel I Conrado escreve “Conrado pela graça de Deus verdadeiramente imperador dos romanos<sup>262</sup>, augusto, ao seu caríssimo amigo Manuel, porfirogênito, Comneno, ilustre e glorioso rei dos gregos, saudação e amor fraternal”.<sup>263</sup> Conrado insiste aqui na idéia de que ele sim é ‘verdadeiramente’ o imperador dos romanos, e percebendo a falha discursiva em sua correspondência anterior, corrige os termos, chamando Manuel I de *rex Grecorum*. O interesse de Otto de Freising aqui não é, entretanto mostrar como a corte de Conrado III percebeu o equívoco discursivo e corrigiu-o a partir daquele momento. Isso afirmamos de acordo com nossa hipótese, de que o cronista ressalta com estas transcrições documentais um momento de passagem, um processo de *translatio imperii*. O frisigense usa a correspondência entre os impérios para mostrar que com a morte de João II, imperador bizantino, abre-se novamente um caminho para o ressurgimento do *Imperium* no Ocidente europeu. O sucessor de João II não é *imperator*, mas *rex Grecorum*, um rei, e é possível que o bispo esteja equiparando-os aqui aos demais reinos que se submeteram ao imperador na passagem anterior.<sup>264</sup> Conrado III continua insistindo em um título que não possui. Agora, entretanto, há a possibilidade, pois não figura nenhum outro imperador no panorama político da época. Tal argumento fica ainda mais evidente – esta hipótese que levantamos, de que Otto está criando uma nova *translatio imperii*, do Oriente para o Ocidente – quando mais adiante na própria carta a Manuel I o Hohenstaufen se refere a

---

<sup>262</sup> A insistência de Conrado III em se auto-intitular *imperator romanorum* possui uma força discursiva bastante interessante. Cremos que por traz do discurso do Hohenstaufen figura um governo fragilizado pelas lutas internas e pela oposição externa, do Papado. Sendo assim a escolha de Otto em transcrever esta carta reflete os problemas que Conrado enfrentava em seu próprio reino. Não era reconhecido por seus opositores, os Welf, nem pelo Papado – pois não havia realizado a famosa *expeditio romana* – sendo que mais que uma afirmação frente a seu concorrente oriental, a ênfase em seu título remete à necessidade da afirmação de Conrado III em seu próprio reino. Dessa forma cremos que a escolha do bispo pela transcrição desse trecho se encaixa na nossa já anunciada proposta de crítica do cronista ao governo de seu meio-irmão.

<sup>263</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 41. “Conradus Dei gratia vere Romanorum imperator augustus karissimo fratri suo Manuel prophirogenito Comiano, illustri et glorioso rex Grecorum, salutem et fraternam dilectionem”. Tradução livre

<sup>264</sup> Os reinos que Conrado III elenca na carta a João II Comneno: França, Espanha, Inglaterra e Dinamarca, além da tradicional submissão – mais simbólica que efetiva, como fica evidente mais adiante – da Lombardia. OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, 25.

João II como “a teu pai [...] o imperador João”.<sup>265</sup> Conrado III mantém assim a referência ao antigo governante bizantino como *imperator*, mas o novo não compartilha do mesmo status. Para o cronista, esta mudança ocorrida na forma como o rei germânico se refere ao governante bizantino é sintomática das mudanças políticas ocorridas no Ocidente europeu. Ela confirma, por um lado, o processo de degeneração do *Imperium Romanorum*, ao apontar Conrado III não como *imperator*, mas como *rex*, enquanto seu correspondente bizantino é reconhecido como *imperator* pelo próprio Hohenstaufen – na relação entre Conrado III e João II. Em seguida a mudança mostra uma ausência de imperadores, um momento de transição, onde, embora o rei germânico insista no título de *imperator* para si – e que o cronista não corrobora, pois como veremos mais adiante ele ressalta o fato de Conrado III não ter realizado a *expeditio romana* – não há imperador nem no Ocidente, nem no Oriente, pois Manuel I é apenas um *rex Grecorum*.<sup>266</sup> Mais adiante vemos algumas passagens que reafirmam esta construção, embora que com algumas poucas variações. No capítulo 45, por exemplo, Otto refere-se a Conrado III como “Conrado rei dos romanos”,<sup>267</sup> e no capítulo 35 Manuel I é mencionado como “Manuel, governante da cidade real”,<sup>268</sup> aqui a palavra *imperante* sendo um verbo que sugere não o título imperial, mas apenas que Manuel era o governante de Constantinopla.<sup>269</sup>

Não são estes os únicos conflitos narrados pelo cronista, mas deixaremos de

<sup>265</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 42. “patri tuo [...] Iohanni imperatori”. Tradução livre

<sup>266</sup> Há uma importância significativa na forma como Manuel I Comneno é referido por Otto de Freising. Esta mudança de status de *imperator* para *rex grecorum*, no que envolve o monarca bizantino, reforça a idéia de que há apenas um imperador governando sobre a cristandade e sobre o Império Romano nos tempos de Barbarossa e este é justamente Frederico. Manuel I governa sobre Constantinopla até 1180, sendo que durante o período de composição da *Gesta Friderici* ainda é vivo. Sendo assim o cronista aproveita as correspondências entre Conrado e Manuel para criar ao mesmo tempo um ambiente favorável à ascensão de Frederico I Barbarossa como único imperador e fazer sua crítica ao governo de seu meio-irmão.

<sup>267</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 63. “Conradus Romanorum rex”. Tradução livre.

<sup>268</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 54. “imperante in urbe regia Manuel”. Tradução livre.

<sup>269</sup> Embora Otto aponte para a mesma construção em outras passagens, como no capítulo 31, em que escreve “ac ob hoc adipiscendum utrosque principes, Scilicet ac Grecorum” OTTO in: WAITZ: 1912, p. 48, vemos no capítulo 34 Otto se referindo a Manuel I como *imperator*. Esta exceção ao que vinha formulando até este ponto e o que retomará em seguida cremos que se deva ao fato do frisigense buscar colocar Manuel em uma posição superior à de Roger II da Sicília, personagem central do capítulo supracitado. O reino normando da Sicília é uma das principais afrontas ao Império Romano sob a tutela dos germânicos e neste sentido justifica-se o esforço pela distinção entre Roger II, um *príncipe* diante de Manuel I, *imperator* neste caso. Se no restante da narrativa Manuel é um *rex Grecorum* ou *imperante in urbe regia*, e Roger II figura em uma categoria ainda inferior à do Comneno, então vemos um reforço negativo da figura do monarca normando.

lado por hora as narrativas a respeito dos problemas entre o Império e o reino da Hungria; os conflitos entre o duque bávaro, Jasomirgott, e o bispo de Regensburg, Henrique e o levante popular da comuna romana, liderada por Arnaldo Brescia. Esta opção fazemos, pois cremos que nalgumas das narrativas ali apresentadas não surgem grandes novidades em relação ao que já vinha sendo apresentado pelo frisigense – é o caso da guerra com os húngaros, por exemplo – e outras ganharão significância somente mais adiante, já no reinado de Frederico I, e então cremos ser mais frutífero passar por estes trechos neste momento para mais tarde retornarmos a eles, numa perspectiva mais ligada ao reinado do Barbarossa.

Saltando na narrativa de Otto para o tema dos conflitos eclesiásticos, encontramos dois embates principais narrados pelo bispo. Optamos por este salto para apresentar uma abordagem mais ligada à temática que à cronologia da *Gesta*. Uma vez que vínhamos tratando dos conflitos laicos, cremos que há uma ligação direta entre a narrativa destes e dos problemas internos à instituição eclesiástica. Ressaltamos aqui que se trata de problemas que atingem a igreja enquanto instituição, e não as noções de *Christianitas* ou *Ecclesia* que são caras a Otto de Freising e remetem ao universo de seguidores do cristianismo enquanto religião. O cronista explora ambos os conflitos concomitantemente, mas detém-se mais na narração de um deles, que aponta como estopim de toda uma crise. Os conflitos são entre o episcopado da França e o Bispo Guibert de la Porrée, de Poitiers e Pedro Abelardo. Logo de saída o que mais chama a atenção em ambos os casos é a interferência – requerida – do abade cisterciense Bernardo de Clairvaux<sup>270</sup>, encarregado de organizar a crítica a ambos os desafetos dos bispos franceses.

Maiores detalhes a respeito da disputa entre os bispos e Guibert não julgamos necessário apontar nesta análise. Nestes relatos o que se torna mais expressivo é a divisão da igreja que as disputas representam, ainda mais se tratando de questões teológicas, evidenciando que ainda neste século XII a instituição eclesiástica passava por algumas dificuldades no sentido da imposição de uma visão unitária e unificadora

---

<sup>270</sup> Otto de Freising compartilha mais que o hábito cisterciense com Bernardo. Boa parte de suas idéias a respeito do papel do Império e da figura do imperador se devem à influência intelectual do abade de Clairvaux. Sobre o pensamento de Bernardo ver ZIMMERMANN FERNANDES, Tathiana. Op. Cit. 2008 e DUBY, Georges. *São Bernardo e a arte cisterciense*. São Paulo: Martins Fontes. 1990.

da religião cristã. Evidencia-se também que para além das demonstrações de força e coesão que a reforma eclesiástica do século XI apresentou – século este marcado também pelo (definitivo) cisma entre Roma e Constantinopla, que muito ao contrário do que se possa imaginar não significou a unificação do Ocidente europeu em torno dos preceitos da Sé Romana – os constantes abalos na estrutura eclesiástica no século XII refletem a eficiência limitada do discurso reformador gregoriano, que embora tenha alcançado muitos avanços no sentido da *libertas ecclesiae* ainda sofria com a oposição de membros do clero em relação à supremacia da autoridade pontifícia em alguns aspectos, principalmente doutrinários.<sup>271</sup> O caso apontado do Eum de Etoile, levantado por Otto de Freising, aponta ainda para a presença das heresias na cristandade ocidental, dado que reforça a idéia de uma fragilidade interna do discurso unitário e da imposição do cristianismo como religião unificadora da sociedade medieval.<sup>272</sup> É interessante notar que Otto reserva o mesmo capítulo em sua *Gesta* para relatar a persistência de heresias, como a do Eum de Etoile, e o fracasso da Cruzada de 1147. No quinquagésimo sétimo capítulo o bispo se detém na exploração do tema do cisma. Não somente do Eum, mas também ao apresentar o cisma no ducado da Polônia e dos problemas que tal disputa trazia para as sés episcopais do referido ducado. Citando o poeta romano Virgílio<sup>273</sup>, o bispo frisigense reprovava os boatos do fracasso da Cruzada, conectando dessa maneira a heresia, o cisma e as intrigas.

O florescimento dos estudos filosóficos em Paris no século de Otto de Freising faz com que o reino da França seja prolixo na formação de pensadores e intelectuais que estão repensando diversas questões filosófico-teológicas e com isso entrando em choque com a tradição pontifícia. Ao explorar as proposições, de Guibert de la Porrée e de Pedro Abelardo, Otto de Freising está em certa medida desempenhando também sua função de intelectual na corte imperial, refutando ou corroborando com as proposições

---

<sup>271</sup> O século XII vê a formação de novas heresias no seio da cristandade, como é o caso do catarismo no Languedoc e no final do século o surgimento dos valdenses. As digressões teológicas de Otto de Freising apontam no sentido da afirmação de um modelo de cristianismo a ser seguido. Fica evidente pelos temas abordados, por exemplo, a trindade. OTTO in: WAITZ: 1912, Lib I, cap. 5, 55 e 65.

<sup>272</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. 57.

<sup>273</sup> Cfr. OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. 57. “Fama quoque malum, omnibus motabilibus velocius iuxta illud ‘Fama malum, quo non velocius ullum Mobilitate viget’ immensitatem Sali ex naturae suae celeritate transvolans, de expeditionis nostrae eventu certa promens indicia, in auribus oreve omnium ibi versabatur”.

teológicas que surgiam naquela época. Neste exercício o bispo acaba também criando suas próprias contribuições em relação à teologia e à filosofia, que levam o leitor a compreender em grande parte as concepções de poder do cronista, as propostas que está fazendo em relação a uma teoria política para o Império Romano e para a cristandade, enquanto unidade expandida da atuação do imperador.<sup>274</sup>

Entretanto a proposta de Otto de Freising não se resume a expor e discutir algumas novidades teológicas do século XII. Seu objetivo principal com esta exposição é aproximar a realidade crítica da instituição eclesiástica àquela do Império Romano, numa tentativa de mostrar que ambas as instituições passavam por dificuldades na primeira metade do século XII, e que tais problemas eram oriundos de uma fonte comum, a desagregação dessas instituições, ou seja, a falta de unidade na *Christianitas* do Ocidente europeu. Esta perspectiva de desagregação, que já vem se apresentando desde o início da *Gesta* tem um papel discursivo fundamental no sentido da legitimação das ações de Frederico I Barbarossa, bem como indicadores de que o Hohenstaufen é de fato o representante de um novo modelo imperial, que se distancia do anterior. Para que este modelo novo faça algum sentido é preciso explorar as vicissitudes do modelo que está sendo abandonado em favor deste novo modelo que é o de Frederico I, proposto e defendido por seu tio, o cronista. Sendo assim, só tem sentido apresentar Frederico como unificador diante de uma perspectiva de fracionamento e desagregação do Ocidente europeu no período anterior à ascensão do imperador.

Essa perspectiva cismática não se restringe, entretanto, somente aos períodos anteriores à ascensão de Frederico I ao trono germânico, em 1152. Ela se estende para além, apresentando-se como os desafios a serem superados pelo novo imperador. Frederico deve lutar pelo estabelecimento em manutenção da unidade em seu governo imperial. Se por um lado a unidade é atingida na sua pessoa dentro do reino germânico no momento de sua eleição, por outro, o novo imperador deve lidar com os problemas das cidades italianas, insubmissas; com a presença de um reino normando na Sicília, principal força, talvez, de contraposição ao discurso de unidade imperial para os reinos germânico, lombardo e borguinhão.

---

<sup>274</sup> Destacam-se nesse sentido os capítulos 55 e 65 do livro primeiro, que exploraremos mais adiante, os quais tratam de questões relacionadas à unidade e às concepções de virtude em Otto de Freising.



Roger da Sicília é um personagem ligado ao cisma desde muito cedo na narrativa de Otto. O reino é fundado por Robert Guiscard, um andarilho, certamente apresentado assim em um tom pejorativo pelo bispo.<sup>275</sup> Como vimos na parte contextual, ele se ligara ao anti-Papa Anacleto II. O reino normando é um incômodo ao Império, uma afronta à sua proposta de dominação dos territórios que outrora formaram o Império Romano, ou ao menos sua versão reinventada em Carlos Magno ou Otto I. É uma aberração para a proposta imperial de Otto, pois é um reino dentro do território imperial, mas que não se submete ao imperador. É a marca do cisma. Uma *povincia* rebelde que deve ser combatida e reintroduzida no círculo de influência do imperador romano. O tema já explorado nas cartas trocadas entre os imperadores romano e grego reaparece durante a *expeditio romana* de Frederico Barbarossa. Seu desejo maior é combater as cidades rebeladas contra o imperador e promover a reunificação da Península Itálica sob seu poder, plano que é expresso inclusive na *Gesta*, quando Frederico expõe seu desejo de realizar a *expeditio*, “igualmente por causa da aflição desse povo [da Apúlia e da Calábria, que haviam mandado embaixadores para pedir auxílio a Frederico contra Roger] e que ele pudesse receber a coroa imperial, foi jurada [por Frederico] a *expeditio romana* dentro de pouco menos que dois anos”.<sup>276</sup>

Arnaldo Brescia é também uma figura importante na construção da narrativa do frisigense envolvendo a desintegração do Império. Sua atuação, presente desde o primeiro livro, no reinado de Conrado III, permanece no Livro II da *Gesta*, tendo que ser combatida na busca da recuperação da dignidade imperial. Otto apresenta o líder comunal como um falso monge e um herege por suas pregações contrárias à riqueza dos clérigos. Ele associa também Arnaldo à figura de Abelardo, que como já vimos, é tido em má conta para com o bispo. A revolta liderada por Arnaldo em Roma também é interpretada como uma afronta ao poder imperial, mais que um caso de insubmissão ao Papado. Sendo assim podemos assumi-la como mais um exemplo em que há uma ligação entre o cisma com a igreja e com o Império, e como ambas as instituições divididas geravam um vazio político, na visão de Otto de Freising, de modo que

<sup>275</sup> Cfr. OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I. Cap. 3. “Unde ab oberrandi circuitu patria lingua Giscardus tamquam oberrator vel girator appellatus est”.

<sup>276</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. II, cap. 7. “expeditio Italica tam pro afflictione horum quam pro corona imperii accipienda paulo minus duos annos iurata est”.

permitiam o surgimento de insurreições como a de Roma, que enfrentavam ambos os poderes e que faziam um jogo político com ambas as partes, prejudicando os ideais de unidade almejados pelo frisigense. Ao retornar da cruzada, Conrado III pretendia ir a Roma conter os revoltosos que de lá haviam expulsado o Papa Eugênio.<sup>277</sup> Sendo impedido de realizar tal desejo, a tarefa de combater a revolta do povo romano – assim como combater Roger da Sicília – recaiu sobre o sucessor de Conrado III, Frederico Barbarossa. Este, quando da sua *expeditio romana*, atacou a comuna romana, capturando e executando seu principal líder, Arnaldo, que foi enforcado e queimado, e seus restos dispersos como exemplo para aqueles que levam a discórdia para dentro do Império.

Numa perspectiva diferente, Frederico tem que lidar também com os problemas de uma cristandade e de uma instituição eclesiástica desunida e desgastada – para além dos problemas imperiais – por suas intrigas internas e externas. O Barbarossa é idealizado por Otto de Freising, pois o bispo vê em seu sobrinho a possibilidade de resolver as questões de disputas episcopais a partir do poder e da autoridade imperial como agente da paz e libertador da Igreja – em uma analogia clara ao papel mítico de Carlos Magno e sua relação com o Papado. As questões que ainda pendiam do governo de Conrado III, como o cisma em Utrecht, que se seguiu à eleição de Herman naquele episcopado. A população revoltada mantinha posição firme na negação do bispo eleito, fato que só foi alterado com a intervenção de Frederico, que impôs novamente a aceitação de Herman, corroborando a decisão de seu tio, que lhe antecedeu no reino germânico. Além disso, o Barbarossa desempenhou seu papel de personificação da justiça suprema no reino ao penalizar os revoltosos pecuniariamente.<sup>278</sup> O mesmo tipo de questão envolveu a eleição de um sucessor episcopal para a arquidiocese de Magdeburg, uma das mais importantes dioceses germânicas – diocese metropolitana da

---

<sup>277</sup> Otto apresenta a revolta contra o Papa no capítulo 28 de seu Livro I, que é seguido por uma carta na qual os cidadãos romanos dão contas ao rei Conrado III de sua posição, da reinstauração do senado romano e na qual a coroa imperial é oferecida ao rei germânico pelo Senado, numa analogia a César e Augusto, imperadores criados (coroados) pelo senado romano (OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. 29). Sobre o desejo de Conrado III de combater os revoltosos no seu retorno da Cruzada ver OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. 70 e nota 251.

<sup>278</sup> Cfr. OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. II, cap. 4. “Dehinc Traiectensium contumaciam, qua, ut superius dictum est, in patruum suum Conradum regem usi fuerant, ulturus inferiores Rheni partes adiit, ipsisque pecuniária pena multatis ac Henrimanno episcopo confirmato”.

Saxônia, e sem dúvida a mais destacada nos trabalhos missionários de expansão da cristandade latina nas fronteiras do norte e leste, entre os povos escandinavos e eslavos. A questão foi levada a Frederico pelos próprios eleitores da diocese, para que Frederico julgasse qual dos candidatos eleitos deveria assumir o trono arquiépiscopal. O imperador, segundo Otto de Freising, tencionava encontrar uma solução pacífica para o conflito<sup>279</sup> e não conseguindo isto, resolveu intervir de uma forma mais direta, influenciando uma das partes a escolher como arcebispo o então bispo de Zeitz, Wichmann, em quem investiu as *regalia* pertinentes à arquidiocese.

Pois pela cúria era dada a assertiva que naquele tempo pela concessão da igreja, tendo sido acertadas as controvérsias entre o sacerdócio e o reino acerca da investidura dos bispos sob Henrique V, quando da morte de um bispo, se as partes envolvidas na eleição se desentenderem, o rei sendo juiz, tomando conselho, deve escolher quem lhe bem aprouver para ser bispo, mesmo se alguém tiver sido eleito, antes da consagração este deve receber das mãos do rei as *regalia* pelo cetro.<sup>280</sup>

Assim o bispo reafirmava a primazia imperial, retomando o tema das investiduras que tantos danos trouxeram para o desenvolvimento político do Império, causando, como o próprio frisigense já notara anteriormente, o início de todo o processo de desintegração imperial. Para Otto é papel do imperador atuar como árbitro na escolha dos bispos das dioceses imperiais, direcionando suas escolhas de acordo com o bem comum – e daí a menção que o bispo faz ao papel do conselho do imperador no momento em que este deve julgar, ou escolher, um sucessor episcopal, tema que trataremos logo em seguida – orientado para a paz e a unidade da *Christianitas*.

Otto, entretanto, não suprime de sua narrativa os resultados mais imediatos decorrentes da ação de Frederico. O candidato preterido na eleição vai até Roma e faz uma queixa ao Papa Eugênio a respeito da questão, pela qual o pontífice envia uma

<sup>279</sup> OTTO in: WAITZ: 1912: 1912, Lib. II, cap. 6. “Quos dum multis modis ad unitatem et vinculum pacis princeps reducere satageret”.

<sup>280</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. II, cap. 6. “Tradit enim cúria et ab aeclesia eo tempore, quo sub Heinricho V. de investidura episcoporum decisa fuit inter regnum et sacerdotium controversia, sibi concessum autumat, quod obeuntibus episcopis, si forte eligendo partes fiant, principis arbitrii esse episcopum quem voluerit ex primatum suorum consilio ponere, nec aliquem electum ante consecrandum, quam ab ipsius manu regalia per sceptrum suscipiat”.

carta aos bispos germânicos – dentre eles Otto de Freising – admoestando-os para que não apoiem o Barbarossa em tal empreitada. A argumentação do Papa é de que pesa a acusação de usurpação sobre o arcebispo eleito, Wichmann, e, supomos, esta se estende ao *princeps* por ter se valido de prerrogativas que *a priori* eram eclesiásticas.<sup>281</sup> A argumentação já apresentada pelo bispo reforça, entretanto, a justiça da ação de Frederico. Legalmente o rei desempenhava seu papel garantido pela Concordata de Worms (1122) de agir nas dioceses nos momentos críticos, como o que se apresentava em Magdeburg. Tal defesa só encontra respaldo, contudo, em uma discussão teórico-jurídica. O que de fato acontece é uma pressão sobre o episcopado e sobre o Barbarossa para que estes voltem a submeter-se ao Papado de acordo com as expectativas e os usos criados durante os trinta anos que separam a Concordata e a ascensão do Hohenstaufen. Frederico encontra-se, dessa maneira, sobre o fio de uma navalha. Se por um lado é visto como o *advocatus ecclesiae* pelo cronista e pelos imperiais, desempenhando seu papel de levar a paz e a unidade para a igreja dentro do Império – e também fora deste – numa clara analogia a Carlos Magno – e quiçá também a Constantino, defensor do cristianismo no Império Romano<sup>282</sup> – como já afirmamos aqui, por outro corre o risco de se aproximar de Henrique IV e promover um novo cisma com o Papado sob Eugênio. A recuperação de uma justificativa jurídica para o embate também estava presente no caso do imperador Sálco. Resta ao Barbarossa uma decisão, pela unidade ou pelo cisma. Deve decidir se o modelo a seguir será o de Henrique IV ou o de Carlos Magno.

Cabem aqui ainda algumas considerações a respeito dessa proposta de vinculação entre Frederico I e Carlos Magno. Que elementos o bispo de Freising estava a recuperar ao aproximar em sua construção as figuras de seu sobrinho e do imperador carolíngio, os quais poderiam fortalecer a posição do suábio à frente do Império? É preciso então voltar nossa atenção para a proposta imperial que surgiu entre os séculos VIII e IX na Gália franca sob os carolíngios.

Há, no ressurgimento do Império do Ocidente, no século VIII, a união de

<sup>281</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. II, cap. 8.

<sup>282</sup> É, sem dúvida, arriscado afirmar tantos vínculos para a figura de Frederico I, porém temos em mente a presença de uma tradição cronística em Otto de Freising que remonta a Eusébio de Cesaréia, e a imagem do imperador cristão como sendo o novo Constantino, vinculado à figura de Frederico I, de fato aparece.

interesses de grupos distintos, ambos ameaçados em seus contextos políticos, liderados pelo Papado, que soube se aproveitar da situação para propor uma renovação do Império no Ocidente, transferindo a dignidade imperial do Oriente para o seu novo centro.<sup>283</sup> De um lado a aristocracia romana, relegada a um segundo plano no âmbito político imperial desde a queda de Roma, e a Sé Romana, ambas ameaçadas pelos lombardos; de outro lado o monarca franco, em busca da legitimação de sua posição na direção do reino em um momento crítico, de mudança dinástica e de expansão territorial. Segundo Walter Ullmann “Seria bom que tivéssemos presente que a idéia de um Império romano no Ocidente foi exclusivamente o fruto intelectual do Papado: foi um engenhoso mecanismo para liberar o Papado dos verdadeiros grilhões do Império romano [bizantino]”.<sup>284</sup>

Essa *renovatio* consiste numa das fórmulas principais a partir da qual as propostas imperiais vão se legitimar no Ocidente após a derrota de Roma diante das conquistas dos reinos bárbaros<sup>285</sup>. Essa busca pela permanência dos ideais imperiais, através de suas reformulações medievais ocorre principalmente pelo fato que a imagem de um Império que trazia unidade e paz a esse Ocidente estava ainda muito viva no imaginário do homem medieval, uma referência mítica a uma idade de ouro, que havia se dissipado com o fim da hegemonia romana e a atomização dos poderes, fruto de uma proto-feudalização na Antigüidade Tardia<sup>286</sup> e da simultânea formação das monarquias

---

<sup>283</sup> NIETO SORIA, J. M. Op. Cit. [s.d.]

<sup>284</sup> ULLMANN, W. Op. Cit. 2003., p. 42. “Sería bueno que tuviéramos presente que la idea de un Imperio romano en Occidente fue exclusivamente el fruto intelectual del Papado: fue un ingenioso mecanismo para liberar al Papado de los grilletes del verdadero Imperio romano”.

<sup>285</sup> Referimo-nos como Reinos Bárbaros aos reinos germânicos que surgiram no contexto da desintegração do Império Romano do Ocidente. Trata-se de um termo clássico cunhado pela historiografia e não nos sentimos aptos a traçar outra terminologia para estes reinos sem que fosse necessário um grande desvio de nossos objetivos com este trabalho para explicar o termo.

<sup>286</sup> Entendo aqui a Antigüidade Tardia como se estendendo até o século VIII, quando definitivamente o Ocidente medieval irá passar por um processo histórico singular. É neste século VIII que sobe ao trono franco a dinastia Carolíngia e sua proposta de *renovatio imperii*. É também o século no qual a Península Ibérica será invadida pelo Islã, que passa a dominar dessa maneira o entorno do Mediterrâneo. As mudanças políticas, econômicas e sociais que se desencadeiam a partir de então vão marcar a Idade Média feudalizada. O Ocidente se reduz e se recolhe ao campo, fecha-se nas fortalezas e nos mosteiros. Os poderes estão localizados nas pequenas localidades, são regionais, exercidos com base nas relações de interdependência pessoal entre senhores e servos, suseranos e vassallos. Sobre a Antigüidade Tardia ver FRIGHETTO, Renan. *Cultura e Poder na Antigüidade Tardia Ocidental*. Curitiba: Juruá. 2000. Na introdução ao livro o historiador explora o surgimento de uma preocupação dos historiadores para com o período que transita entre as mudanças estruturais do Império Romano e a ascensão de um novo modo de organização sócio-política no Ocidente, a transição entre a Antigüidade Clássica e o medievo.

feudais através dos reinos bárbaros.<sup>287</sup> As referências que então surgem no medievo quanto ao Império farão, portanto, remissões ao Império Romano da Antigüidade, mas recuperadas a partir de uma roupagem embebida no imaginário medieval, nas suas práticas políticas e sociais, imersas nos ideais do feudalismo.

Quando o ímpeto das invasões germânicas havia se esgotado e condições mais ou menos ordeiras e pacíficas reapareceram, surgiu ali o problema de como preservar a ordem pública e a paz, como regular a vida pública, como acertar as questões que diziam respeito a todos os membros da sociedade. Estes podem ser classificados como problemas de ordem política e de um ponto de vista conceitual poderiam ser colocados na categoria de idéias políticas. Esta sociedade, em muitos aspectos ainda primitiva, tinha que encontrar suas próprias soluções.<sup>288</sup>

Tal solução entre os Francos traduziu-se na (re)criação de um ideal imperial que abarcava expectativas sócio-políticas da classe política da recente monarquia carolíngia, bem como ia de encontro às expectativas das antigas elites romanas, transformadas muitas vezes em elites eclesiásticas, como apontam diversos estudos sobre que tratam das transformações sociais ocorridas a partir da convivência dos povos germânicos com grupos locais no interior do espaço imperial romano. Sendo assim, Carlos Magno é recuperado como fundador desse novo ambiente imperial, que dentro das concepções políticas do medievo reintroduzia perspectivas de *pax* e *orbis ordinis*. A crise instalada no Império a partir de Henrique IV afastara o mesmo dessas concepções até o mais elevado nível, em que o rei germânico, em Conrado III, não é coroado imperador. Contra essa ameaça é que para Otto surge um imperador como Frederico I, que representa idealmente a reconfiguração do projeto ordenador e pacificador que o imperador carolíngio (re)introduzira em seu tempo. Após séculos de desordem no

---

<sup>287</sup> FOLZ, R. Op. Cit. 1969. Ver também sobre o tema: Le Goff, Jacques. *A civilização do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC. 2005; BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, Lisboa: Edições 70. 1982 e BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo. 2006. Outras obras que tocam o mesmo tema podem ser encontradas na seção de Bibliografia.

<sup>288</sup> ULLMANN, Walter. Op. Cit. 1970, p. 11-12. "When the impetus of the Germanic invasions had spent itself, and more or less orderly and peaceful conditions came about again, there arose the problem of how to preserve public order and peace, of how to regulate public life, of how to arrange matters which were of concern to all members of society. These may be classed as problems of a political order, and from the conceptual point of view could be put into the category of political ideas. This society, in many respects still primitive, had to find its own solutions". Tradução livre.

Ocidente Medieval, Carlos Magno trouxera a ordem e a paz; assim também Frederico I traria a ordem e a paz para o abalado Império do século XII. Em face dos problemas do cisma imperial deste século, Otto traz uma proposta de unidade, que crê será realizada por Frederico, assim como no passado Carlos Magno havia feito.

### 3.2 Unidade:

Contrapõe-se ao cisma que Otto de Freising verifica por todo o período desde Henrique IV uma proposta ideal, construída pelo cronista em torno de uma expectativa de unidade da *Christianitas* sob a tutela dos imperadores germânicos. Esta proposta Otto identifica enquanto possibilidade real a partir da ascensão de Frederico I, Barbarossa, ao trono do reino germânico em 1152, mas não restringe o ideal somente ao período que ali se inicia. Dentro dos reinados anteriores já podemos observar na narrativa uma contraproposta, uma visão alternativa do curso que a história – *res gesta* – tomou sob a liderança dos Henriquinos e dos imperadores sem dinastia. Como não podia deixar de ser tal modelo alternativo aparece como uma característica, uma constante, nos membros da linhagem de Frederico I, recuando até o primeiro Hohenstaufen que recebeu o ducado da Suábia de Henrique IV. Com isso explica-se com outros argumentos a opção de Otto ao iniciar sua *Gesta* com a narrativa do reinado do Sálco. Se voltarmos os olhos para o que se escreveu sobre a *Chronica sive historia de duabus civitatibus* podemos afirmar que esta obra, em seu tom pessimista, que verifica um fim para a humanidade próximo e degenerado, que é fruto de uma sucessão de eventos mais ou menos esperados, de acordo com as profecias bíblicas e a interpretação que delas fez o bispo de Hipona, Santo Agostinho. É um trajeto descendente e contínuo em direção ao ocaso deste mundo. Dessa forma, poderíamos afirmar que mais que um tom pessimista, é uma visão conformista com essa degeneração que Otto de Freising apresenta na sua obra inaugural. A *Gesta Friderici I. Imperatoris*, por sua vez, contradiz essa visão apresentando uma visão ideal, que encaminha a humanidade – entendida como *Christianitas* – para a glória, representada pela realização da *Civitas dei* não em outro plano, *post mortem*, mas na unidade da sociedade cristã em torno de um líder ideal, o imperador Frederico I. Otto retorna então em sua narrativa para um ponto crítico, para ali observar a ação da providência divina ao preparar uma alternativa à

desintegração do Império Romano, na figura dos Hohenstaufen. A evidência fica bastante clara no trecho em que Frederico I, duque da Suábia, recebe a comissão de Henrique IV de defender os interesses imperiais contra aqueles inimigos que queriam destruir não somente Henrique, mas a instituição imperial como um todo, na interpretação do frisigense.

A busca pela unidade se traduz em Otto de Freising pelo combate direto dos agentes do cisma. Sendo assim as imagens do cisma que observamos e as críticas que Otto faz a estes agentes se tornam ainda mais significativas. E isto não significa na obra a opção por um dos partidos que se envolveram no conflito. É clara esta proposta de afirmação de um modelo novo quando lemos o frisigense traçar críticas contundentes tanto a Gregório VII, por ter excomungado Henrique IV, quanto ao anti-Papa Clemente III, a quem, como já vimos chama de ‘demente’ por provocar o aprofundamento da crise e do cisma que esta originara.<sup>289</sup> Para não incorrer na incoerência de que Otto de Freising não toma partido algum temos que admitir que o cronista defende sim um ponto de vista. Este é a defesa de seu ideal de unidade, e, portanto, Otto defende aquelas personagens que se encaixam – ou que o cronista faz se encaixarem – em seu perfil ideal, da luta por essa unidade. Seus eleitos neste sentido são os Hohenstaufen, mas estes tampouco escapam de críticas ao cometerem atos contrários à unidade. É o caso do já visto Conrado III. Embora o cronista faça seus comentários de maneira mais velada na narrativa que concerne o reinado deste monarca, ela está presente, justamente criticando um Hohenstaufen em sua postura cismática – no caso, como já vimos, em relação à divisão do Império e das guerras internas. A grande exceção que vemos no discurso de Otto se refere ao cisma encabeçado por Frederico II da Suábia, contrário ao governo de Lotário III. O frisigense, entretanto, adéqua sua narrativa a fim de não transparecer ali uma postura cismática. Otto recorre ao silêncio, como já observamos, como forma de manter o ideal que vinha construindo.

### 3.2.1 A Guerra:

A unidade que Otto busca para a cristandade então não pode ser encontrada

---

<sup>289</sup> Ambas as passagens se encontram em OTTO in: Waitz: 1912, p. 13.



senão de maneira intermitente durante os reinados dos antecessores de Frederico I Barbarossa. O bispo aponta para o fato de que ao ser confrontado pelos saxões, como já foi apresentado, Henrique IV reuniu os príncipes do reino e com eles um grande exército pôde realizar uma campanha vitoriosa sobre os revoltosos. A ênfase dada no poder do imperador de reunir os príncipes germânicos em torno de um objetivo comum, e o fato de que esse esforço trouxe o sucesso à campanha de Henrique IV é bastante significativo na narrativa do frisigense. O recorrente tema da unidade sob o comando imperial apresenta aqui uma de suas facetas, a do comando militar. O sucesso das campanhas bélicas dos imperadores liga-se à sua capacidade de promover a união dos príncipes germânicos. Isso fica ainda mais patente quando logo adiante o relato mostra que dois dos duques que inicialmente apoiaram Henrique IV contra os saxões, Welf da Baviera e Rudolf da Suábia, se voltaram contra o imperador, aliando-se aos saxões e ao Papado de Gregório VII, que proclamou Rudolf de Rheinfelden anti-imperador. Otto não encontra uma justificativa plausível para a mudança de postura dos duques mencionados, mas vale-se dessa mudança para justificar em grande parte as alterações políticas que tomaram lugar na sociedade política de seu tempo, na primeira metade do século XII. A unidade em torno da campanha militar reaparece em vários trechos seguintes da narrativa de Otto. A comissão que o duque Frederico I da Suábia recebe de Henrique IV aponta nesta direção, uma vez que o suábio deveria “Levanta-te por conseguinte contra esta tão grave doença e esteja preparado para combater vigorosamente os inimigos do Império”.<sup>290</sup> O combate aos cismáticos enquadra-se também no modelo de guerra justa, que afasta o cisma e traz a unidade.

O mesmo acontece nos reinados seguintes. De Henrique V a Conrado III vemos a guerra justa exercer o papel de unificadora, oposto ao da guerra injusta dos imperadores degenerados e a sociedade que eles lideravam. No início do trecho dedicado ao reinado de Henrique V o cronista escreve:

E a ele [Henrique IV] no reino sucedeu seu filho, Henrique, na ordem dos imperadores o quarto, entre os reis de fato o quinto. Este subjugou rapidamente à sua autoridade, por meio de suas poderosas guerras, todo o

---

<sup>290</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 24 “Assurge igitur huic tam pessimo morbo atque ad debellandos imperii hostes viriliter accingere”. Tradução livre.

Império. Assim como todos os que estavam postos no território romano traziam humildemente o jugo da sujeição, os [povos] vizinhos, tendo suspeitas de sua dominação, aumentavam em medo.<sup>291</sup>

No trecho fica claro que as guerras feitas pelo imperador promoveram a unificação do Império sob seu comando, sem que houvesse dentre os povos que viviam sob seu jugo os que se lhe opusessem e entre seus vizinhos os que não o temessem pela sua força, seu poder no campo de batalha. Embora a imagem criada se diferencie da anterior, em que Henrique IV organiza um grande exército junto com seus vassalos, os duques germânicos, para combater os saxões, o cronista ainda identifica a guerra como elemento unificador do Império. Pela espada o último sálico eliminou seus oponentes de forma a subjugar todo o Império à sua vontade. O combate direto aos oponentes aparece como um dos principais elementos aglutinadores da proposta de unidade de Otto de Freising no que concerne à atuação militar dos imperadores. Entretanto, Henrique V não possui a habilidade política para manter seus *principes* unidos no episódio do cerco de Mouzon.<sup>292</sup> Assim a unidade passa pela habilidade militar do imperador, mas não se sustenta unicamente nela. Também o ideal da unidade – alcançada através das campanhas militares – não se restringe à ação dos imperadores, mas, como Otto explora em sua narrativa, pode também estar vinculada à ação dos duques, que devem unificar seus domínios. É o caso do famoso Frederico II da Suábia, protagonista de diversas passagens do livro primeiro da *Gesta*. Analisemos inicialmente o trecho no qual o cronista apresenta o personagem do qual passará a narrar os feitos, Frederico II da Suábia. “Quantas e quão grandiosas coisas então geriu Frederico, nobilíssimo duque dos suábos, de modo digno, tanto na presença do imperador quanto nas delongas deste na Itália, por esta razão é mantido na memória de muitos até hoje, dizemos sumariamente”.<sup>293</sup> Traçando um paralelo com a apresentação que o bispo faz de Henrique V “Quantas e quão grandiosas coisas tanto em Roma quanto na Itália

<sup>291</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 26 “Eique in regnum successit filius suus Heinricus, in ordine imperatorum quartus, regnum vero quintus. Hic armis strennuissimus totum imperium ita in brevi suae subiectioni, ut et omnes in Romano orbe positi subiectionis iugum humiliter portarent et vicini dominationem eius suspectam habentes metu obrigescerent”. Tradução livre.

<sup>292</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 26.

<sup>293</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 27-28. “Quot et quanta ergo Fridericus Suevorum dux nobilissimus vel imperatore presente vel in Italia morante stilo digna tunc gesserit, quia in multorum adhuc habentur memoria, summatim dicemus”. Tradução livre.

poderosamente geriu, por que na primeira historia foram ditas, aqui omitimos”,<sup>294</sup> notamos a deliberada utilização da mesma estrutura narrativa, indicando uma intenção comparativa entre as atuações dessas duas personagens, Henrique V e Frederico II da Suábia. É interessante notar que em ambos os casos o cronista diz fazer apenas um resumo dos feitos de cada um. Tal intenção comparativa fica bastante evidente quando tratado o tema dos vícios e virtudes, que abordaremos mais tarde, mas também abre espaço para a comparação da capacidade de ambos os indivíduos tratados no relato, de conduzir os seus domínios à unidade. A partir dessa apresentação o frisigense constrói a narrativa dos feitos de Frederico II como contraposição a Henrique V, escolhendo cuidadosamente os fatos de modo a mostrar as atuações antagônicas de ambos, localizando no suábio o seu modelo ideal. Por isso vemos que, assim como no caso do imperador, o relato acerca do duque apresenta três episódios principais, em paralelo com aqueles de Henrique V: a submissão dos senhores de seus territórios – neste caso o ducado da Suábia; um cerco, à cidade de Mainz; e seu casamento com Judith, filha de Henrique, o Negro, da Baviera. Destes três episódios, o que traz mais elementos ligados à guerra como elemento aglutinador dos vassallos de Frederico II é o cerco de Mainz o qual analisaremos neste momento. As demais passagens serão analisadas em momento mais oportuno.

Seguindo a narrativa vamos ao segundo ponto no qual observamos uma oposição entre a atuação de Frederico II, o Caolho, e Henrique V. Trata-se do episódio do cerco de Mainz pelo duque suábio, que se opõe ao já apresentado cerco a Mouzon de Henrique V, o qual mostrou que a guerra nem sempre age como unificadora, podendo gerar o cisma. O frisigense escreve:

Por conseguinte quando todos do entorno do Reno estavam curvados ao seu comando, como dito acima, declarou guerra ao arcebispo de Mainz, Albert, de todos os outros príncipes daquele tempo do reino o mais inteligente e mais rico, ele que fora cabeça e autor da predita facção, e tendo devastado todo o entorno, finalmente cingiu com um cerco aquela cidade com uma multidão

---

<sup>294</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 26. “Quot ergo et quanta tam Romae quam in Itália fortia gesserit, quia in priori dicta sunt hystoria, supersedemus”. Tradução livre.

infinita de *milites* e *plebes*<sup>295</sup>.<sup>296</sup>

Frederico, assim como o imperador, se lança a um cerco de uma cidade. Destaca-se na passagem o fato do duque ter realizado a guerra após ter unificado o ducado da Suábia<sup>297</sup> e ter reunido com isso um largo contingente de tropas “por causa disso uma multidão muito grande de soldados confluía a si e voluntariamente se oferecia para servi-lo”.<sup>298</sup> Também vemos que a guerra é tida como justa, pois era feita para combater Albert de Mainz, segundo o cronista, o maior agente do cisma no Império naquele tempo, ou seja, é uma guerra que visa acabar com o cisma imperial e restabelecer a unidade no reino germânico, prestando-se assim também a marcar a continuidade no papel desenvolvido pelos duques da Suábia na defesa da instituição imperial. Além disso, a unidade alcançada por Frederico II teve como um de seus meios principais a diplomacia, o que fica evidente quando escreve o cronista que os senhores da Suábia se inclinaram à vontade do Hohenstaufen sem que se faça menção a campanhas de conquista propriamente ditas para este fim. Frederico II atraía o favor não somente de seu imperador, mas também de seus vassallos, os quais buscavam encontrar-se sob o comando do duque.<sup>299</sup> Como veremos mais adiante, tal carisma é alcançado através do exercício das virtudes cristãs e clássicas pelo duque, evidenciando o fato de que uma postura correta de acordo com os preceitos morais da sociedade ideal de Otto – a *Christianitas* – leva ao sucesso no campo político e militar. Ao contrário da unidade promovida por Henrique V, visivelmente vinculada a uma noção de transitoriedade e

---

<sup>295</sup> Optamos por manter os termos latinos *milites* e *plebes* neste trecho por se referirem a diferentes categorias de guerreiros cuja tradução se mostra extremamente complicada. Segundo nossa fonte, *milites* seriam os cavaleiros, guerreiros profissionais que estavam equipados com cavalos. Já *plebes* se refere à categoria dos guerreiros que não são equipados com cavalo e engloba também os guerreiros não-profissionais, reunidos por ocasião do conflito. A dificuldade que se encontra na definição destas categorias é a sua abrangência e pouca especificidade quanto ao papel desempenhado por cada grupo. Dessa forma entre os *plebes* poderíamos encontrar lanceiros, arqueiros e espadachins, que desempenham papéis bastante distintos no combate, assim como dentre os *milites* encontraríamos um leque bastante distinto de guerreiros cuja característica única que os conectasse eram os cavalos, desde a cavalaria de combate, até os postos de comando estratégico. Sobre o tema ver ARNOLD, Benjamin. Op. Cit. 1985.

<sup>296</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 28. “Igitur omnibus circa Rhenum, ut supra dictum est ad nutum suum inclinatis, Maguntio archiepiscopo Alberto, omnium allius temporis regni principum versutissimo et locupletissimo, eo quod predictae factionis caput et auctor fuerat, bellum indixit vastatisque cunctis in circuitu, tandem ipsam civitatem cum infinita multitudine militum ac plebis obsidione cinxit”. Tradução livre.

<sup>297</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 28.

<sup>298</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 28. “ut ob hoc multitudo maxima militum ad eum conflueret seque ad serviendum illi ultro offeret”. Tradução livre.

<sup>299</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 28.

mantida apenas pelo sucesso no campo de batalha, Frederico II pode contar com apoios mais consistentes, baseados em seu trato diplomático. A oposição dos resultados dos cercos de Mouzon e Mainz reflete a capacidade distinta de ambos os realizadores. Henrique V é abandonado por seus apoiadores que se voltam contra o imperador impedindo-o de eliminar o conde Rainald,<sup>300</sup> vindo dessa maneira seus planos de estender os domínios imperiais no além-Reno frustrados. Já Frederico II, mesmo traído por Albert de Mainz encontra em seu grupo forças para revidar o ataque do arcebispo mogunciano, derrotando seu inimigo às portas da cidade.<sup>301</sup>

A narrativa que se segue é talvez um dos mais significativos de todo o trecho a respeito do reinado de Henrique V. Trata-se da traição de Albert de Mainz a Frederico II, e como este reagiu em tal situação. Escreve Otto:

O bispo, dissolvido o cerco, vendo a debandada do exército, estando as portas abertas, perseguindo, atacou repentinamente com uma grande milícia ao duque. O duque com os seus, os quais, até este momento, de tão grande exército, possuía somente alguns restantes, percebendo naquele momento o ataque por primeiro, não com a mente perturbada, como é comum acontecer quando se armam rapidamente de surpresa, mas amplamente animados pela virtude na presença dos inimigos, empunham as armas e destroem os inimigos. E pela batalha vigorosa dos suábos, finalmente da parte dos francos o conde Emico, que era o líder dos outros, caiu apunhalado de ferida letal. Os francos, com o ânimo quebrado por esse fato, fugiram e se confiaram à segurança da fuga. O fortíssimo duque os perseguiu, muitos sendo mortos e capturados. Os restantes pôs a correr juntamente com o bispo até os portões da cidade, onde obteve seu triunfo.<sup>302</sup>

É notória a diferença do resultado que Otto de Freising atribui às ações do degenerado Henrique V e do virtuoso Frederico II. O imperador, irado, procura vingar

<sup>300</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 27.

<sup>301</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 29.

<sup>302</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 29. “Episcopus solutam obsidionem, dimissum cernens exercitum, apertis portis, cum magna ducem insequens milicia ex improviso invadit. Dux cum suis, quos adhuc de tanto exercitu residuos habebat, tunc primo dolum sentiendo, non, ut assolet arma ex improviso corripientibus accidere, mente turbatus, sed ex presentia hostium amplius ad virtutem animatus, arma sumit in hostemque ruit; viriliterque pugnatibus Alemannis, tandem ex parte Francorum comes Emicho, qui caeterorum primipilarius erat, letali sauciatus vulnere occubuit. Qua de re fracti animo Franci terga verterunt presidioque fugae se committunt. Quos fortissimus dux insecutus, occisis plurimis et captis, reliquos usque ad portas civitatis cum episcopo suo triumpho potitus fugavit”. Tradução livre.

seu fracasso eliminando o conde Rainald, e, dissuadido de sua intenção primeira, é forçado a desistir do cerco, levando consigo, além da derrota, o conde prisioneiro. O Staufen, do contrário, crendo ter encontrado uma saída diplomática para o conflito, desiste do cerco – o que reforça a idéia de que o homem virtuoso de Otto de Freising é um pacificador, e embora seja um *optimus* na guerra, ele o é por amar a paz e fazer somente a guerra justa. Traído, entretanto, em seu desejo por paz, Frederico II é perseguido por Albert de Mainz e seu aliado, o conde Emico de Leiningen<sup>303</sup>, e se vê forçado a lutar, em meio à sua retirada. O providencialismo está novamente, na pena de Otto de Freising, ao lado do cavaleiro virtuoso, que mesmo despreparado para a situação de combate e em menor número que as tropas do arcebispo, mantém sua posição, contra-ataca seus inimigos e os vence. Toda a imagem criada em torno dessa batalha é cheia de uma simbologia muito própria do cronista em sua construção de um ideal imperial. Vamos além, e afirmamos que se assemelha a um espelho de príncipe<sup>304</sup>, ao fazer do cavaleiro virtuoso – neste caso o pai do imperador Barbarossa – o modelo ideal de governante para o Império. A presença de Frederico II não se transforma em inspiração de virtude para os cavaleiros que se retiravam do cerco e retornam para enfrentar o inimigo traidor, mas vai além e põe-se como espelho para o governante ideal, monarca, duque ou outro senhor feudal, que pretende alcançar o favor divino para o sucesso nas armas e na política. Por fim, gostaríamos de ressaltar o fato de que o cronista usa a palavra *triumpho* para indicar a vitória de Frederico II sobre o arcebispo de Mainz. Sem dúvida a escolha dessa palavra busca associar a imagem do duque suábio à dos grandes generais romanos.<sup>305</sup> O termo refere-se mais que à vitória em si, para a qual havia o termo latino *victoria*, mas à conquista completa, à demonstração da subjugação do inimigo, e era o coroar das campanhas vitoriosas. Arriscamos afirmar

---

<sup>303</sup> Otto de Freising apresenta o personagem apenas como Emico. A sugestão de que deva referir-se ao conde Emico de Leiningen é do historiador Charles Christopher Mierow, que traduziu a *Gesta Friderici* para a língua inglesa na primeira metade do século XX. MIEROW: 1953, p. 46, nota 78.

<sup>304</sup> Sobre os espelhos de príncipe ver MIETHKE, J. Op. Cit. [s.d]. e SOUZA, J. A. C. Op. Cit. 1997.

<sup>305</sup> Sugiro aqui que Otto de Freising esteja remetendo de fato ao mito do Império Romano antigo, o qual, nos relatos de seus cronistas – e principalmente no mito criado a partir desses relatos – alcançou seu esplendor através das conquistas dos povos que se encontravam no entorno de seus domínios. A celebração dessas conquistas era realizada através dos triunfos, enquanto demonstração pública da sujeição dos povos conquistados. Ao escrever que Frederico II impôs um triunfo a Albert de Mainz o cronista pode estar sugerindo que houve um reconhecimento público da derrota do arcebispo diante do duque suabo. Este triunfo pode também estar ligado à justificação que Otto dá, mais adiante em sua narrativa, para o fato de Albert ter manipulado a eleição imperial em desfavor de Frederico II. (OTTO in: WAITZ: 1912, p. 31).

que assim como os triunfos dos generais romanos da República precederam a glória dos Augustos, Otto pode estar apontando que o triunfo dos Staufen no ducado da Suábia era um prelúdio de sua ascensão à condição de *Augusti*.

O modelo de guerra unificadora ideal, entretanto é outro: a Cruzada. Tal tema o cronista explora durante o reinado de Conrado III, quando teve lugar a cruzada de 1147. O cronista contrapõe às guerras internas e externas do Império, divisoras e degenerativas, a Cruzada de 1147, que uniu todos os *milites* do Ocidente cristão em torno de um objetivo comum, cessando as turbulências que existiam nele. Como o cronista escreve “de repente tão grande mudança foi feita pela mão de Deus, de modo que, cessadas todas estas guerras neste tempo, toda a terra silenciou em pouco tempo, e pudeste ver inúmeras milícias da Gália e da Germânia, tendo aceitado à cruz, professar contra os inimigos da cruz”,<sup>306</sup> e mais adiante:

Por conseguinte, não somente do Império Romano, mas também dos reinos vizinhos, isto é, da *Francia occidentalis*, da *Anglia*, da *Pannonia*, de inúmeros povos e nações, pelo rumor desta expedição, foram convencidos a aceitar a cruz. De repente, desse modo, quase todo o Ocidente silenciou, de modo que não somente fazer guerras, mas também portar armas em público era tido como violação da lei divina por qualquer um.<sup>307</sup>

Fica clara no primeiro trecho a intervenção providencial de Deus para que cessassem os conflitos no Ocidente europeu e que os *milites* fossem conduzidos a uma prática mais honrada, da guerra contra o infiel. Entretanto nas passagens que interpolam os trechos citados fica claro que o espírito cruzadístico só atingiria os homens através da pregação de Bernardo de Clairvaux. Deus teria levantado o espírito da cruzada no coração de algumas pessoas, como o rei Luis VII da França e o Papa Eugênio, mas foi a pregação do abade cisterciense que difundiu, segundo o cronista, o espírito cruzadístico para todo o Império e o restante do Ocidente Medieval. Espírito este que devolveu a paz

<sup>306</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 48. “repente per dexteram excelsi tanta facta est mutatio, ut, sopitis omnibus his bellorum tempestatibus, in brevi totam terram quiescere et innumerabiles ex Galia et Germania contra inimicos crucis crucibus acceptis miliciam profiteri cerneret”. Tradução livre

<sup>307</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 63. “Igitur non solum ex Romano imperio, sed etiam ex vicinis regnis, id est occidentali Francia, Anglia, Pannonia, innumeris populis ac nationibus hac expeditionis fama ad sumendam crucem commotis, repente sic totus pene occidens siluit, ut non solum bella movere, sed et arma quempiam in publico portare nefas haberetur”. Tradução livre.

para a sociedade européia ao orientar os ânimos dos cavaleiros, seus desejos pelo exercício da função que a sociedade tripartida lhes conferia, sua vontade de fazer a guerra, em direção do Oriente, da guerra justa, da guerra contra o infiel, que iria reconquistar Edessa, usurpada pelos muçulmanos, um aviso, quem sabe, da ira divina diante de tamanhos conflitos e desunião entre os cristãos, tanto no Oriente Médio, quanto na Europa ocidental. Na pena de Otto de Freising, a Cruzada é a solução inicial para a inquietação dos *bellatores*. Note-se que chamamos de solução inicial. Um ponto de partida, que deveria permanecer vivo nas mentes dos cavaleiros, e principalmente do imperador, de que a cristandade, ao se unir em torno de um objetivo comum, alcançava um dos elementos mais perseguidos pelo cronista em seu relato: a paz. A guerra é removida do seio da *Christianitas* e a violência é deslocada na direção de suas margens, das fronteiras onde cristãos e infiéis se encontram, onde disputam os direitos sobre a Terra Santa, onde os cavaleiros ideais, cristãos e virtuosos vão defender a liberdade dos locais sagrados e expandir a fé em Cristo, a fé da verdade, da liberdade e da paz, mas também da ordem, pregada pelos pontífices romanos.

O desfecho que a cruzada obteve, entretanto, previne Otto – ele mesmo um cruzado – de ver nela a unidade a que a guerra pode conduzir. Arriscamos inclusive afirmar que para o frisigense o fracasso da empreitada contra os turcos de Damasco – como Otto se refere à cruzada – se deu definitivamente pela desunião dos cristãos em torno da causa pela qual foram combater. Otto nos escreve que “Ainda assim, contudo, arruinados por tantos e tão grandes atritos entre eles, a arrogância real não sossegara”.<sup>308</sup>

Será outro o momento em que a guerra alcançará seu modelo ideal. E já sob Frederico I, como não poderia deixar de ser na narrativa do frisigense. Campanha levada a cabo em 1154 pelo imperador, que, poderíamos crer, é também uma Cruzada na concepção ideal de Otto. Trata-se da *expeditio romana* que o Hohenstaufen conduz a fim de ser coroado em Roma, e atingir assim definitivamente o título imperial, deixando de ser imperador apenas pretenso para se tornar *de jure* e *de facto*.

---

<sup>308</sup> OTTO, in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. 63. “Nondum tamen ex tot et tantis attritionibus fastus inter eos regalis decoctus conquieverat”.



O modelo ideal de guerra já estava previamente estabelecido, em linhas gerais, pelo próprio Otto de Freising ao fazer os relatos a respeito das campanhas do duque Frederico II da Suábia, desde o reinado de Henrique V, como já apontamos. Vale neste momento retornar aos seus elementos fundamentais e ver como eles se encontram na narrativa acerca da campanha do Barbarossa. Para o bispo a guerra deve ser o último recurso na solução de um problema, mas se for inevitável, logo de início deve levar à união dos *bellatores* em torno de um objetivo comum. Este objetivo, dentro do Império, deve ser a defesa da paz e da liberdade dos povos que vivem sob a regência do imperador, defesa essa que passa também pela defesa da cristandade, entendida como a competência maior do imperador. Os conflitos, que também devem ter por objetivo a defesa da paz, devem ser orientados pela vontade divina e devem ser conduzidos pelos modelos de virtude cristã e cívica, e por fim idealmente deve se deslocar do seio da cristandade para suas fronteiras, a fim de combater os infiéis e hereges, e expandir a fé cristã, e não ameaçar a ordem interna, estabelecida pelo clero, e pelo imperador.

Frederico I iniciou sua campanha nas regiões da Lombardia dois anos após sua eleição e coroação em Aachen. Durante este período o rei germânico procurou restabelecer a paz dentro de seu reino, e tratou de acertos diplomáticos e políticos. Estes acertos em geral estavam ligados a uma perspectiva do cisma, na pena de Otto de Freising, episódios que já apresentamos anteriormente, como a questão de Utrecht, do arcebispo Wichmann de Zeitz na arquidiocese de Magdeburg, e dos dois Henriques, duques da Saxônia e Baviera. Nesta perspectiva Frederico I cumpria um dos primeiros ideais apresentados pelo cronista, que era a solução das questões internas sem o apelo às armas, e sem o uso da violência e da guerra entre os cristãos. Em Utrecht o imperador impôs uma pena aos revoltosos e confirmou o bispo eleito por seu tio. Em Magdeburg o imperador envolve-se somente após terem fracassado as negociações entre os partidos que disputavam a cadeira arquiépiscopal da sé metropolitana da Saxônia, vindo então impor a eleição de Wichmann. Por fim na questão dos duques, o Barbarossa buscou incessantemente o diálogo com ambos, em não menos que cinco ocasiões relatadas pelo cronista, sem, entretanto, conseguir sucesso em nenhuma delas. Por fim, Frederico usa de seu poder de supremo juiz no Império e sentencia a favor de Henrique, o Leão, que segundo o cronista havia comparecido a todas as convocações de Frederico e estava

ansioso por retornar à Baviera, ducado que se lhe havia sido privado por Conrado III.

Após ter cumprido com suas obrigações dentro do reino germânico, de acordo com as expectativas de Otto de Freising, é que Frederico, 1154, parte com suas tropas para a Itália<sup>309</sup>. O imperador reúne suas tropas na planície de Verona, após ter passado por Brixen e Trento, a partir de onde entrará no reino lombardo, marcando de fato o início de sua *expeditio*. Ali acampado Frederico reúne-se com seu conselho – tema que exploraremos logo adiante – para discutir o melhor caminho a ser seguido pela campanha, e neste momento, segundo Otto de Freising, o rei germânico cumpre com dois outros pré-requisitos para o enquadramento da campanha no modelo ideal do bispo. Em primeiro lugar o Barbarossa busca o consenso e o conselho de seus pares, demonstrando estar disposto a realizar a *expeditio* para o bem comum do Império, e não por sua vontade própria. Esta proposta se concretiza no segundo requisito que Frederico preenche na ótica do frisigense. Segundo o relato do bispo, “Quando então ali estava tomando conselho com seus príncipes a respeito do avanço em direção à Lombardia, decidiu primeiramente atrair o favor do Príncipe do Céu”.<sup>310</sup> Fator indispensável, na visão de Otto de Freising, para o sucesso da campanha militar, Frederico busca o favor divino a fim de garantir não somente o auxílio para a vitória de sua *expeditio*, mas como modo de conformar seu desejo pela recuperação da glória imperial novamente para os reis germânicos, com os desígnios divinos. Tal atitude garante ao rei não somente o sucesso, mas também a legitimidade de sua campanha, vista a partir de então como desígnio divino e não somente desejo imperial.

Na mesma ocasião Frederico se vê na oportunidade e obrigação de demonstrar seu desejo de realizar a campanha sob os auspícios de Cristo. Privadas de mantimentos e sem ter como seguir adiante devido a problemas com a passagem dos Alpes, as tropas germânicas não encontraram outra saída senão pilhar a região do vale a fim de conseguir se sustentar. O próprio Otto de Freising aponta para o fato ser justificável, dadas as circunstâncias complicadas em que se encontravam os *milites*. O bispo escreve

<sup>309</sup> Cfr. OTTO in: Watiz: 1912, Lib. II, cap. 13. Otto de Freising chama o território peninsular unicamente como Itália, dividindo-a em duas áreas distintas, a Itália Ulterior e a Itália Citerior.

<sup>310</sup> OTTO in: Watiz: 1912, Lib. II, cap. 11. “Ubi dum de processu ad ulteriora cum principibus consilium iniret, primo caeli principem conciliandum decrevit”.

que “apesar de que parecessem ter uma razão em virtude da mencionada carestia”,<sup>311</sup> mostrando que este tipo de concessão poderia ser aceita em casos extremos, o mesmo não considerara Frederico I que

Ordenou que se fizesse uma coleção dos espólios por todas as tropas, e assim decidiu distribuir uma quantidade de dinheiro coletada, não pequena, por certos homens religiosos aos dois bispos, certamente o de Trento e o de Brixen, devolvendo para cada um dos locais santos que sofreram perdas materiais.<sup>312</sup>

Tal atitude comprova o desejo de Frederico, ao menos na pena do cronista, de exercer o papel de líder do Império em sua plenitude, inclusive levando a cabo a defesa dos locais sagrados, por mais que enquanto imperador tivesse direitos sobre as terras e as *regalia* dos territórios episcopais que se encontravam no interior do Império. Além do exercício do papel de *advocatus ecclesiae* o rei germânico demonstrou no episódio sua capacidade de agir de acordo com as virtudes esperadas de um imperador, em especial seu senso de justiça, que deve sobrepor inclusive suas inclinações pessoais e deve ser exercido a despeito das circunstâncias, como reflexo de um caráter voltado para o exercício de um modelo ideal. Frederico aparece no trecho como justo juiz, imparcial, que em face da afronta causada por seus soldados aos locais santos sentencia a reparação dos danos e a restituição das perdas, por mais que humanamente a atitude de suas tropas fosse até vista como possível. A argumentação de Otto no trecho anterior, de que justamente esta ação poderia ser justificada, eleva ainda mais o caráter único do rei germânico, pois este não parte da justiça terrena, do que parece correto aos olhos dos homens, mas da justiça divina, daquilo que foi estabelecido como lei pela própria divindade através de seus representantes. Justificadamente o cronista finaliza o capítulo escrevendo que

“Decidindo de maneira bela pela utilidade pública, satisfazendo de maneira bela o ofício de líder, pois que estando por iniciar tão grandes coisas, [o rei]

<sup>311</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 113. “[...] quamvis predictam necessitudinis excusationem habere viderentur [...]”.

<sup>312</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 113. “expianda rex a toto exercitu collectam fieri iubet; et sic non modicam coadunatam pecuniam per quosdam religiosos viros duobus episcopis, Tridentino scilicet et Brixinorensi, remittendam ac per singula sanctorum loca, quae dampnum passa fuerant, dividendam statuit”.

decidiu que apaziguaria o regente supremo e criador de todas as coisas, sem o qual nada de bom pode ser começado nem bem terminado, e que desviaria a ira dEle de seu povo”.<sup>313</sup>

Frederico concentra dessa forma as expectativas que Otto vinha apresentando com relação aos imperadores romanos, mas que nunca se encontravam completas em um único personagem. Frederico é justo, virtuoso, capaz de coordenar os esforços de toda a sociedade política imperial, é pio e deseja reinstaurar a glória do Império Romano através da recuperação de elementos tradicionalmente relacionados a ele, como a *expeditio romana* e a função de *advocatus ecclesiae*, relacionada ao imperador.

Mas a narrativa do frisigense não se esgota no início da campanha de Frederico. Pelo contrário, é neste ponto que o bispo porá à prova a sua proposta imperial, associada a seu sobrinho. Na narrativa que se segue vemos um líder guerreiro idealizado, que luta em favor da paz e da justiça, sempre submisso aos desejos celestiais, e que através de sua atuação como líder militar, suprime o anseio por unidade apresentado pelo cronista. Os exemplos de unidade recolhidos pelo bispo iniciam-se logo no capítulo doze do livro segundo. No trecho o bispo explora o ritual de elevação do rei germânico sobre o escudo e os significados e remissões que esta prática apresentava entre os povos germânicos. Trata-se de uma clara tentativa de vinculação a uma tradição ancestral germânica, que no contexto da *expeditio romana* é ressignificada como simbologia da ascensão do rei germânico, líder militar, à condição de imperador romano. Além dos aspectos de submissão que a elevação do rei sobre o escudo impunha sobre os demais membros da campanha, conduzindo-os à união sob este líder alçado, a elevação remetia à eleição de um líder vitorioso. É o reconhecimento das glórias já conquistadas pelo guerreiro que o tornam digno de ser alçado sobre o escudo. Mas não somente o reconhecimento das glórias por alguns, mas por todos, como sintoma da unidade. O líder alçado é unanimemente eleito para a liderança, e dessa forma recupera também aspectos referentes à eleição régia ocorrida dentre os germânicos – e que no caso que estamos estudando, levou Frederico I ao trono. O ritual não se esgotava,

---

<sup>313</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 113. “pulchre communi utilitati consulens, pulchre rectoris officium implens, ut maxima adorsurus negotia ante omnia rectorem et plasmatores omnium, sine quo nichil bene incohatur, nichil prospere consummatur, placandum eiusque offensam a populo suo avertendam intenderet”

entretanto, somente na elevação do rei ao escudo. Ele contemplava uma vigília do trono alçado por toda a noite da cerimônia, ritual que de certa forma media o grau de comprometimento dos *milites* com a campanha que se iniciava. Era uma espécie de termômetro – para Otto de Freising – da unidade formada em torno do objetivo imperial que envolvia inclusive punições para aqueles que faltassem com o dever da vigília.<sup>314</sup>

Todo este episódio da elevação ao escudo acontece em um acampamento realizado nas planícies de Roncaglia, às portas do reino lombardo, onde Frederico, após o ritual supramencionado, recebe embaixadas dos senhores lombardos que lhe apresentavam as questões que demandavam solução por parte do (futuro) imperador.<sup>315</sup> Novamente a imagem criada pelo bispo é a de um imperador justo, que ouve as queixas de seu povo e julga as questões com a máxima justiça e imparcialidade, visando sempre à paz e o bem comum. As queixas apresentadas especialmente contra Milão obrigam o imperador a, enquanto agente da justiça dos homens (e de Deus, como parecerá mais adiante, mas que também já ficou indicado pela busca do favor divino da parte do Hohenstaufen), realizar a guerra. Este trecho, entretanto, sucede três capítulos nos quais o frisigense explora a geografia, a economia, a política e a história do reino lombardo e das cidades italianas. Nestes capítulos encontramos aspectos definitivos da argumentação de Otto pela legitimidade da *expeditio romana* e mais que ela, das guerras que a campanha promoveu em território italiano.

Os três capítulos (treze, catorze e quinze) apresentam de forma geral aspectos que serão recuperados durante a campanha de Frederico. O bispo inicia com a divisão territorial, apresentando as nomenclaturas das regiões por onde o imperador fará sua marcha. Seguindo na narrativa, Otto começa a nos apresentar algumas razões pelas quais a guerra contra os lombardos se tornara inevitável em meio à *expeditio romana*. O bispo escreve “Por causa disso<sup>316</sup> que excedem muito em riquezas e potência as outras cidades da terra. São ajudados nisso não somente, como foi dito, pelo costume de sua indústria, mas também pela ausência dos príncipes, acostumados em permanecer ao

---

<sup>314</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. II, cap. 12.

<sup>315</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. II, cap. 16

<sup>316</sup> Otto remete aqui a diversas características que já vinha acentuando com relação aos lombardos. Ver OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. II, cap. 13.

norte dos Alpes”.<sup>317</sup> Esta ausência dos imperadores no território lombardo não fez somente com que as cidades pudessem se desenvolver livremente, mas também que elas almejassem a liberdade *de jure* diante das pretensões imperiais, uma vez que *de facto* esta liberdade já existia há tempos, como o próprio cronista aponta. Otto continua escrevendo que:

Pois o príncipe, a quem deveriam exhibir voluntariamente reverência da sujeição quase ou nunca se sujeitam reverentemente, ou aquilo que segundo a integridade da lei sancionaram seguem de maneira obediente, a não ser que eles sintam a confirmação da autoridade de muitos exércitos coligidos. Ao invés disso freqüentemente acontece que, apesar de que um cidadão tenha que ser persuadido pela lei e o adversário restrito pelas armas, segundo as leis colocam, entretanto, recebem muitas vezes hostilmente aquele a quem deveriam receber como o próprio gracioso príncipe, requerendo este seus próprios direitos. Disso nasce uma dupla perda da coisa pública, como o príncipe é distraído para a coleção de um exército para a sujeição dos cidadãos, e os cidadãos, não sem um grande gasto de suas coisas, são forçados à obediência de seu príncipe. Motivos pelos quais, pela mesma razão pela qual a imprudência sobre isso culpa o povo, assim a obrigação deverá justificar o príncipe diante de Deus e dos homens.<sup>318</sup>

Assim surge *a priori* um quadro bastante complexo para a *expeditio romana* de Frederico. Se compararmos a argumentação que justificava a ação do rei germânico em relação aos territórios italianos com as campanhas militares descritas pelo cronista levadas a cabo pelos antecessores de Frederico vemos uma disparidade acentuada. Enquanto Henrique IV promove a guerra contra os senhores da Saxônia por conta de sua arrogância, Frederico segue em sua campanha para combater a arrogância de

<sup>317</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 116. “Ex quo factum est, ut caeteris orbis civitatibus divitiis et potential [longe] premineant. Iuvantur ad hoc non solum, ut dictum est, morum suorum industria, sed et principum in Transalpinis manere assuetorum absentia”. Tradução livre.

<sup>318</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 116-117. “Nam principem, cui voluntariam exhibere deberent subiectionis reverentiam, vix aut nunquam reverenter suscipiunt vel ea quae secundum legum integritatem sacciverit obedienter excipiunt, nisi eius multi militis astipulatione coacti sentiant auctoritatem. Ob ea frequenter contingit, ut, quavis civis lege flectendus, adversarius armis cogendus secundum leges sit, ipsum tamen, quem ut proprium principem mitem suscipere oportebat, sepius iura propria exposcentem hostiliter excipiant. Ex quo duplex rei publicae nascitur detrimentum, ut et princeps ad subiugationem civis in colligendo exercitu distrahatur, et civis non sine magno rerum suarum dispendio ad obedientiam principis [sui] compellatur. Quare eadem ratione qua populum super hoc incusat temeritas, sic principem aput Deum et homines excusare debebit necessitas”. Tradução livre.

milaneses e normandos. Se Henrique V foge aos modelos de virtude, combatendo uma guerra injusta, por motivações pessoais, vindo a quase cometer um pecado contra a vida do conde Rainald, o Hohenstaufen é um exemplo de virtude, seu objetivo é o bem comum, e não pessoal, e suas ações são governadas pelas virtudes, especialmente a justiça. Lotário III, um imperador sem grande expressividade para Otto, nem mau nem bom *a priori*, comete o pecado de tomar os conselhos de um modelo de degeneração, o arcebispo Albert I de Mainz, que o conduz para uma guerra injusta contra os irmãos Hohenstaufen, pai e tio de Frederico Barbarossa, a qual não trouxe nenhuma vantagem para o bem comum do Império. Contrapondo-se a este modelo, Frederico é aconselhado por muitos *magnates* germânicos, e, além disto, pelo próprio Cristo, como o cronista deixa claro ao escrever que o Barbarossa buscava o favor divino antes de iniciar sua campanha na Itália. Por fim a relação talvez mais complexa, entre Frederico e Conrado III, seu antecessor, e tio, igualmente um Hohenstaufen. Cremos que a relação encontra-se entre a *expeditio romana*, de Frederico, e a *expeditio sacra*, de Conrado III. Esta última é a guerra ideal para dentro do pensamento cristão do século XII. Ela está deslocada do seio da cristandade, direcionada para suas margens, em direção ao infiel, que deve ser combatido a fim de que se possam libertar os locais sagrados da fé cristã. Mas Conrado III e sua falta de humildade previnem a cristandade de encontrar a unidade tão desejada, como já apontamos anteriormente. É a causa do fracasso da Cruzada. Embora seja o combate ideal, é combatido da maneira errada, partindo das paixões e vícios humanos e não da orientação e autoridade divinos. Frederico por sua vez busca a unidade e o bem comum, baseados nas virtudes cristãs, antes de suas pretensões pessoais por conflitos; e como já apontamos, suas campanhas possuem um caráter voltado, de acordo com Otto, para os desígnios celestes, o que garante *a priori* seu sucesso.

Este sucesso é que o cronista passa a relatar nos capítulos subseqüentes. Primeiramente as tropas imperiais são conduzidas por alguns *magnates* italianos a uma região desértica<sup>319</sup> na qual os *milites* não podiam encontrar senão grandes dificuldades e

---

<sup>319</sup> Jacques Le Goff nos fala acerca dos grandes desertos de florestas no medievo ocidental, salpicados por algumas clareiras, nas quais se desenvolviam os grupamentos humanos. (LE GOFF, J. Op. Cit. 2005, pp. 123-124). No caso da descrição de Otto de Freising não podemos afirmar que era a este deserto que o bispo se referia. Talvez a proposição inversa seja mais verdadeira.

carência de provisões.<sup>320</sup> Esta rota, segundo o bispo, fora sugerida pelos cônsules de Lodi e Como, os quais foram dispensados pelo rei quando este tomou ciência de que a rota era para o prejuízo de suas tropas. Além disso, Frederico, segundo o cronista, tinha a intenção de punir Milão por sua iniquidade e a rota pela qual seguiam desviava da cidade. Sendo assim o Barbarossa decidiu conduzir suas tropas para perto da cidade, onde elas poderiam ser abastecidas e poderiam enfrentar os milaneses. Tal decisão apresenta um caráter duplo dentro da narrativa. Ao mesmo tempo vai de encontro com as expectativas de defesa do bem comum, por parte de Frederico, que defende não somente os interesses de suas tropas, em relação à sua própria subsistência ao conduzi-los da região árida à região fértil, mas também as expectativas das cidades italianas colocadas sob o jugo criminoso de Milão. O próprio movimento de condução das tropas de uma região árida para uma região fértil pode ser interpretada como uma alegoria daquilo que para o cronista a *expeditio romana* de Frederico significava. A condução do Império de sua difícil situação após quase um século de Cisma novamente a um estado de glória e êxtase. A imagem é acima de tudo bastante bíblica, estando presente nos salmos e evangelhos. É a imagem do pastor que conduz seus rebanhos à paz dos campos verdejantes<sup>321</sup> e supre as necessidades do rebanho. Frederico, enquanto *Christus Domini*, deve conduzir seu rebanho, os homens que o seguem, à paz, e deve supri-los em suas expectativas, o que em termos práticos se traduz como a busca pelo bem comum, o bem para a sociedade em geral, e não voltado somente a algumas figuras. Frederico cumpre também, com esta atitude, seu papel diante dos votos realizados à divindade, segundo os quais deveria com justiça sentenciar os atos de Milão, e conduzir a cidade novamente à fé em Cristo e à obediência aos preceitos da Igreja. A cidade italiana deveria ser demovida de sua iniquidade e arrogância e conduzida novamente, como em disciplina, a uma condição de humildade diante do representante da força de Cristo na terra, o imperador.

Em território milanês, entretanto, Frederico não ataca diretamente a cidade. Suas ações se concentraram na destruição de diversas fortalezas milanesas que se

<sup>320</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. II, cap. 17.

<sup>321</sup> BIBLIA, V. T. Salmos. Português. *A Bíblia sagrada: Nova versão internacional*. Trad. pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Vida, 2000. Cap. 23, vers. 1-2. “O Senhor é meu pastor; de nada terei falta. Em verdes pastagens me faz repousar e me conduz a águas tranquilas”.



encontravam nos arredores da cidade italiana, e na destruição de pontes e vias de acesso usadas pelos milaneses para atacar as cidades vizinhas, como Novara e Pavia. Otto acentua a importância dessas campanhas de Frederico como ações para a libertação das cidades subjugadas por Milão, mais que efetivamente um assédio ou confronto direto aos milaneses. A ênfase dada sobre este aspecto libertador da campanha desvia, em certa medida, o foco problemático da campanha do Hohenstaufen, sua incapacidade, por escassez de armas, de enfrentar diretamente a cidade de Milão. O frisigense, contudo, não permite que o leitor chegue a esta conclusão facilmente, fazendo uso do relato de dois episódios para tanto. O primeiro é a perseguição de uma guarnição de cavaleiros milaneses que pilhou e destruiu a cidade de Rosate, próxima a Milão, ao notarem a aproximação das tropas imperiais. Os cavaleiros germânicos, segundo o relato, perseguiram, feriram e capturaram alguns desses cavaleiros às portas de Milão, o que em termos discursivos aponta para a possibilidade de um assédio aos portões da cidade sem o prejuízo para os imperiais. Em seguida o bispo relata que a população milanesa, descontente com seu cônsul, por este ter provocado a ira do imperador, e temerosa de seu futuro, destruiu a residência de Gerardo, o cônsul, a fim de aplacar a ira imperial, o que, segundo Otto, não surte efeito em Frederico.<sup>322</sup>

Permanecem, entretanto, as lacunas na narrativa de Otto, não há nenhuma indicação que justifique a desistência do Hohenstaufen a um ataque direto a Milão, ou a um cerco da cidade. Pela historiografia o sabemos. A campanha desenvolvida pelo Barbarossa para a aquisição da coroa imperial não contava com uma adesão tão numerosa, como o bispo nos faz crer. Especialmente a ausência de Henrique Jasomirgott e seus seguidores é bastante sentida. Vale lembrar que no momento de ascensão de Frederico I, seu tio Jasomirgott é o duque mais poderoso do reino germânico e sua ausência na *expeditio romana* de seu sobrinho deve ter significado uma grande redução numérica em relação àquilo que se poderia esperar no caso de uma participação do duque bávaro. Isto se comprova no terceiro livro da *Gesta*, escrito pelo cômego Raevino, o qual se concentra na segunda campanha de Frederico na Itália, campanha na qual a adesão de tropas é significativamente maior em relação à primeira *expeditio*, e na qual Milão é destruída, cumprindo-se somente naquela ocasião

---

<sup>322</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. II, cap. 18.

definitivamente a expectativa que já se colocava sobre a primeira campanha de Frederico, ao menos no que se refere às expectativas do bispo de Freising. A resposta dada pelo frisigense para este não-enfrentamento entre os imperiais e Milão está no objetivo principal da *expeditio romana*, a busca da coroa imperial, que urgia, e demandava o avanço rápido das tropas, como veremos mais adiante, para libertar também a cidade de Roma.

Mas na narrativa de Otto de Freising a campanha de seu sobrinho não pode ser resumida a um constante desvio dos embates. Apesar de muitos trabalhos historiográficos atuais acentuarem as dificuldades da *expeditio romana* de Frederico I e classificarem-na como um grande fracasso em termos militares, o bispo de Freising nos leva na direção oposta, do sucesso das investidas de Frederico. Segundo a *Gesta*, deixando para trás a cidade de Milão e atravessando o rio Pó, Frederico seguiu até Chieri e Asti, cujos moradores eram tidos como inimigos do Império por sua desobediência ao conde de Montferrat, a quem o próprio imperador havia estabelecido e ordenado que se submetessem. Em ambos os casos o relato do frisigense nos mostra o triunfo de Frederico sobre as cidades. A população de ambas, temendo um confronto direto com o imperador, fugiu para as montanhas, buscando refúgio da ira imperial, e deixando para trás as cidades desertas. Segundo o bispo, ambas as cidades foram pilhadas, as torres destruídas e então toda a cidade queimada pelos imperiais como exemplo daquilo que estava reservado aos povos que incorressem na insubordinação ao Império.<sup>323</sup>

Mas em cidades abandonadas não é possível provar o valor dos combatentes frente ao inimigo e a força discursiva dessas vitórias e exemplos de Otto não são tão acentuados como o episódio que frisigense passa a relatar logo a seguir. Trata-se do cerco a Tortona, uma cidade aliada a Milão. A descrição do cerco é bastante extensa dentro da narrativa e cheia de indicações que apontam para os modelos ideais do bispo de Freising. Os temas mais recorrentes, sem dúvida, são as virtudes do imperador e as justificativas do assédio à cidade enquanto guerra justa, defendida dentro de uma perspectiva cristã de unidade e virtude. O relato se estende entre os capítulos vinte e

---

<sup>323</sup> OTTO in: WAITZ: 1912. Lib. II, cap. 19.

vinte e seis da *Gesta*, em seu livro segundo, dentre os quais no momento exploraremos apenas os que se mostram mais propícios para a discussão da questão da unidade na guerra, item que vimos enfatizando neste item da dissertação.

A unidade interna gerada nas tropas imperiais pela promulgação de leis feita pelo imperador sobre o assunto<sup>324</sup> no episódio ligeiramente anterior ao assédio a Tortona garantiu que as tropas imperiais tomassem logo no primeiro assalto os subúrbios e as muralhas externas da cidade, forçando a população a se refugiar na cidadela, que devido ao rápido cerco montado pelo imperador, ficou apinhada com a população local. Iniciado o cerco, toda a cidadela se encontrava rodeada de tropas imperiais, cada setor sendo comandado por um dos *magnates* que haviam tomado parte na *expeditio romana* de Frederico, e todos juntos realizando assaltos à fortificação. A imagem criada por Otto de Freising em sua descrição do cerco aponta para a unidade. Todas as tropas lutavam em conjunto para tomar a cidadela, todos os *magnates* germânicos almejavam romper as defesas das muralhas de Tortona e submeter ao imperador a cidade; e todos faziam isto unidos sob o comando de Frederico I.<sup>325</sup> E esta unidade não se restringia somente aos *magnates*, como poderia se supor, mas alcançava até os *milites* de mais baixa extração, que se viam empenhados na luta, não por sua glória própria ou de seus senhores, mas num vínculo direto de obediência ao imperador, como Otto nos tenta passar no capítulo vinte e três.

Segundo o cronista, um *strator* escalou sozinho a torre de Tarquínio, a mais sólida de Tortona, de acordo com a descrição do frisigense. Estando no topo da torre o *strator* teria atacado e matado um soldado de Tortona antes de retornar ileso para o acampamento do cerco. Dessa forma o mesmo provava seu valor e seu serviço para com o imperador, que, sabendo do episódio, mandou que o valente fosse trazido à sua presença, com o intuito de recompensá-lo com a ordem da cavalaria, a qual o *strator* recusou, pois se sentia satisfeito em ser apenas um *strator*. Otto usa o relato como um exemplo a ser seguido, o que fica claro quando escreve que “Nem será possível omitir a virtude da audácia rompende de certo *strator*, que, afetado pelo tédio durante o longo

<sup>324</sup> OTTO in: WAITZ: 1912. Lib. II, cap. 19. Sobre o assunto estaremos tratando mais além.

<sup>325</sup> OTTO in: WAITZ: 1912. Lib. II, cap. 21.

cerco, queria dar **exemplo** aos demais assaltando a cidadela”.<sup>326</sup>

A unidade só acontece, contudo, na pessoa do imperador enquanto ele se mantém fiel aos seus votos e aos desígnios divinos, enquanto ele permanece dentro do modelo ideal de Otto. Por este motivo o bispo faz questão de ressaltar a justiça do assédio a Tortona por parte das tropas imperiais, mostrando que o imperador permanecia fiel às virtudes cristãs. Especial destaque o bispo coloca sobre o momento em que Frederico ordena uma trégua ao cerco para que as tropas, tanto dos sitiantes quanto dos sitiados, pudessem celebrar a Paixão de Cristo e a Páscoa. “Aproximava-se a festa da Páscoa e o príncipe, em observância à religião, estabeleceu que fossem suspensos os ataques à cidadela por quatro dias da semana da páscoa, isto é, da quinta-feira da ceia do Senhor até a próxima segunda-feira”.<sup>327</sup> A observância do calendário e das cerimônias religiosas pelo rei germânico mesmo em meio ao combate é uma atitude louvada por seu tio, que aponta para o respeito que o Hohenstaufen possuía pelos assuntos divinos como um sinal de sua excelência enquanto imperador. No modelo de Otto, o imperador deve acima de tudo ser *Christus Domini*, ou seja, o representante de Cristo no governo dos homens, e, portanto, deve ser exemplo não somente enquanto governante e guerreiro, mas enquanto cristão virtuoso e observante.

É por sua postura vinculada a um projeto de *Imperium Christianissimum* que Frederico garante, de acordo com Otto de Freising, sua vitória sobre os cidadãos de Tortona.

Quebrados por tanta pressão e fadiga da sede tão grande, e tomados pelo mais profundo desespero, os tortonenses finalmente trataram sobre a rendição pela entrega da guarnição da cidadela. Por conseguinte na terceira semana depois da solenidade da páscoa, no mês de abril, às suas almas somente dadas a saúde e a liberdade pela misericórdia e bondade do príncipe, a cidade, primeiramente exposta à pilhagem e à destruição, foi então entregue às chamas [...] Viste os cidadãos miseráveis, quando, concedida já a segurança,

<sup>326</sup> OTTO in: WAITZ: 1912. Lib. II, cap. 23. “Nec pretereundum erit de cuiusdam preruptae audaciae stratoris virtute, qui, dum tedio longae obsidionis affectus caeteris assiliendi arcem exemplum dare vellet”. Tradução livre, grifo nosso.

<sup>327</sup> OTTO in: WAITZ: 1912. Lib. II, cap. 24. “Appropinquabat paschale festum, et princeps religionis intuitu quatuor diebus, id est a quinta cenae Domini feria usque ad proximam paschalis ebdomadae secundam feriam, ab arcis impugnatione cessandum statuit”. Tradução livre.

das miseráveis prisões dos claustros saíram para o comedimento livre do ar, com rostos fúnebres como se imitando os saídos das tumbas, em si mesmos anunciando o que se diz, que a mais miserável de todas as coisas é ser preso em um cerco.<sup>328</sup>

O cerco, terrível, só se desfaz com a vitória daquele que carrega consigo a justiça do combate. Os corpos semimortos dos sitiados saem de suas covas para respirarem um ar de liberdade. Mas não qualquer liberdade. É a liberdade concedida pelo imperador, vitorioso em seu cerco justo, contra os insubordinados homens de Tortona, que têm agora a chance de renascer sob o jugo do imperador cristão virtuoso, que conduzirá os cidadãos novamente para o caminho correto. A humilhação possui um caráter duplo, de exemplo da derrota diante do poderio de Frederico, assistido em toda sua campanha pelo próprio Cristo, para aqueles que se opõe ao poder imperial; e de recondução à humildade esperada diante de Deus e do imperador.

Com tão deslumbrante vitória – ao menos é assim que o episódio nos é apresentado por Otto de Freising, embora saibamos que Tortona poderia ser considerado quase um desastre na *expeditio romana* – é que o Hohenstaufen prova seu valor no comando do Império, sendo chamado a Pavia, onde recebe a devida recompensa, a coroa de ferro do reino lombardo, passando a estar, a partir deste momento, devidamente amparado na tradição para seguir rumo a seu alvo, a coroa imperial, a ser alcançada em Roma, das mãos do próprio Papa. Confiante em seu sucesso e na assistência divina Frederico crê que poderá atender todas as reivindicações dos povos da Itália e do Império, mandando inclusive os pisanos prepararem uma frota para que possa atacar os normandos na Sicília.<sup>329</sup> Resta à campanha apenas seguir ao sul para encontrar o Papa Adriano IV em Sutri, onde os cabeças da cristandade ocidental devem se encontrar, tomando ações conjuntas para restituir a glória do Império aos reis germânicos.

---

<sup>328</sup> OTTO in: WAITZ: 1912. Lib. II, cap. 26. “Tot impulsionum ac maxime sitis defatigatione fracti ultimaque desperatione correpti Terdonenses tandem de reddenda per deditionis presidium pertractant arce. Igitur tertia post paschalem sollempnitatem ebdomada, mense Aprili, animabus solum ex miseratione et mansuetudine principis saluti et libertatis datis, civitas primo direptioni exposita excidio et flammae mox traditur. [...] Videres míseros oppidanos, cum iam securitate concessa de miseris claustrorum ergastulis ad liberam prodirent aeris temperiem, funebri facie tamquam de bustis egredientes imitari, in semet pretendentes quod dicitur, omnium miserabilius esse claudi obsidione”. Tradução livre.

<sup>329</sup> OTTO in: WAITZ: 1912. Lib. II, cap. 27.

O encontro enquanto evento na narrativa de Otto de Freising cabe em outra parte de nossa dissertação, pois não trouxe consigo a guerra, tema que por hora estamos tratando. Os acordos firmados entre o Papa Adriano IV e Frederico I conduziram ambos para a cidade de Roma, onde o primeiro deveria instalar o segundo em seu trono imperial e este deveria assegurar o retorno Papal do exílio para a cidade pontifícia. Realizada a cerimônia na basílica de S. Pedro irrompeu uma revolta na cidade por parte da comuna, liderada por Arnaldo Brescia, que não admitia a coroação do imperador sem seu consentimento. Estes haviam inclusive enviado uma embaixada a Frederico quando este se aproximava com suas tropas da cidade, oferecendo a ele a coroa e o título imperial, remetendo ao poder senatorial, que na Antigüidade era o responsável por instalar o imperador à frente do povo romano, favor pelo qual esperavam em troca o reconhecimento do poder dos senadores romanos – reorganizados a partir do movimento comunal, como já mencionamos – e que o Hohenstaufen efetuasse o pagamento de uma taxa pelo título. Frederico, ouvindo tal oferta certamente se recusou a ela, proferindo um discurso que analisaremos mais adiante. Permanece, no entanto, a imagem de um imperador que está consciente de seu vínculo com o Papado – modelo que idealmente Otto defende – e não com as instituições civis antigas. Se há uma remissão ao passado na narrativa do frisigense, neste ponto ela se dá em relação a Carlos Magno e a *renovatio imperii* carolíngia, promovida pela união dos interesses do Papado e do reino franco. Já não o senado, do Império Antigo, mas o clero romano, que faz o imperador.

O episódio da revolta dos cidadãos romanos é extremamente significativo também para a criação da imagem ideal de Frederico, pois é o primeiro embate que o Barbarossa enfrenta após receber a coroa e se tornar de fato o imperador do Ocidente medieval. Segundo Otto “Enquanto a coroação estava acontecendo, o povo romano com seus senadores reuniram-se no capitólio. Ouvindo, contudo, que o imperador tinha aceitado a coroa imperial sem seu consentimento, ficaram enfurecidos. Com grande ímpeto atravessaram o Tibre, correndo para junto da igreja de São Pedro, não hesitaram matar naquela mesma santíssima igreja alguns dos *stratores* que ali remanesciam”.<sup>330</sup>

---

<sup>330</sup> OTTO in: WAITZ: 1912. p. 141. “Dum haec agerentur, Romanus populus cum senatoribus suis in

A este ataque o imperador respondeu com suas tropas, dirigindo-se até a cidade e combatendo os revoltosos como inimigos, temendo que a população revoltada, segundo o cronista, “atacasse o pontífice romano e os cardeais”.<sup>331</sup> Dessa maneira cumpre-se o primeiro papel da função imperial para Otto de Freising, que era atuar como *advocatus ecclesiae*, defensor da igreja, tanto no que concerne aos interesses da instituição quanto, como no caso relatado, na defesa física dos membros do clero e dos locais sagrados. O Barbarossa tem, logo no momento de sua coroação, a chance de provar que sua escolha enquanto imperador pela divindade, e a confirmação que o ritual pelo qual acabara de passar representava – esta discussão<sup>332</sup> certamente não poderia ser colocada de modo tão absoluto não fosse estarmos aqui partindo da visão de Otto de Freising e não do Papado, da historiografia, ou nossa mesma – foi a escolha correta e que ele está disposto a desempenhar seu papel com o objetivo de recuperar a glória perdida pelos imperadores germânicos.

Sigamos mais um pouco no relato que o bispo Otto faz desse embate, que juntamente com a tomada de Spoleto – que veremos logo a seguir – coroa o modelo da unidade através da guerra que o frisigense almeja que o Império sob Frederico I alcance novamente. O bispo escreve

Então, as escaramuças tendo sido continuadas por um longo tempo, de uma parte e de outra, com variadas sortes, os romanos finalmente foram compelidos a retroceder, incapazes de suportar a fúria dos nossos. Tu viste os nossos tanto audazmente quanto brutalmente matando e ferindo, ferindo e matando, como se dissessem: ‘Aceite agora, Roma, ferro teutônico no lugar de ouro arábico. Esta é a recompensa que a ti o teu príncipe pela tua coroa oferece. Assim o Império é comprado pelos francos. Tal é o prêmio entregue a ti pelo teu príncipe, tal é o juramento prestado a ti’. Esta batalha estendeu-

---

Capitolio convenerant. Audientes autem imperatorem sine sua astipulatione coronam imperii accepisse, in furorem versi, cum impetu magno Tyberim transeunt AC iuxta aecclesiam beati Petri procurentes quosdam ex stratoribus, qui remanserant, in ipsa sacrosancta aecclesia necare non timerunt”. Tradução livre.

<sup>331</sup> OTTO in: WAITZ: 1912. p. 141 “[...] timebat furem plebem in Romanum pontifiquem cardinalesque irruisse”. Tradução livre.

<sup>332</sup> Sobre o tema da associação imperial sendo disputada pelo Papado e pelo Império como sendo dádiva direta da divindade ou apenas um benefício do Papa é incansavelmente trabalhado na historiografia. Cito algumas obras apenas a este respeito: ULLMANN, W. Op. Cit. 2003; ULLMANN, W. Op. Cit. 1970; FOLZ, R. Op. Cit. 1969; BURNS, J. H. Op. Cit. 2005; SOUZA, J. A. e BARBOSA, J. M. Op. Cit. 1997; entre outros.

se aproximadamente da décima hora do dia até a noite. Ali foram mortos ou afogados no Tibre quase mil, capturados quase seiscentos, inúmeros foram feridos, e os demais foram convertidos à fuga. Apenas um dos nossos, é extraordinário dizer, foi morto, um capturado.<sup>333</sup>

A batalha por Roma exemplifica na narrativa de Otto de Freising os resultados esperados das campanhas do imperador realizadas dentro dos modelos ideais para o frisigense. Há unidade entre os soldados, que lutam unidos no imperador e pela igreja, figurando assim a idéia de um *Imperium Christianum*. Mas, além disso, lutam uma batalha justa, liderada por um imperador preocupado com a *libertas ecclesiae* e com o bem comum, que parte para a batalha temendo pela vida dos clérigos e dos locais sagrados da cidade de Roma. Luta também contra a heresia de Arnaldo Brescia, que é capturado e morto, livrando a cristandade deste mal. Por fim, luta com o auxílio do próprio Cristo, que garante a vitória maravilhosa sobre os cidadãos. Apenas uma vitória por parte de Frederico I não seria em si um sinal da aprovação divina para sua coroação imperial, mas uma vitória ocorrida dentro dos territórios pontifícios, contra os hereges, e com números tão maravilhosos como Otto nos apresenta – segundo o cronista, apenas um soldado imperial foi morto e outro capturado – tudo isso tomando lugar no mesmo dia em que ocorre a coroação de Frederico I é narrado para que se observe ali a presença do sobrenatural repousando sobre o Hohenstaufen como baluarte que garante seu sucesso em todas as suas empresas.

O único elemento que talvez não esteja diretamente representado na ação que tomou lugar na cidade de Roma seria a da defesa exclusiva dos direitos e interesses do Império diante dos outros povos, tanto os que participam de sua constituição, quanto os que estão à sua margem. Tal representação acontece logo em seguida, no último episódio que, cremos, traz elementos novos à discussão que aqui apresentamos, em relação ao papel da guerra no processo de unidade do Império, especialmente no

---

<sup>333</sup> OTTO in: WATIZ: 1912. p. 141-142. “Dubia itaque sorte dum diu ab utrisque decertaretur, Romani tandem atrocitatem nostrorum non ferentes coguntur cedere. Cerneret nos tam immaniter quam audacter Romanos cedendo sternere, sternendo cedere, acsi dicerent: ‘Accipe nun, Roma, pro Auro Arabico Teutonicum ferrum. Haec est pecúnia, quam tibi princeps tuus pro tua offert corona. Sic emitur a Francis imperium. Talia tibi a principe tuo redduntur commertia, tália [tibi] prestantur iuramenta’. Prelum hoc a decima pene diei hora usque ad noctem protractum est. Cesi fuerunt ibi vel Tyberi mersi pene Mille, capti ferme DC, sauciati innumeri, caeteri in fugam versi, uno tantum ex nostris, mirum dictu, occiso, uno capto”.



reinado de Frederico I. Trata-se da tomada de Spoleto pelas tropas imperiais, pouco depois que o imperador se retirou com suas forças de Roma.

O ataque a Spoleto se deu por dois motivos, segundo o frisigense, por um lado pelo fato do povo de Spoleto ter fraudado a coleta do *fodrum* demandado pelo imperador, e por outro lado por terem tomado cativo o conde Guido Guerra, que retornava da Apúlia, onde estivera a mando de Frederico. Segundo o bispo de Freising, o motivo principal, entretanto, era o segundo, pois o Hohenstaufen sentira-se ultrajado com o aprisionamento de Guido, e ainda mais quando os cidadãos se recusaram a obedecer à ordem de soltura dada pelo imperador.<sup>334</sup> Destaca-se na passagem do assédio a Spoleto a rapidez com que a cidade foi tomada. Esse dado reforça a idéia do favorecimento divino na campanha de Frederico, em especial após ter alcançado a coroa imperial e a benção Papal em Roma. Ao início do confronto os spoletanos não se cerraram em suas muralhas, saindo a campo com arqueiros e atiradores, tentando atingir as tropas imperiais ao longe. Vendo tal afronta o imperador mandou que seus homens avançassem até os spoletanos, que com a proximidade das tropas imperiais puseram-se a fugir. Ao buscar a proteção das muralhas, entretanto, os fugitivos acabaram conduzindo parte das tropas imperiais para dentro da cidade, homens que se misturaram aos spoletanos durante a fuga destes. Dessa forma os imperiais foram capazes de romper as muralhas e em pouco tempo destruir a cidade, que foi lançada às chamas. Otto destaca o fato de que quase nada pode ser salvo do incêndio, nem bens para o saque, nem os pertences dos que fugiram, que segundo o bispo escaparam com não mais que a roupa que vestiam. Este é o destino daqueles que enfrentam o poderio imperial, mas não somente sua força bélica, e sim a própria pessoa do imperador, suas ordens e determinações; é o que aguarda os que não querem se submeter à unidade que o *Christus Domini* impõe aos seus subordinados. O frisigense coroa esta idéia ao relatar a ação do próprio Frederico durante o assalto à cidade de Spoleto. Segundo o cronista

Ninguém naquele conflito foi mais vigoroso que o príncipe em pessoa, ninguém, nem mesmo um soldado comum, mais ligeiro em tomar as armas, ninguém mais preparado que ele para a exceção do perigo, nem mesmo os soldados profissionais. Finalmente, a partir daquela parte onde a cidade

---

<sup>334</sup> OTTO in: WAITZ:1912, Lib. II, cap. 35.

parecia mais inacessível devido à escarpa da montanha, na direção da igreja maior, assento episcopal, este não somente estimulava os seus [homens] ao assalto por meio de palavras persuasivas, compelia com ameaças, mas também verdadeiramente expunha exemplos aos outros e não sem grande perigo, ascendendo à montanha em pessoa, invadiu a cidade.<sup>335</sup>

Conclui-se dessa forma de modo excepcional a construção de uma imagem unitária em torno do tema da guerra para o Império Romano sob a tutela de Frederico I Hohenstaufen. Enfrentar o Império é em primeiro lugar enfrentar o imperador, que na sua condição de *Christus Domini* representa a ação divina na terra. Enfrentar o imperador passa a assumir um caráter herético de enfrentamento do próprio Cristo, e por isso o imperador em pessoa combate os inimigos. Ele é o defensor da *Christianitas* e *advocatus ecclesiae*, tendo por função primordial garantir a paz dentro do Ocidente cristão, conduzindo este espaço de atuação a uma unidade em torno de si, fazendo uso, em diversos casos, da força bélica que, pela concessão dos reinos germânico, borguinhão e lombardo, o próprio Cristo lhe concedeu. Esta guerra tem características bem demarcadas. Defende em primeiro lugar a paz e a liberdade dos povos cristãos, como vimos durante a campanha contra Milão – mesmo que sem um confronto direto – Asti, Como e Tortona. Defende também a *libertas ecclesiae*, no episódio ocorrido em Roma, mas também já prefigurado nos conflitos entre os Hohenstaufen e o arcebispo de Mainz. Por fim defende a dignidade do Império em si, como defesa dos desígnios divinos, como na destruição de Spoleto, não havendo espaço para os conflitos pessoais do imperador, como os vistos em Henrique IV, Henrique V e Lotário III. Mas não é somente pela guerra que se alcança a unidade. É o que se apresenta a seguir.

### 3.2.2 O Conselho:

Outro aspecto explorado por Otto de Freising é o do papel do conselho dos nobres enquanto promotor da paz e da unidade no Império Romano. Tal visão se enquadra numa perspectiva feudal de sociedade, cujas relações sociais da sociedade

<sup>335</sup> OTTO in: WAITZ:1912, p. 144. “Nullus in illa concertatione privatus principe strennuior, nullus nec gregarius miles ad sumenda arma promptior, nullus ad periculorum exceptionem nec conductitius eo paratior. Denique ea ex parte, qua maioris aecclesiae pontificalem sedem versus ex convexo montis inaccessibilior civitas videbatur, ipse non solum suos ad assultum adhortatione urgebat, minis cogebat, verum etiam aliis exempla prebebat [et] non sine maximo periculo montem in própria persona ascendens eam irrupit”. Tradução livre

política, em especial, se dão dentro dos moldes do feudalismo, ou seja, estão imersas na lógica do *auxilium et consilium*. As primeiras referências a tal lógica dentro da narrativa do frisigense aparecem ainda no reinado de Henrique V, no já explorado episódio do cerco a Mouzon. Segundo o cronista, foi dando ouvidos aos pedidos dos nobres que Henrique V foi dissuadido de seu intento de matar o conde Rainald. Dois elementos do pensamento político do frisigense também podemos observar aqui. Novamente um caráter público do poder, e outro cristão. Iniciando pelo argumento cristão a que o bispo está se referindo, ao destacar o fato do conjunto de nobres oferecer um conselho sábio ao governo do Império, ele remete à passagem bíblica de Provérbios na qual está escrito que na multidão dos conselhos está a segurança<sup>336</sup>. O *consilium*, vinculado à lógica feudal, representava um dos elementos fundamentais na formação e manutenção dos laços de fidelidade. Era um dever do vassalo submetido a um senhor na relação feudal. Sobre o *consilium* escreve Guy Fourquin:

*A obrigação de consilium*: consiste, da parte do vassalo, em ajudar o senhor com seus conselhos e, por conseguinte, a responder a toda convocação do senhor que desejasse escutar o parecer de seus vassalos. Pouco a pouco, para evitar deslocamentos demasiado frequentes, esta obrigação foi limitada pelos costumes.

Em regra geral, o vassalo era solicitado para participar com todos os seus co-vassalos na *Corte* (*curtis, curia*), assembléia deliberativa e presidida pelo senhor. Uma das grandes atribuições da *Curia* consistia em julgar as causas que lhe eram submetidas, requerendo o senhor dos seus vassalos que ‘dissem o direito’. A assembléia era portanto simultaneamente uma assembléia ‘política’ e um tribunal.<sup>337</sup>

<sup>336</sup> “Não havendo sábia direção, cai o povo, mas na multidão de conselheiros há segurança” (BIBLIA, V. T. Provérbios. Português. *A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento*. Trad. de: João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 1996. Cap. 11, vers. 14.); “Sem diretrizes a nação cai; o que a salva é ter muitos conselheiros” (BIBLIA, V. T. Provérbios. Português. *A Bíblia sagrada: Nova versão internacional*. Trad. pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Vida, 2000. Cap. 11, vers. 14);

<sup>337</sup> FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Lisboa, Edições 70, trad. Fátima Martins Pereira, 1970, p. 120. Guy Fourquin apresenta os mecanismos e a lógica de funcionamento da vassalagem de maneira bastante específica, voltada principalmente para o reino franco medieval, dentro de uma estrutura bem marcada. Trabalhos mais recentes apontam já em outra direção, realizando uma abordagem mais global das questões das relações vassálicas no medievo, como observamos em Jérôme Baschet, que se propõe a fazer um manual de história medieval, logo uma obra menos profunda e mais diluída

A partir desse trecho vemos que há uma obrigação institucionalizada do conselho dos vassallos ao senhor. Dentro da perspectiva de Otto de Freising esse conselho deve desempenhar um papel significativo em todos os momentos, e não somente na reunião das assembleias formais, como sugere Fourquin. Ele está presente na lógica das relações pessoais – que, segundo Jérôme Baschet, ultrapassam em muito apenas as relações feudais, adentrando o espectro das relações interpessoais como um todo<sup>338</sup> – operando como um guia para o bem comum, alvo a ser alcançado pela ação política do imperador. Baschet aponta ainda que o *consilium* integra um grupo de três obrigações das relações feudo-vassálicas que estão intimamente relacionadas. De acordo com o autor:

O vassalo é o homem de seu senhor e se engaja a servi-lo conforme as obrigações do costume feudal. Este varia fortemente segundo as épocas e as regiões, mas três aspectos tornam-se essenciais ao serviço vassálico: a obrigação de se incorporar às operações militares empreendidas pelo senhor (por um tempo de início flutuante, mas que tende a ser reduzido a quarenta dias por ano, ao que se acrescenta um período de guarda do castelo senhorial), a ajuda financeira (...), e, finalmente, **o dever de bem aconselhar o senhor.**<sup>339</sup>

Vemos em Baschet um movimento mais dinâmico nas obrigações vassálicas que em Fourquin, e que acreditamos estar mais ligado à realidade prática observada por Otto de Freising em sua narrativa. Os serviços de que fala o historiador francês são realizados concomitantemente na *Gesta*. Os nobres, vassallos do imperador, estão ao mesmo tempo servindo-o no tocante ao serviço militar e no bom conselho, impedindo

---

espacialmente. Entretanto, os dados apresentados por Fourquin são fundamentais para a compreensão de diversos aspectos da vassalidade em seus aspectos legais e morais.

<sup>338</sup> A vassalidade é habitualmente considerada um dos traços mais característicos da sociedade medieval. Entretanto, ao contrário das visões clássicas, que faziam das “instituições feudais” um sistema homogêneo e bem estruturado, tende-se, hoje, a restringir a importância do feudo e do laço vassálico, que dizem respeito a uma proporção ínfima da população (1% ou 2%). Essa mudança de perspectiva é operada em vigor por Robert Fossier quando qualifica as relações vassálicas de “epifenômeno negligenciável”, o que, apesar de tudo, **não deveria fazer esquecer que elas estruturam, ao menos parcialmente, as relações no seio da classe dominante.** Entretanto, mesmo entre os dominantes, nem todas as concessões de bens ganham a forma do feudo e a vassalidade é apenas um dos tipos de laço – ao lado dos pactos de amizade, juramentos de fidelidade, associações entre senhores laicos e monastérios etc. – que asseguram as solidariedades e a distribuição do poder no seio da aristocracia (Joseph Morsel). BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006, p. 122. (Grifo nosso)

<sup>339</sup> BASCHET, Jérôme: 2006, p. 122. (Grifo nosso).

que Henrique V cometa um crime contra o conde Rainald, levando assim o Império à ruína, ao temido cisma, pela quebra da *pax*. Há no panorama dessa proposta um ciclo, no qual o imperador e os seus vassallos têm seu poder sustentado mediante a manutenção das estruturas sociais surgidas no processo de feudalização da nobreza germânica. A expectativa do imperador, de ter suas tropas reforçadas pelos seus vassallos – no serviço militar a que estes vassallos estavam submetidos –, depende deste atender às expectativas de manutenção da paz e da justiça, mediante a busca do bem comum, por parte do imperador. O papel do conselho é justamente apresentar ao imperador estes anseios, trazendo, como consta no supracitado provérbio, segurança para o reino. A idéia aqui apresentada é que o imperador cristão não governa por sua vontade pessoal, mas tem seu poder delegado por Deus para governar a *Christianitas*, levando em conta os conselhos da sociedade política imperial, também instituída por Deus, se consideramos, como já foi apontado, que Otto de Freising corrobora o pensamento paulino de que todo o poder é delegado por Deus. Esse modelo pressupõe também uma sociedade política ideal, cristã. O aspecto político público da passagem aponta na direção de um governo no qual o imperador governa de acordo com os interesses gerais da sociedade política que encabeça. O rei germânico deve buscar o conselho de seus nobres para o bom governo do Império.

O conselho desempenha dentro dessa lógica um papel fundamental também no que antecede a guerra justa. É assim com Frederico II, no cerco de Mainz, o qual já exploramos, e também com Henrique X da Baviera, quando este se põe em campo para enfrentar o duque suábio. Quando invadiu a Suábia, segundo o relato do frisigense, o duque bávaro buscou o conselho de seus cavaleiros para saber se seria prudente atacar Frederico II, reafirmando a importância que o bispo dá ao papel do *consilium*, presente na lógica feudal, que já aparecera em trechos anteriores.

Trata-se em última análise duma proposta de unidade de cunho político-diplomático, em oposição – complementar, sem dúvida – àquela primeira, da guerra. Para Otto de Freising ambas as possibilidades são válidas, tanto a bélica quanto a política, na busca da paz e da justiça que levam ao bem comum. Isso se evidencia na narrativa que o frisigense faz acerca da ascensão e da legitimação de Frederico II no

ducado da Suábia. O cronista escreve que “Este mesmo, de fato, tendo atravessado o Reno retirando-se da Suábia para a Gália, submeteu à sua vontade paulatinamente toda a província, de Basiléia até Mainz, onde, é sabido, se encontra a maior força do reino”.<sup>340</sup> Vemos aqui que o bispo apresenta um panorama bastante distinto entre o modo como o duque suábio e o imperador Henrique V procederam para serem reconhecidos em seus domínios. Enquanto este se impôs pela guerra e violência, aquele por seu prestígio, como fica evidente em “O mencionado duque era, além do mais, poderoso na guerra, hábil nos negócios, de aparência e ânimo serenos, tão distinto no falar e tão generoso nas doações, que por causa disso uma multidão muito grande de soldados confluía a si e voluntariamente se oferecia para servi-lo”.<sup>341</sup> Muito além de apenas estender seu poder, entretanto, a política do Hohenstaufen faz com que os senhores e cavaleiros suábos busquem voluntariamente o favor de Frederico, o Caolho, o que transmite, como Otto o quer, uma imagem bastante favorável ao seu modelo ideal de governante. A construção do cronista aponta para o fato de que, enquanto o imperador, modelo de degeneração, encontra constantes dificuldades para governar e controlar os príncipes imperiais, com os quais tem que constantemente guerrear devido à sua insubmissão, o duque suábio, ideal, atrai seguidores, fortalecendo cada vez mais sua posição diante da Suábia e do Império.

A unidade política se observa também nos momentos em que a elite nobiliárquica, enquanto sociedade política imperial, se reúne, em três momentos no decorrer da *Gesta*, para deliberar a respeito da eleição de um novo imperador. A primeira ocorrência é na eleição de Lotário III, comandada pelo arcebispo de Mainz, Albert I. A despeito daquilo que já exploramos em relação à identificação dessa eleição com o início de um cisma no Império, o processo eleitoral em si representa um esforço pela unidade imperial. Otto de Freising evidencia isto ao ressaltar que “Por conseguinte Albert – pois é direito do arcebispo de Mainz, trazido dos antigos, enquanto o reino está vacante – convoca os príncipes do reino para aquela cidade de Mainz na época do

<sup>340</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 28. “Ipse enim de Alemannia in Galliam transmissio Rheno se recipiens totam provinciam a Basilea usque Maguntiam, ubi maxima vis regni esse noscitur, paulatim ad suam inclinavit voluntatem”. Tradução livre.

<sup>341</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 28. “Erat autem predictus dux in bellis fortis, in negotiis ingeniosus, vultu et animo serenus, in sermone urbanus donisque tam largus, ut ob hoc multitudo maxima militum ad eum conflueret seque ad serviendum illi ultro offerret”. Tradução livre.

outono”.<sup>342</sup> Entretanto, por mais incerta que fosse a eleição imperial, por mais que manipulações estivessem presentes, o bispo de Freising reafirma uma imagem que já havia apresentado ao fazer o relato dos feitos de Henrique V, de que há segurança no conselho de muitos. Confirmando essa imagem Otto escreve sobre a eleição “Que coisa louvável [...] foi”.<sup>343</sup> A unidade é alcançada no processo eleitoral quando a maioria dos *magnates* escolhe um novo rei e jura fidelidade a este. Dessa forma reafirmamos aquilo que já havíamos apontado anteriormente, que para Otto a eleição não é má *a priori*, que a crítica do bispo não recai sobre o conceito de monarquia eletiva, mas sim na manipulação que personagens específicos realizaram para corrompê-la.<sup>344</sup>

À morte de Lotário III segue uma nova eleição no reino germânico. É, na pena de Otto de Freising, um novo momento de reunião de todos os *magnates* do reino germânico a fim de atingir a unidade política através da eleição de um novo monarca, capaz de lidar com as tensões internas do reino, garantindo assim a estabilidade, a paz e a justiça no Império. Como já exploramos na parte contextual, esta eleição esteve sob o controle do arcebispo de Trier que, partidário dos Staufen, favoreceu Conrado na eleição.<sup>345</sup> Os silêncios do frisigense neste episódio são marcantes. Segundo ele, todos os príncipes presentes na dieta de Coblenz votaram a favor de Conrado para a sucessão no trono germânico. Entretanto, o cronista não nos informa que à eleição não compareceram os partidários do principal rival de dos Hohenstaufen após a morte de Lotário III, Henrique, o Soberbo. Dentro de uma perspectiva bastante singular, de fato a unidade foi alcançada na eleição, pelo fato desta ter sido realizada somente entre os membros da nobreza que apoiavam o Staufen, de modo que o rei foi eleito

---

<sup>342</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 30-31. “Igitur Albertus – nam id iuris, dum regnum vacat, Maguntini archiepiscopi ab antiquoribus esse traditur – principes regni in ipsa civitate Maguntia tempore autumpnali convocat (...)”. Tradução Livre.

<sup>343</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 31. “Quae res laudabiliter [...] fuit”. Tradução livre.

<sup>344</sup> Se após a eleição ocorre o cisma, também é por conta da influência e os conselhos de Albert I de Mainz. Assim firma-se a imagem de que não basta ao imperador ser um homem virtuoso, mas ele precisa ser também cristão e estar cercado de conselheiros cristãos e virtuosos. Esta argumentação encontra eco no período de Frederico Barbarossa, uma vez que o próprio Otto, além de tio, é conselheiro do imperador, e vê nas atitudes do arcebispo de Mainz o anti-modelo do que ele imagina ser a função do conselheiro espiritual do rei germânico.

<sup>345</sup> Since the see of Mainz was now vacant and the new archbishop of Cologne was not yet consecrated, Archbishop Alberic of Trier emerged as chief elector, and he permitted Duke Frederick's younger brother to be elected as Conrad III at an assembly hastily convened at Coblenz in March 1138. ARNOLD, Benjamin. The western empire, 1125-1197, in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. *The new Cambridge Medieval History: c.1024 – c.1198*. Cambridge: University Press. Vol. IV, parte II, 2004. p. 388.

unanimemente, realizando, dessa forma, os anseios de unidade na eleição.

#### Segundo Benjamin Arnold:

Apesar das eleições de 1125 e 1138 terem sido tensas, elas não precisam ser interpretadas como crises constitucionais, uma vez que elas revelam que os procedimentos dos príncipes de descender sobre um novo rei através da escolha eleitoral estavam em perfeito funcionamento. Se a eleição de Conrado III em Coblenz foi julgada pelos Saxões e Bávaros como sendo conduzida de maneira equivocada, os Suábos e outros tinham para si o domínio de Albert I de Mainz sobre a assembléia de Mainz de 1125 como impróprio.<sup>346</sup>

Dessa forma podemos supor que também para Otto de Freising a contestação que se seguiu às duas eleições não era uma crise em si no que tange a unidade do reino, mas que, do contrário, levar as disputas do campo político à luta armada e ao cisma do Império eram sim um grave problema. Partindo dessa afirmação é que podemos compreender a narrativa do bispo valorando o processo eleitoral como um momento em que se verifica a unidade dos *príncipes* germânicos, a despeito dos problemas que cada eleição desempenha posteriormente.

A preocupação de Otto com a legitimação de Conrado III, que observamos na correspondência trocada entre o imperador e o Basileu bizantino que o cronista transcreve em sua narrativa, passa também pela afirmação da unidade do reino germânico após um período de grave cisma.<sup>347</sup> Como já exploramos anteriormente, Otto está lidando com as questões referentes à universalidade do conceito imperial, que pressupõe também uma unidade, uma vez que é universal. A perda do reconhecimento imperial em Conrado III seria sintomática da desagregação do reino germânico e do

---

<sup>346</sup> ARNOLD, Benjamin. The western empire, 1125-1197, in: LUSCOMBE e RILEY-SMITH. *The new Cambridge Medieval History: c.1024 – c.1198*. Cambridge: University Press. Vol. IV, parte II, 2004. p. 388-389. “Although the elections of 1125 and 1138 were tense, they need not be interpreted as constitutional crises since they reveal that the procedure of the princes alighting upon a new king by electoral choice was in working order. If Conrad III’s election at Coblenz was judged by the Saxons and Bavarians to have been conducted in an underhand manner, then the Swabians and others held Archbishop Adalbert I’s [Albert I de Mainz] domination of the assembly at Mainz in 1125 to have been improper”. Tradução livre.

<sup>347</sup> O cisma imperial que ocorre entre 1125 e 1135, no qual figuram dois *príncipes* reivindicando o título imperial, e conseqüentemente lançando o Império em uma guerra interna onde os partidos de cada proposta se enfrentam continuamente até a submissão de Conrado a Lotário III.



espaço imperial sobre o qual o monarca germânico pretendia exercer suas prerrogativas. Entretanto a disputa do Staufen com o Basileu em relação à afirmação de seu poder imperial frente às pretensões bizantinas mostra um monarca germânico lutando para reaver não somente seu título, mas a unidade de seu espaço de atuação. É uma luta para atingir a unidade necessária para a aplicação de um conceito universal como o *Imperium Romanorum*, e a crise que o Império Bizantino sofre com o avanço das conquistas turcas na Ásia Menor é que propicia a nova *translatio imperii* na figura de Frederico Barbarossa.

A busca de unidade pelo cronista não se restringe somente ao Império Romano, mas vai além, numa proposta para toda a sociedade ocidental, que Otto de Freising identifica com o conceito de *Christianitas*, ou seja, o universo da cristandade, numa noção bastante próxima à de *Ecclesia* de Hugo de São Victor.<sup>348</sup> Ao modelo de desestruturação o frisigense contrapõe, então, um modelo de coesão das forças políticas imperiais e eclesiásticas. Este contraponto não está reservado, entretanto, somente ao reinado do Barbarossa. Otto de Freising apresenta perspectivas de mudanças já durante o reinado de Conrado III. O que diferencia neste caso Frederico de seu tio, o monarca que lhe antecede, é o fato de que as mudanças que começam a ocorrer no reinado de Conrado não são fruto da ação do monarca, mas de agentes externos, e aqui o grande destaque é para a figura de Bernardo de Clairvaux.<sup>349</sup> De fato, na *Gesta Friderici* o abade cisterciense desempenha um papel central durante o reinado de Conrado III.

Otto vinha apontando para os problemas internos ao Império e ao Papado, problemas estes que, sintoma da degeneração da humanidade, apontavam em direção ao fim dos tempos – o que podemos afirmar levando em consideração o tom de sua obra

---

<sup>348</sup> SOUZA, José Antonio. *O reino de Deus e o reino dos homens*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1997.

<sup>349</sup> Bernardo de Clairvaux foi talvez o monge mais influente da ordem de Cister durante a primeira metade do século XII. Extremamente ativo em sua vida monástica, mas também nos assuntos externos a ela, Bernardo, que era oriundo de uma família nobre da região de Chatillon, encabeçou a proposta reformista de sua ordem enquanto esteve no abaciado de Clairvaux, difundindo ideais de estrita observância da regra beneditina, bem como propostas morais entre o clero secular, o Papado e os laicos. Bernardo foi responsável por elevar a ordem de Cister a um patamar de primazia dentro da cristandade ocidental do século XII, ultrapassando em influência os monges de Cluny. Deixou uma vasta obra que compreende sermões, cartas, uma regra de cavalaria e vários tratados morais. Sobre o pensamento político do abade destaca-se o recente trabalho de Tathyana Zimmermann Fernandes, defendido em nível de mestrado na Universidade Federal do Paraná no ano de 2008, cujo título é “O ideal de Papa proposto por Bernardo de Claraval no tratado *Das Considerações* (século XII)”.

anterior, a *Chronica sive historia de duabus civitatibus*, que é concluída com uma perspectiva escatológica, dos caminhos degenerativos que a humanidade seguirá até encontrar seu fim, no juízo apocalíptico da fé cristã. A estes problemas, entretanto, o cronista contrapõe modelos ideais, de recuperação, que retomam a perspectiva escatológica da sua história, mas transformando o seu discurso, afastam-se do modelo degenerativo para se aproximar da perspectiva agostiniana das duas cidades, sendo que o frisigense crê na realização plena da *civitas dei* neste mundo, numa releitura da proposta original do bispo de Hipona, que cria a realização da *civitas dei* somente no cumprimento das profecias da revelação do apóstolo João, que escreve sobre a fundação de uma Nova Jerusalém, esta não mais terrena, mas celeste. Ao invés de sua perspectiva inicial, que diante da crise vivenciada pelo bispo durante o reinado de seu meio-irmão, Conrado III, era pessimista, o cronista, diante de uma nova realidade política, apresenta uma visão positiva da história.

A renovação, entretanto, não passa, como estamos vendo, exclusivamente pela ação de Frederico I, e embora tenha sido iniciada já anteriormente, não o é pela ação do tio do Barbarossa. Tanto as questões da unidade laica, por assim dizer, e da unidade eclesiástica ocuparão o abade de Clairvaux, Bernardo, a quem Otto confere a responsabilidade pela tentativa inicial de devolver, ou fazer retornar, a *Christianitas* a seu caráter ideal, unitário, universal.<sup>350</sup>

Bernardo de Clairvaux não atuou somente na pacificação dos *bellatores* do Ocidente cristão. Também junto à Igreja desempenhou papel fundamental, defendendo preceitos antigos e combatendo por uma nova moral cristã a ser seguida pela clerezia. Para o cronista, Bernardo desempenha o papel do conselheiro ideal. É um monge, dedicado a uma vida irrepreensível, que buscava o bem comum pela pregação e o ensinamento da fé cristã e de uma moral condizente com os ensinamentos evangélicos e apostólicos. Otto se prolonga na descrição da atuação daquele que era um modelo, juntamente com o próprio Cristo, de vida justa a ser seguido. O frisigense era ele

---

<sup>350</sup> Vale lembrar que logo antes de iniciar a narrativa a respeito do abade Bernardo de Clairvaux, Otto de Freising aponta para o fato de toda a cristandade estar envolta em guerras, tanto nos meios laicos, como a crise imperial, como nos meios eclesiásticos, como no caso do cisma e do exílio dos Papas de Roma em virtude do levante de Arnaldo Brescia, o qual o próprio Otto descreve. OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. 28. Sobre o constante estado de guerra OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. 30.

também um monge cisterciense e defensor e propagador da moral da ordem, em sua grande maioria proposta pelo abade de Clairvaux. Os seus combates contra Guibert de la Porrée e Pedro Abelardo – embora Otto seja simpático algumas propostas do bispo de Poitiers, e aponte para os excessos cometidos pelo abade no julgamento deste – são sintomáticos da proposta moral que o abade cisterciense pretendia difundir por toda a cristandade. A apropriação e interpretação de tais passagens da parte de Otto de Freising sugerem que o bispo da diocese bávara pretendia ele também difundir uma moral, um modelo de conduta ideal, mas de caráter talvez um pouco mais modesto, restringia essa moral à figura do imperador, atribuindo ao ‘líder temporal’ da cristandade a tarefa de servir de modelo aos cristãos, cavaleiros ou não, de como o cristão virtuoso deve proceder no exercício de suas funções políticas, públicas, e também de seu caráter pessoal irreprochável.

Não constitui, entretanto, no ápice de sua narrativa a apresentação de Bernardo como modelo de conselheiro ideal. Isso pelo motivo bastante simples de que o abade não participa das referências apicais da própria narrativa do frisigense, reservadas ao segundo livro da *Gesta*. Neste segundo livro encontramos dois temas principais envolvendo o conselho e a unidade no reinado de Frederico I. O primeiro deles é a eleição de Frederico, ocorrida em Frankfurt am Main em 1152. O segundo grande tema é a disputa entre Henrique, o Leão, e Henrique Jasomirgott em torno da posse do ducado da Baviera, conflito que já vinha se arrastando desde o reinado de Conrado III, quando este destituiu os Welf do ducado, entregando-o a seu meio-irmão, o Babenberger Leopoldo IV, e depois Henrique Jasomirgott. Além destes dois grandes temas, veremos que há diversas menções a outras funções exercidas pelo imperador em dietas e conselhos. Estas, em geral, não trazem nenhum tema novo para a discussão, sendo mais exemplos ilustrativos que corroboram a idéia da paz e da unidade atingidas através do Conselho imperial.

Nos primeiros três capítulos do segundo livro da *Gesta Friderici* de Otto de Freising, o cronista explora a eleição de Frederico ao trono germânico. O que chama mais prontamente a atenção do leitor é o fato da dieta de eleição ter sido realizada em Frankfurt am Main ao invés do local tradicional, apontado pelo próprio Otto no capítulo

dezessete do seu livro I da *Gesta*, que seria Mainz, a principal diocese germânica. Além disso, o bispo de Freising omite qualquer referência à ação do bispo de Mainz, ou qualquer outro prelado na convocação da eleição de Frederico. Este dado se mostra extremamente importante em vistas das eleições anteriores, de Lotário III e Conrado III, ambas controladas pelos arcebispos que as convocaram, e que, por conseguinte, trouxeram o cisma e a guerra para o Império. “No terceiro dia antes das Nonas de Março, isto é, terça-feira após *Oculi mei semper*, na cidade de Frankfurt [am Main], foi possível reunir, de tão imensa extensão do reino transalpino, toda a força dos príncipes, é extraordinário dizer, não sem alguns barões da Itália, como se fosse um só corpo”.<sup>351</sup> O trecho deixa claro que, havendo a convocação de um prelado para a realização da Dieta em Frankfurt, este é omitido pelo frisigense, que deixa a entender, para o leitor, que a reunião ocorrida na cidade às margens do Main ocorreu de forma quase espontânea da parte dos príncipes germânicos. Este artifício retórico utilizado pelo bispo confere maior força ao seu argumento de que a eleição de Frederico I ocorreu pela unidade e para a unidade imperial, e não através das manobras políticas de determinados grupos, como o bispo expõe para o caso das eleições anteriores – a de Lotário III de maneira bastante clara, e a do Conrado III de forma subentendida, diante do contraponto à eleição de Frederico I. A diferença para Otto é que “Quando os *magnates* ponderaram a respeito da eleição do príncipe [...] finalmente Frederico, duque suábio, filho do duque Frederico [II], foi solicitado por todos e pelo favor de todo o corpo foi elevado ao reino”.<sup>352</sup> Retomando a narrativa a respeito da eleição de Lotário III como exemplo de contraponto à eleição de Frederico, vemos que naquele episódio o frisigense nos mostra a interferência de Albert I de Mainz, agindo contra o – segundo Otto de Freising – bem comum, por seus interesses pessoais, e a despeito do desejo de grande parte dos nobres presentes de eleger o duque Frederico II como imperador. Com a ausência de uma figura similar a Albert I na eleição de Frederico Hohenstaufen, em 1152, Otto afasta qualquer possibilidade de argumentação contrária à eleição que se pudesse enraizar nos mesmos termos utilizados pelo bispo para atacar Lotário III, quais

<sup>351</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 102-103. “III. Nonas Martii, id est tertia feria post *Oculi mei semper*, in oppido Franconefurde de tam inmensa Transalpini regni latitudine universum, mirum dictu, principum robur non sine quibusdam ex Italia baronibus tamquam in unum corpus coadunari potuit”. Tradução livre.

<sup>352</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 103. “Ubi cum de eligendo principe primates consultarent [...] tandem ab omnibus Fridericus Suevorum dux, Friderici ducis filius, petitur cunctorumque favore in regem sublimatur”. Tradução livre.

sejam, a manipulação do processo eletivo por um indivíduo a favor de um grupo específico, ou mesmo de seu desejo pessoal e contra o Império, o bem comum, a unidade e a paz.

Esta busca pela unidade através da eleição de Frederico I por parte dos *magnates* germânicos fica evidente no capítulo seguinte, o qual o bispo escreve para justificar a eleição de seu sobrinho Frederico ao invés de seu também sobrinho, filho de Conrado III. O bispo escreve que

Os príncipes refletindo, por conseguinte, não somente pela sua aptidão e virtude da sua juventude, já diversas vezes mencionadas, mas também por isso, porque participe de ambos os sangues [dos Waiblingen e dos Welf], **ele poderia unir** cada parte dessas muralhas da dissidência como uma pedra angular, julgaram constituir ele como cabeça do reino. Eles previram ser **vantajoso para a res publica**, se tão grave e duradoura rivalidade, por conta de benefícios privados, entre os maiores homens do Império, nesta ocasião finalmente, com a ajuda de Deus, fosse posta a dormir. Então não por rivalidade a Conrado, mas **considerando o bem comum**, como se diz, preferiram pôr este Frederico ao invés do filho dele [de Conrado] também Frederico, neste momento ainda muito jovem. Por esta razão e desta forma a eleição de Frederico foi celebrada.<sup>353</sup>

Nos trechos destacados vemos os elementos principais aos quais Otto de Freising criticava nos reinados dos antecessores de Frederico I. Em primeiro lugar a questão do cisma imperial. Gerido no reinado de Henrique IV e aprofundado nos reinados seguintes, Otto – e é isso que ele imputa aos pensamentos dos *magnates* reunidos na dieta eletiva de Frankfurt – acredita que Frederico pode acabar com as guerras internas entre as famílias Welf e Waiblingen, uma vez que é membro de ambos os grupos políticos por laços de consangüinidade. O fim do conflito conduziria a um caminho de paz interna no Império, essencial para o restabelecimento da dignidade

<sup>353</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 103-104. “Principes igitur non solum industriam ac virtutem iam sepe dicti iuvenis, sed etiam hoc, quod utriusque sanguinis consors tamquam angularis lapis utrorumque horum parietum dissidentiam unire posset, considerantes caput regni eum constituere adiudicaverunt, plurimum rei publicae profuturum precogitantes, si tam gravis et diutina inter maximos imperii viros ob privatum emolumentum simultas hac demum occasione Deo cooperante sopiretur. Ita non Regis Conradi zelo, sed universitatis, ut dictum est, boni intuitu hunc Fridericum eius filio item Friderico adhuc parvulo preponere maluerunt. Hac consideratione et ordine electio Friderici celebrata est”. Tradução livre.

imperial perante o Ocidente medieval. Este é o segundo tema destacado por nós. Quando o bispo escreve que a busca dos príncipes reunidos na dieta era a de eleger um candidato que fosse vantajoso para a *res publica* ele tem em mente o processo de desagregação política que as lutas internas levaram ao Império. Vislumbra também a perda da dignidade imperial – refletida na perda da titulatura imperial durante o reinado de Conrado III – que a gerência dos assuntos imperiais voltados não para o bem comum, mas para as vontades pessoais dos imperadores, trouxe ao Império. Para além disso, o modelo de afastamento entre as esferas laica e eclesiástica do poder, representado pelas lutas entre Papado e Império no período que antecede a ascensão de Frederico I pairam no horizonte do cronista. Se a *res publica* passa por uma crise a ponto de ser detectada pelos membros de seu corpo político, os *magnates*, a proposta do frisigense de uma *res publica Christiana* só é tangível a partir da recuperação da instituição tradicional. E esta recuperação, por sua vez nos conduz ao terceiro elemento por nós destacado no trecho supracitado.

O bem comum nos parece ser um dos temas principais não somente em Otto de Freising, mas no pensamento político medieval de forma mais generalizada. Ao olharmos para outros pensadores medievais – tais como Dante, Guilherme de Ockham, Marsílio de Pádua, entre outros – assim como para as obras historiográficas que trabalham o tema, vemos que o tema do bem comum surge como uma base comum, fundamento sobre o qual os pensadores farão suas propostas de caráter teórico-político. Em Otto não é diferente. O terceiro elemento apresentado pelo cronista como razão pela qual os *magnates* germânicos elegeram Frederico de Hohenstaufen ao trono imperial é, ao mesmo tempo, o elemento mais profundo, o alvo final, que deve orientar as ações políticas do imperador. Desse modo forma-se um encadeamento de idéias no trecho que compila, de certo modo, elementos essenciais da atuação de Frederico I, do imperador. A sua busca imediata é pela pacificação do reino germânico, imerso nas lutas entre os partidos rivais de Welf e Waiblingen. Mas essa pacificação possui um objetivo mais amplo, que é a restauração da dignidade imperial e do bom governo – e de certo modo implementação – da *res publica Christiana*, proposta do bispo. Toda esta proposta feita pelo frisigense em meados do século XII tem por alvo último o bem comum da sociedade do medievo ocidental, entendida pelo bispo como um corpo social único,

representado pela *Christianitas*. Por fim, é preciso ressaltar a analogia criada pelo bispo para coroar sua construção em torno de Frederico Barbarossa. Referimo-nos ao fato do frisigense chamar o imperador eleito de ‘Pedra Angular’ para a unificação do *Imperium Romanorum* e fundação de um *Imperium Christianum*. A imagem remete à própria pessoa de Cristo de quem foi escrito nas Sagradas Escrituras que era a ‘Pedra Angular’ sobre a qual a Igreja seria edificada. A referência mais direta que cremos estar fazendo o bispo de Freising é em relação ao texto da Carta de Paulo aos Efésios, onde o apóstolo escreve “[...] edificados sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, tendo Jesus Cristo como pedra angular, no qual todo o edifício é ajustado e cresce para tornar-se um santuário santo do Senhor”.<sup>354</sup> A aproximação feita pelo frisigense certamente se dá na medida em que o bispo acredita que Frederico é aquele sobre o qual se erguerá o *Imperium Christianum*, da mesma forma que sobre Cristo se sustenta a Igreja. Se nos fosse permitido fazer uma paráfrase do texto paulino, cremos que Otto tenta nos passar que tendo Frederico como pedra angular, a *Christianitas* será conduzida para tornar-se um *Imperium Christianum*. Toda a construção que o cronista vem fazendo em seu texto aponta para esta proposta que o autor finalmente explicita no momento da eleição do Barbarossa.

O entendimento que o bispo de Freising apresenta a respeito da questão política imperial e a reflexão que faz acerca de suas especificidades para lançar a sua proposta ideal através da *Gesta Friderici* justificam também a defesa que Otto faz do modelo imperial germânico como ideal, frente às propostas bizantinas, por exemplo, as quais o frisigense combate em seu primeiro livro, ao apresentar-nos as transcrições das correspondências entre Conrado III e Manuel I, como já apresentamos ao falar sobre o Cisma.

A responsabilidade sobre a gestão do Império recai, dentro de uma perspectiva de unidade que o bispo tanto defende, não somente sobre a figura do imperador, mas também sobre a sociedade política imperial, pois esta tem não só o dever de bem aconselhar o imperador com vistas ao bem comum, mas também exerce o poder de escolha de seu líder através do modelo eleitoral, fugindo ao modelo da hereditariedade,

---

<sup>354</sup> BIBLIA, N. T. Efésios. Op. Cit, 2000. Cap. 2, vers. 20-21.

que não tem como garantir um bom governante ao trono imperial. No caso germânico esta questão se apresenta ainda mais importante que noutros reinos, pois, para o bispo de Freising, o imperador não estava incumbido apenas de gerir os territórios sobre os quais exercia o poder régio – no caso o reino germânico, lombardo e borguinhão – mas tinha responsabilidades sobre o universo da cristandade ocidental, sobre a qual, pelo seu título, deveria responder. Esta especificidade do caso imperial fica indicada pelo cronista quando este escreve “pois isto é o ápice da lei do Império Romano, convém a saber, que a linhagem não tem sua origem no sangue, mas pela eleição dos príncipes criam-se os reis, [esta lei o Império] reivindica para si como uma prerrogativa singular”.<sup>355</sup> Dessa forma o bispo de Freising reparte com toda a sociedade política os deveres do governo para o bem comum da sociedade, que partilha dessa responsabilidade através do bom conselho ao imperador, como já vimos, e da eleição de um candidato ideal no processo eleitoral ao trono germânico. É interessante destacar também que Otto associa a prática eleitoral ao exercício das virtudes cívicas. Ao apontar para o fato da eleição estar vinculada à lei romana o frisigense remete-se à virtude da justiça, e a realização de eleições para a escolha imperial figura então como realização máxima da justiça, o cumprimento da lei, e expressão da *fidelitas* à própria instituição imperial que estabeleceu a lei.

Eleito por um conselho dentro dos modelos ideais propostos por Otto de Freising, Frederico I será acompanhado em toda a narrativa do bispo pela imagem do conselho através das inúmeras Dietas que realiza. Somente antes do início da *expeditio romana* Frederico I realizou, segundo o relato de Otto, onze assembléias do conselho e/ou dietas para tratar dos assuntos do reino germânico – concentradas no espaço de apenas sete capítulos da *Gesta*. A insistência do bispo em apontar para a realização destas reuniões da sociedade política imperial reforça sua idéia, já apresentada por nós, de que é na coletividade do conselho que o imperador deve se basear para desempenhar o bom governo, voltado para o bem comum. Mas também retoma a perspectiva de um conselho responsável, que não se sustenta apenas nos desejos individuais de um privado do imperador, mas sim na coletividade, na sociedade política mais ampla, formada pelos

---

<sup>355</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 103. “nam id iuris Romani imperii apex, videlicet non per sanguinis propaginem descendere, sed per principum electionem reges creare, sibi tamquam ex singulari vindicat prerogativa”. Tradução livre.



*principes* germânicos, a quem o frisigense sugere o modelo do conselheiro ideal, como já apontamos.

Ainda mais interessante é considerar que o próprio Otto de Freising faz parte dessa sociedade política e está presente em diversos episódios nos quais o imperador toma conselho com os *magnates* germânicos. Além disso, a transcrição da carta do Papa Eugênio aos bispos germânicos a respeito da eleição de Wichmann de Zeitz para a arquidiocese de Magdeburg, exortando-os por terem apoiado Frederico I na investidura do bispo sem a prévia consulta Papal, carta de cujos destinatários Otto faz parte<sup>356</sup>, mostram um bispo mais que partícipe da sociedade política, um partícipe comprometido com a causa imperial. O discurso de Otto não se contém somente à sua narrativa, mas parte em primeiro lugar de sua própria prática política enquanto bispo de Freising, uma importante diocese da Baviera, enquanto um do *principes* do reino germânico do século XII.

Dentre o vasto universo das dietas realizadas pelo imperador Frederico I, destacam-se aquelas que tinham como objetivo resolver as disputas entre os duques da Saxônia e da Baviera sobre a posse desse último ducado. A maior importância dada a este tema se deve ao comprometimento que a sua não solução poderia trazer para o projeto imperial do bispo. A ênfase no arbítrio proposto pelo imperador sobre a questão ressalta a necessidade de um acordo, e não um conflito, para uma conclusão pacífica das disputas. Isso pode ser aferido com base na narrativa do próprio bispo, que nos apresenta cinco episódios, dentro do supramencionado universo de onze dietas, nos quais o motivo da reunião dos *magnates* germânicos era justamente resolver a contenda entre os dois Henriques. Segundo o bispo “O rei, então, convocou uma dieta para ambos na época do outono, no mês de Outubro, na cidade de Würzburg, para decidir o litígio mencionado por juízo ou conselho”.<sup>357</sup>

O trecho mostra que a intenção de Frederico I de Hohenstaufen era encontrar uma saída pacífica para a disputa entre os duques, atuando como árbitro e moderador da

<sup>356</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. II, cap. 8.

<sup>357</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 107. “Rex ergo predictam litem iudicio vel consilio decisurus utrique autumpnali tempore mense Octobre in civitate Herbipoli curiam prefigit”. Tradução livre.

questão em um encontro realizado com o intuito de restabelecer a paz entre os dois *magnates* em disputa. A necessidade de diversas convocações para dietas diferentes cujo assunto e a proposta eram os mesmos demonstra a disposição do imperador em lidar com a questão de maneira pacífica. O estabelecimento de um veredicto final a respeito da questão só ocorre após as seguidas ausências e recusas de Henrique Jasomirgott em comparecer às dietas convocadas pelo Barbarossa. A proposta talvez inicial, de estabelecimento de um acordo através do diálogo – conselho – entre ambas as partes se torna impossível com a ausência de uma das partes, obrigado a Frederico atuar como juiz, favorecendo Henrique, o Leão, em sua causa pela Baviera, uma vez que a outra parte interessada no litígio não compareceu às convocações.

Embora o julgamento de Frederico I a favor de Henrique, o Leão, fosse promulgado, o caso ainda não estava concluído, e só viria a um termo após a *expeditio romana* do Barbarossa, quando este buscou ao Jasomirgott para a ele persuadir a respeito de sua decisão. Várias dietas tiveram que ser realizadas, de acordo com a narrativa do bispo de Freising, para que o Jasomirgott se submetesse à decisão de Frederico. Este, por sua vez, atuou de maneira virtuosa, não impondo sua decisão ao seu tio, mas buscando, através da mediação de Otto de Freising, chegar a um acordo com o duque. A disputa que iniciara ainda no livro primeiro da *Gesta* só chega a um fim no capítulo quarenta e sete do livro segundo, quando finalmente Henrique Jasomirgott e Henrique, o Leão, acertam as pazes, graças à intervenção do imperador. “O imperador apreciava mais este fato que o resultado de todos os seus sucessos, que pudesse trazer tão próximos de si e tão distintos *principes* do seu Império novamente à concórdia sem o derramamento de sangue”.<sup>358</sup> O bom sucesso do imperador na solução da querela entre os duques sobre a Baviera permite que por fim o tempo ideal, de paz e ordem no Império possa ter seu início.

Então retornou à cidade jubiloso, da maneira que preferira, a controvérsia entre seu tio e o filho do irmão de sua mãe terminada sem o derramamento de sangue. E imediatamente no dia seguinte, estando em seu consistório público, fez com que fosse jurada uma trégua a partir do próximo pentecostes até um

<sup>358</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 155. “Preponebat hoc princeps omnibus eventuum suorum successibus, si tam magnos sibique tam affines imperii sui principes sine sanguinis effusione in concordiam revocare posset”. Tradução livre.

ano, para que mais adiante a Baviera não fosse imune à paz de todo o reino. Depois disso tanta alegria da paz sorriu sobre todo o Império transalpino, daquele dia até o presente, que Frederico com justiça é chamado não somente imperador e augusto, mas também *pater patriae*.<sup>359</sup>

### 3.3 Vícios e Virtudes:

A moderação, que Otto de Freising sugere ao leitor da Gesta no capítulo IV do Livro I da obra, introduz mais um tema bastante recorrente em seu discurso a respeito de um modelo de imperador ideal. Trata-se das virtudes, que segundo Maria Helena da Rocha Pereira constituem parte fundamental das “estruturas morais e políticas que governaram o mundo durante séculos [a partir da Antigüidade Clássica]”.<sup>360</sup> A construção de um ideal político imperial pelo cronista Otto de Freising em sua Gesta passou também pela apresentação de um modelo de imperador ideal, num momento em que o poder político cada vez mais vai se personificando.<sup>361</sup> O poder imperial cada vez mais se relaciona diretamente à figura do imperador e sua capacidade de organizar a sociedade política na qual está inserido, ao invés de uma realidade institucional burocrática, impessoal, segundo as categorias de análise das sociedades a partir de sua estruturação político institucional, que Max Weber apresentou em *Os três tipos puros de dominação legítima*,<sup>362</sup> as quais vão tomar forma nos Estados Modernos. Entretanto, diferentemente dos autores clássicos, que Otto cita textualmente ao falar das virtudes – Cícero e Vergílio –, o bispo frisigense parte de uma perspectiva cristianizada das virtudes, quando aponta que “Então que aprendam os príncipes da terra, colocados nos locais mais altos, a observar a moderação, tendo diante de suas mentes [como modelo] o seu criador, que é o mais alto de todos”.<sup>363</sup> O tema dos vícios e virtudes aparece diluído por toda a narrativa de Otto de Freising, caracterizando os personagens e expondo as

<sup>359</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 161. “Ita ad civitatem, iuxta quod preoptaverat, inter patrum et avunculi sui filium terminata sine sanguinis effusione controversia, laetus rediit ac statim sequenti die in publico residens consistorio, ne Baioaria ulterius totius regni quietis immunis esset, treguam a proximo pentecosten ad annum iurari fecit. Porro tanta ab ea die usque impresentiarum toti Transalpino pacis iocunditas arrisit império, ut non solum imperator et Augustus, sed et pater patriae iure dicatur Fridericus”. Tradução livre.

<sup>360</sup> PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de história da cultura clássica: II volume – cultura romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. [s.d.]. p. 319.

<sup>361</sup> BLOCH. Op. Cit. 1982.

<sup>362</sup> COHN, Gabriel. *Weber*. São Paulo: Ática 1986.

<sup>363</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 15. “Discant ergo principes orbis in summo positi omnium summum creatorem suum pre mente habendo moderantiam servare”. Tradução livre.

concepções morais ideais do abade cisterciense. O antagonismo entre Cisma e Unidade, que exploramos, traduz-se nos personagens como sinais de seus vícios e virtudes, das ações que levam à destruição do Império ou à *renovatio imperii*. Nesta proposta desde o início da narrativa o autor distingue dois grupos de personagens. Aqueles que ele denigre, apontando seus vícios e como estes contribuíram para a degeneração imperial, e aqueles a quem faz uma *laudatio*, mostrando como suas ações orientadas pelas virtudes cristãs buscavam reencontrar a paz e a ordem no Império. Assim começa já durante a narrativa do reinado de Henrique IV, que, segundo o frisigense, carece de *temperantia* e *moderatio*.<sup>364</sup> A apresentação das virtudes clássicas interpretadas sob uma perspectiva cristã faz parte da proposta de *renovatio imperii* sob a égide de um *Imperium Christianum* de Otto de Freising.

O cronista propõe uma *renovatio imperii*, uma recuperação da grandiosidade imperial romana, viva em forma de mito nas mentalidades durante o período medieval.<sup>365</sup> Otto buscava qualificar aquilo que acreditava ser a *renovatio imperii* sob o comando da dinastia Hohenstaufen mostrando que os períodos anteriores à ascensão destes viveram uma profunda crise, e que Frederico I figurava como a alternativa ao contexto de crise. Em virtude dessa proposta o cronista atribui a Henrique IV um discurso fundador da dinastia, no momento em que este imperador investe os Staufen no ducado da Suábia, que é bastante significativo. Ele escreve:

Ó melhor dos homens, quem eu presenciei ser dentre todos na paz fidelíssimo e na guerra fortíssimo, discirna como o mundo romano foi envolto em trevas, está vazio de fidelidade, assim como é dito:

*Astrea, última das divindades, abandonou a terra,*

Perturbada por costumes nefastos e obras abomináveis. Não são mantidos nem a reverência aos pais nem a sujeição devida aos senhores. Os sacramentos, que tanto de direito celestial quanto de direito do fórum, ao príncipe devem ser apresentados publicamente, são desdenhados, e juramentos sediciosos, que fazem às escondidas contra as leis divinas e humanas, por instigação do demônio, tomam por sacrossantos. Não é

<sup>364</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. 4.

<sup>365</sup> NIETO SORIA, J. M. Op. Cit. [s.d.].

devotada honra a nenhuma lei e nenhuma sanção divina. Contudo, entretanto, seja toda a *potestas* de Deus, o que resiste à *potestas* resiste à *ordinationi Dei*. Levanta-te, por conseguinte, contra esta tão terrível doença e prepara-te vigorosamente para destruir os inimigos do Império. Pois eu não me esqueço dos teus méritos primeiros nem dos futuros serei ingrato. A única filha, como você pode ver, que possuo, a ti entregarei em matrimônio, e o ducado da Suábia, o qual Berthold invadiu, a ti concederei.<sup>366</sup>

Em contraponto à degradação da classe política e dos grupos nobiliárquicos que, segundo o bispo frisigense, Henrique IV observava em seu período, Frederico Barbarossa é o imperador de uma família marcada pela presença de nobres virtuosos, como o podemos identificar no discurso de Henrique em relação ao primeiro duque Frederico da Suábia. Este é ‘o mais fiel na paz’ e ‘o mais valente na guerra’; de fato um “*optimus*”. Por estas características o imperador ordena a seu vassalo que este – enquanto duque da Suábia e ‘o melhor de seus homens’ – se levante contra ‘tamanha doença’ que se infiltrara no Império, ‘lutando e expulsando todos os inimigos deste mesmo Império’. A figura de linguagem aqui utilizada é bastante forte, marcando aquilo que Otto quer identificar como a missão dos Staufen para o Império, qual seja, a de recuperar o Império – eliminando a doença que aparece no trecho – e eliminar os seus inimigos. Mais adiante, o coroar dessa imagem de virtudes do duque suábio pode ser observada no relato de sua morte sobre a qual o bispo escreve “e este, após muitos sinais de suas virtudes, definhando os últimos dias na boa velhice, foi enterrado no monastério de Lorch, construído em sua própria terra”.<sup>367</sup>

Além, entretanto, do que o que já foi exposto a respeito da legitimação do

<sup>366</sup> (OTTO in: WAITZ: 1912, p. 24). “Virorum optime, quem inter omnes in pace fidelissimum et in bello fortissimum expertus sum, cerne, qualiter Romanus orbis tenebris involutus, fide vacuus, iuxta quod dicitur:

*Ultima caelicolum terras Astrea reliquit,*

ad ausus nefarios factaque nefandissima concitatur. Nec parentibus reverentia nec dominis debita subiectio servatur. Sacramenta, quae tam iure poli quam iure fori principi a milite publice exhiberi solent, contempnuntur, factiosaque iuramenta, quae contra leges divinas et humanas in angulis fiunt, diabolo instigante pro sacrosanctis habentur. Nullus legibus, nullus divinis sanctionibus honor inpenditur. Cum enim omnis potestas a Deo sit, qui potestati resistit, Dei ordinationi resistit. Assurge igitur huic tam pessimo morbo atque ad debellandos imperii hostes viriliter accingere. Neque enim priorum meritorum tuorum inmemor existo nec futurorum ingratus ero. Filiam quippe unicam, quam habeo, tibi in matrimonio sortiendam tradam ducatumque Sueviae, quem Bertholfus invasit, concedam”. Tradução livre.

<sup>367</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 25. “et ipse post multa virtutum suarum insignia in senectute bona diem ultimum claudens in monasterio Laureacensi in proprio fundo constructo humatus est”. Tradução livre.

poder dos Staufen, o discurso que Otto atribui a Henrique IV apresenta algumas características também da proposta de *Imperium Christianum* do bispo frisigense. Primeiramente fica evidente o papel das virtudes cristãs, ao apontar que Frederico, que aparece como *optime*, é possuidor da *fides* e da *fortitudo*. O exemplo de conduta é do homem virtuoso, em oposição ao imperador, que figura como carente de virtudes, como já exposto, no caso da *moderatio*. O *optime* também se destaca como contra-modelo da sociedade política imperial, na qual, segundo o cronista, falta a *fides* – tanto em seu sentido feudal, quando cita a falta de *fides* dos vassalos, quanto em seu sentido religioso, quando chama a atenção para aquilo que diz ser uma oposição à lei divina por influência demoníaca. A questão da submissão às leis humanas e divinas é outro elemento que merece destaque na nossa análise, pois ela remete ao tema da justiça, presente em toda a Gesta na figura do modelo ideal, de justiça que leva à paz. Os comentários que o frisigense faz em torno da questão da justiça apontam para aquilo que talvez seja para ele a principal virtude do imperador cristão, a *iustitia*. O próprio excerto acima já mostra que os procedimentos de abandono dos juramentos públicos se relacionam, para o cronista através do discurso imperial, diretamente com a crise pela qual o Império vinha passando. Como uma virtude fundamental, a *fides* leva à *iustitia* e à *pax*, ao modelo ideal. Este elemento ligado, ainda, somente às concepções públicas – humanas – da virtude, sem entrar no mérito de uma análise do ponto de vista religioso do tema. É a proposta de Otto para a *renovatio imperii* em seus aspectos públicos e institucionais – cívicos, se é que nos é permitido pensar nestes termos já tão cedo para um ambiente externo à Península Itálica e suas Repúblicas.

Logo no início da sua narrativa a respeito do reinado de Henrique V, Otto de Freising aponta o vigor e a *fortitudo* do imperador, que submeteu todo o Império ao seu comando. “E a ele [Henrique IV] no reino sucedeu seu filho, Henrique, na ordem dos imperadores o quarto, entre os reis de fato o quinto. Este subjogou rapidamente à sua autoridade, por meio de suas poderosas guerras, todo o Império. [...] Quantas e quão grandiosas coisas tanto em Roma quanto na Itália poderosamente geriu”.<sup>368</sup> Entretanto, na seqüência da narrativa o bispo mostra que o imperador não fazia bom uso de suas

<sup>368</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 26. “Eique in regnum successit filius suus Henricus, in ordine imperatorum quartus, regnum vero quintus. Hic armis strennuissimus totum imperium ita in brevi suae subiecit ditioni [...] Quot ergo quanta tam Romae quam in Italia fortia gesserit...”. Tradução livre.

virtudes, como no caso do cerco a Mouzon, e que esta postura levava, segundo o cronista, à ruína do Império. O abuso de sua *fortitudo* faz com que Henrique V abandone o modelo ideal de imperador, pois com isso o rei afasta-se da *temperantia*. Esse afastamento fica evidente quando o cronista afirma que “O príncipe, inflamado, por este motivo, ordenou que o mencionado conde fosse levado à força”,<sup>369</sup> e mais adiante quando afirma que o imperador estava “perturbado pela ira diante dos olhos”.<sup>370</sup> Quando o monarca encontra resistência a seus planos expansionistas no além Reno, que o cronista se refere como Gália, ele abandona as virtudes, em especial a *clementia*, e se deixa inflamar o ânimo, ameaçando o conde. Essa atitude, segundo Otto, se deu, pois o imperador foi dominado pela ira, um dos pecados condenados pela fé cristã, ira a qual inquietava a *pax* imperial. Apresenta-se assim o anti-modelo do imperador ideal para o frisigense, que é o modelo de virtudes cristãs.

Além de modelo de conduta imperial, Otto apresenta um modelo de conduta do nobre ao traçar as virtudes ideais dos Hohenstaufen da Suábia. A *fides*, a *fortitudo* e a *iustitia* são características que devem ser perseguidas não somente pelo imperador, mas também por seus vassalos, os nobres germânicos, que encontram nos duques suábos – e mais tarde no imperador Frederico Barbarossa – o modelo de conduta cristã virtuosa a ser seguido. Isso pode ser evidenciado na seqüência da narrativa, acerca dos feitos de Frederico II da Suábia, que exploraremos mais adiante. O rei germânico deve buscar o conselho de seus nobres para o bom governo do Império e desempenhar a virtude da *concordia* e, indo mais além, a própria *sapientia*. Essa relação entre o imperador e a sociedade política, na Alta Idade Média, refletia-se nas relações de vassalagem que o feudalismo implantara. Elas estavam ligadas pela *fides* e eram legitimadas pela *iustitia*. O que o trecho apresenta de forma mais generalizada é que, em última instância, quando as relações de poder dentro da sociedade política imperial são guiadas pelas virtudes cristãs, o resultado político dessas relações tende à *pax*. Isso podemos afirmar tendo em mente que no momento em que Henrique V abandona suas virtudes e age “cegado pela ira” e com o espírito “inflamado” o Império encontrou a guerra, mas no conselho ‘virtuoso’ dos nobres, encontrou novamente a paz.

<sup>369</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 27. “Qua de re inflammatus princeps predictum comitem ad patibulum trahi iussit”. Tradução livre.

<sup>370</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 27. “turbato pre ira oculo”. Tradução livre.

O destaque maior na narrativa do reinado de Henrique V – e depois Lotário III – recai sobre a figura de Frederico II da Suábia. Sobre o duque Otto escreve que, juntamente com seu irmão e o conde-palatino do Reno, é o único príncipe a não rebelar-se contra o imperador. A maneira como o cronista constrói sua estrutura narrativa até chegar a este ponto é bastante significativa. Primeiramente o relato do esforço bélico do imperador para subjugar todo o território imperial, em seguida o relato de seu fracasso no episódio do cerco de Mouzon, ligado ao mal uso de suas virtudes e só então a ênfase na rebelião dos príncipes e o cisma interno do Império. O que o bispo está propondo com esta estrutura é que a rebelião dos nobres germânicos não era um problema *a priori* no reinado de Henrique V, mas que pelos abusos de seu poder, o imperador acabou atraindo para si o desfavor divino, refletido na oposição que este encontrava para governar o Império. Pela sua postura agressiva para com os príncipes germânicos o imperador ao mesmo tempo se afasta do modelo ideal das virtudes e encontra cada vez mais oposição dentro dos seus domínios. Partindo do ponto de vista de que Otto de Freising havia estudado lógica na Universidade de Paris junto a Abelardo, podemos deduzir que aqui o cronista pretende imputar uma lógica nos acontecimentos que relata, associando a falha de caráter de Henrique V aos problemas que enfrenta diante da sociedade política imperial, demonstrando que sua proposta política, de um ideal de virtudes cristãs, levará ao sucesso das empresas imperiais.

Podemos encontrar reforço para tal argumento dentro da própria narrativa do frisigense, quando na seqüência de sua Gesta ele apresenta o contra-modelo dos fracassos imperiais na figura do duque Frederico II da Suábia. Essa distinção é bastante marcada na obra do bispo e aponta para o caráter providencial do reinado de Frederico Barbarossa, colocando-o como o coroar de todo um processo de *translatio imperii* das mãos de imperadores degenerados para os virtuosos Hohenstaufen da Suábia.

Analisemos inicialmente o trecho no qual o cronista apresenta o personagem do qual passará a narrar os feitos, Frederico II da Suábia. “Quantas e quão grandiosas coisas então geriu Frederico, nobilíssimo duque dos suábos, de modo digno, tanto na presença do imperador quanto nas delongas deste na Itália, por esta razão é mantido na



memória de muitos até hoje, dizemos sumariamente”.<sup>371</sup> Num paralelo com a apresentação que o bispo faz de Henrique V, “Quantas e quão grandiosas coisas tanto em Roma quanto na Itália poderosamente geriu, por que na primeira foram ditas, aqui omitimos”,<sup>372</sup> notamos – como já apontamos anteriormente – a utilização de estruturas narrativas similares, indicando uma intenção comparativa entre as atuações dessas duas personagens, implicando em um reforço retórico à argumentação de Otto de Freising envolvendo o tema das virtudes em relação a ambos. É interessante notar que em ambos os casos o cronista diz fazer apenas um resumo dos feitos de cada um. Os argumentos distintos dados para essa opção em cada caso poderia indicar uma proposta diferente de abordagem de cada personagem. Com o duque, a intenção seria mostrar que seus grandes feitos tornavam sua memória viva ainda nos dias do Barbarossa, enquanto no caso de Henrique V, seus feitos estariam registrados somente numa perspectiva institucional, oficial, a Crônica de Otto de Freising.<sup>373</sup> A partir dessa apresentação o frisigense constrói a narrativa dos feitos de Frederico II como contraposição a Henrique V, escolhendo cuidadosamente os fatos de modo a mostrar as atuações antagônicas de ambos, localizando no suábio o seu modelo ideal. Por isso vemos que, assim como no caso do imperador, o relato acerca do duque apresenta três episódios principais, em paralelo com aqueles de Henrique V: a submissão dos senhores de seus territórios – neste caso o ducado da Suábia; um cerco, à cidade de Mainz; e seu casamento com Judith, filha de Henrique, o Negro, da Baviera. Vemos que o bispo apresenta um panorama bastante distinto entre o modo como o duque suábio e o imperador Henrique V procederam para serem reconhecidos em seus domínios. Enquanto este se impôs pela guerra e violência, aquele por seu prestígio, como fica evidente em “O mencionado duque era, além do mais, poderoso na guerra, hábil nos negócios, de aparência e ânimo serenos, tão distinto no falar e tão generoso nas doações, que por causa disso uma multidão muito grande de soldados confluía a si e voluntariamente se oferecia para servi-lo”.<sup>374</sup> Aqui retornamos ao tema das virtudes cristãs. Otto explicita o fato do

<sup>371</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 27-28. “Quot et quanta ergo Fridericus Suevorum dux nobilissimus vel imperatore presente vel in Italia morante stilo digna tunc gesserit, quia in multorum adhuc habentur memória, summatim dicemus”. Tradução livre.

<sup>372</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 26. “Quot ergo et quanta tam Romae quam in Itália fortia gesserit, quia in priori dicta sunt hystoria, supersedemus”. Tradução livre.

<sup>373</sup> OTTO. *Chronica sive historia de duabus civitatibus*.

<sup>374</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 28. “Erat autem predictus dux in bellis fortis, in negotiis ingeniosus, vultu

sucesso de Frederico II estar diretamente ligado às suas virtudes, de maneira que nos repetimos em apontar para o caráter duplo que Otto atribui às virtudes, dentro de uma perspectiva pública e cristã. É importante ressaltar que o bispo de Freising identifica Frederico com a mesma virtude que Henrique V, a *fortitudo*. Entretanto, enquanto no imperador ela é descontrolada, levando-o ao pecado da ira, no duque ela é equilibrada pelo ‘espírito sereno’ e suas outras virtudes. É a combinação das virtudes que tornam Frederico II hábil na política, tanto na guerra quanto na paz, e garantem que o duque exerça plenamente seu poder sobre a Suábia. Muito além de apenas estender seu poder, entretanto, a política do Hohenstaufen faz com que os senhores e cavaleiros suábos busquem voluntariamente o favor de Frederico, o Caolho, o que transmite, como Otto o quer, uma imagem bastante favorável ao seu modelo ideal de governante. A construção do cronista aponta para o fato de que, enquanto o imperador, modelo de degeneração, encontra constantes dificuldades para governar e controlar os príncipes imperiais, com os quais tem que constantemente guerrear devido à sua insubmissão, o duque suábio, ideal, atrai seguidores, fortalecendo cada vez mais sua posição diante da Suábia e do Império.

Seguindo a narrativa vamos ao segundo ponto no qual observamos uma oposição entre a atuação de Frederico II, o Caolho, e Henrique V. Trata-se do episódio do cerco de Mainz pelo duque suábio, que se opõe ao já analisado cerco a Mouzon de Henrique V. O frisigense escreve:

Por conseguinte quando todos do entorno do Reno estavam curvados ao seu comando, como dito acima, declarou guerra ao arcebispo de Mainz, Albert, de todos os outros príncipes daquele tempo do reino o mais inteligente e mais rico, ele que fora cabeça e autor da predita facção, e tendo devastado todo o entorno, finalmente cingiu com um cerco aquela cidade com uma multidão infinita de *milites e plebes*.<sup>375</sup>

---

et animo serenus, in sermone urbanus donisque tam largus, ut ob hoc multitudo maxima militum ad eum conflueret seque ad serviendum illi ultro offerret”. Tradução livre.

<sup>375</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 28. “Igitur omnibus circa Rhenum, ut supra dictum est ad nutum suum inclinatis, Maguntio archiepiscopo Alberto, omnium alius temporis regni principum versutissimo et locupletissimo, eo quod predictae factionis caput et auctor fuerat, bellum indixit vastatisque cunctis in circuitu, tandem ipsam civitatem cum infinita multitudine militum ac plebis obsidione cinxit”. Tradução livre.

Evidencia-se aqui em primeiro lugar o fato do cronista apontar a guerra de Frederico II como uma guerra justa. Podemos chegar a tal conclusão pois o bispo escreve que o duque suábio se lançou no conflito para combater o ‘principal líder da rebelião contra o imperador’, fato que vai de encontro com o papel atribuído por Henrique IV aos Staufen da Suábia, que era combater os inimigos do Império. Em segundo lugar é importante notar que o Caolho se lança na guerra após alcançar o apoio de todos os senhores da região do Reno, exercendo seu domínio sobre estes ‘da forma como anteriormente citamos’, o que se opõe à narração do cerco realizado por Henrique V, que além de ser injustificado – como já vimos, o cronista indica que o imperador surpreendeu a todos com tal atitude – é precedido pelo temor – e não apoio – dos povos da Gália.<sup>376</sup> A presença dessa construção na Gesta aponta para a virtude da *prudentia*. Ao contrário de Henrique V, Frederico II mostra cautela ao fazer guerra contra o arcebispo Albert de Mainz, e só se lança ao cerco da cidade após ter garantido a conquista das terras que a rodeavam. Ainda a presença de um grandioso exército junto a Frederico, fato que não é mencionado por Otto no cerco a Mouzon realizado pelo imperador sugere que o duque suábio era mais prudente e experiente com a guerra. Fica evidente que o frisigense associa essa vantagem do Staufen às suas virtudes, e por isso na obra do bispo estas se encontrar colocadas anteriormente à narrativa da guerra.

Tal comparação não estaria completa, entretanto, se pudéssemos supor que Mouzon era uma fortaleza mais bem preparada para um cerco que Mainz. A descrição que o bispo frisigense faz da fortificação do conde Rainald aponta esta como muito bem localizada e de muito difícil acesso. Para evitar que se possa por em questão o cerco de Frederico II a Mainz, Otto de Freising faz também uma descrição da cidade, mostrando que esta era muito bem guarnecida por uma vasta muralha, repleta de torres, por um lado, e protegida pelo Reno de outro lado. Otto enfatiza que “Entretanto a mencionada cidade é grande e poderosa”.<sup>377</sup>

A postura de Frederico II diante do cerco também se distingue muito daquela

<sup>376</sup> Otto de Freising se refere à Gália e aos gauleses ao tratar do território a oeste do Reno. Não podemos, entretanto, confundir com a Gália conquistada por Júlio César na Antigüidade, pois, embora a referência levantada pelo cronista seja aquela, o território ao qual o frisigense se refere não corresponde, senão em parte, àquele da Antigüidade.

<sup>377</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 28. “Est autem predicta civitas magna e fortis”. Tradução livre.

de Henrique V. Como já vimos, o imperador, após fracassar sua tentativa de conquista sobre a fortaleza de Mouzon, tenta conseguir a rendição da mesma ameaçando enforcar o conde diante dos portões da mesma. Trata-se de uma ação reprovável para um imperador romano, como o ideal de Otto propõe, pois evidencia uma falta de caráter de Henrique V. Já no caso oposto, de Frederico, o Caolho, o duque é chamado *nobilissimus*, pois teme que a *plebe*<sup>378</sup>, tomada pelo furor da batalha, venha a destruir os locais santos da cidade (OTTO in: WAITZ: 1912, p. 28), o que era sinal, segundo Otto de Freising, da *fides* – em seu sentido religioso – de Frederico. Tal atitude do duque fez com que Albert de Mainz buscasse uma trégua com o mesmo, a qual o frisigense classifica como maliciosa, pois era falsa e pretendia destruir o Caolho.

O bispo, dissolvido o cerco, vendo a debandada do exército, estando as portas abertas, perseguindo, atacou repentinamente com uma grande milícia ao duque. O duque com os seus, os quais, até este momento, de tão grande exército, possuía somente alguns restantes, percebendo naquele momento o ataque por primeiro, não com a mente perturbada, como é comum acontecer quando se armam rapidamente de surpresa, mas amplamente animados pela virtude na presença dos inimigos, empunham as armas e destroem os inimigos. E os suábos tendo lutado vigorosamente, finalmente da parte dos francos o conde Emico, que era o líder dos outros, caiu apunhalado de ferida letal. Os francos, com o ânimo quebrado por esse fato, fugiram e se confiaram à segurança da fuga. O fortíssimo duque os perseguiu, muitos sendo mortos e capturados. Os restantes pôs a correr juntamente com o bispo até os portões da cidade, onde obteve seu triunfo.<sup>379</sup>

O Staufen desiste do cerco – o que reforça a idéia de que o homem virtuoso de Otto de Freising é um pacificador, e embora seja um *optimus* na guerra, ele o é por amar a paz e fazer somente a guerra justa. Traído, entretanto, em seu desejo por paz,

<sup>378</sup> Novamente referindo-se aqui aos guerreiros que lutam a pé, não profissionais e oriundos, muitos, de quadros não treinados ou organizados, o que justificaria o temor do duque em relação a uma multidão armada e desordenada atacando os locais sagrados de Mainz.

<sup>379</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 29. “Episcopus solutam obsidionem, dimissum cernens exercitum, apertis portis, cum magna ducem insequens milicia ex inproviso invadit. Dux cum suis, quos adhuc de tanto exercitu residuos habebat, tunc primo dolum sentiendo, non, ut assolet arma ex inproviso corripientibus accidere, mente turbatus, sed ex presentia hostium amplius ad virtutem animatus, arma sumit in hostemque ruit; viriliterque pugnatibus Alemannis, tandem ex parte Francorum comes Emicho, qui caeterorum primipilarius erat, letali sauciatus vulnere occubuit. Qua de re fracti animo Franci terga verterunt presidioque fugae se committunt. Quos fortissimus dux insecutus, occisis plurimis et captis, reliquos usque ad portas civitatis cum episcopo suo triumpho potitus fugavit”. Tradução livre.

Frederico II é perseguido por Albert de Mainz e se vê forçado a lutar, em meio à sua retirada. O providencialismo está novamente, na pena de Otto de Freising, ao lado do cavaleiro virtuoso. Toda a imagem criada em torno dessa batalha é cheia de uma simbologia muito própria do cronista em sua construção de um ideal imperial. Vamos além, e afirmamos que se assemelha a um espelho de príncipe<sup>380</sup>, ao fazer do cavaleiro virtuoso – neste caso o pai do imperador Barbarossa – o modelo ideal de governante para o Império. A presença de Frederico II não se transforma em inspiração de virtude para os cavaleiros que se retiravam do cerco e retornam para enfrentar o inimigo traidor, mas vai além e põe-se como espelho para o governante ideal, monarca, duque ou outro senhor feudal, que pretende alcançar o favor divino para o sucesso nas armas e na política.

A caracterização de Albert de Mainz e Emico de Leiningen também é muito interessante. Se observamos a narrativa do frisigense, vemos que ambos são anti-modelos de conduta virtuosa, fazendo uso da mentira – o pecado do falso testemunho – para tentar alcançar a vantagem na guerra. O conde de Leinigen era famoso por suas perseguições aos judeus em Mainz e Speyer durante a primeira cruzada, e por ter abandonado a empresa cruzadística sem ter alcançado sequer a Ásia Menor. Otto de Freising, que participou da segunda cruzada, em 1147, como líder dos peregrinos, e era favorável à defesa dos judeus que por aquela época sofreram também perseguições, sendo necessária a intervenção do rei Conrado III, certamente vê com maus olhos a fama de Emico, transmitindo isso para sua *Gesta*, ao fazer questão de nomeá-lo dentre os vários cavaleiros que participaram da traição de Frederico II. De maneira semelhante acontece com Albert de Mainz. Mostrar que o arcebispo ‘gregoriano’ era carente de virtudes, por estar demasiado envolvido nas questões políticas e distante do ideal de conduta religiosa que o movimento cisterciense propunha era também uma forma de atacar os reformistas e apoiar o Império, contrário, por razões claras advindas da Crise das Investiduras, ao movimento de centralização do poder pontifício.

Otto conclui sua narrativa a respeito das virtudes de Frederico II sob o reinado de Henrique V – pois mais adiante o mesmo duque volta a protagonizar algumas

---

<sup>380</sup> Sobre os espelhos de príncipe ver MIETHKE: [s.d]. e SOUZA: 1997.

passagens da *Gesta* durante o reinado de Lotário III – escrevendo que:

O que mais dizer? O duque mencionado, para dizer brevemente, em tudo se transformando como seu pai, *miles* tão fiel ao príncipe, provou ser amigo tão útil ao tio materno, de modo que por sua virtude sustentasse a honra do reino, feita manchada, lutando virtuosamente contra os inimigos por tanto tempo, até que os membros da dissensão com o seu cabeça, vindo à graça do príncipe, retornassem ao coração [do príncipe].<sup>381</sup>

O cronista mostra por fim como o cumprimento da comissão recebida por Henrique IV, dentro de uma perspectiva das virtudes cristãs, levou Frederico II a promover a reconciliação entre o imperador e os príncipes, e como essa postura virtuosa trouxe o Império novamente à paz, pela restauração da sua honra.

O modelo de vícios em Otto de Freising será justamente Albert I de Mainz, o qual, como já temos visto é, repetidas vezes, criticado pelo cronista pelas suas ações contrárias aos Hohenstaufen e sua proposta de *renovatio imperii*. Estas ações o cronista atribui a uma vida marcada pelos vícios, que se opõe às virtudes assim como o arcebispo mogunciano se opõe a Frederico II da Suábia. O episódio da eleição de Lotário III é bastante significativo nesse sentido, pois é o espaço reservado na *Gesta* para a crítica mais aberta ao arcebispo, quando o frisigense expõe seus defeitos morais, mostrando como estes defeitos influenciaram no rumo do Império nos doze anos de reinado de Lotário III. Ao iniciar o relato da eleição de Lotário III apontando para o fato de que Albert usurpou os *regalia* imperiais, que após a morte de Henrique V estavam sob o poder da imperatriz enviuvada Matilda, já é um indicativo de que o procedimento eleitoral estava logo de partida comprometido por um homem que “[...] por meio de promessas falsas induziu que os *regalia* fossem entregues a si”.<sup>382</sup> Assim como no relato do cerco a Mainz pelo duque suábio, agora Albert I novamente usa do falso testemunho para conseguir as *regalia* imperiais. O pecado<sup>383</sup> transfigura-se em um vício

<sup>381</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 30. “Quid plura? Pretaxatus dux, ut breviter dicam, per omnia patrem induens, tam fidus principi miles, tam utilis avunculo amicus extitit, ut sua virtute honorem regni labe factatum viriliter contra hostes decertando tam diu sustentaret, donec membra a capite suo dissidentia ad gratiam principis veniendo ad cor redirent”. Tradução livre.

<sup>382</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 30. “[...] falsique promissionibus ad sibi tradenda regalia induxit” Tradução livre.

<sup>383</sup> Segundo os dez mandamentos bíblicos, entregues a Moisés no monte Sinai, o povo de Deus – no caso

na pena de Otto de Freising. A partir daí é que o cronista pode traçar sua perspectiva de uma eleição que foi manipulada desde seu início e cujo resultado fugia do ideal. O rancor guardado pelo arcebispo contra o duque Frederico II da Suábia é que faz o mogunciano manipular a eleição em favor de Lotário III. Segundo Otto de Freising Albert agiu assim tendo em mente “os não esquecidos males infligidos a si pelo duque Frederico, embora o mencionado duque fosse requisitado por muitos ao reino [...] persuadiu a todos os príncipes que eram presentes a eleger para o reino [...] Lotário, duque dos saxões”.<sup>384</sup> Fica evidente no trecho citado que o arcebispo manipulou o processo eleitoral de forma que os príncipes, antes favoráveis a Frederico II, votassem em Lotário de Süpplingenburg. Partindo da premissa de que Albert ficara famoso – ao menos nos relatos do frisigense – por seus falsos testemunhos, podemos deduzir que a intenção de Otto seja também mostrar que a persuasão dos *principes* durante o processo eleitoral também se tenha dado pela mentira do arcebispo, que dessa forma afasta-se consideravelmente do ideal eclesiástico proposto pelo movimento cisterciense, do qual Otto participa. O cronista não pretendia centrar seu relato nos procedimentos eleitorais, ou na forma como o arcebispo mogunciano atuou – como já afirmamos – mas apenas apontar para a falha moral deste.

Toda a construção da narrativa do frisigense neste trecho aponta para o cisma que marcou o Império entre 1125 e 1137, e na pena do cronista um dos principais agentes desse cisma foi o arcebispo de Mainz. Aponta para isto o fato do bispo de Freising caracterizar, em primeiro lugar, o duque da Saxônia, Lotário, também como homem virtuoso ao chamá-lo “[...] ainda que fosse digno de toda honra, pela probidade de sua diligência”.<sup>385</sup> Dentro da perspectiva que já temos visto que o frisigense apresenta acerca de seu modelo ideal de imperador virtuoso Lotário III não está completamente desprovido de legitimidade. O relato mostra que embora não fosse um *optime* como o duque suábio, o rei eleito não carecia de virtudes. Vemos uma dupla

---

os hebreus – não deveria proferir falsos testemunhos. O surgimento do cristianismo – no seio do judaísmo – no primeiro século da nossa era manteve os mandamentos hebraicos como fundamentos da moral do cristianismo.

<sup>384</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 31. “[...] malorumque a duce Friderico sibi illatorum haut inmemor, cum predictus dux ad regnum a multis exposceretur [...] Lotharium ducem Saxorum [...] in regem a cunctis qui aderant principibus eligi persuasit”. Tradução livre.

<sup>385</sup> (OTTO in: WAITZ: 1912, p. 31). “[...] virum tamen ex probitatis industria omni honorem dignum”. Tradução livre.

justificativa para que Otto tenha feito tal composição a respeito de Lotário. Em primeiro lugar ao mostrar que o duque da Saxônia possuía também suas virtudes ajuda a legitimar o processo de eleição como uma forma válida e fiável para a sucessão dos reis germânicos. Embora os príncipes não tenham escolhido o *optime* sua escolha não recaiu sobre um candidato desprovido de virtudes, mesmo com a manipulação da eleição por parte de um homem como tal, que era, segundo o frisigense, Albert. Em segundo lugar, ligado a este primeiro argumento, o frisigense mostra com sua construção que a disputa eleitoral não foi em si injusta, havendo um candidato ideal, um *optime*, na figura de Frederico II, e que os demais candidatos não fossem dignos de serem eleitos. A derrota do duque suábio não significou a vitória do candidato degenerado sobre o candidato virtuoso, mas de um candidato também virtuoso sobre o *optime*. Por isso a importância atribuída à ação do arcebispo de Mainz enquanto agente do desvio dos votos de Frederico a Lotário. O homem carente de virtudes não é capaz de fazer eleger um candidato sem qualquer virtude, apenas intervir com falsidade – como Otto faz questão enfatizar em relação à posse das insígnias – perante os príncipes, fazendo-os desviar do caminho ideal.

Segue-se à eleição o conflito entre Lotário III, aconselhado por Albert I a destruir seus opositores suábos<sup>386</sup>, e Frederico II da Suábia, personagem no qual a narrativa começa a centrar-se novamente, e nos conflitos nos quais este se envolveu durante o reinado de Lotário III. Estes conflitos eram oriundos da resistência que os Hohenstaufen ofereceram ao imperador, que como já vimos originava-se em diversos fatores e não somente, como afirma o bispo, numa perseguição originada unicamente na influência de Albert de Mainz.

Otto de Freising narra três episódios de conflito direto entre Lotário III e os Hohenstaufen. Trata-se de três cercos que ocorrem, segundo o autor, em sequência, motivados pelo desejo de Albert de Mainz de destruir os herdeiros de Henrique V<sup>387</sup>.

<sup>386</sup> Nam predictus princeps consilio eiusdem Alberti Maguntini episcopi, iuxta quod dicitur:

*Non missura cutem nisi plena cruoris hirudo,*

nondum odio in heredes imperatoris Henrici saciati, Fridericum ducem fratremque suum Conradum persequitur. (OTTO in: WAITZ: 1912, p. 31, grifo do autor).

<sup>387</sup> Henrique V teria garantido a Frederico II não somente a coroa do reino, mas também suas propriedades patrimoniais. Como já apontado na parte contextual a disputa pela posse do patrimônio henriquino foi em grande parte a causa da guerra entre Lotário e Frederico.



No primeiro episódio acontece o cerco da cidade de Nuremberg, o qual o frisigense escreve ter ocorrido “por causa dessas coisas”,<sup>388</sup> referindo-se aos conselhos do arcebispo mogunciano. A campanha levada a cabo pelo imperador era para Otto de Freising injusta. A esta conclusão chegamos baseados em três argumentos que o bispo apresenta. Em primeiro lugar o fato de ser uma campanha instigada pelo arcebispo de Mainz, o qual já vimos ser repetidas vezes execrado pelo cronista. A guerra convocada por um homem carente de virtudes e tendo como plano de fundo uma motivação pessoal que não atinge o bem comum do reino não pode ser considerada uma guerra justa nos modelos que vemos o frisigense expor. Indo mais além, nessas condições, a guerra toma o caráter oposto da guerra justa, pois gera a instabilidade, os conflitos internos e a quebra da paz e da justiça, elementos que são extremamente caros ao cronista. Em segundo lugar o cerco a Nuremberg é visto com maus olhos pelo frisigense, pois se tratava de uma posse legítima dos Hohenstaufen, onde eles além de terem estabelecido guarnições, eram os tenentes da cidade por direito hereditário, como fica evidente no trecho “[...] castelo de Nuremberg, onde estes possuíam uma guarnição e eram senhores como de direito hereditário [...]”.<sup>389</sup> O que vemos aqui como plano de fundo é a argumentação de que Nuremberg faria parte do patrimônio imperial, e que, portanto os Hohenstaufen não teriam direitos sobre a cidade uma vez que Lotário III e não Frederico II fora eleito imperador. Otto de Freising aponta, entretanto, para o fato de que a cidade era uma posse legítima e hereditária dos irmãos suábos. O cerco à cidade aparece como injusto, um equívoco, pois se baseava numa falsa afirmação, que certamente Otto está atribuindo a Albert de Mainz. Em terceiro lugar vemos que a guerra era injusta para o bispo de Freising, pois envolveu na luta os “bárbaros infiéis” segundo palavras do cronista, que eram os boêmios. Este último argumento apresenta uma das fortes características do pensamento de Otto de Freising. Trata-se da relação entre a justiça e o cristianismo. Para o cronista a presença de infiéis na campanha contra o *optime* Frederico II era um sinal de sua motivação equivocada, pois estes bárbaros levavam à destruição não somente o inimigo do imperador, mas toa a ordem cristã de paz que deveria vigorar dentro da cristandade. Como já afirmamos anteriormente os textos do frisigense atribuem um papel de destaque à noção de *Christianitas* como

<sup>388</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 31. “[...] rei gratia [...]” Tradução livre.

<sup>389</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 31. “[...] castrum Noricum, ubi ipsi [os Hohenstaufen] presidia possuerant et tamquam iure hereditario possidebant [...]”. Tradução livre.

sendo o conjunto da sociedade, ultrapassando as fronteiras administrativas dos reinos, ducados, etc. Ela não abarcava, entretanto, elementos exteriores, infiéis. A crítica que se faz à participação dos boêmios na campanha contra Frederico II está justamente no fato de que para o frisigense era a introdução de um elemento externo e indigno – para o cronista – na solução de problemas internos ao reino germânico. Otto escreve sobre os boêmios que “Entretanto o duque dos boêmios, por causa dos bárbaros que com este vieram, nem tementes a Deus, nem reverentes aos homens, vindo a devastar toda a vizinhança, poupavam nem mesmo às igrejas [...]”.<sup>390</sup> Destaca-se nessa passagem a referência do bispo à parábola da viúva do evangelho de Lucas, capítulo 18, verso 4. O destaque está no fato da parábola tratar da questão da justiça, e ser uma exortação de Cristo para o fato de que aquele que não teme a Deus nem respeita os homens não tem como ser justo. A citação acaba por amarrar toda a argumentação do frisigense de que a guerra contra os Hohenstaufen se tratava de uma ação surgida na injustiça de homens que não temiam a Deus, argumento que apresenta bastante força discursiva na sociedade ocidental cristã do século XII, a qual, como já apresentamos anteriormente, o bispo identifica ela mesma com a noção de *Christianitas*.<sup>391</sup>

Na soma desses fatores negativos que Otto de Freising identifica na campanha de Lotário contra os Hohenstaufen é que o cronista vai justificar os reveses do imperador contra os irmãos suábos. Num primeiro momento, no cerco a Nuremberg as tropas imperiais se dividem, quando o imperador dispensa de seu serviço os boêmios, pelos motivos supracitados, e em seguida pela chegada de Conrado e Frederico II à cidade, trazendo consigo um vasto exército, fazendo com que, segundo o frisigense “O príncipe dissolveu o cerco e passando por Babenberg se reuniu em Würzburg, julgando mais seguro em outro tempo envolver com um cerco o supracitado castelo do que

---

<sup>390</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 31. “Dux autem Boemorum, eo quod barbari, qui cum ipso venerant, nec Deum timentes nec hominem reverentes, omnia vicina depopulando nec etiam aecclesiis parcerent [...]”. Tradução livre.

<sup>391</sup> Não se sabe a certo que motivo levou Otto de freising a tecer tais comentários a respeito dos boêmios. No período em que escreve a crônica o bispo é cunhado do duque da Boêmia – a irmã do frisigense, Gertrud casa-se com o duque em 1140 – o qual acaba sendo coroado por Frederico Barbarossa em uma cerimônia na qual Otto estava presente (OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. 3, XIV). Os boêmios também tomaram parte na II cruzada, o que vai contra a argumentação de infidelidade dos mesmos, uma vez que a cruzada foi realizada pouco tempo após os fatos aqui narrados por Otto de Freising. Cremos que é possível que o bispo tenha escolhido os boêmios para traçar suas críticas por serem oriundos de uma tradição eslava, de cristianização recente, e que, portanto, não compartilhavam da mesma tradição que os germânicos, tanto com relação ao cristianismo, quanto em relação à postura diante da guerra.

entregar-se descuidadamente à fé da fortuna infiel”.<sup>392</sup> O jogo de palavras com a virtude da *fides* é bastante interessante. Novamente remete ao tema das virtudes cristãs. Ao escrever que o imperador Lotário III julgou imprudente lançar-se na batalha confiando apenas na fortuna o cronista aponta para dois aspectos de seu pensamento político, que aparecem aqui reforçados pela virtude da *fides*, em seu sentido religioso. Em primeiro lugar o frisigense está jogando com a noção de *fides* em relação à fortuna, mostrando que esta é infiel, logo não merece a fidelidade dos homens. A retomada de seu discurso cristão se faz pela apresentação do argumento de que a *fortuna*, que geralmente era reverenciada como elemento decisivo no campo de batalha, apareça aqui como indigna de confiança por parte do imperador. O contraponto a esta imagem de incerteza é a figura do duque Frederico II, que aparece sempre certo de sua vitória, imagem que se relaciona à construção que Otto faz dele, como *optime*, numa perspectiva das virtudes cristãs. Um segundo ponto que surge nesse trecho a respeito do pensamento político do frisigense é a questão da *prudentia* que Lotário III apresenta ao enfrentar os Hohenstaufen. Novamente o cronista afirma que o imperador é possuidor de virtudes, o que desloca a responsabilidade por este estar agindo em desacordo com as expectativas do bispo para o bom reinado, pacífico, para a figura de Albert de Mainz, o conselheiro imperial. Assim firma-se a imagem de que não basta ao imperador ser um homem virtuoso, mas ele precisa ser também cristão e estar cercado de conselheiros cristãos e virtuosos. Esta argumentação encontra eco no período de Frederico Barbarossa, uma vez que o próprio Otto, além de tio, é conselheiro do imperador, e vê nas atitudes do arcebispo de Mainz o anti-modelo do que ele imagina ser a função do conselheiro espiritual<sup>393</sup> do rei germânico.

Frederico II, o *optime* segundo Otto de Freising, apresenta um desempenho bastante diferente em todas as suas batalhas. O bispo idealiza o Hohenstaufen a partir de sua narrativa mostrando como o duque enfrentou a perseguição por parte de Lotário III com maestria, apoiando-se em suas virtudes e em seu caráter cristão para alcançar a

<sup>392</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 31. “Princeps, tutius iudicans alio in tempore prefatum castrum obsidione cingere quam infidae fortunae fidei se incaute committere, obsidionem solvit ac per Babenberch transiens in civitatem Herbipolim se contulit”. Tradução livre.

<sup>393</sup> Adotamos aqui essa terminologia por acreditarmos que a proposta de Otto de Freising é de que o imperador deva estar cercado de conselheiros, mas que aqueles oriundos do clero devem cuidar dos aspectos morais e espirituais do imperador, não se envolvendo nas querelas políticas, papel que no início do reinado de Frederico Barbarossa o próprio Otto de Freising desempenha.

vitória. Esta construção, como já vimos, está ligada a uma perspectiva de continuidade, de permanência do modelo ideal de governante no Império. As campanhas que se seguem à libertação de Nuremberg apontam nessa direção. Primeiramente no episódio do cerco de Würzburg, que embora o cronista não indique quem saiu vitorioso do embate, ele favorece claramente em sua construção ao duque suábio. Este teria combatido os cavaleiros do imperador e avançado até os muros da cidade, antes de retirar-se para Speyer. O discurso do frisigense, propositalmente interrompido sem apresentar o desfecho do cerco a Würzburg, pretende omitir visivelmente os reveses sofridos pelos Hohenstaufen, a fim de não prejudicar a imagem que vem construindo.

Ao se retirar para Speyer Frederico II novamente atrai para a cidade o cerco do imperador. Lotário III novamente, segundo o cronista de Freising, atende aos conselhos de Albert de Mainz e se lança contra o duque. É importante notar que toda a narrativa de ataques e contra-ataques entre Frederico II e Lotário III mostra um imperador influenciado pelo arcebispo de Mainz e que por isso assume uma postura de agressividade contra os Hohenstaufen, e estes, na pena do frisigense, apenas se defendem dos ataques imperiais, defendendo seus direitos e patrimônios. O próprio fato do relato do cerco de Würzburg aparecer inconcluso na *Gesta* leva o leitor a crer que o duque suábio possuía uma postura mais pacificadora que o imperador, e que suas campanhas militares tinham o objetivo de apenas assegurar seu poder na Suábia e afastar o perigo que Albert de Mainz, principalmente, em associação com o poderio militar do imperador, representava.

Quando Otto de Freising inicia a descrição acerca da disputa entre os Welf e os Hohenstaufen acresce-se à sua narrativa uma nova problemática. Como o próprio bispo enfatiza, as duas famílias que estão em guerra são aparentadas através da união entre Frederico II da Suábia e Judith, irmã de Henrique, o Soberbo. A questão central que marca a *Gesta* a partir dessa disputa é o fato de que o antagonismo das duas famílias não pode ser retratado da mesma maneira como o cronista vinha fazendo com os Henriquinos ou com Lotário III, uma vez que o comitente da *Gesta*, Frederico Barbarossa, é ao mesmo tempo um Welf e um Hohenstaufen. Daí acreditamos existir a ênfase dada pelo frisigense ao fato de ambos os contendores serem aparentados pelo

casamento entre Frederico II e Judith. O cronista relata dois episódios de enfrentamento entre os dois duques, Frederico II e Henrique, o Soberbo. No primeiro relato, da invasão da Suábia pelo duque bávaro, o frisigense centra sua narrativa neste personagem, e não, como de costume, no Hohenstaufen. Esta mudança de foco, mesmo na presença de seu *optime*, se deu certamente para demonstrar a dupla legitimidade do Barbarossa, também um Welf, além de um Staufen. Tal argumento surge quando vemos que Otto faz questão de anunciar a relação de parentesco dos Welf com a casa imperial de Sūpplingenburg, apontando o casamento entre Henrique, o Soberbo, e Gertrude, filha de Lotário III. O papel secundário atribuído às mulheres na sociedade medieval<sup>394</sup> faz com que acreditemos que essas poucas referências que aparecem na obra de Otto de Freising sejam cruciais para entender a sua argumentação. A primeira referência ao casamento entre Agnes e Frederico I da Suábia, marcando a ligação entre os Hohenstaufen e os Sálícos, legitimando assim o poder desses últimos – e também a relação entre os Babenberger e os Hohenstaufen a partir da narrativa das segundas núpcias de Agnes com Leopoldo III da Áustria – e agora a segunda referência, da dupla origem de Frederico Barbarossa, tanto Welf como Staufen, herdeiro das duas mais importantes famílias do reino germânico, na visão do frisigense<sup>395</sup>. A presença da figura feminina no relato de Otto de Freising como elemento legitimador, por realizar a ligação entre as linhagens ducais e imperiais do reino germânico. Através dos casamentos citados pelo bispo de Freising podemos traçar um perfil das relações de poder existentes entre esses grupos nobiliárquicos no século XII, e a partir disso ver como uma nova dinâmica passa a dominar as relações políticas dentro da nobreza germânica após a Crise das Investiduras, ocorrendo um deslocamento dos centros de poder para novas áreas. A ascensão dos Hohenstaufen e do Sūpplingenburg atesta essa mudança, e a *Gesta* de Otto de Freising tenta apresentar-se como o modelo de conduta política e moral nessa

<sup>394</sup> DUBY, Georges. *Idade Média, Idade dos Homens*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989; DUBY, Georges, *The Knight, the Lady and the Priest: the making of modern marriage in medieval France*. Nova York: Pantheon Books. Trad. Barbara Bray. 1983.

<sup>395</sup> O casamento de Frederico I e Agnes encontra-se em OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. 8; o casamento entre Agnes e o Margrave Leopoldo III de Áustria encontra-se em OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, 10; o casamento de Frederico II com Judith da Baviera encontra-se em OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. 14; há também referência ao casamento de Manuel I Comneno com Bertha de Sulzbach, cunhada de Conrado III em OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. I, cap. 24; e do casamento de Frederico I, Barbarossa, com Adelaide, encontramos somente a referência à dissolução das núpcias OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. II, cap. 11; já seu casamento com Beatriz da Borgonha é relatado em OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. II, cap. 48. A referência à nobreza de Welf e Waiblingen e à dupla origem de Frederico I encontra-se em OTTO in: WAITZ: 1912, Lib. 2, II

sociedade em transformação.

Henrique, o Soberbo, é apresentado, de maneira semelhante à de seu antagonista, o Caolho, como um homem virtuoso e experiente guerreiro. As virtudes da *sapientia* e da *prudencia* aparecem ligadas a Henrique neste episódio, sendo que a justificativa de Otto de Freising para a agressão deste ao seu cunhado está na ligação que o Soberbo possuía com o imperador Lotário III. Henrique “[...] pela graça do príncipe, com cuja filha Gertrude recentemente se casara, iniciou uma guerra [contra] [...] o duque Frederico”.<sup>396</sup> Assim como nos relatos dos Hohenstaufen nos tempos dos imperadores Henriquinos o cronista aponta para o serviço ao imperador como justificativa para a guerra levada a cabo pelo duque bávaro. Esta postura remete também à virtude da *fides*, que vimos presente em Frederico I e II da Suábia. A construção toda se assemelha muito àquela envolvendo Frederico I da Suábia e Henrique IV. Da mesma forma a união entre duque e imperador é marcada pelo casamento na relação entre Lotário III e Henrique, o Soberbo. Assim como aquele se lançara no combate aos opositores de seu sogro, este combate os Hohenstaufen, anti-imperadores. Uma grande diferença, entretanto, marca as duas passagens. Enquanto no primeiro relato Otto mostra o combate do duque Frederico contra os inimigos do Império – mais que inimigos do imperador – que estavam ligados à proposta política pontifícia, ao tratar da guerra conduzida pelo Soberbo, o frisigense está relatando a perspectiva oposta, pois, associado a Lotário III, o duque bávaro representa justamente o modelo político que Otto contesta. Por esse motivo, embora Henrique X da Baviera fosse um homem virtuoso na pena de Otto de Freising, ele não obteve sucesso em sua luta contra o *optime* Frederico II da Suábia. Os elementos que cremos merecem mais destaque nesse trecho são o não enfrentamento dos dois duques e a ação da providência divina. O fato da narrativa não apresentar o enfrentamento dos dois duques é fruto de uma tentativa de isenção – se não omissão – da parte de Otto a fim de não confrontar nem uma, nem outra família envolvida. As razões são claras já que o comitente, Barbarossa, é membro de ambas. A opção pela descrição de dois eventos que não possuem um desfecho efetivo do conflito entre as partes aponta para esta tentativa de traçar um perfil vitorioso

---

<sup>396</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 32. “[...] ob gratiam principis, cuius filiam Gerdrudim noviter in uxorem duxerat, Friderico duci [...] bellum indicit”. Tradução livre.

para ambas as linhagens do imperador Frederico I. Nem os Hohenstaufen, nem os Welf perderam a disputa entre eles. Há um equilíbrio de forças e o maior sucesso de Frederico II se dá pela graça divina, por ser um *optime*, um modelo de homem virtuoso. Entra em ação na *Gesta* o papel da providência. Ao saber que o duque suábio vinha a seu encontro, Henrique X buscou o conselho de seus pares e optou pela retirada, o que aponta para a virtude da *prudentia* que o frisigense atribui ao bávaro. Entretanto

Então com tão grande rapidez os bávaros desviaram como se os inimigos já fossem uma ameaça a eles, em tendo suspeitas das pontes estreitas confiaram-se descuidadamente em tumulto ao traiçoeiro rio mencionado, que havia crescido para mais que o normal por causa da muita chuva, e perigosamente ultrapassado a este [obstáculo], não tanto vadeando quanto atravessando a nado, retornaram para casa com vergonha.<sup>397</sup>

O retorno vergonhoso das tropas reunidas pelo Soberbo à Baviera se deu mais pela intervenção divina através do incidente na travessia do rio Wernitz que por uma derrota no campo de batalha, o que fica evidente na oração inicial do trecho citado.

A questão que fica é “por que Otto opta pelo partido Staufen na disputa com os Welf, se ambas as famílias faziam parte da linhagem de Frederico Barbarossa?”. A resposta talvez esteja na seqüência da narrativa do frisigense, quando o bispo mostra através do relato de outro episódio, que embora Henrique fosse possuidor de virtudes, não era um *optime* como o Caolho – o que poderíamos supor pelo próprio epíteto do décimo duque Henrique da Baviera, chamado Soberbo, pecado que foge ao modelo ideal do cronista. Talvez resida justamente na soberba de Henrique X a crítica de Otto de Freising e por isso o autor da *Gesta* mostra os fracassos do duque diante de seu rival suábio, numa forma de demonstrar que mesmo o homem virtuoso encontra a derrota e a vergonha quando se deixa dominar por um vício. Por outro lado acentua-se na obra novamente – o que quase se torna um conselho constante – a questão da humildade.

A oposição de vícios e virtudes que dominam até este ponto a narrativa do

<sup>397</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 32-33. “Tanta ergo cum festinatione Norici hostes tamquam sibi iam imminentes declinaverunt, ut pontis angustias suspectas habendo infidis predicti amnis procellis, qui ex multitudine ymbrium plus solito excreverat, incaute se committerent, ipsoque non transvadando quam transnatando periculose transmissio, ad propria cum rubore remearent”. Tradução livre.

frisigense aponta para um modelo ideal, visivelmente influenciado pelo ideal ascético do renovado movimento monástico de que Otto toma parte. A recuperação da figura imperial como *Christus Domini* que o frisigense está propondo pressupõe um modelo de conduta moral firmada nas virtudes cristãs. Tal modelo se afasta, conseqüentemente, da realidade anterior àquela que o bispo entende como renovada, e para isso é preciso marcar a distinção entre um presente virtuoso e um passado de vícios. Se Frederico Barbarossa é proposto enquanto modelo na proposta de renovação do ideal imperial, então é preciso mostrar o que o distingue dentro da proposta do frisigense. A apresentação do duque bávaro como homem levado ao fracasso e ao pecado, estando este associado ao modelo de governo anterior e combatendo a alternativa apontada por Otto, reforça o apelo discursivo de mudança e renovação das perspectivas futuras. A *Chronica sive historia de duabus civitatibus*, obra anterior do bispo, apontava em seu final, em uma direção de degeneração e escatologia. Em ligação com a *Gesta* poderíamos supor que Otto passa a ver, com a ascensão de Frederico Barbarossa ao trono do Império, a possibilidade da recuperação de um modelo ideal que encontra suas raízes em Constantino e Carlos Magno, e que com o Barbarossa inaugura um período orientado para o fim dos tempos.

O tio do imperador, Henrique, o Soberbo, ainda está vinculado ao modelo de degeneração, mas deve ser lembrado como exemplo no “Império Renovado” do Barbarossa. Otto faz questão de marcar a presença do Soberbo ao narrar a tentativa de assassinato do duque Frederico II que aquele planejava. A idéia de que um fato único é capaz de que manchar toda uma trajetória virtuosa também está presente, novamente recuperando a idéia da constante busca da virtude e luta contra os vícios. Para Otto Henrique X da Baviera era “um homem louvável por tudo, de notável nobreza tanto de caráter quanto de nascimento, somente neste único fato repreensível.”<sup>398</sup>

O desfecho do episódio não poderia ser outro senão a escapada do *optime* do frisigense pela ação da providência divina. A participação desta neste episódio não poderia trazer um reforço discursivo mais interessante. A mesma providência que havia trazido vergonha e derrota para Henrique X trazia livramento para Frederico II. Mas o

---

<sup>398</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 33. “vir per omnia laudabilis, tam animi quam generis nobilitate insignis, in hoc solo facto tantum reprehensibilis”. Tradução livre.



cronista vai além ao atribuir algumas falas ao duque suábio. Com elas reforça a imagem que construiu do Caolho como *optime* e aproveita para trazer à tona algumas de suas concepções políticas. Primeiramente o tema da paz e da justiça, que Otto amarra em toda a obra como duas partes de um mesmo todo, ao escrever “Contra a lei divina fizeste, bom duque, que me chamou em paz, não trazendo a insígnia da paz, mostrou-se melhor inimigo que amigo. Nem a integridade da própria honra, nem a afinidade da carne pela qual somos unidos te revocou deste fato”.<sup>399</sup> Otto de Freising usa a fala do duque suábio para trazer à tona suas propostas políticas e morais. Quando Henrique chamou ao seu cunhado para a reconciliação e ao invés disso tentou a emboscada o bispo afirma que o Soberbo está agindo contra a lei divina. A paz e a justiça são atributos advindos de Deus na perspectiva do frisigense e a ação contrária a elas é um ataque direto à vontade de Deus. Espera-se que o homem virtuoso – que possui uma moral baseada nos preceitos do cristianismo – seja um defensor da paz e da justiça divinas, e espera-se também que seja o imperador o modelo de conduta para seus pares. Ao criar tal fala para Frederico II, o frisigense associa já o modelo de perfeição, do *optime* à família do Barbarossa, num prelúdio daquilo que se espera do novo imperador. Além disso, discursivamente há um apelo forte para a imagem do pai de Frederico I sendo um modelo de conduta moral, numa relação parental, assim como se espera que o imperador atue com relação à cristandade. Há ainda um peso mais acentuado na crítica à ação de Henrique X por serem os contentores aparentados, como fica explícito.

Por sua vez a atitude de Frederico II é completamente contrária à esperada. Sabendo da chegada de seus fiéis e com a possibilidade de acabar com a contenda naquele mesmo momento pela espada, o duque suábio prefere deixar seu inimigo partir, e inclusive o orienta para tanto, assumindo uma postura misericordiosa diante da traição de seu cunhado. Assumindo uma postura claramente cristã, fundamentada nos ensinamentos apostólicos de S. Pedro, Frederico II – segundo a pena de Otto de Freising – diz “Entretanto não parece bem retornar mal com mal. Enquanto amigo fielmente exorto-te, não esperes aos meus fiéis, aos quais vejo avançar de todas as direções”.<sup>400</sup>

<sup>399</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 34. “Contra fas, bone dux, fecisti, qui me in pace vocatum, pacis non ferens signa, inimicum te potius quam amicum ostendisti; nec te ab hoc facto propriae famae revocavit honestas nec carnis, qua coniungimur, affinitas”. Tradução livre.

<sup>400</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 34. “Ne autem malum pro malo reddere videar, te tamquam amicum

As virtudes do duque são elevadas diante da traição de Henrique e por estas posturas é que a providência divina é sua fiel aliada. Frederico II é justo, pacificador, exercita as virtudes clássicas e cristãs e mantém-se como modelo contra os personagens corrompidos pelos vícios. Otto de Freising, entretanto, recupera ao final a figura do Soberbo ao citar a Eneida de Vergílio para justificar a ação do bávaro. “Quem procura ardil ou virtude no inimigo?”.<sup>401</sup> Seguindo seu serviço ao imperador Lotário III, Henrique X acaba sendo influenciado e já não distingue se seu rival age pelo bem ou mal do Império.

Logo em seguida, na narrativa, os vícios de Henrique, o Soberbo, desempenharão um papel político fundamental. No episódio da eleição realizada após a morte de Lotário III é seu rival, Conrado III, irmão de Frederico II da Suábia que acaba sendo escolhido novo rei germânico. No discurso de Otto os príncipes escolhem Conrado em virtude da má fama que a soberba de Henrique lhe confere, mas de fato o não comparecimento deste à eleição – o que Otto poderia estar sugerindo como a comprovação final da soberba do duque bávaro, embora ele também não mencione abertamente tal evento em sua narrativa – tratou-se de uma manobra política do arcebispo de Trier, numa repetição daquilo que ocorrera anos antes na eleição de Lotário III. Otto ignora tal fato, suprimindo de sua *Gesta* o nome do arcebispo e os conflitos e contestações à eleição de Conrado III, e localizando nas virtudes o papel principal na rejeição do duque suábio.

É durante o reinado de Conrado III também que vemos surgir pela primeira vez o personagem principal da *Gesta*. A construção que vemos em torno da imagem de Frederico III<sup>402</sup> não poderia ser outra senão a de uma *laudatio*. O futuro Barbarossa já aparece como um dos mais destacados cavaleiros em sua juventude. Um jovem dedicado às armas e à busca da virtude. Segundo Otto de Freising, ainda infante Frederico III mostrava ser “futuro herdeiro mais nobre de seu nobre pai”.<sup>403</sup> Toda esta

---

fideliter ammonere, ne fideles meos, quos undique adventare cerno, expectes”. Tradução livre.

<sup>401</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 34. “Dolus an virtus quis in hoste requirat?”. Tradução livre.

<sup>402</sup> Neste primeiro momento nos referiremos a Frederico como o III duque suábio com este nome. Isto pois a narrativa ainda centra-se nos eventos anteriores à sua ascensão enquanto imperador germânico, tratando de seus feitos ainda em vida de seu pai, Frederico II, ou logo após a morte deste, quando o futuro Barbarossa se torna duque, sucedendo seu pai na Suábia.

<sup>403</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 43. “nobilis patris futurus heres nobilior”. Tradução livre.

apresentação inicial de Frederico, tanto em seus negócios internos ao Império, quanto em relação à sua participação na cruzada de 1147, gira em torno do tema das habilidades militares de Frederico, como que preparando uma imagem de cavaleiro perfeito. Não é estranho imaginar as razões pelas quais o frisigense se ocupa de tal tarefa. No século XII vemos uma grande difusão dos ideais de cavalaria, que terão seu ápice nos séculos seguintes, e estes ideais certamente permeavam a corte imperial, influenciando também a imagem que o cronista fazia de seu personagem principal.<sup>404</sup> É interessante notar, entretanto, que o autor reserva este trecho inicial, da juventude de Frederico III da Suábia, para tratar deste tema, sendo que mais adiante a descrição vai mais de encontro com o modelo proposto enquanto ideal de imperador para Otto, modelo da ordem, justiça e paz, que conduzem à unidade imperial e da cristandade. Esta distinção, cremos, está ligada à perspectiva cronológica já apresentada, predominante na *Gesta*, que encadeada com os eventos subsequentes vão justificar a ascensão de Frederico Barbarossa ao trono imperial. Voltando às estruturas políticas imperiais temos que lembrar que o imperador era escolhido dentre os *magnates* germânicos, e dentro desta perspectiva o Barbarossa, na pena do cronista, tem que se distinguir dos demais *principes*. Essa distinção o frisigense vai construindo ao longo de sua narrativa em diversas etapas. Em primeiro lugar, na juventude de Frederico, antes de se tornar duque da Suábia, ao descrever as habilidades militares do infante. Mais adiante, já duque, Otto trabalha algumas virtudes do futuro imperador, destacando sua *fides*, tanto ao Império e seu tio, Conrado III, quanto a Cristo, o que veremos mais adiante nos episódios envolvendo a Segunda Cruzada, na qual o Barbarossa tomou parte, destacando-se tanto por suas habilidades como pela ajuda divina da providência.

Frederico III aparece como cavaleiro perfeito nas suas campanhas contra os inimigos de seu pai, os quais combate e vence enquanto seu pai ainda é vivo. Otto dá indicações de que a educação do Hohenstaufen havia sido dentro dos moldes da educação dos *bellatores* medievais. Ele era um *miles* por excelência e, de acordo com a

---

<sup>404</sup> Conforme DUBY, Georges. *A sociedade cavaleiresca*. Lisboa: Teorema. 1988. O autor francês explora o tema da cavalaria na França medieval, especialmente no Macônnaise, mas alguns de seus apontamentos, e em especial a parte final do segundo capítulo, intitulado “As origens da cavalaria”, tocam também o tema da cavalaria no Império Romano da Alta Idade Média. Algumas proposições feitas por Duby, entretanto, foram já melhor trabalhadas por outros autores, no que se refere ao Império. Destaco os trabalhos do inglês Benjamin Arnold e do alemão Klaus Miltzer.

narrativa do frisigense, também um homem virtuoso, treinado ao mesmo tempo nas armas e nas virtudes. Otto escreve

Crescera também Frederico, filho do estrênuo duque Frederico, e já obtivera a cinto da milícia, o mais nobre herdeiro futuro de um nobre pai. Por conseguinte, não escondendo a virtude de sua boa índole, educado, como é o costume, nos jogos militares, finalmente foi preparado no tirocínio para os assuntos sérios, enquanto seu pai ainda estava vivo e em pleno domínio de sua terra.<sup>405</sup>

Nesta passagem fica claro que Frederico era ao mesmo tempo educado para as armas e para a virtude. Mas destaca-se a sua atuação ainda em vida de seu pai, que fica explícita, e sugere que o jovem Hohenstaufen atuasse com o consentimento de seu experimentado pai, o *optime* de Otto de Freising. Frederico é agraciado não somente pela sua origem – é filho de um grande cavaleiro e acima de tudo virtuoso – mas também por sua educação, seu aprendizado nas armas. O futuro imperador enquadra-se dessa maneira no perfil do cavaleiro medieval ideal. É um homem que possui mais que apenas qualidades físicas de guerreiro, como a habilidade para usar as armas e para a montaria, mas também apresenta as qualidades morais, as virtudes que marcam a história de sua família, as quais herda “geneticamente”<sup>406</sup> de seus antepassados, mas que também exercita em sua atividade militar, como podemos observar logo na sequência. O Barbarossa se destaca tanto nos exercícios militares, os famosos torneios, ou justas, como também nos conflitos reais, nas batalhas contra os inimigos de seu pai.

Com a introdução de Frederico III na narrativa do bispo de Freising inicia-se também um novo momento na *Gesta*. Como já ficou indicado pela abordagem que o cronista apresenta da imagem do Hohenstaufen, trata-se de um período de vários conflitos, que nós já anunciamos anteriormente. A temática do conflito dentro do período dedicado ao Conrado III desempenha um papel fundamental, traçando a linha que liga toda a narrativa. Como já foi mencionado, trata-se de conflitos internos e

<sup>405</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 43. “Creverat autem Fridericus Friderici strennuissimi ducis filius miliciaeque cingulum iam sumpserat, nobilis patris futurus heres nobilior. Igitur bonae indolis virtutem non dissimulans, educatus, ut assolet, ludis militaribus, ad seria tandem tyrocinandi accingitur negotia, patre adhuc vivente terramque suam plenarie tenente”. Tradução livre.

<sup>406</sup> DUBY, G. Op. Cit. 1983.

externos ao Império, em caráter laico, e em caráter religioso. O primeiro grupo sendo este que se inaugura com a presença de Frederico III na *Gesta*. Entretanto, Otto se vê às voltas com o problema de seu modelo, de pacificador, e é preciso enquadrar mesmo o jovem Frederico neste modelo a fim de que seja o futuro imperador justificado desde sua mocidade. Sendo assim, os conflitos nos quais o Hohenstaufen se envolve tendem a mostrar um cavaleiro virtuoso, forte e habilidoso, e ao mesmo tempo misericordioso. Otto ressalta então eventos em que possa explorar tais qualidades em Frederico III. Primeiramente no relato do conflito entre o Hohenstaufen e Henrique de Wolfratshausen, um nobre bávaro. Em meio ao assédio que o suábio fazia à fortaleza daquele, um conde, chamado Conrado de Dachau é levado cativo por Frederico. Sobre o episódio o cronista escreve

E assim o jovem retornou para casa com a vitória, conduzindo o mencionado conde. E embora fosse orientado por muitos que extorquisse uma grande quantidade de dinheiro dele [do prisioneiro], este de sua nobreza inata declinou os conselhos perversos. Pois, assim como forçosamente foi capturado, também graciosamente mandado embora, permitiu que ele retornasse para casa sem a extração de dinheiro.<sup>407</sup>

Frederico aproxima-se assim do modelo de cavaleiro ideal, aquele que não o é pelas rendas, como um mercenário, mas por vocação, como um monge. Negando os maus conselhos que lhe orientavam a exigir um resgate para a liberação do duque cativo, Frederico assume uma posição de nobreza de caráter, reconhecendo as virtudes de seu oponente e deixando-o partir em virtude de sua honra, e não de um resgate, como queriam outros cavaleiros que acompanhavam o Hohenstaufen. Sua posição firme e moralmente ideal destacam Frederico III em meio aos demais *milites* do Império, num prelúdio daquilo que marcará seu governo. Mas não somente a misericórdia e a generosidade do Barbarossa são exaltadas. Tal conduta virtuosa aponta para o modelo ideal, de paz e justiça, que o frisigense propõe. E na guerra levada a cabo por Frederico contra o duque Conrado de Zähringen vai evidenciar estas características do futuro imperador romano. O Hohenstaufen “contra a opinião de muitos combateu tão

<sup>407</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 44. Sicque adolescens prefatum ducens comitem ad propria cum victoria revertiur. Cumque a multis sibi suaderetur, ut pecuniam magnam ab eo extorqueret, ipse ex innata sibi nobilitate pravorum declinavit consilia. Nam, sicut fortier captum, sic eum liberaliter dimissum ad propria redire sine pecuniae exactione permisit. Tradução livre.

bravamente o poderosíssimo e riquíssimo duque, de modo que compeliu a ele [o duque] a vir suplicando ao seu pai e ao seu tio e pedir a paz”.<sup>408</sup> O conflito tem como objetivo trazer a reconciliação entre Conrado de Zähringen e os Hohenstaufen, desencadeando a paz, que Otto de Freising tanto enfatiza como elemento fundamental das virtudes cristãs. Não sem motivo que o bispo finaliza o relato dos feitos do jovem Frederico citando uma passagem do evangelho de Lucas. “Estas e outras coisas tão desafiantes nesta idade juvenil geriu, de forma que não sem mérito, com estupor de muitos, deste se pudesse dizer, isto do evangelho: *o que crês que este menino será?*”<sup>409</sup>

Para Otto aquele garoto se tornara então o imperador ideal para a recuperação da honra imperial, e dentro desta perspectiva o relato das virtudes de Frederico durante seu governo vão de encontro àquelas apresentadas por Isidoro de Sevilha em seu *Etymologiarum* ao tratar dos reis e o bom governo de seus reinos. O bispo hispalense nos escreve “Particularmente duas são as virtudes régias: justiça e piedade. Mais louvável é, entretanto, no que se refere ao rei, a piedade; pois a justiça por si é severa”.<sup>410</sup>

Seguindo tal modelo a justiça a piedade são as virtudes que mais se destacam no Hohenstaufen após a sua ascensão ao poder imperial. Fica evidente tal fato ao observarmos a quantidade significativa de relatos nos quais o imperador procura, segundo seu cronista, resolver os litígios que lhe são apresentados por meio do arbítrio e não do uso da força. Mesmo no caso dos dois Henriques, que já exploramos anteriormente, tal fato se destaca se olharmos para as diversas vezes em que o Barbarossa convoca os duques para acertar a disputa entre ambos judicialmente, e mesmo nas constantes ausências do Jasomirgott Frederico não desiste de sua proposta, a de resolver o assunto sem o recurso às armas e ao derramamento de sangue.

Mas não é somente nas questões internas que Frederico atua como juiz, uma vez que se assim fosse a imagem de um imperador justo não seria retoricamente tão

<sup>408</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 44. “contra multorum opinionem fortissimum et ditissimum ducem tam acriter debellavit, ut ad patrem patruumque suum supplicem eum venire ac pacem petere cogeret”

<sup>409</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 44. “Haec et alia tam ardua in ipsa puerili aetate gessit negotia, ut non inmerito cum multorum stupore de ipso dici posset illud evangelii: *Quis putas puer iste erit?*”

<sup>410</sup> ISIDORUS, Op. Cit. Lib. IX, cap. 3, 5. “Regiae virtutes praecipuae duae: iustitia et pietas. Plus autem in regibus laudatur pietas; nam iustitia per se severa est”. Tradução livre.

marcante, já que sua posição lhe conferia também o cargo de supremo juiz do reino germânico, cargo para o qual não necessariamente garantia a virtude àquele que o ocupasse – o que Otto parece nos confirmar com os relatos dos antecessores de Frederico, imperadores, porém carentes da justiça, essencial para o bom governo do Império.

Frederico é justo em sua própria natureza virtuosa, independentemente de seu cargo. Isso já é apontado pelo bispo no próprio momento da coroação de Frederico em Aachen, aonde um antigo *ministeriale* veio e se lançou aos pés do rei, buscando perdão e o retorno do seu favor. Otto descreve a reação do imperador como “Este [Frederico] certamente mantendo em mente a severidade anterior, e como que permanecendo imóvel, deu a todos nós não pequena prova, dizendo que não por ódio, mas em consideração à justiça aquele [o *ministeriale* suplicante] foi excluído da sua graça”.<sup>411</sup> Mas a comprovação da justiça de Frederico enquanto virtude e não enquanto ofício ocorre pouco mais adiante, quando o imperador é solicitado para arbitrar a disputa ao trono dinamarquês entre os pretendentes Svend e Knut.

Este arbítrio acontece, em tese, fora da alçada jurídica do rei germânico, mas dentro da proposta ideal de um imperador que rege a cristandade de um posto acima dos demais reis. Reforça a idéia de que Frederico possuía as virtudes, em especial a justiça, o fato desse arbítrio ter lugar ainda antes da coroação imperial do Barbarossa, demonstrando um reconhecimento “internacional” da justiça do Hohenstaufen enquanto virtude, e de seu “destino” imperial. A assembléia na qual Frederico promulgou sua sentença ocorreu em Merseburg, na Saxônia, e, de acordo com a narrativa de Otto de Freising, o candidato indicado por Frederico, Svend, recebeu o trono e a coroa da Dinamarca das mãos do próprio Hohenstaufen, submetendo-se a ele por voto de fidelidade e homenagem de vassalagem.<sup>412</sup>

<sup>411</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 104. “Ipse vero mentem in priori severitate retinens et tamquam fixus manens constantiae suae omnibus nobis non parvum dedit indicium, dicens non ex ódio, sed iusticiae intuitu illum a gratia sua exclusum fuisse”. Tradução livre.

<sup>412</sup> Otto de Freising omite o fato da disputa pelo trono não ter cessado com a decisão de Frederico, e que somente em 1157, com a morte de Knut e o banimento de Sven um novo rei passou a governar a Dinamarca. Curiosamente, este, Waldemar, é citado como recebedor de um ducado no mesmo episódio do arbítrio realizado por Frederico.

Já os exemplos de piedade do imperador não são tão vastos quanto os da sua justiça. Contudo, Otto de Freising compõe um projeto ideal para o Império Romano e com isso sente a necessidade de descrever como também o imperador possui a segunda virtude essencial para o bom governo, segundo a fórmula de Isidoro de Sevilha. O primeiro exemplo, que não creio ser preciso citar novamente, é aquele no qual o jovem Frederico permite que o conde Conrado de Dachau parta em liberdade, após ser capturado, sem cobrar nenhum resgate, demonstrando com isso diversas virtudes, dentre as quais a justiça e a piedade. Dentro da proposta do frisigense a virtude da piedade também toma um sentido específico, vinculado a uma proposta cristã de *renovatio imperii*, em que as ações do imperador sejam guiadas pelo modelo cristão. A piedade neste sentido toma uma posição vinculada à reverência da divindade e parte de um olhar cristão, e não meramente jurídico, para ter seu valor. Talvez venha daí também a maior importância dada por Isidoro, ao menos naquilo que entendemos ser a interpretação de Otto acerca dos escritos do hispalense, para a piedade. Segundo Maria Helena da Rocha Pereira, a *pietas* romana, para o mundo clássico, constituía-se em “obrigação para com aqueles a quem o homem estava ligado por natureza”.<sup>413</sup> Este vínculo conduzia os romanos do período clássico a uma virtude ligada também às divindades da casa e ao culto dos antepassados. Em tempos de cristianismo esse vínculo se transfere das divindades do panteão do paganismo romano para o Deus triuno, que passa a responder pela proteção da família dos cristãos. Ainda segundo Maria Helena, a *pietas* no mundo clássico “não significa mais do que cumprir seu dever para com os deuses, a pátria e a família”.<sup>414</sup> Pensando a transformação tais aspectos no Ocidente cristão, o século XII de Otto de Freising e Frederico I, de Hohenstaufen, nos apresenta algumas peculiaridades em relação à piedade, em especial ao exercício da virtude pelo imperador dentro de uma proposta de *Imperium Christianum*.

O seu dever para com a família o Barbarossa cumpre no acerto que promove em relação às disputas entre os dois Henriques, um sendo seu primo e outro seu tio. Ao buscar uma solução pacífica para o conflito, Frederico atua em favor da unidade familiar, papel da virtude da *pietas*. Mas também está atuando em favor da “pátria”

<sup>413</sup> PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de história da cultura clássica: II volume – cultura romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. [s.d.]. pp. 326-327.

<sup>414</sup> PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Op. Cit. [s.d.], p.330.



imperial, ao combater, sem armas, a dissensão causada pelos duques, conduzindo o Império a um novo momento de paz, que promete, na pena de Otto de Freising, ser duradouro. Mas o tema que mais interessa ao frisigense vincula-se, como já apontamos, à ligação entre o desempenho da virtude e o favor da divindade. Este aparece em alguns momentos na *Gesta*, principalmente vinculado à observância, por parte de Frederico, das tradições cristãs em reverência à divindade. São as constantes menções de Otto às missas e celebrações a que o Hohenstaufen assiste, mas também sua posição firme durante a passagem pela região de Trento e Brixen com suas tropas, onde em reverência a Deus o imperador manda que sejam coletados os espólios tomados dos locais santos da região para devolvê-los, mesmo que isto significasse a privação de seus homens.<sup>415</sup> Neste mesmo episódio fica mais evidente a piedade de Frederico quando este “decidiu primeiramente atrair o favor do Príncipe do Céu”,<sup>416</sup> e mais adiante “pois que estando por iniciar tão grandes coisas, [o rei] decidiu que apaziguaria o regente supremo e criador de todas as coisas, sem o qual nada de bom pode ser começado nem bem terminado, e que desviaria a ira dEle de seu povo”.<sup>417</sup>

Tais exemplos da conduta mostram um líder preocupado com sua relação tanto com sua *gens* quanto com a divindade, seguindo na direção do exercício da *pietas*. Os exemplos se diluem na narrativa do frisigense, como também no cerco a Tortona, em que o Barbarossa oferece uma trégua para a observância do tempo sagrado da Paixão. Tal postura corrobora uma imagem criada em torno da virtude da piedade, colocando Frederico no centro dessa construção como um imperador pio. Importante ressaltar que a virtude conduz não à noção moderna de piedade, mas ao conceito medieval do homem pio, que volta todas as suas ações para os caminhos traçados pelos desígnios divinos, mesmo que isto implique, como no exemplo supracitado, em causar privação às pessoas que o cercam.

A *pietas* de Frederico, na narrativa do bispo Otto, vai de encontro à noção apresentada por Isidoro de Sevilha em suas *Etimologias*. Ela se faz útil para aplacar a

<sup>415</sup> OTTO in: WAITZ: 1912. Lib. II, cap. 11.

<sup>416</sup> OTTO in: WAITZ: 1912. p. 113. “primo caeli principem conciliandum decrevit”. Tradução livre.

<sup>417</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 113. “ut maxima adorsurus negotia ante omnia rectorem et plasmatorem omnium, sine quo nichil bene incohatur, nichil prospere consummatur, placandum eiusque offensam a populo suo avertendam intenderet”

severidade da justiça do imperador. No ocorrido em Brixen, ou no cerco a Tortona esta idéia se apresenta implícita ao texto, mas o frisigense nos narra outro episódio em que a *pietas* e a justiça aparecem juntas, de maneira explícita. Referimo-nos ao relato, feito pelo cronista, do julgamento do conde-palatino Hermann e do arcebispo Arnold de Mainz.

Vindo a esta Dieta Arnold, arcebispo de Mainz, e Hermann, o conde-palatino, foram trazidos a julgamento por conta disto, por que estando o príncipe ausente, como foi dito anteriormente, perturbaram aquela região por meio de pilhagens e incêndios. As duas partes juntamente com seus cúmplices foram encontradas culpadas [das acusações]. Um deles [o arcebispo] foi poupado por causa de sua velhice e da dignidade de sua pessoa; e por reverência à sua ordem episcopal. O outro [o conde-palatino] pagou seus débitos por meio de uma punição.<sup>418</sup>

Dessa forma Otto completa a imagem de um imperador virtuoso que cria em relação a Frederico I, Hohenstaufen. Ao exercer a justiça moderada pela *pietas* o seu sobrinho alcançara o ideal do frisigense, herdado de Isidoro, em que o bom governante deveria aplicar corretamente a justiça sem esquecer-se do exercício da piedade, a fim de que a severidade da justiça não se sobressaísse. Frederico é ideal para o cronista por possuir todas as qualidades de um imperador ideal, fato coroado com a paz e a unidade que este estabelece ao fim do relato:

E imediatamente no dia seguinte, estando em seu consistório público, fez com que fosse jurada uma trégua a partir do próximo pentecostes até um ano [...] Depois disso tanta alegria da paz sorriu sobre todo o Império transalpino, daquele dia até o presente, que Frederico com justiça é chamado não somente imperador e augusto, mas também *pater patriae*.<sup>419</sup>

<sup>418</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 154. “Ad hanc curiam Arnaldus Maguntinus archiepiscopus et Henrimannus palatinus comes vennientes, de hoc, quod absente principe terram illam, ut supra dictum est, preda ET incêndio perturbant, in causam ponuntur, ambobusque cum complicitibus suis reis inventis, alteri ob senii morumque gravitatem et pontificalis ordinis reverentiam parcitur, alter debita pena plectitur”. Tradução livre.

<sup>419</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 161. “ac statim sequenti die in publico residens consistorio [...] treguam a proximo pentecosten ad annum iurari fecit. Porro tanta ab ea die usque impresentiarum toti Transalpino pacis iocunditas arrisit império, ut non solum imperator et Augustus, sed et pater patriae iure dicatur Fridericus”. Tradução livre.

## **Conclusão:**

Ao analisarmos mais detidamente os dois livros de Otto de Freising que compõem a *Gesta Friderici I. imperatoris* nos deparamos com uma proposta política bastante clara, por parte do bispo, e que se fundamenta em dois aspectos principais e interligados. Estamos falando de sua proposta de unidade e de uma autoridade universal cristã, como modo pelo qual atingir essa universalidade. Tais pretensões apresentadas pelo cronista não são exclusivas de seu pensamento. Outros autores de sua época apontam para as mesmas questões e fazem suas reflexões acerca do problema da unidade no Ocidente cristão, dando cada qual sua solução. O que torna então a proposta de Otto de Freising especial em relação ao universo do pensamento político do século XII? A resposta cremos já ter sido apresentada desde a proposta dessa pesquisa. O diferencial no que se refere a Otto é o fato de sua proposta se colocar dentro de uma obra historiográfica, confirmando, de certo modo, a idéia de Walter Ullmann, de que o político, na Idade Média, deve ser procurado em todos os tipos de suportes materiais e não somente em obras específicas, as quais se existem, são muito escassas.<sup>420</sup> Otto enquanto historiador utiliza seus próprios meios para propor uma intervenção reflexiva para a sociedade em que vive, de modo que do ponto de vista historiográfico, suas obras ganham em riqueza e significado, combatendo a noção mais generalizada, talvez, de que o cronista medieval é um mero transcritor de documentos e relatos, colocando-o na posição de interventor da história, de agente que observa, interpreta e transforma o conteúdo histórico a fim de atingir um objetivo mais amplo. O frisigense se mostra, desse modo, não somente como historiador, ou filósofo da história, mas como filósofo da política.

Sua abordagem centra-se na instituição imperial, mas esta entendida enquanto instituição universal e aglutinadora, capaz de reunir sob si mesma todo o Ocidente medieval, em consonância com a Igreja. A opção que faz pelo Império se justifica por sua visão enquanto monge cisterciense, defensor dos preceitos da *libertas ecclesiae*,

---

<sup>420</sup> Cfr. ULLMANN, Walter. Op. Cit. 1970. “No books, tracts or pamphlets were written on those topics which have at all times formed the contents of political thought [...] In the earlier Middle Ages political thought has to be extracted from the official pronouncements of the respective governments as well as from the historical process himself”.

mas crítico ao processo de formação de uma monarquia pontifícia, que interfere na sociedade atuando como um reino, e não como uma entidade de responsabilidade espiritual com relação aos seus subordinados. O Império deve ser recuperado enquanto instituição capaz de desempenhar este papel aglutinador à frente da sociedade laica, papel de autoridade civil e militar sobre o corpo da sociedade cristã ocidental no medievo. E Otto de Freising vai além, propondo inclusive que a recuperação da instituição imperial se dê em moldes semelhantes aos do Império Romano antigo e do Império carolíngio, atribuindo ao imperador a responsabilidade de zelar pela integridade da Igreja, enquanto *advocatus ecclesiae* – fórmula marcadamente carolíngia – e enquanto *Christus Domini* – conceito oriundo do pensamento político imperial antigo.<sup>421</sup>

A preocupação primeira de Otto é em relação à unidade imperial. Esta preocupação tem sua origem no contexto vivido pelo frisigense, no qual observamos a constante disputa dos diferentes partidos formados no interior da sociedade política imperial durante a primeira metade do século XII, disputas que levaram ao enfraquecimento a instituição imperial, em especial frente às pretensões do Papado de Roma. Otto nos apresenta então sua visão desses conflitos, relatando-os e interpretando-os a partir de um olhar reprovador e de advertência. São exemplos, mas não devem ser seguidos. Apontam para a destruição e a instabilidade do Império, figurando como anti-modelos dentro da narrativa do bispo. O frisigense nos apresenta os caminhos da degeneração, as ações que conduziram o Império Romano ao seu desgaste e à sua (quase) extinção durante o reinado de Conrado III, que, envolto nas intrigas da nobreza germânica e governando de uma posição deveras delicada, não realizou sua *expeditio romana* a fim de receber das mãos do Papa a coroa imperial. É o mais profundo nível de desagregação do Império, que só foi refreada durante o reinado de Conrado por dois elementos: a convocação da cruzada de 1147, por Bernardo de Clairvaux, e a sempre marcante presença dos Hohenstaufen na defesa da comissão recebida por Frederico I da parte de Henrique IV. São os primeiros indícios de um esforço por unidade que

---

<sup>421</sup> A referência a respeito do *Christus Domini* sendo fruto do pensamento político imperial antigo encontramos nas propostas de Sto. Ambrósio – em menor grau – e especialmente em Eusébio de Cesaréia, e suas propostas criadas em torno da figura de Constantino. Cfr. SIRINELLI, Jean. As doutrinas da Igreja vitoriosa. In: TOUCHARD, Jean. (org.). História das Idéias Políticas. Lisboa: Europa-América. 1970.

marcaria o reinado de Frederico I.

O Barbarossa é idealizado, então, por Otto de Freising como sendo o imperador capaz de conduzir o Império novamente à sua glória e sua dignidade inicial, revertendo o quadro de desagregação surgido durante a primeira metade do século XII. Isto é possível, pois Frederico representa nele mesmo a união entre as duas famílias mais importantes – e em constante disputa – dentro da sociedade política imperial do século XII. Ele é ao mesmo tempo Welf e Waiblingen, e por isso pode ser chamado pelo bispo de “pedra angular”,<sup>422</sup> sobre a qual não somente se construirá, de acordo com a interpretação do frisigense, a unidade do Império, mas também uma concepção nova de Império, associando conceitos antigos – presentes especialmente no pensamento de Eusébio de Cesaréia e Sto. Agostinho – com uma realidade nova, específica do século XII, num contexto posterior à Crise das Investiduras e à Crise Imperial.

Frederico I alcança a unidade desejada por Otto através de dois meios principais: a guerra justa e o conselho. A guerra domina grande parte do relato do frisigense sobre o governo de Frederico. Também aparece insistentemente durante os reinados de seus antecessores. Contudo ela aparece de modo distinto em ambas as situações. Enquanto entre os antecessores de Frederico, desde Henrique IV até Conrado III a guerra é utilizada como meio pelo qual o imperador força a aceitação de suas vontades pessoais, gerando com isso descontentamento, oposição e, conseqüentemente o cisma, em Frederico I ela aparece como elemento aglutinador, pois é retirada do meio da sociedade imperial e transferida para suas fronteiras. Além disso, ela não visa, na interpretação do frisigense, a imposição dos desejos pessoais do imperador, mas sim o engrandecimento da instituição imperial, o bem comum. O Barbarossa faz a guerra visando à paz, o que torna a guerra justa, e, associada à busca do favor divino, uma constante na narrativa de Otto sobre Frederico, garante o sucesso das empreitadas do imperador *a priori*. Se o bem comum é o objetivo final da ação do imperador, então é preciso de alguma forma discernir o que é este bem comum. Na proposta do bispo de Freising é papel do conselho orientar o imperador nesta direção. O modelo feudal clássico tem uma penetração significativa dentro da proposta de Otto de Freising no que

---

<sup>422</sup> OTTO in: WAITZ: 1912, p. 103 “[...]tamquam angularis lapis [...]”.

concerne ao papel do conselho em relação ao imperador. O conselho serve de guia para as ações imperiais estarem sempre voltadas para o bem comum. Enquanto representação da sociedade política imperial, o conselho representa os anseios da elite nobiliárquica germânica do século XII e aponta para o governo imperial em favor da coletividade, ao invés do indivíduo imperador, mesmo essa coletividade sendo compreendida de acordo com os parâmetros medievais, restritos às camadas dominantes da sociedade. Desse modo o frisigense impõe também suas expectativas sobre o conselho imperial, e não somente sobre a figura do imperador. O conselho deve ser coletivo e não individual, e deve acima de tudo ser reflexo do conselho representado no relato bíblico dos provérbios de Salomão, como deixamos evidente neste trabalho. O conselho individual pode conduzir o imperador a mover suas ações em favor da visão daquele um conselheiro ao invés do bem comum, e, do contrário, o conselho da coletividade pode demover o imperador de agir contra o mesmo bem comum, como vários trechos trabalhados nesta dissertação apresentam.

Para Otto de Freising há somente um meio pelo qual estes ideais podem ser alcançados: através das virtudes, tanto cívicas quanto cristãs. Elas servem como meio pelo qual é possível mensurar as qualidades e a capacidade do indivíduo de ser um bom ou mau governante. A oposição dos vícios às virtudes é inevitável, pois, compartilhando da visão platônica<sup>423</sup> de que a virtude não é divisível, mas apresenta-se como um todo, uma forma completa manifesta em diversas facetas, não é possível trazer apenas algumas virtudes, complementadas por demais características “neutras”. Se não há virtudes, há vícios, e Otto ressalta tal fato a mostrar que os antecessores de Frederico I eram detentores não da virtude, mas do vício, que levou o Império ao mais elevado grau de desestruturação – a ausência de um imperador romano. A crítica do frisigense recai sobre as ações que conduzem ao cisma, à guerra e à destruição daquilo que, segundo Otto, é um plano divino, o Império. Estas ações são guiadas pelos vícios, cuja oposição não teria outro resultado senão a unidade, a paz e a glória imperial, liderando a sociedade cristã ocidental para – numa perspectiva escatológica, levantada pelo bispo de maneira mais ou menos direta em sua narrativa – o juízo final, na consumação dos tempos, simultânea ao fim do *Imperium*. As virtudes, em contraponto aos vícios, são o

---

<sup>423</sup> Cfr. LEWIS, Clive Staples. *O problema do sofrimento*. São Paulo: Vida. 2006.

padrão ideal de conduta de todos os indivíduos, na pena de Otto de Freising. Partindo dessa premissa é que o bispo pode construir em sua narrativa um modelo ideal, que não se apresenta somente na figura principal de seus relatos, Frederico I, mas em diversos personagens ligados à sua proposta de constituição de um *Imperium Christianum*, recuperando a dignidade perdida durante as sucessivas crises mencionadas pelo bispo. Por isso a linhagem dos antepassados do Barbarossa aparece, como observamos em nossa análise, associada ao modelo de virtude, em um grau cada vez mais completo, até a ascensão do homem virtuoso por excelência, Frederico Barbarossa, que não somente apresenta as virtudes cristãs e cívicas do bom cavaleiro, tema que Otto explora ainda no primeiro livro de sua *Gesta*, ao falar do jovem Frederico, mas também apresenta as virtudes associadas ao bom governo, voltado para o bem comum e para a grandeza do Império, segundo a fórmula de Isidoro de Sevilha em suas *Etimologias*, a *iustitia* e a *pietas*.

Com isso constrói-se um quadro no qual observamos a proposta de Otto de Freising diretamente ligada a proposições políticas apresentadas por figuras importantes da patrística, e a partir do diálogo dessas propostas com sua realidade, do século XII, pode então apresentar sua própria ideologia<sup>424</sup> política. Dentro dessa proposta, se Isidoro fornece material para a construção da imagem do imperador virtuoso, governante ideal, S.<sup>to</sup> Ambrósio fornece o respaldo para o estabelecimento do padrão de conduta do imperador dentro da moral cristã, e não acima desta. Segundo sua visão – de S.<sup>to</sup> Ambrósio – o imperador faz parte do corpo dos cristãos, e não está acima deste, exigindo, desse modo, que o imperador desenvolva uma conduta condizente com a moral cristã.<sup>425</sup>

Mais significativa, entretanto, é a contribuição do pensamento de Eusébio de Cesaréia para a construção de Otto. O bispo de Cesaréia procura uma lógica positiva para a ação do Império – e também sua existência – nos períodos iniciais do cristianismo. Parte então do pressuposto de que fazia parte do plano de Deus o

---

<sup>424</sup> Referimo-nos aqui à ideologia na forma como o termo se apresentou desde a Antigüidade, como um conjunto de idéias e concepções teóricas. Afastamo-nos, desse modo, da noção de ideologia proposta pelo pensamento marxista e outros mais partir do século XIX, conceito que não se aplica às realidades práticas do medievo.

<sup>425</sup> Cfr. SIRINELLI, Jean. Op. Cit. 1970.

surgimento concomitante entre Império e o cristianismo. Colocando os imperadores sob os planos divinos Eusébio reabilita a instituição e propõe, a partir daí, uma história conectada entre a instituição terrestre e os desígnios divinos, conformando sua proposta com as profecias bíblicas da sucessão dos quatro impérios terrestres. O bispo constrói assim uma teologia política baseada no providencialismo que liga Império e Providência, Monarquia e Deus em termos similares. Imputa ideais filosóficos gregos a esta sua idéia, em especial os do neoplatonismo e neopitagorismo, colocando Deus como fonte de todo o poder. Cria redes de entrelaçamento das instâncias divinas, de Deus e do Verbo, com as instâncias terrenas, representadas pelo imperador, governante universal da humanidade, e fundamenta a crença da pessoa supranatural do imperador<sup>426</sup> – este passará logo de divindade a *Christus Domini* – justificando a afirmação de Fuhrmann, de que é mais pecado que crime se opor ao *Christus Domini*.<sup>427</sup> Otto de Freising incorpora diversos aspectos das propostas de Eusébio para compor sua própria proposta de Império ideal. O frisigense estabelece a existência imperial dentro do plano temporal em conformidade com o providencialismo divino, dando um aspecto ao mesmo tempo profético – pelo cumprimento das profecias bíblicas de Daniel e do Apocalipse – e escatológico – pela idéia de que a conexão histórica entre Império e Providência divina se dará até o fim dos tempos, quando a extinção da instituição terrena indicará o fim dos tempos. Assim como Eusébio, Otto coloca o seu modelo ideal de imperador sob os desígnios divinos e com isso afirma uma teoria descendente do poder, propondo que toda a autoridade imperial provém diretamente de Deus, combatendo desse modo a idéia de que o poder imperial era atribuído pelo Papa ou pela eleição dos *magnates* germânicos. E por fim o frisigense insiste na recuperação da dignidade imperial do *Christus Domini*, e aqui em contato com as proposições de S.<sup>to</sup> Ambrósio, enquanto exemplo moral do cristianismo. Desse modo, em Otto, bebendo de Eusébio apresenta “Todas as visões apocalípticas [oriundas da desintegração do Império, em Otto de Freising] são abandonadas para darem lugar à idéia de um progresso racional que se desenvolve continuamente (a partir de uma época preambular

---

<sup>426</sup> Cfr. SIRINELLI, Jean. Op. Cit. 1970.

<sup>427</sup> FUHRMANN, Horst. Op. Cit. 2001. p. 51.



de decadência) e de que o império é no presente o motor”.<sup>428</sup>

Desse modo não podemos deixar ainda de comentar sobre a influência de S.<sup>to</sup> Agostinho no pensamento do frisigense, e aqui cabem principalmente comentários sobre a influência que se nota na obra do bispo de Freising da *Cidade de Deus* do bispo de Hipona. A primeira está em contato direto com o que apresentamos sobre a influência de Eusébio de Cesaréia. Otto de Freising conecta ideais dos dois pensadores da Antigüidade Tardia em sua proposta. O abandono da visão apocalíptica por Otto, baseada em Eusébio, encontra eco nas proposições anti-milenaristas<sup>429</sup> de Agostinho, de que a existência das cidades terrena e celeste não é sucessiva, mas concomitante, sendo a terrena aquela dos poderes políticos, e a celeste a comunidade dos cristãos. Observamos claramente esta influência em Otto de Freising a partir da proposta de extensão do poder do Império a toda a sociedade cristã Ocidental, e a tentativa de aproximar, com isso, as duas cidades, o Império e a *Christianitas*, criando a partir de então um *Imperium Christianum*, representante das duas cidades unificadas, e com isso voltado para um futuro escatológico, de consumação das profecias bíblicas da sucessão dos quatro impérios terrestres precedendo o fim dos tempos. Para o frisigense é tarefa do imperador conduzir a ‘Cidade de Deus’, a *Christianitas*, do exílio novamente à presença de Deus, o que sucederá no fim dos tempos. A aproximação do Império e da *Christianitas* permite a Otto vislumbrar a realização da Cidade de Deus ainda antes do fim dos tempos, porém apontando para ele.

Por fim gostaríamos de fazer um pequeno apontamento acerca do alcance da proposta de Otto. Falamos sobre diversas propostas do frisigense sobre o poder e a instituição imperiais em conexão com uma proposta de recuperação da dignidade do imperador e da instituição sobre a qual exercia seu poder, mas tais propostas ideais somente teriam efeito a partir do momento que encontrassem eco também nos agentes políticos imperiais, aos quais Otto se dirigia. É o próprio Frederico I que nos traz a resposta às proposições de seu tio, em uma carta transcrita pelo bispo em sua *Gesta*. Nela o Barbarossa escreve:

---

<sup>428</sup> Cfr. SIRINELLI, Jean. Op. Cit. 1970.

<sup>429</sup> Cfr. SIRINELLI, Jean. Op. Cit. 1970.

Frederico, pela graça de Deus imperador dos romanos e sempre augusto a seu dileto tio Otto, bispo de Freising, a sua graça e bondade em tudo. Porque pela provisão da divina clemência temos o governo sobre a Cidade e sobre o mundo, devemos tomar conta do **Sacro Império** e da *res publica divina*, de acordo com os diversos resultados das coisas e as sucessões dos tempos.<sup>430</sup>

Verificamos desse modo que a proposta política encontra espaço nas pretensões de Frederico, que assume a proposta de seu tio e busca então, em conformidade com estas propostas, estabelecer uma *res publica Christiana* [divina] em seu governo sobre o Império, que passa a ser entendido como Sacro, por sua ligação com o plano divino.

---

<sup>430</sup> OTTO in: WAITZ: 1912. p. 158. “Fridericus Dei gratia Romanorum imperator et semper augustus dilecto patruo suo Ottoni Frisingensi episcopo gratiam suam e omne bonum. Quia divina providente clementia Urbis et orbis gubernacula tenemus, iuxta diversos eventus rerum et successiones temporum sacro imperio et divae rei publicae consulere debemus”. Tradução livre, grifo nosso.

## **Referências:**

### **Fontes:**

AUGUSTINUS, Aurelius (S. Agostinho). *A Cidade de Deus*. Lisboa: fundação Calouste Gulbenkian. 3 vols. 1996.

CAPELLA, Marziano. *Le nozze di filologia e mercúrio*. Milão: Bompiani. 2004.

DIONYSIUS AREOPAGITA. *Dionysius the Areopagite, Works*. London: James Parker and Co. John Parker (trad.). 1897.

ISIDORVS HISPALENSIS, *Sententia libri III*. Bruxelas: Brepols. 1998.

\_\_\_\_\_, *Etymologiarum Sive Originum libri XX* Texto online: <http://www.thelatinlibrary.com/isidore.html>. Última visita em 11/02/09.

OTTO. In: WAITZ, Georg. *Otonis et Rahewini gesta Friderici I. imperatoris*. Hannover: Hahnsche Buchhandlung. 1912 (1997).

OTTO OF FREISING. *The deeds of Frerderick Barbarossa*. New York: Columbia University Press. 1953.

PAULUS OROSIUS. *Historiarum adversum paganos libri VII*. Texto Onlilne: <http://www.thelatinlibrary.com/orosius.html>. Última Visita em 11/02/2009.

SCHAFF, Phillip (Ed.) *Eusebius Pamphilius: church history, life of Constantine, oration in praise of Constantine*. New York: Christian Literature Publishing Co. Arthur Cushman McGiffert (trad.) 1890.

### **Bibliografia:**

- ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.
- ARNOLD, Benjamin. *German Knighthood 1050-1300*. New York: Oxford University Press. 1985.
- \_\_\_\_\_. *Power and Property in Medieval Germany*. New York: Oxford University Press. 2004
- \_\_\_\_\_. *Princes and Territories in Medieval Germany*. New York: Cambridge University Press. 2003.
- BAGGE, Sverre. Ideas and narrative in Otto of Freising's *Gesta Friderici*. **Journal of Medieval History**. Vol. 22, n. 4. 1996. pp. 345-377.
- \_\_\_\_\_. *Kings, politics and the right order of the world in German historiography c. 950-1150*. Leiden-Boston-Köln: Brill. 2002.
- BARBER, Malcolm. *The Two Cities: Medieval Europe 1050-1320*. New York: Routledge. 1993.
- BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo. Trad. Marcelo Rede. 2006.
- BASCHET, Jérôme. Os modelos da transição. **Signum**. N. 8. 2006. pp. 9-31.
- BLACK, Antony, *El pensamiento político em Europa, 1250-1450*. Cambridge: University Press. 1996.
- BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70. 1982.
- \_\_\_\_\_. *Apologia da História, ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.
- BOLTON, Brenda. *A reforma na Idade Média: século XII*. Lisboa: Edições 70. 1983.

- BOURDIEU, P. *A Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BRADY, Michelle. A platonic defense of rhetoric. **Mediterranean Studies**. Ashgate. Vol. 11. 2002. pp. 1-18.
- BURNS, J. H. (org) *The Cambridge History of Medieval Political Thought c.350 – c.1450*. Cambridge: University Press. 2005.
- CARDINI, Franco. *Barbarroja: vida triunfos e ilusiones de un emperador medieval*. Barcelona: Península. 1987.
- CARRETO, Carlos F. Clamote. A verdade dos simulacros: a (re)criação do mundo na narrativa medieval. **Signum**. N. 8. 2006. pp. 33-79.
- COHN, Gabriel (org.). *Max Weber*. São Paulo: Ática. 1979.
- DHONDT, Jan. La alta edad media. In: *Historia Universal Siglo XXI*. Madri (Espanha): Siglo XXI. 1984.
- DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa. 1982.
- \_\_\_\_\_. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu séc. VII-XII*. Lisboa: Estampa. Trad. Elisa Pinto Ferreira. 1980
- \_\_\_\_\_. *Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras. Trad. Jônatas Batista Neto. 1989.
- \_\_\_\_\_. *São Bernardo e a arte cisterciense*. São Paulo: Martins Fontes. Trad. Roberto Leal Ferreira. 1990.
- \_\_\_\_\_. *The Knight, the lady and the priest*. New York-Toronto: Pantheon. Trad. Barbara Bray. 1983.

- DUVERGER, Maurice. O Conceito e Império. in: DORÉ, A., LIMA, L. F. S. e SILVA, L. G. (orgs.). *Facetas Do Império Na História: Conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild. 2008.
- EVANGELIOU, Christos C. European philosophy: simply a series of footnotes do Plato? **Mediterranean Studies**. Ashgate. Vol. 10. 2001. pp. 167-180.
- FERNANDES, Fátima Regina. O conceito de Império no pensamento político Tardo-Medieval. in: DORÉ, A., LIMA, L. F. S. e SILVA, L. G. (orgs.). *Facetas Do Império Na História: Conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild. 2008.
- FOLZ, Robert. *The concept of empire in western Europe: from the fifth to the fourteenth century*. Londres: Edward Arnold. Trad. Sheila Ann Ogilvie. 1969.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.
- FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições 70. Trad. Fátima Martins Pereira. 1987.
- FRIGHETTO, Renan. Algunas consideraciones sobre las construcciones teóricas de la centralización del poder político en la Antigüedad Tardía: Cristianismo, tradición y poder imperial. **Historia: entre el pesimismo y la esperanza**. [s.l.], [s.d.].
- \_\_\_\_\_. *Cultura e poder na Antigüidade Tardia ocidental*. Curitiba: Juruá. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Imperium et orbis: conceitos e definições com base nas fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV-VII)*. in: DORÉ, A., LIMA, L. F. S. e SILVA, L. G. (orgs.). *Facetas Do Império Na História: Conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild. 2008.
- FUHRMANN, Horst. *Germany in the high middle ages: c. 1050-1200*. Cambridge: University Press. 2001.

- GALAN SANCHEZ, Pedro Juan. *El género historiográfico de Chronica: lās crônicas hispanas de época visigoda*. Cáceres: Universidad de Extremadura. 1994.
- GIERKE, Otto v. *Political theories of the Middle Age*. Cambridge: University Press. Trad. Frederic William Maitland. 1938.
- GILSON, Etienne. *A evolução da Cidade de Deus*. São Paulo: Herder, 1965.
- \_\_\_\_\_. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes. Trad. Eduardo Brandão. 1998.
- GIMPEL, Jean. *A revolução industrial da Idade Média*. Lisboa: Europa-América. 1976
- GOETZ, Hans-Werner. "Gespaltene Gesellschaft" und Einheitsideal. Bemerkungen zum Gegenwartsbild Ottos von Freising. **Zeitschrift für bayerische Kirchengeschichte**. n. 50, 1981, pp. 14-21.
- \_\_\_\_\_. Der hochmittelalterliche Geschichtsschreiber und seine Quellen: Zur historiographischen Praxis im Spiegel von Geschichtsverständnis und Geschichtsbewußtsein. **Mittelateinisches Jahrbuch**. Stuttgart. Vol. 32. N. 2. 1997.
- \_\_\_\_\_. Die Geschichte im Wissenschaftssysteme des Mittelalters. In: SCHMALE, Franz-Josef. *Funktion und Formen mittelalterlicher Geschichtsschreibung*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft. 1985. pp. 165 – 213.
- \_\_\_\_\_. Geschichte als Argument. Historische Beweisführung und Geschichtsbewußtsein in den Streitschriften des Investiturstreits. **Historische Zeitschrift**. München. n. 245, 1987, pp. 31-69.
- \_\_\_\_\_. Geschichtsbewusstsein und Frühscholastik in der spätsalischen und frühstaufischen Weltchronistik. In: JARNUT, J. e WEMHOFF, M. (orgs.). *Vom Umbruch zur Erneuerung? Das 11. Und beginnende 12. Jahrhundert – Positionen der Forschung*. Munique: Wilhelm Fink Verlag. 2006. pp. 197-218.

- \_\_\_\_\_. *Proseminar Geschichte: Mittelalter*. Stuttgart: Eugen Ulmer. 2006.
- \_\_\_\_\_. Von der *res gesta* zur *narratio rerum gestarum*. Anmerkungen zu Methode und Hilfswissenschaften des mittelalterlichen Geschichtsschreibers. **Revue belge de philologie et d'histoire**. n. 67, 1989, pp. 695-713.
- \_\_\_\_\_. Wahrnehmungs- und Deutungsmuster als methodisches Problem der Geschichtswissenschaft. In: BLEUMER, Hartmut e PATZOLD, Steffen. *Wahrnehmungs- und Deutungsmuster im europäischen Mittelalter*. [s.l.]. 2003. pp. 23-33.
- GUENÉE, Bernard. Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge. **Annales**. Vol. 28. n. 4. 1973. pp. 997-1016
- HEER, Friedrich. *Aufgang Europas: eine studie zu den zusammenhängen zwischen politischer Religiosität, Frömmigkeitsstil und dem Werden Europas im 12. Jahrhundert*. Viena-Zurique: Europa Verlag. 1949.
- \_\_\_\_\_. *Das Heilige Römische Reich: von Otto dem Großen bis zur Habsburgischen Monarchie*. Munique: Wilhelm Heyne. 1977.
- HINTZE, Otto. Natureza e extensão do Feudalismo: **Signum**. N. 6. 2004. pp. 141-182.
- INÁCIO, Inês C. e DE LUCA, Tania Regina. *O pensamento medieval*. São Paulo: Ática. Série Princípios. 1994.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto. Trad. Mario Vilela. 2007.
- LE GOFF, J. & SCHMITT, Jean-Claude *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC. 2006.
- LE GOFF, Jacques, La baja edad media. In: *Historia Universal Siglo XXI*. Madrid (Espanha): Siglo XXI. 1985.



- \_\_\_\_\_. *A civilização do Ocidente medieval*. Bauru, SP: EDUSC. Trad. José Rivair de Macedo. 2005.
- \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 2003.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio. 2006.
- LEWIS, Clive Staples. *O problema do sofrimento*. São Paulo: Vida. 2006.
- \_\_\_\_\_. *Studies in medieval and renaissance literature*. Cambridge: University Press. 2000.
- LUSCOMBE, David e RILEY-SMITH, Jonathan. *The New Cambridge Medieval History*. Edimburgo: Cambridge University Press. 2 vol. 2004.
- MAINGENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- MIETHKE, Jürgen. *Las ideas políticas de La Edad Media*. Buenos Aires: Biblos. 1993.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. 2004.
- MUCENIECKS, André S. *Virtude e Conselho na pena de Saxo Grammaticus (XII-XIII)*. Curitiba, 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- NIETO SORIA, José Manuel. El Imperio medieval como poder público: problemas de aproximación a un mito político. **Anales de la XXIII Semana de Estudios Medievales de Estella**. [s.l./s.d.]. pp. 403 – 440.
- OAKLEY, Francis. *Los siglos decisivos: la experiencia medieval*. Madrid: Alianza. 1980.
- ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- PACAUT, Marcel. *Frederick Barbarossa*. New York: Charles Scribner's Sons. Trad. A. J. Pomerans. 1970.
- RIBEIRO, Daniel Valle. *Igreja e Estado na Idade Média*.
- SCHMALE, Franz-Josef. Die Gesta Friderici I. imperatoris Ottos von Freising und Rahewins. **Deutsches Archiv für Erforschung des Mittelalters**. Vol. 19. 1963. pp. 168-214.
- SIRINELLI, Jean. As doutrinas da Igreja vitoriosa. In: TOUCHARD, Jean. (org.). *História das Idéias Políticas*. Lisboa: Europa-América. 1970.
- SOUZA, José Antônio de C. R. de e BARBOSA, João Morais. *O reino de Deus e o reindo dos homens: as relações entre os podoeres espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort)*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1997.
- STIER, Hans Erich. *Deutsche Geschichte: im Rahmen der Weltgeschichte*. Berlim: Deutsche Buch-Gemeinschaft. 1958.
- TENBROCK, Robert-Hermann. *Geschichte Deutschlands*. Munique: Max Hueber. 1965.
- TOUCHARD, Jean. *História das Ideias Políticas*. Lisboa: Europa-América. 1970.
- ULLMANN, Walter. *A history of political thought: the middle ages*. Harmondsworth: England. 1970.
- \_\_\_\_\_. *Escritos sobre teoria política medieval*. Buenos Aires: Edueba. 2003.
- \_\_\_\_\_. *Principios de gobierno y política en la edad media*. Madrid: Alianza. Trad. Graciela Soriano. 1985.
- VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. Bauru-SP: EDUSC. 1999.

VILLANI, Maria Cristina Seixas. *Origens medievais da democracia moderna*. Belo Horizonte: Inédita. 2000.

ZIMMERMANN FERNANDES, Tathyana. *O ideal de papa proposto por Bernardo de Claraval no tratado Das Considerações (século XII)*. Curitiba, 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

## **Apêndices**

**Lista dos imperadores germânicos a partir da casa Sálica até  
o interregno:**

<b>Imperador</b>	<b>Ano</b>
<i>Sálicos</i>	<i>1024-1125</i>
Conrado II	1024-1039
Henrique III	1039-1056
Henrique IV	1056-1106
• <u>Rudolf de Rheinfelden</u>	• <u>1077-1080</u>
• <u>Hermann de Salm</u>	• <u>1081-1088</u>
Henrique V	1106-1125
<i>Süpplingenburg (sem dinastia)</i>	<i>1125-1137</i>
Lotário III	1125-1137
• <u>Conrado III</u>	• <u>1127-1135</u>
<i>Staufen</i>	<i>1138-1254</i>
Conrado III	1138-1152
Frederico I, Barbarossa	1152-1190
Henrique VI	1190-1197
Filipe da Suábia	1198-1208
• <u>Otto IV de Braunschweig</u>	• <u>1198-1215</u>
Frederico II	1212-1250
• <u>Henrique Raspe</u>	• <u>1246-1247</u>
• <u>Guilherme da Holanda</u>	• <u>1247-1256</u>
Conrado IV	1250-1254

Anti-imperadores em destaque no subnível.

### **Lista dos papas (séc. XI e XII):**

<b>Papa</b>	<b>Ano</b>
João XVII	1003
João XVIII	1003-1009
Sergio IV	1009-1012
Benedito VIII	1012-1024
• <u>Gregório (VI)</u>	• <u>1012</u>
João XIX	1024-1032
Benedito IX	1032-1044/1045/1047-1048
Silvestre III	1045
Gregório VI	1045-1046
Clemente II	1046-1047
Damásio II	1048
Leão IX	1049-1054
Victor II	1055-1057
Estevão IX	1057-1058
Benedito X	1058-1059
Nicolau II	1058-1061
Alexandre II	1061-1073
• <u>Honório (II)</u>	• <u>1061-1072</u>
Gregório VII	1073-1085
• <u>Clemente (III)</u>	• <u>1080-1100</u>
Victor III	1086-1087
Urbano II	1088-1099
Pascoal II	1099-1118
Teodorico	1100-1102
Alberto	1102
• <u>Silvestre (IV)</u>	• <u>1105-1111</u>
Gelásio II	1118-1119
• <u>Gregório (VIII)</u>	• <u>1118-1121</u>

Calisto II	1119-1124
Honório II	1124-1130
• <u>Celeste (II)</u>	• <u>1124</u>
Inocêncio II	1130-1143
• <u>Anacleto (II)</u>	• <u>1130-1138</u>
• <u>Victor (IV)</u>	• <u>1138</u>
Celeste II	1143-1144
Lúcio II	1144-1145
Eugênio III	1145-1153
Anastácio IV	1153-1154
Adriano IV	1154-1159
Alexandre III	1159-1181
• <u>Victor (IV)</u>	• <u>1159-1164</u>
• <u>Pascoal (III)</u>	• <u>1164-1168</u>
• <u>Calisto (III)</u>	• <u>1168-1178</u>
• <u>Inocêncio (III)</u>	• <u>1179-1180</u>
Lúcio III	1181-1185
Urbano III	1185-1187
Gregório VIII	1187
Clemente III	1187-1191
Celeste III	1191-1198
Inocêncio III	1198-1216

Anti-papas em destaque no subnível.

### **Lista dos Duques da Suábia:**

<b>Duque</b>	<b>Ano</b>
Rudolf de Rheinfelden	1057-1079
Frederico I Hohenstaufen	1079-1105
• <u>Berthold I de Rheinfelden</u>	• <u>1079-1090</u>
• <u>Berthold II de Zähringen</u>	• <u>1092-1111</u>
• <u>Berthold III de Zähringen</u>	• <u>1113-1122</u>
• <u>Conrado de Zähringen</u>	• <u>1122-1152</u>
• <u>Berthold IV de Zähringen</u>	• <u>1152-1186</u>
• <u>Berthold V de Zähringen</u>	• <u>1186-1218</u>
Frederico II Hohenstaufen, o Caolho	1105-1147
Frederico III Hohenstaufen (Barbarossa)	1147-1152
Frederico IV de Rothenburg	1152-1167
Frederico (V) Hohenstaufen	1167-1168/70
Frederico V (Conrado)	1168/70-1191
Conrado de Rothenburg	1191-1196
Filipe da Suábia	1196-1208

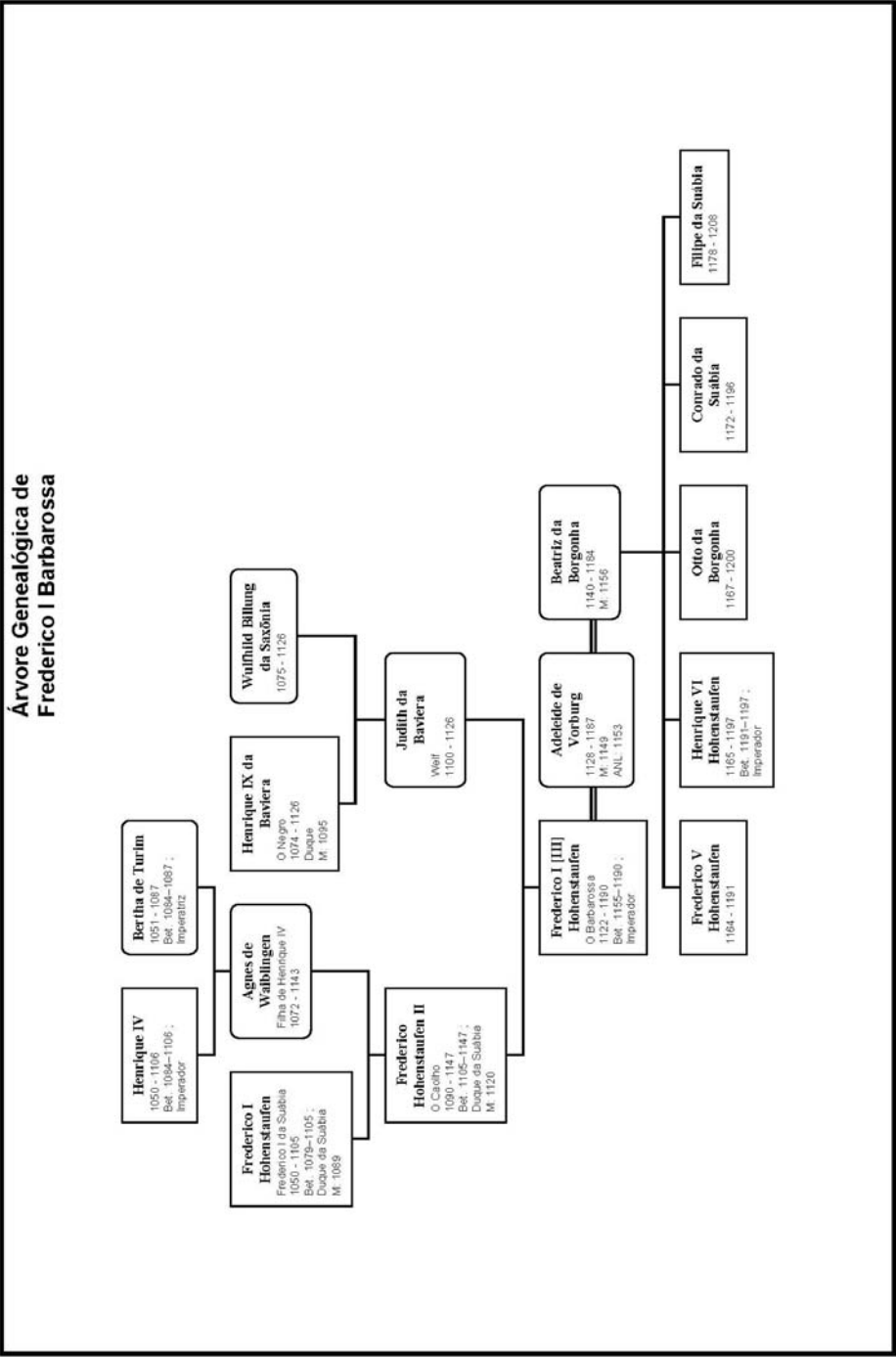
Anti-duques em destaque no subnível.



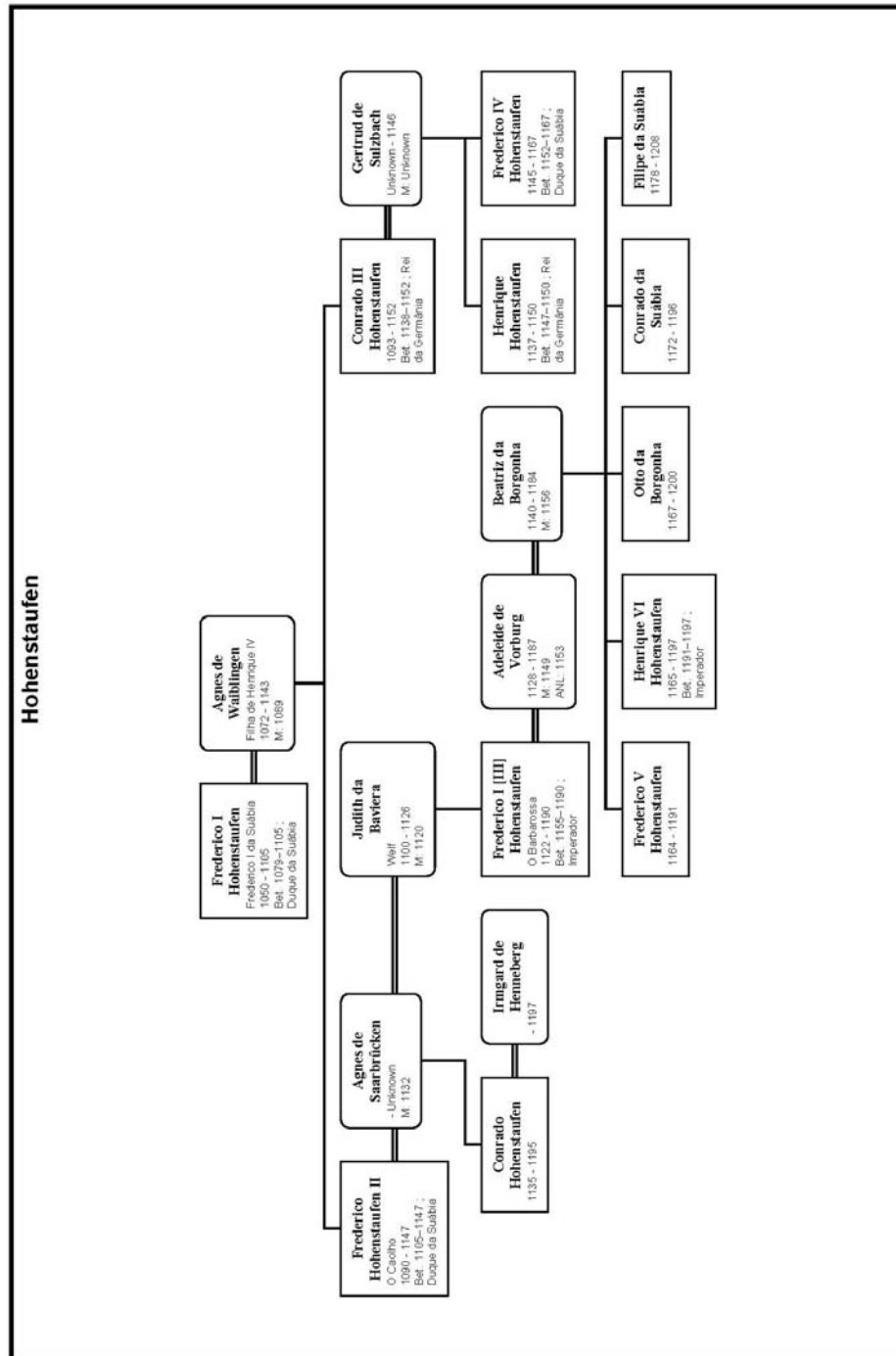
### **Duques da Baviera:**

<b>Duque</b>	<b>Ano</b>
<i>Sálicos</i>	
Henrique VIII (Henrique IV)	1053-1054
Conrado II	1054-1055
Agnes	1055-1061
<i>Northeimer</i>	
Otto II de Northeim	1061-1070
<i>Welf</i>	
Welf I	1070-1077
<i>Sálicos</i>	
Henrique VIII (2ª regência)	1077-1095
<i>Welf</i>	
Welf I (2ª regência)	1096-1101
Welf II	1101-1120
Henrique IX, o Negro	1120-1126
Henrique X, o Soberbo (também da Saxônia)	1126-1139
<i>Babenberger</i>	
Leopoldo da Áustria	1139-1141
Conrado III (regência real)	1141-1143
Henrique XI, Jasomirgott	1143-1156
<i>Welf</i>	
Henrique XII, o Leão	1156-1180
<i>Wittelsbacher</i>	
Otto I	1180-1183
Luís (Ludwig) I, de Kelheim	1183-1231

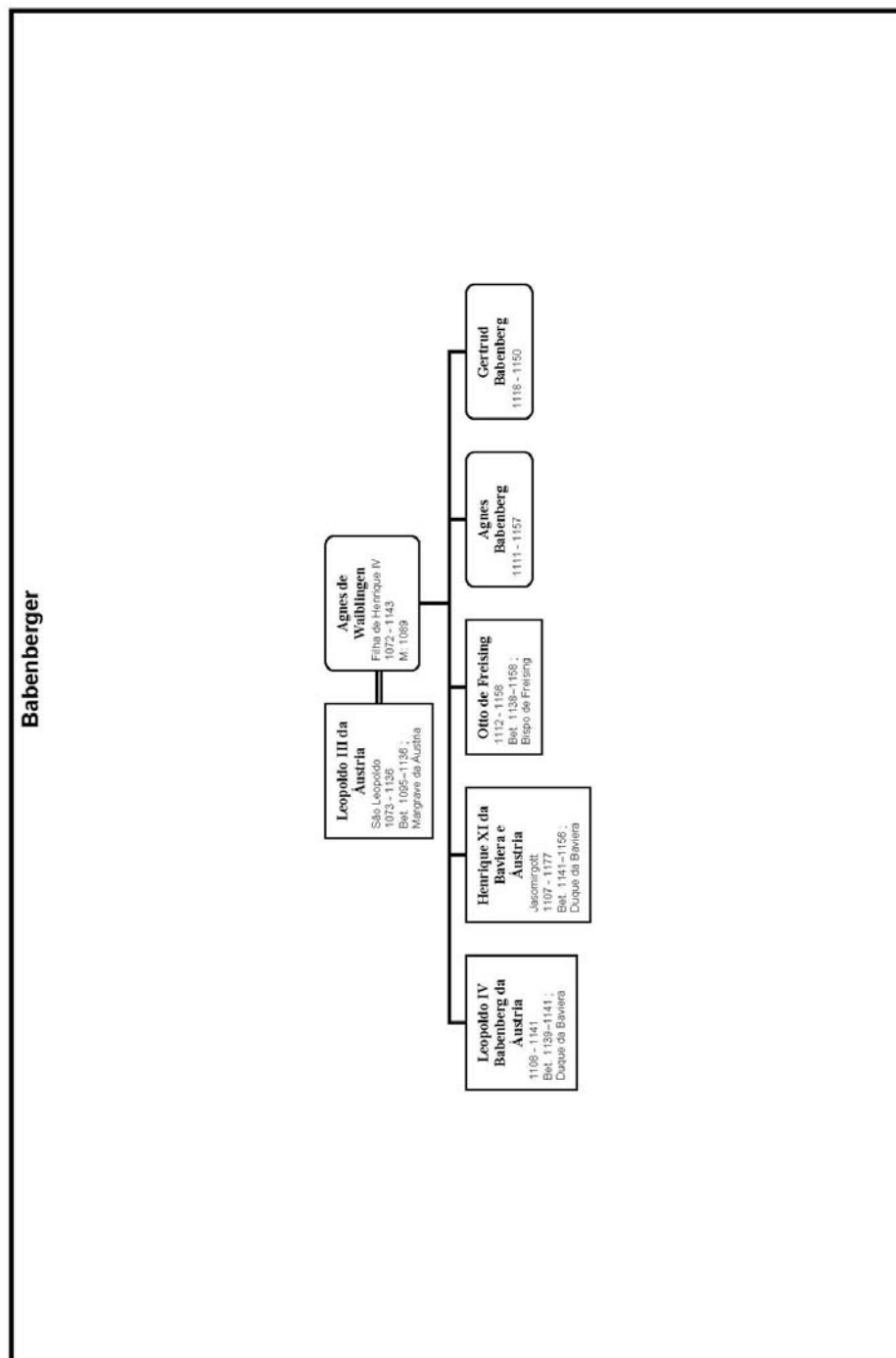
Árvore Genealógica de Frederico I Barbarossa:



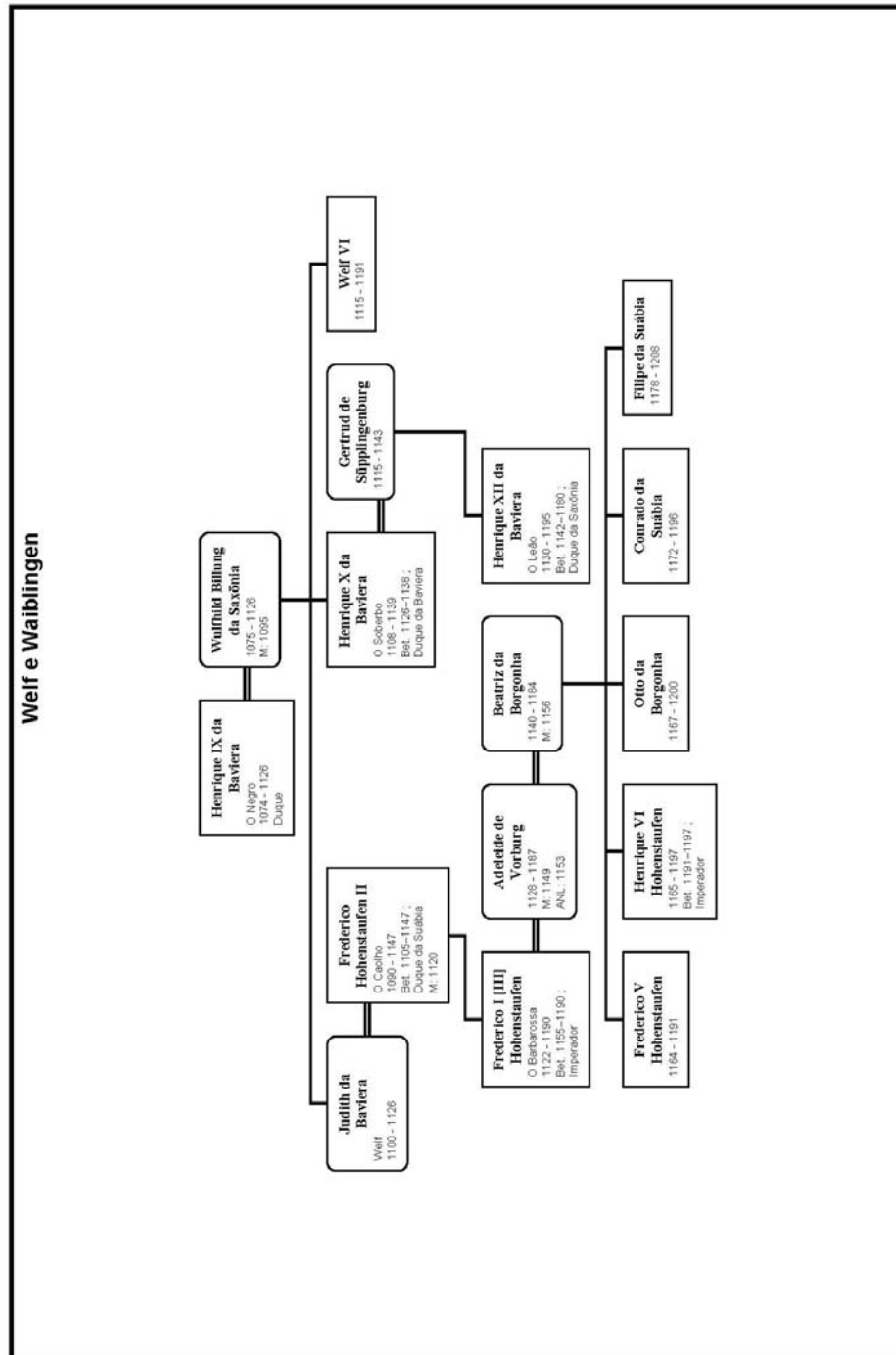
## Árvore Genealógica dos Hohenstaufen



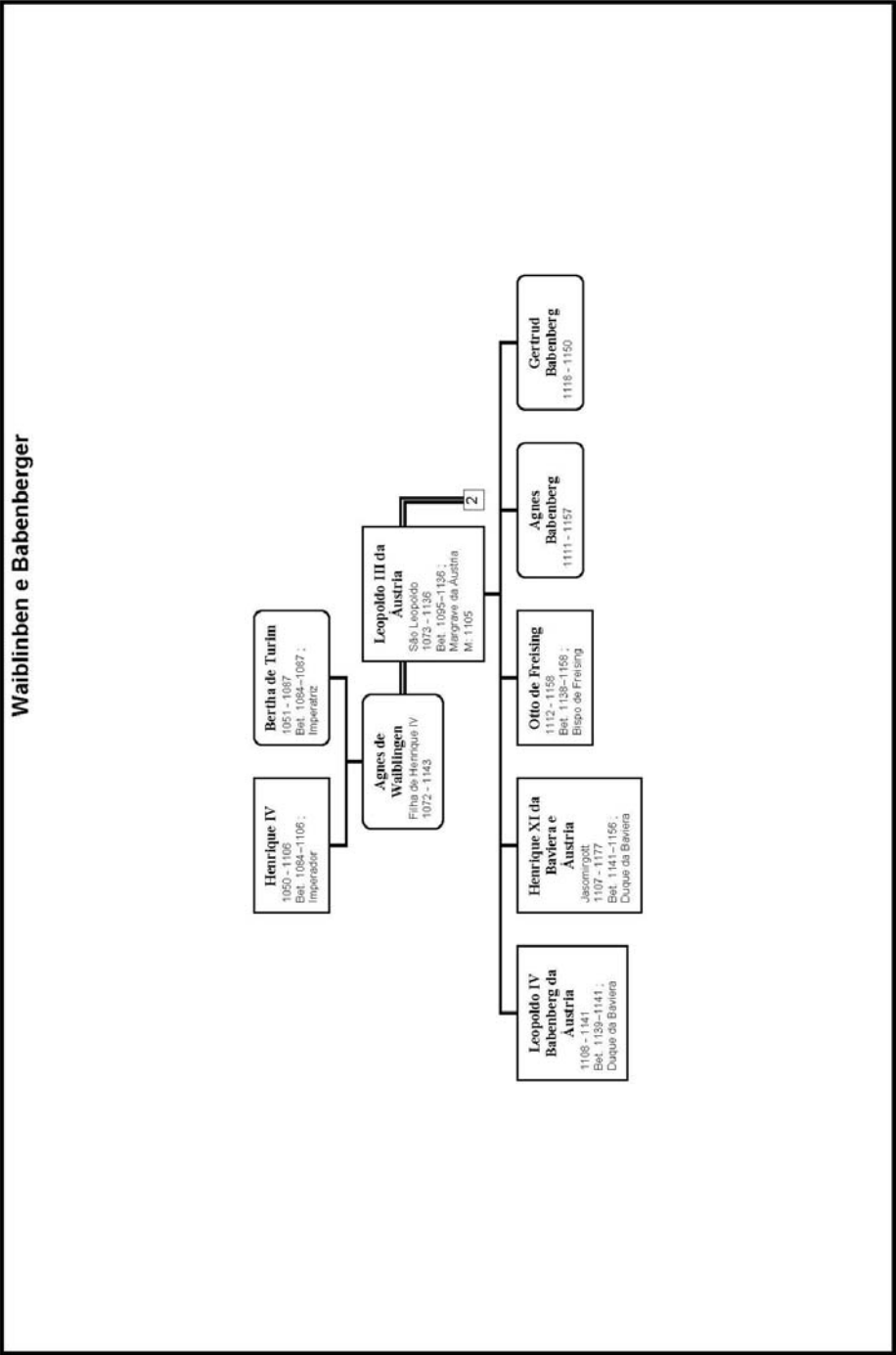
## Árvore Genealógica dos Babenberger

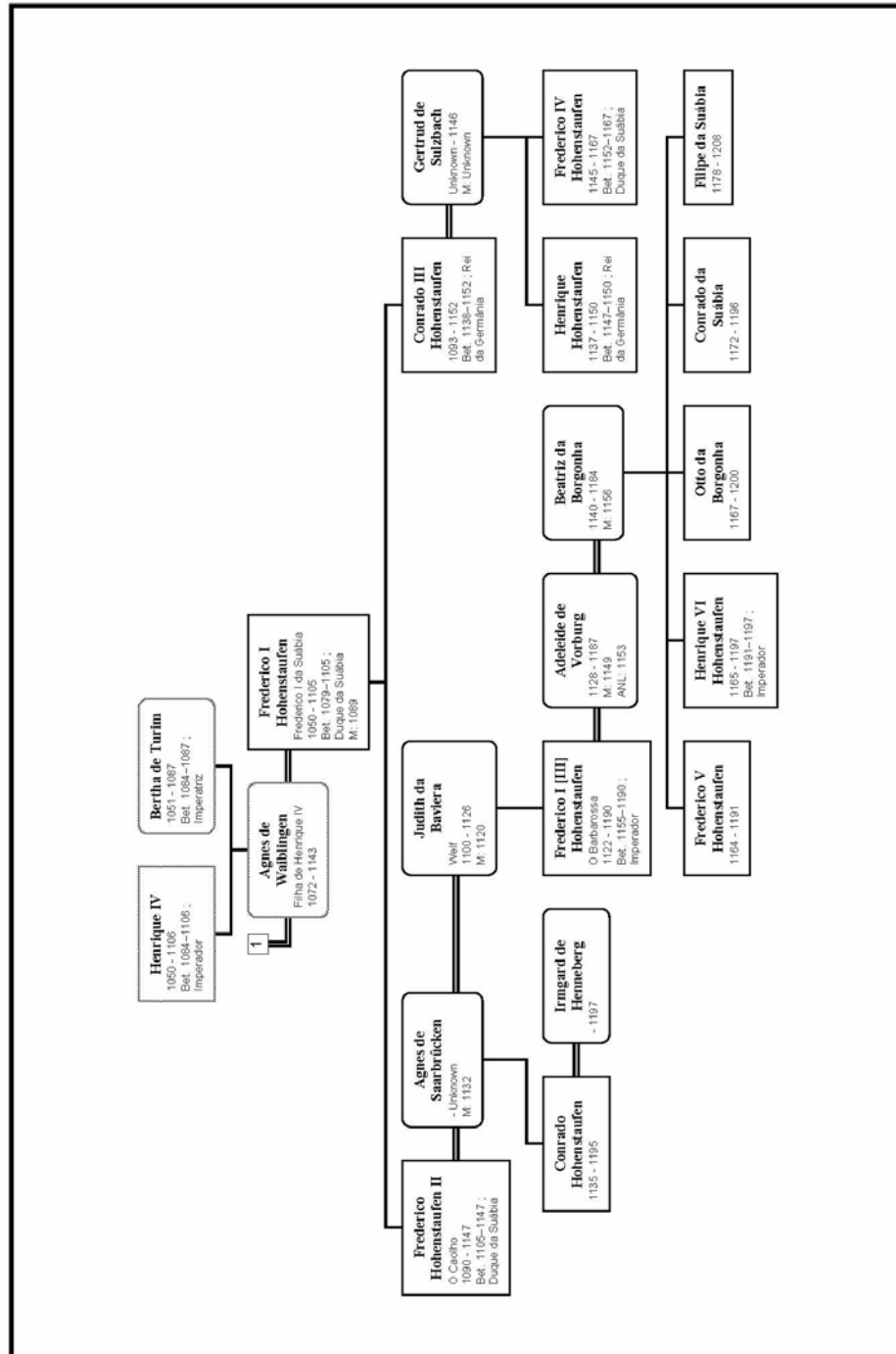


## Relação entre as Árvores Welf e Waiblingen



Relação entre as Árvores Waiblingen e Babenberger





Relação entre as Árvores Welf e Súpplingenburg

